



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SILVIA LETÍCIA D' OLIVEIRA DA LUZ

**SINDICALISMO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ:
AS REPERCUSSÕES DA LUTA SINDICAL SOBRE O TRABALHO DOCENTE.**

Belém-PA
2017

SILVIA LETÍCIA D'OLIVEIRA DA LUZ

**SINDICALISMO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ:
AS REPERCUSSÕES DA LUTA SINDICAL SOBRE O TRABALHO DOCENTE.**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olgaíses Cabral Maués

Belém-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

L979s Luz, Silvia Letícia D'Oliveira da.

Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente / Silvia Letícia D'Oliveira da Luz; orientadora Olgaíses Cabral Maués. – Belém, 2017.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

1. Sindicatos – Professores – Pará – 2003-2016. 2. Sindicalismo – Pará. 3. Sindicatos e educação – Pará. 4. Movimento trabalhista – Pará. 5. Educação e Estado – Pará. 6. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará. I. Maués, Olgaíses Cabral (orient.). II. Título.

CDD 22. ed. – 331.88113711098115

SILVIA LETÍCIA D'OLIVEIRA DA LUZ

**SINDICALISMO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ:
as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente.**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 24 de maio de 2017

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Olgaíses Cabral Maués. Orientadora.
Universidade Federal do Pará

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Jacob Chaves (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gilmar Pereira (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof^a Dr^a Kênia Aparecida Miranda (Membro Externo)
Universidade Federal Fluminense

Dr^a Erlando da Silva Rêses (Membro Externo)
Universidade de Brasília

*Às mulheres e homens
que trabalham na escola pública,
protagonistas das inúmeras lutas pelo
direito ao pão e também à poesia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à Dona Osmarina, pela teimosia em ensinar sobre as dificuldades da vida. Mãe, amiga e parceira nos momentos fáceis e também difíceis.

Aos meus filhos queridos, Gabriel, Beatriz e Paulinha, meus tesouros, que junto com os novos filhos, Kauê e Kaleu, souberam suportar minhas ausências e impaciências, acarinhando meus ideais e rejuvenescendo a luta cotidiana.

Ao meu companheiro de vida e de sonhos, Douglas Diniz, pelo cuidado, o amor e o apoio incansável que não permitia o desânimo duradouro, sempre disposto a ouvir as lamúrias das contradições latentes.

À minha orientadora, Olgaíses Maués, pela construção dos caminhos percorridos para esta pesquisa, que, junto com o GESTRADO/UFPA, desafiou a confiança sobre as verdades instituídas, exigindo maturidade e rigor na elaboração teórica e na prática militante.

Um agradecimento especial aos meus camaradas da organização política Luta Socialista (LS) que me ensinam a ter coragem para caminhar e descobrir o verdadeiro significado da luta pelo socialismo e pela liberdade; que assumiram muitas tarefas que não pude cumprir nos momentos da construção desta pesquisa.

Um agradecimento singelo aos meus colegas professores que participaram dessa pesquisa, socializando suas experiências de vida e luta e proporcionando a construção do conhecimento científico.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam e sonham, que organizam o enfrentamento diário à exploração capitalista, no campo e na cidade, que protagonizam as lutas que gestam todos os dias: a construção da sociedade socialista: Sigamos.

*Por que insistes em nascer, agitador?
Vermelho sol poente.
Subversivos raios que penetram na terra negra
e teimam em germinar a semente.*

Mauricio Matos
(*Subversivas Palavras*)

RESUMO

Esta pesquisa trata sobre o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) como espaço de organização e luta dos professores e a repercussão de suas ações sobre o processo de valorização do trabalho docente na educação básica pública no Estado do Pará, no período de 2003 a 2016. O problema de investigação emergiu da ocorrência de manifestações dos professores demonstrando inquietações sobre o papel de sua entidade de classe; a ação defensiva e corporativa do Sindicato e o seu papel junto aos governos; além de seu funcionamento, sobre a incorporação de novas demandas, os mecanismos de formação e informação, seus dirigentes, enfim, questionamentos que expressaram apreensão da base sobre a ação e a organização do Sindicato. O período investigado foi o de vigência dos governos do Partido dos Trabalhadores na Presidência do Brasil, cujas políticas repercutiram sobre o trabalho docente no estado do Pará e a organização de classe dos professores, na medida em que diversas lideranças do movimento sindical brasileiro se incorporaram à estrutura governamental e, portanto ao Estado, constituindo o que veio a ser chamado de República sindical. Tal processo desencadeou repercussões sobre a mobilização dos trabalhadores e a luta político-sindical de suas organizações de classe contra os efeitos das políticas neoliberais no país e no estado. Um fenômeno que é parte da crise do sindicalismo brasileiro desencadeada pelas mudanças organizadas pelo capitalismo para o mundo do trabalho no sentido de responder às necessidades do sistema do capital. A investigação construiu análises teórico-empíricas a partir de documentos e instrumentos de coleta de dados quanti-qualitativos, principalmente de entrevistas semiestruturadas. O estudo evidenciou convergências e divergências sobre o papel do sindicato na atual fase de crise e degeneração do sistema do capital; identificou que, por um lado, ao atuar cada vez mais sob o prisma institucional, administrando sua pesada estrutura organizativa e financeira, e, por outro, com o advento do Partido dos Trabalhadores no governo federal do Brasil e do estado do Pará, o Sindicato vivencia uma crise de identidade política sobre o seu papel e o caráter de suas lutas diante das demandas do capital. Essa crise provoca relativo enfraquecimento na organização das lutas por valorização do trabalho, com a acomodação de dirigentes e seu afastamento do trabalho permanente junto à base e o distanciamento e descrédito da base com o sindicato. Tal processo se refere à falta tanto de reflexos imediatos para as demandas da categoria como de clareza política sobre o papel do sindicato e sua relação com os governos. Mesmo diante de visíveis contradições, apresentadas pelo fenômeno estudado, o objetivo principal da pesquisa foi alcançado porque permitiu identificar a importância do Sintepp na organização dos professores para as lutas necessárias pela valorização do trabalho docente. Ademais, evidenciou-se ser o Sindicato reconhecido pelos docentes entrevistados como sua representação política e jurídica que tem contribuído para a ampliação e manutenção dos direitos à realização do trabalho dos professores nas unidades de ensino.

Palavras-chave: Estado. Trabalho docente. Sindicalismo. Sindicalismo docente.

RESUMEN

Esta investigación trata sobre el papel del Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) como espacio de organización y lucha de los profesores y la repercusión de sus acciones sobre el proceso de valorización del trabajo docente en la educación básica pública en el Estado de Pará, de 2003 a 2016. El problema de la investigación surgió por causa de la ocurrencia de manifestaciones de los profesores demostrando inquietud sobre el papel de su entidad de clase; la acción defensiva y corporativa del sindicato y su papel ante a los gobiernos, además de su funcionamiento, sobre la incorporación de nuevas demandas, los mecanismos de formación e información, sus dirigentes, y sobre todo, cuestionamientos que expresaron aprehensión de la base sobre la acción y la organización del Sindicato. El período investigado fue el período de vigencia de los gobiernos del Partido de los Trabajadores en la presidencia de Brasil, cuyas políticas han repercutido sobre el trabajo docente en el estado de Pará y la organización de clase de los profesores, en la medida que varios líderes del movimiento sindical brasileño han incorporado a la estructura gubernamental, y por lo tanto, al Estado, constituyendo lo que vino a ser llamado de República Sindical. Tal proceso desencadenó repercusiones sobre la movilización de los trabajadores y la lucha político-sindical de sus organizaciones de clase contra los efectos de las políticas neoliberales en el país y en el estado. Un fenómeno que es parte de la crisis del sindicalismo brasileño desencadenada por los cambios organizados por el capitalismo para el mundo del trabajo en el sentido de responder a las necesidades del sistema del capital. La investigación construyó en un análisis teórico y empírico desde documentos e instrumentos de colecta de datos cuantitativos y cualitativos, principalmente de entrevistas semiestructuradas. El estudio evidenció convergencias y divergencias sobre el papel del sindicado en la actual fase de crisis y degeneración del sistema del capital; identificó que, por un lado, al actuar cada vez más bajo el prisma institucional, administrando su pesada estructura organizativa y financiera, y, por otro, tras la llegada del Partido de los Trabajadores en el gobierno federal de Brasil y del estado de Para, el Sindicato vivencia una crisis de identidad política sobre el papel y el carácter de sus luchas ante las demandas del capital. Esa crisis provoca relativa debilitación en la organización de luchas por la valorización del trabajo, con la acomodación de los dirigentes y su alejamiento del trabajo permanente junto a la base y el distanciamiento y descredito de la base con el sindicado. Tal proceso se refiere a la falta, tanto de reflejos inmediatos para los reclames de la categoría, como de claridad política sobre el papel del sindicado y su relación con los gobiernos. Aunque ante visibles contradicciones, presentadas por el fenómeno estudiado, el objetivo principal de la investigación se alcanzó porque ha permitido identificar la importancia de Sintepp en la organización de los profesores para las luchas necesarias por la valorización del trabajo docente, además, se evidenció ser el sindicado reconocido por los docentes entrevistados como su representación política y jurídica que contribuye para la ampliación y manutención de los derechos a la realización del trabajo de los profesores en las unidades escolares.

Palabras-clave: Estado. Trabajo docente. Sindicalismo. Sindicalismo docente.

ABSTRACT

This research deals with the role of the Workers' Union in Public Education of the State of Pará (SINTEPP), as a space for organizing and fighting teachers, identifying the repercussions of their actions in the struggle for valorization of teaching work in public basic education in the State of Pará, from 2003 to 2016. The greatest motivation for the investigation was the fact that there were manifestations of teachers who showed concern about the role of their class entity; The defensive and corporate action of the union and its role with governments; In addition to its operation, the incorporation of new demands, the mechanisms of formation and information, its leaders, in short, concerns that showed basic concerns about the action and the organization of the union. The problem that led to this work was elaborated seeking to answer the question to know if the struggles organized by SINTEPP have favored the process of valorization of the teaching work. And if such actions have brought the teachers of the union closer. The period investigated was that of the governments of the Workers' Party in the Brazilian Presidency (2003-2016), whose policies had repercussions on the teaching work in the State of Pará and the class organization of the teachers, as several leaders of the movement were incorporated into the governmental structure and therefore the State, constituting what we call the "Trade Union Republic". A process that has had enormous repercussions on the mobilization of workers and the political-union struggle of their organizations against the effects of neoliberal policies in the country and in the States. A phenomenon that is part of the crisis of Brazilian trade unionism triggered by the changes organized by capitalism to the world of work in order to respond to the needs of the capital system. The research constructed theoretical-methodological analyzes from documents and qualitative data collection instruments, mainly from semi-structured interviews. The study showed convergences and divergences on the role of the union in the current crisis and degeneration of the capital system, identifying that by acting increasingly under the institutional prism, managing its heavy organizational and financial structure and the advent of the Party governments of workers in the federal government of Brazil and in the State of Pará, the union experiences a crisis of political identity about its role and the character of its struggles in the face of the demands of capital, provoking a relative weakening in the organization of struggles for valorization of work, with The accommodation of leaders and the removal of permanent work from the base and the distancing and discrediting of the base with the union. Even in the face of enormous contradictions, presented by the study phenomenon, the results obtained allow the identification of the importance of SINTEPP in the organization of teachers to develop the struggles necessary to search for the valorization of teaching work, being recognized by the teachers interviewed as their political representation and Which has contributed to the maintenance of the rights to perform the work of teachers in the teaching units. Permanently threatened rights, which requires SINTEPP a policy of action and organization at the base of the category, so that, in this way, make it possible to rebuild new actions and achieve new achievements.

Key words: State. Teaching work. Syndicalism. Teaching syndicalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1	Relação dos professores entrevistados e sua identificação na pesquisa.....	25
Quadro 2	Arrecadação de contribuição sindical das centrais sindicais com Registro no MTE.....	184
Quadro 3	Demonstrativo de organização do Sintepp pelas regionais do Pará.....	228

GRÁFICOS

Gráfico 1.	Avaliação da atuação do Sindicato em relação aos problemas que afetam o trabalho docente	23
-------------------	--	----

TABELAS

Tabela 1.	Distribuição das entidades sindicais laborais segundo regiões geográficas e unidades da Federação Brasil – 2015.....	89
Tabela 2.	Distribuição das entidades sindicais laborais segundo área geoeconômica.....	90
Tabela 3.	Taxa de filiação sindical da população ocupada adulta (18 anos ou mais). Brasil 2001-2013.....	91
Tabela 4.	Representação das centrais sindicais oficiais no Brasil.....	180
Tabela 5.	Aferição das Centrais Sindicais em 2016.....	183
Tabela 6.	Demonstrativo de Receitas Estaduais do Sintepp – abril/maio/junho de 2016.....	231

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABPPSP	Associação do Professorado Público de São Paulo
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APEPA	Associação dos Professores do Estado do Pará
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARTSIND	Articulação Sindical
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDT	Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Constituição Estadual
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CER	Conselho Estadual de Representante
CF	Constituição Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIOSL	Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNES	Cadastro Nacional de Entidades Sindicais
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COB	Confederação Operária Brasileira
CONCUT	Congresso da CUT
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONED	Congresso Nacional de Educação
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPB	Confederação do Professorado Brasileiro
CPP	Centro do Professorado Paulista
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPOS	Conselho Permanente das Organizações Sindicais
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CQC	Círculos de Controle de Qualidade

CSB	Central dos Sindicatos Brasileiros
CSC	Corrente Sindical Classista
CSP	Central Sindical e Popular
CST	Conselho Sindical dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUSPB	Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU	Diário Oficial da União
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ENTOES	Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
EPL	Estudantes Pela Liberdade
EUA	Estados Unidos das Américas
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FEP	Faculdade de Educação do Pará
FEPPEP	Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FPM	Fundo de Participação do Município
FPE	Fundo de Participação Estadual
FS	Força Sindical
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GATS	Acordo Geral de Tarifas e Serviços [<i>General Agreement on Trade and Services</i>]
GESTRADO	Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IEP	Instituto de Educação do Pará
IGEPREV	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
ILAESE	Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Instituto Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPAMB	Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LS	Luta Socialista
MAIS	Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MI	Mandado de Injunção
MR8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRS	Movimento Revolucionário Socialista
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
MUT	Movimento Unitário dos Trabalhadores
NCST	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
NES	Natureza Especial
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Oposição Sindical Metalúrgica
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PBF	Programa Bolsa Família
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDE	Programa de Desenvolvimento da Educação
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPP	Parceria Público-Privadas
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PROIFES	Fórum dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Social Democrata do Brasil
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCL	Liminar na Reclamação
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU	Regime Jurídico Único
SEAD	Secretaria de Administração
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEPOF	Secretaria Executiva de Estado de Planejamento Orçamento e Finanças
SIGIRH	Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará
SOME	Sistema Modular de Ensino
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UDNP	Desenvolvimento Humano das Nações Unidas
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UEI	Unidade de Ensino Infantil
UIT-QI	Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UGT	União Geral dos Trabalhados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV	Unidade Real de Valor
UST	União Sindical dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A NATUREZA SÓCIO-HISTÓRICA DO SINDICATO	34
2.1	O papel dos sindicatos no Brasil	35
2.1.1	Luta e organização dos trabalhadores no Brasil	41
2.1.2	A história se repete, desta vez como farsa	56
3	A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SINDICATO	75
3.1	Capital x trabalho a luta dos trabalhadores	76
3.2	Instrumentos de luta contra o capital	86
3.3	Dimensões da luta político-sindical	94
3.4	Papel funcional e aspectos burocráticos da organização sindical	108
3.5	A judiacialização das lutas sindicais	117
4	REORGANIZAÇÃO SINDICAL E MOVIMENTO DOCENTE	126
4.1	Os dilemas de um sindicalismo no poder	127
4.1.1	A República Sindical e a falência do Novo Sindicalismo	155
4.1.2	A ruptura do SINTEPP com a CUT	170
4.2	Breve quadro político e financeiro das Centrais Sindicais no Brasil	176
4.3	Perspectivas e lutas dos trabalhadores no Brasil	189
5	O SINTEPP E AS LUTAS DA EDUCAÇÃO NO PARÁ	196
5.1	O trabalho docente no Pará e a organização do SINTEPP	196
5.1.1	A emergência do sindicalismo em educação	206
5.1.2	A estrutura política de organização do Sintepp	217
5.2	O sindicato na visão dos trabalhadores docentes	233
5.2.1	Estado e Trabalho Docente	233
5.2.2	Sindicalismo e Educação	237
5.2.3	O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará	243
5.2.3.1	A visão dos coordenadores sobre o SINTEPP	244
5.2.3.2	A visão dos professores de base sobre o SINTEPP	254
5.3	As repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente	260
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	271
	REFERÊNCIAS	279
	APÊNDICES	298
	ANEXOS	300

1 INTRODUÇÃO

O tema desta tese é o papel do sindicato, como espaço de organização e luta dos trabalhadores, e a repercussão de suas ações sobre o processo de valorização do trabalho docente na educação básica pública no estado do Pará. Uma investigação conduzida a partir das experiências de organização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), considerando a visão dos professores sobre o seu Sindicato.

O interesse em desenvolver este trabalho de pesquisa se deu a partir de três motivações fundamentais: a minha vivência enquanto professora da rede pública de ensino que sofre o processo de desvalorização do trabalho; a experiência enquanto sindicalista, membro da coordenação do SINTEPP que, nos processos cotidianos da ação sindical, tem presenciado as inquietações dos professores; e como membro do Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente – GESTRADO/PA que coordenou, em 2009 e 2010, no estado do Pará, a pesquisa nacional sobre *Trabalho docente na educação básica no Brasil* – uma pesquisa¹ que envolveu sete universidades públicas nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, com o objetivo de “analisar o trabalho docente nas suas dimensões constitutivas, identificando seus atores, o que fazem e em que condições se realiza o trabalho nas escolas de educação básica.” (MAUÉS, 2012, 9).

Na análise dos dados sobre o estado do Pará, na pesquisa do Gestrado-Pa, a partir de entrevistas com 1.353 trabalhadores, em 66 escolas, no ano de 2009, foi possível identificar novas inquietações sobre o papel do sindicato docente e sua ação, demonstrando que “praticamente a metade dos docentes entrevistados está muito insatisfeita com a atuação de seu órgão de classe” (MAUÉS, 2012, p.166-167), o que pode estar refletindo em baixa sindicalização e na pouca participação dos entrevistados nas ações organizadas pela entidade.

Os dados da referida pesquisa revelaram que apenas 3% dos entrevistados dizem recorrer ao Sindicato quando discordam de medidas que interferem diretamente no seu trabalho.

¹ A pesquisa *Trabalho docente na Educação Básica no Brasil* foi coordenada, em âmbito nacional, pelas professoras Dalila Andrade Oliveira e Lívia Fraga Vieira, ambas da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais. No Pará, a pesquisa teve como coordenadora geral a professora Olgaíses Cabral Maués, da Universidade Federal do Pará; foram entrevistados 1.353 sujeitos docentes, nos meses de setembro a novembro de 2009, nos municípios de Belém, Concordia do Pará, Currealinho, Altamira e Marituba. Os relatórios gerais e outros dados e documentos da pesquisa estão disponibilizados no site: <http://trabalhodocente.net.br/pesquisa.php>. Os resultados e levantamentos feitos por essa pesquisa, sua socialização e discussão influíram para a necessidade de seguir aprofundando seus aspectos, dando continuidade à pesquisa.

E verificou-se uma grande insatisfação relativa à atuação dessa entidade, com 41% dos entrevistados considerando insatisfatória a atuação do Sindicato, como analisou Maués (2012).

Diante dessas inquietações, as indagações foram inúmeras, dentre elas, se as lutas organizadas pelo Sintepp têm favorecido o processo de valorização do trabalho docente. Se tais ações têm aproximado os professores do Sindicato. Ou ainda, de que forma as políticas educacionais que foram definidas no Brasil, nos últimos 14 anos, período de vigência do governo do Partido dos Trabalhadores na Presidência do Brasil, repercutiram sobre o trabalho docente no estado do Pará.

Além dessas inquietações, outras se agregam, norteadas as análises, como as que surgiram durante as atividades de mobilização dos docentes, de como se deu a relação entre o sindicato e governos: se aumentou o protagonismo do sindicalismo docente, na educação básica pública, diante das estratégias neoliberais, e também, se os professores reconhecem o Sindicato como um espaço de luta pela valorização de seu trabalho. São indagações e reflexões que alimentam as expectativas e preocupações sobre os rumos do sindicalismo no Brasil, em especial o sindicalismo docente.

A partir de uma visão inicial, na construção da tese, foi possível relacionar uma argumentação que responde provisoriamente à situação do sindicalismo docente, no estado, indicando que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará é importante e legítimo instrumento de organização e luta dos professores em defesa da valorização do seu trabalho. Contudo, atuando cada vez mais sob o prisma institucional, administrando sua pesada estrutura organizativa e com o advento dos governos do Partido dos Trabalhadores no governo federal do Brasil e no estado do Pará, o Sintepp vivencia uma crise de identidade política sobre o seu papel e o caráter de suas lutas diante das demandas do capital.

Esse processo provoca relativo enfraquecimento na organização das lutas por valorização do trabalho, com a acomodação de dirigentes bem como o afastamento do trabalho permanente junto à base e o distanciamento e descrédito da base em sua relação com o Sindicato. Um processo que tem a ver com a falta de reflexos imediatos sobre as demandas da categoria, a falta de clareza política sobre o papel do sindicato na disputa entre capital x trabalho e a relação com os governos.

Nesse sentido, o objetivo maior deste trabalho de pesquisa é analisar o papel do Sintepp na organização dos professores e a repercussão de suas ações na luta pela valorização do trabalho docente na educação básica no estado do Pará. Nomeando o sentido das lutas implícitas

e explícitas empreendidas por docentes no estado, por meio de seu Sindicato. Espera-se, ainda, apresentar alguma contribuição teórico-metodológica e empírica relevante para o campo de estudos sobre o sindicalismo, em especial o sindicalismo docente, dada a importância e o caráter das lutas das organizações sindicais no Brasil.

Vale ressaltar que o sindicato é uma entidade de classe e que, para a classe trabalhadora, é o lócus onde, segundo Lênin (1979), devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe trabalhadora, de desenvolvimento da sua consciência. Entende-se, pois, que o sindicato é “uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui, uma escola de tipo completamente diferente.” (LÊNIN, 1979, p.293); por isso, torna-se necessário fortalecer tais entidades de classe, enquanto espaço de formação e luta da classe trabalhadora.

O sindicalismo surge para ser, segundo Cattani (2002), a expressão de organização e luta dos trabalhadores, de defesa e conquista de direitos, que visa compensar a fraqueza do trabalhador atomizado na sua relação contratual com o capital. E, segundo Rêses (2008), o sindicato é também a manifestação política de uma categoria que se associa às lutas de outros trabalhadores, objetivando tratar de trabalho e de ação sindical numa perspectiva mais geral.

Como acontece com a maioria das organizações de trabalhadores, a organização sindical docente parece ter sofrido influências significativas a partir da reorientação capitalista de reestruturação do trabalho, a qual se pode sintetizar, segundo Melo (2009), como a existência de uma crise de representação, que enfraquece a luta dos trabalhadores, na acirrada disputa entre capital *versus* trabalho.

As políticas públicas que visam fortalecer a mercantilização da educação parecem imbuídas da lógica do capital, enfatizada por Mézaros (2005), segundo a qual tudo se vende, tudo se compra e tudo tem preço. Somado ao avanço da desresponsabilização do Estado na garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, é possível perceber inúmeras implicações no desenvolvimento do trabalho docente no bojo da reestruturação no mundo do trabalho.

Um levantamento inicial sobre as políticas implementadas nacionalmente, no período dos governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016), demonstram que as principais políticas desenvolvidas no âmbito do trabalho e da educação, e da relação entre esses, foram emanadas centralmente pelo governo federal. Aliás, governos petistas que, em dado momento, alentaram expectativas de mudanças em inúmeros trabalhadores da educação, para um processo consistente de valorização profissional e da escola pública.

Esses elementos justificam o período sugerido para a pesquisa, diante das características diferenciadas de tais governos e de como tais políticas se desenvolvem localmente, seja no âmbito das relações estabelecidas entre governo federal com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), seja nas dos governos estaduais com os sindicatos locais, como o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP).

A construção de uma pesquisa em educação, que analisa o papel do sindicalismo docente numa sociedade em que prevalecem aspectos de subsunção do capital sobre o trabalho, tem o desafio de compreender os processos contraditórios da dinâmica entre capital e trabalho. De tal forma, a análise prescinde de um conhecimento empírico concreto e teórico das possibilidades e limites existentes na prática social e no trabalho docente, que ultrapasse a realidade imediata e aparente do objeto estudado, indo além dos limites e possibilidades da ação sindical nesse contexto.

Torna-se essencial identificar os processos e as contradições que movimentam o sindicalismo na tentativa de examinar suas contribuições a partir das lutas políticas que desenvolve, de como as configura, de suas reações e dos seus efeitos na busca da compreensão da totalidade das relações que as determinam.

O método de pesquisa é um caminho traçado pelo qual se atinge um fim e, nesse percurso, cria-se, segundo Kosik (2012), um movimento dialético na construção do conhecimento a partir da relação entre o pesquisador e o fenômeno social estudado. O método que possibilita capturar o movimento real e concreto, a partir do qual o fenômeno se realiza e reconstrói a totalidade no concreto pensado, é o materialismo histórico-dialético.

É necessário ver a verdade de frente, para além das aparências imediatas, para além das mistificações, como afirma Politzer (1954). De tal forma, o método científico deve permitir elaborar essa concepção científica do mundo, necessária à ação transformadora, revolucionária; e a dialética é o único método rigorosamente adequado a uma concepção materialista do mundo.

O materialismo histórico-dialético é o método elaborado por Marx por onde será possível perceber tanto a situação objetiva em que se encontram os professores da educação básica no estado do Pará, bem como as contradições internas desenvolvidas no seio do movimento sindical docente em face das ideologias neoliberais, pois, como afirma Bruyne (1982), a dialética é o movimento concreto, natural e sócio-histórico da realidade estudada, percebendo seus processos históricos de mudanças e dos conflitos sociais.

Uma concepção materialista possibilita partir das relações de produção em que se encontra a atuação sindical e sua localização na representação social, de classe, tomando como base a situação econômica, social, política e ideológica dos sujeitos docentes, seu trabalho, sua renda, sua situação social.

Engels (1990) ressalta que a dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas relações mútuas, sua ação recíproca e as decorrentes modificações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência.

A pesquisa trabalha com as seguintes categorias de análise: *Estado; trabalho docente; sindicalismo; sindicalismo docente.*

São categorias que possibilitam compreender como o movimento sindical docente atua, como tais ações têm interferido no processo de valorização do trabalho docente no Pará e como os professores veem sua organização sindical.

As análises ocorrem a partir das relações de produção em que se encontra a atuação sindical e sua localização na representação social, de classe, tomando como base a situação econômica, social, política e ideológica dos sujeitos docentes, seu trabalho, sua renda, sua situação social.

Nesse processo, desencadeado a partir da situação material e concreta do sujeito docente, analisa-se o momento histórico de desenvolvimento econômico do capitalismo, as crises, a relação com o Estado, os governos e suas políticas, bem como o papel que uma entidade de classe, como o sindicato docente, desenvolve em dado momento histórico.

A pesquisa iniciou com a exploração sobre o significado das categorias apontadas anteriormente, possibilitando um levantamento bibliográfico e documental minuciosos da literatura que cerca tais categorias. As elaborações de autores como Marx (1985), Mézáros (2002), Antunes (2001), Alves (2011), Braverman (1987), Rêses (2008), Miranda (2011), Dal Rosso (2008), Lênin (1979); os Cadernos de formação e de resoluções congressuais do Sintepp; jornais, boletins, e todo o material escrito do Sintepp e da CNTE que ajudem a identificar as ações do Sindicato e sua organização interna e concepção política de organização, como o seu Estatuto.

Para identificar as lutas dos trabalhadores em educação e o papel do Sintepp, dois recortes foram feitos nesta pesquisa. O primeiro, sobre os sujeitos da pesquisa, neste caso, os professores, mesmo compreendendo que o SINTEPP organiza os diversos trabalhadores na escola, optamos por analisar apenas uma parte da categoria, cujo peso numérico e tratamento dado pela entidade é maior, assim como o efeito das políticas governamentais, que são os professores e professoras.

O segundo, um recorte temporal, considerando os últimos 14 anos, período em que as lutas desenvolvidas pelo Sintepp sofreram mudanças importantes no campo da subjetividade, pelo caráter do neoliberalismo, o papel dos governos do PT na presidência da República do país e a existência de sua da República sindical; ou seja, um governo federal cuja composição foi de enorme peso do sindicalismo, com impactos sentidos sobre o trabalho docente no estado.

Para cumprir com objetivos da pesquisa, foi construída uma base de dados fundamental, como: os materiais produzidos pelo Sindicato por meio de jornais, boletins, revistas, cadernos de resoluções congressuais, cadernos de formação, atas, ofícios, material escrito que ajudam na compreensão dos temas abordados; e as entrevistas semiestruturadas feitas com os professores individualmente.

Os dados organizados pela pesquisa *Trabalho docente na educação básica no Brasil*, à qual nos reportamos no Capítulo 3 (Seção 2), também ajudam a subsidiar nossas análises, pois, a pesquisa relaciona informações sobre o trabalho docente no estado do Pará, a partir da opinião de 1.353 professores, em 66 escolas, no ano de 2009. As informações analisadas por Maués (2012) mostram que apenas 25% dos sujeitos docentes entrevistados disseram ser filiados ao Sindicato docente, e desses, apenas 7% disseram atuar no sentido de uma participação efetiva nas atividades do Sindicato.

A baixa sindicalização, a pouca participação e o reduzido envolvimento dos professores nas atividades sindicais nos instiga a investigar se as ações que o sindicato desenvolve estão repercutindo na valorização do trabalho do professor, como uma entidade responsável pela luta incessante pela valorização do trabalho.

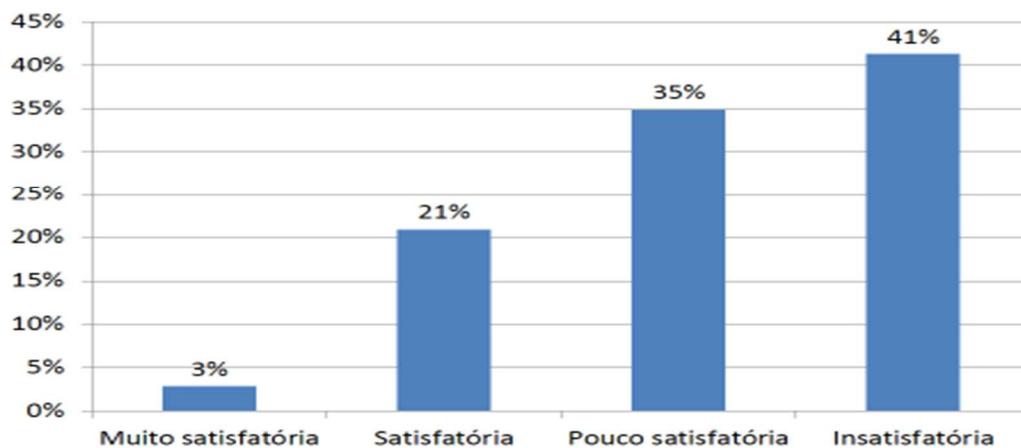
Os docentes respondentes do questionário aplicado indicam que 62% são os principais provedores da família; 77% não têm plano de cargos e salários; 55% trabalham em mais de uma instituição a fim de completar o salário, sendo que 36% trabalham em suas escolas. Esses mesmos docentes quando indagados sobre a satisfação no trabalho, 20% informaram estar muito insatisfeitos, e 58% manifestaram sua insatisfação, o que totaliza quase 80%. Além disso, 45% levam sempre atividade da escola para realizar em casa. Apesar disso, parece não haver

clareza de que o sindicato docente é uma forma de organização que pode levar não apenas à resistência a essas situações descritas, mas também avançar no sentido da superação. [...] praticamente metade dos docentes está muito insatisfeita com a atuação de seu órgãos de classe. (MAUÉS, 2012, p. 167).

O quadro que aponta a avaliação dos professores entrevistados, sobre a atuação do Sindicato em relação aos problemas que afetam o trabalho docente no estado é inquietante, como mostra o quadro abaixo. Isto significa que, em alguma medida, os professores responsabilizam a direção do Sindicato, segundo Maués (2012), pelos problemas vivenciados na escola, que repercutem no seu trabalho.

GRÁFICO 1 – AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO SINDICATO EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS QUE AFETAM O TRABALHO DOCENTE

GRÁFICO 1.12.42 – Avaliação da atuação do sindicato em relação aos problemas que afetam o trabalho docente



Fonte: MAUÉS, 2012, p. 168.

Essas informações, motivaram a realização desta tese, na busca da compreensão sobre a situação do sindicalismo no país e no estado, e o seu papel, a partir da opinião dos professores que estão no interior das escolas, sofrendo os efeitos das políticas que desvalorizam o seu trabalho. Uma realidade que pode não estar sendo observada pelos dirigentes do sindicato, visto que há muita inquietação, na base da categoria.

Para esta tese, o trabalho de campo foi considerado rico, uma experiência única, com a realização das entrevistas com um foco nos objetivos da pesquisa, por isso, semiestruturadas, por permitir aproximação com o objeto e dar ao pesquisador ocasião para fazer “perguntas específicas, mas também deixar que o entrevistado responda em seus próprios termos.”

(ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p.168). Entrevistas feitas com o objetivo de identificar os alinhamentos e diferenças, as inquietações e perspectivas sobre o papel do sindicato, com professores que estão em polos distantes, mas ao mesmo tempo complementares, na direção do sindicato e na base da categoria docente.

Alguns critérios foram adotados para a escolha desses sujeitos entrevistados como por exemplo: ser professor efetivo, filiado e não filiado ao Sintepp; atuar e não atuar como direção da entidade; ser da categoria no período da pesquisa. A partir desses critérios, esperava-se obter informações mais qualificadas, pelo nível de experiência desses professores com as lutas encaminhadas pela entidade. Experiências que foram ouvidas, detalhadamente, em no máximo 50 minutos de tempo em cada uma das entrevistas.

Foram realizadas entrevistas com 13 professores. Parece pouco quantitativamente, num universo de mais de 80 mil professores; mas essa pequena amostra foi significativa e no momento suficiente, dada as repetições que começaram a ser percebidas pela pesquisadora/entrevistadora. Como nos dizem Bauer e Gaskell (2010), o pesquisador precisou estabelecer o posto-chave, de quando um processo chega ao seu limite, quando as falas permanecem iguais, e as muitas entrevistas não lhe dão maiores detalhes sobre o objeto, e não melhoram a sua qualidade.

Contudo, temas comuns começam a aparecer, e progressivamente, sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura, o pesquisador se dá conta de que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Neste ponto da saturação do sentido, o pesquisador pode deixar o seu tópico-guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar. (BAUER; GASKELL, 2010, p. 71).

A experiência com o uso da técnica das entrevistas individuais permite que entrevistado e entrevistador estejam, juntos, envolvidos na construção do conhecimento sobre o objeto da pesquisa, o que permite a fidelidade, a coerência e o respeito pelas elaborações construídas e socializadas.

Isto porque foram opiniões singulares, mas que foram construídas nas relações que ocorreram nos processos de experiências entre professores sindicalistas e os sindicalizados, ou seja, dirigentes e base do Sintepp; filiados e não filiados, novos no envolvimento com a luta sindical ou mais antigos, que participaram da construção inicial do sindicato e até hoje participam diretamente da entidade.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DOS PROFESSORES ENTREVISTADOS E SUA IDENTIFICAÇÃO NA PESQUISA.

Ordem	Identificação*	Sexo	Idade	Função	Localização
01	PROFESSOR 01C	Masculino	42 anos	Sindicalista	Coordenação
02	PROFESSOR 02C	Masculino	39 anos	Sindicalista	Coordenação
03	PROFESSOR 03C	Masculino	48 anos	Sindicalista	Coordenação
04	PROFESSOR 04C	Masculino	68 anos	Sindicalista	Coordenação
05	PROFESSOR 05C	Masculino	47 anos	Sindicalista	Coordenação
06	PROFESSOR 06C	Feminino	52 anos	Sindicalista	Coordenação
07	PROFESSOR 07BF	Masculino	42 anos	Sindicalizado	Base
08	PROFESSOR 08BF	Feminino	46 anos	Sindicalizada	Base
09	PROFESSOR 09BNF	Feminino	53 anos	Não Sindicalizada	Base
10	PROFESSOR 10BNF	Feminino	33 anos	Não Sindicalizada	Base
11	PROFESSOR 11BF	Feminino	61 anos	Sindicalizada	Base
12	PROFESSOR 12BNF	Feminino	41 anos	Não Sindicalizado	Base
13	PROFESSOR 13BF	Feminino	47 anos	Sindicalizada	Base

FONTE: Roteiro e autorização das entrevistas desta pesquisa, 2016

*O código de identificação dos entrevistados é composto: pela identidade de Professor, a ordem da entrevista (01 ou 02...), e a posição na relação com o sindicato, C quando coordenação e B quando base. Para os professores na Base acrescentamos o F de filiado ou NF de Não Filiado.

Os professores que são membros da coordenação estadual do Sintep, em sua maioria compõe a coordenação estadual há mais de 14 anos, e três deles estão há dois mandatos nesta coordenação. Um organismo de direção composto por grande maioria do sexo masculino, tendo 30% de sua composição de mulheres, quadro esse que se inverte na base, visto que o peso significativo é de composição feminina.

A faixa etária dos professores entrevistados é de 30 a 60 anos, com alguns extremos, como um professor que foi fundador do sindicato, desde a Associação de Professores do Pará (APEPA); como ele relata, “*Conseguimos fechar com a Ermelinda presidente, eu secretário, o Orlando tesoureiro, a Venize vice-presidente, deu para formar a entidade e começamos a trabalhar mesmo na clandestinidade. Quando o estatuto da Apepa foi registrado, ficou no cartório, ficou público*” (PROFESSOR 04C). Uma professora ativista na base, também desde o período inicial da organização sindical, lembrou que “*o Sindicato, na década de 80, ainda como Associação, tinha trabalho de base muito forte nas escolas, em plena a ditadura Militar.*”

Éramos poucos e nos tornamos muitos, mas éramos nós que estávamos formando os professores” (PROFESSOR 09BNF).

E outra professora, que está mais recente na categoria, há sete anos, e começou a se envolver nas atividades do Sindicato desde a última greve estadual, em 2015, enfatiza: *“Essa aproximação com o sindicato é recente, como eu te falei, então, para eu avaliar, eu avalio essa questão dessa última greve, fiquei muito restrita a última, até mesmo pela questão do contato.”* (PROFESSOR 10BNF).

Os demais professores entrevistados, da coordenação ou da base da categoria, participaram dos últimos 14 anos de atuação da entidade, vivenciaram contradições, vitórias e fracassos na luta dos professores e do Sintepp.

O roteiro das entrevistas foi apresentado ao entrevistado no momento do encontro. Semiestruturadas e feitas individualmente, as entrevistas possibilitaram focalizar as categorias iniciais do objeto, mas também, construir outras categorias, consideradas relevantes para o sujeito entrevistado e para a pesquisa.

Na análise dos dados coletados, sistematizados e selecionados segundo tanto suas relevâncias captadas nos discursos dos entrevistados quanto os objetivos da pesquisa; a partir das categorias que foram previamente sugeridas e reconstruídas pelos dados empíricos apresentados; conforme roteiro de entrevistas construído e consoante as análises dos conteúdos transcritos, foram relacionados em tópicos os temas centrais de análises nesse momento da pesquisa, quais sejam: *Estado; trabalho docente; sindicalismo; sindicalismo docente.*

A tese está organizada em seis seções, sendo uma introdução, quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo (seção 2), intitulado A NATUREZA SÓCIO-HISTÓRICA DO SINDICATO, analisou o fenômeno da organização sindical brasileira, discutindo sua natureza sócio-histórica e a constituição dos organismos político-sindicais construídos pelos trabalhadores a partir de suas lutas. Esboça uma organização histórica em períodos que localizam as características da organização sindical no Brasil.

Buscou-se compreender as elaborações teóricas marxistas sobre o sindicalismo por meio das análises da história da luta dos trabalhadores, desde sua organização em sindicatos, denominados *trade unions*, nos países anglo-saxônicos, em especial na Inglaterra, berço do nascimento do proletariado, na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, como analisa a obra de Friedrich Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, nos

períodos de 1820 a 1895, que mostra as transformações que se deram com a implantação, a consolidação e a expansão do sistema capitalista.

Segundo Giannotti (2007), o movimento operário inglês foi o primeiro a existir, porque foi a Inglaterra onde primeiro se implantou o capitalismo. Greves, passeatas, embora duramente reprimidas, ocorriam sob a direção de sindicatos e associações operárias.

O segundo capítulo (Seção 3) intitulado A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SINDICATO, analisa a organização dos trabalhadores em sindicatos num contexto de crise estrutural sistêmica do capital, seu nível de desenvolvimento e repercussões sobre o trabalho. A crise que, segundo Marx (1978), está diretamente relacionada à natureza das relações sociais capitalistas e, portanto, não é mais do que a maneira violenta de fazer valer a unidade das fases do processo de produção, que se tornam autônomas.

Essa dinâmica do capitalismo interfere no conjunto do sistema, principalmente, no trabalho. Esse, que, segundo Marx, é a substância social comum à produção de todas as mercadorias: “[...] todo trabalho é de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria valor das mercadorias.” (MARX, 1980, p.54).

As metamorfoses ocorridas levaram a uma forma flexibilizada de gerir a produção, como uma maneira desenvolvida pelo modo de produção capitalista para favorecer a recomposição de sua expansão, por meio da emergência de novos setores da produção, de flexibilização e desregulamentação do mundo do trabalho e da mercantilização de direitos sociais.

O neoliberalismo, na busca pela ampliação do lucro capitalista, procura construir as condições permanentes para a disseminação do capital, o que impõe mais necessidades na administração de suas crises. Para tal, não era suficiente só modificar as relações produtivas, mas também as relações sociais, inclusive em nome de um desenvolvimento científico e tecnológico.

Segundo Montañó (2012), o sistema capitalista de produção, na sua fase monopolista, transforma todas as relações sociais, instituições, os indivíduos, valores, atos, em meios para a acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais. Dessa forma, organiza todas as esferas da vida social para o seu primordial fim: a acumulação ampliada de capital.

Tratou-se, ainda no segundo capítulo das dimensões da luta sindical e política, discutindo seu papel funcional e a judicialização da ação sindical. Apoiamos as análises nas

contribuições de Marx (1978), Engels (2010), Lenin (1979), Trotsky (2007; 2008;) sobre a organização e a luta sindical que orientam as discussões sobre o papel político dos sindicatos e o caráter de suas lutas pelas diversas vertentes que o pensamento marxista trouxe, na histórica da luta de classes, ao analisar as entranhas da sociedade do capital.

Analisar o papel político de um sindicato significa pensar estratégias de luta para além do capital, localizando o movimento sindical docente na posição de classe do professor, pela necessidade imediata de superar a barbárie capitalista mediante a construção de uma economia política socialista. Suas contradições e crises estão colocadas quando se tenta aproximar o programa de luta a partir das necessidades imediatas e estratégicas dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores docentes.

As mobilizações coletivas, organizadas por setores das categorias, de modo geral, resultaram na criação de entidades (associações ou sindicatos), constituídas em função de seus diversos segmentos ou das redes onde atuam e que passam a disputar a representação da categoria. O surgimento e o funcionamento dessas entidades remetem aos aspectos de organização coletiva da docência, pois, ao articularem as opiniões de seus integrantes numa espécie de negociação com a outra parte envolvida – que, evidentemente, não ocorre sem conflitos –, elas contribuem para produzir e veicular as representações do grupo a respeito do seu trabalho e da sua posição no espaço social. (VICENTINI, 2009).

Vale ressaltar que as lutas da classe trabalhadora assalariada, ao longo do século XX, tiveram como principal instância representativa os sindicatos, mas, segundo Ricardo Lara (2010), com a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e as ofensivas neoliberais, as práticas políticas de defesa dos direitos dos trabalhadores sofreram impactos negativos que provocaram alguns retrocessos.

Sobre a situação atual do sindicalismo e do movimento docente, no Brasil, buscamos as análises de Giovani Alves (2003; 2007), Sadi Dal Rosso (2008; 2011); Patrícia Trópia (2009), Geraldo Pinto (2007), Vito Giannotti (2009), Julian Gindin (2013), Waldemar Rossi e William Gerab (2009), Paula Vicentini (2009), Ricardo Antunes (2006), Paulo Tumolo (2002) Paulino Orso (2013), Fabiana Rodrigues (2013), Andréa Gouveia e Marcos Ferraz (2012); as teses de doutoramento de Erlando Rêses (2008), Helvia Cruz (2008), Josenilton Vieira (2009), Kênia Miranda (2011) e Savana Melo (2009), além de periódicos, informativos do sindicato, os cadernos de estudo da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; do SINTEPP, dentre outros.

O terceiro capítulo (Seção 4) com o título: REORGANIZAÇÃO SINDICAL E MOVIMENTO DOCENTE, discute o processo de reorganização sindical no Brasil a partir dos dilemas vividos pelo *novo sindicalismo*, com a constituição de uma República sindical no país, desde a eleição de Luís Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência da República, o que gerou processos de ruptura no movimento sindical. O movimento docente refletiu esse momento político na conjuntura brasileira. República sindical, denominação dada, nesta tese, ao fenômeno de forte incorporação de dirigentes sindicais no governo federal, coordenado pelo Partido dos Trabalhadores, o que, conseqüentemente, produziu a adesão de parte importante do movimento sindical brasileiro ao Estado capitalista.

A discussão sobre a atual configuração das centrais sindicais também demonstrou a falência das concepções construídas pelo movimento denominado novo sindicalismo, em décadas anteriores, reforçada pelo protagonismo de lutas sendo retomadas, no país, mesmo durante os governos do PT e por fora das organizações nacionais tradicionais do movimento sindical brasileiro.

As configurações que se deram a partir do chamado novo sindicalismo e de sua crise, que se acentuou com o governo de Lula da Silva, demonstram a iminente reorganização política e sindical que ocorre, no Brasil, desde 2003. Mas, no balanço dos 10 anos de governos petistas, o *website* do Partido dos Trabalhadores enfatiza:

Foi construída uma extraordinária plataforma de atuação que pudesse atender às nossas crianças, jovens e adultos que, nos últimos 10 anos, nos asseguraram um saldo extremamente positivo: Aumentar os anos de estudo na educação básica, superar metas de desenvolvimento da educação, dobrar o número de universitários, assegurar empregos e formalizar e promover mobilidade social (PARTIDO DOS TRABALHADORES (*website*), 2013).

De tal forma, buscamos verificar se a implementação das ações políticas do governo federal, pela imensa expectativa construída em torno dos governos de Lula da Silva e do PT, consolidaram algum outro tipo de regime político, no país, o que tem sido discutido por autores como Pablo Gentili (2013), Gaudêncio Frigotto (2011), Dalila Oliveira, (2003) que afirmam ter existido, nesses últimos dez anos, importantes iniciativas criadas para ampliar e assegurar o direito à educação, especialmente no que se refere à universalização da educação básica e sua melhoria e à democratização do acesso à educação superior (GENTILLI; OLIVEIRA, 2013). Os referidos autores afirmam, na página 261, do Texto de Balanço, que a atratividade na carreira docente foi uma das preocupações constantes do Ministério da Educação (MEC), buscando desenvolver políticas que assegurassem, no plano legal, maiores direitos e garantias aos

profissionais da educação básica. Ainda, como analisa Pochmann (2010), foram criadas, no Brasil, a partir dos governos petistas, as bases para um novo padrão de desenvolvimento.

Diante de tais afirmações que sugerem uma mudança no modelo econômico, político e social do capitalismo no país, a pesquisa se propôs analisar tais posicionamentos. Ao mesmo tempo, vimos, no decorrer dos últimos anos, fortes greves que ocorreram em todo país e em diversas categorias, mesmo durante os 14 anos de governos petistas. Greves em âmbito nacional, assim como na educação básica em estados e municípios.

Frigotto (2011) enfatiza que a dimensão mais crucial dos limites do desenvolvimento capitalista, no final do século XX, era, todavia, a situação de destruição de postos de trabalho que gera a síndrome do desemprego estrutural e a precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada à abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora. Caberia, nesse contexto, uma análise sobre as consequências da nova configuração do capital e do trabalho sobre o movimento sindical brasileiro.

Diante da contextualização social, política e econômica do Estado, aprofundamos as análises sobre as configurações no mundo do trabalho, procurando entender as metamorfoses na relação capital-trabalho, em especial as mudanças que sofre o trabalho vivo, ressaltado por Antunes (1995), que passa a denominar como a classe que vive do seu próprio trabalho. Nessa denominação, inclui-se o trabalhador docente que sofre tais transformações refletidas em precarização, intensificação, flexibilização e produtivismo no trabalho.

As políticas orientadas e definidas pela presidência da República, nos últimos 14 anos, de alguma forma, repercutiram sobre o trabalho docente em âmbito local, exigindo posicionamentos e mobilizações da entidade sindical docente da educação básica pública no estado do Pará. As lutas dos professores, durante esse início dos anos 2000, segundo Ferraz (2012), se deram em razão de aumento salarial, de redução de jornada de trabalho, carreira e condições de trabalho.

Na década de 1990, viu-se “a aplicação da doutrina neoliberal com dois resultados iniciais: o aumento da taxa de lucro das empresas multinacionais e o aumento assustador da pobreza e da miséria do povo” (GIANNOTTI, 2009, p.277). Da mesma forma, a partir de 2003, viu-se o sindicalismo combativo e democrático chamado de ‘novo sindicalismo’, tornando-se mais propositivo, perdendo sua combatividade e influenciando objetiva e subjetivamente a realidade dos trabalhadores.

A aplicação das políticas neoliberais no Brasil tem favorecido desigualdades econômicas e sociais que asseguram grandes privilégios a uma minoria da população, em detrimento de uma maioria cada vez mais pauperizada e excluída do acesso a bens materiais. Essa realidade não tem passado imune às pressões e protestos de movimentos sociais organizados, mesmo diante de direções sindicais que assumem ações mais defensivas diante da ofensiva neoliberal, dado o entendimento de tais lideranças de que estaríamos, no Brasil, sob um novo padrão de desenvolvimento a partir da eleição do presidente Lula da Silva.

A repressão do governo Collor e Cardoso foi substituída por uma política de pequenas concessões e, principalmente, de aproximação com as lideranças dos movimentos. A política econômica do governo teve impacto no movimento operário e sindical. As centrais sindicais, inclusive a CUT, acomodaram-se ao neodesenvolvimentismo – uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada, crescentemente, para a exportação. Acomodaram-se, também, graças a política de cooperação do governo. Centenas de sindicalistas e ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais. (BOITO JÚNIOR, 2009, p.37).

Vale ressaltar que, apesar da relação estreita entre a direção do movimento sindical brasileiro e o governo de Lula da Silva (2003-2010), as lutas não cessaram, como afirma Boito Júnior (2009): as greves operárias e de trabalhadores mantiveram-se num nível elevado ao longo de todos esses governos.

A conjuntura nacional sofreu os reflexos do cenário internacional que, segundo Gouveia e Ferraz (2012), era de intensas crises econômicas, que afetaram as políticas de emprego e salário no país, mas é preciso compreender o que Davies (2004) aponta quando considera que a política salarial do governo Lula da Silva não sofreu alterações e se manteve muito próxima à adotada pelo seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

As políticas públicas que visam a fortalecer a mercantilização da educação parecem imbuídas da lógica do capital, enfatizada por Mézaros (2005), conforme a qual tudo se vende, tudo se compra e tudo tem preço. Somado ao avanço da desresponsabilização do Estado na garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, é possível perceber inúmeras implicações no desenvolvimento do trabalho docente no bojo da reestruturação no mundo do trabalho.

No quarto capítulo (seção 5) intitulado: O SINTEPP E AS LUTAS DA EDUCAÇÃO NO PARÁ analisamos a situação dos trabalhadores docentes no estado do Pará, um estado de dimensões continentais, que exige considerar especificidades geográficas e políticas quando da

organização dos trabalhadores e que sofre as influências diretas das políticas emanadas do governo federal.

A partir daí, buscamos compreender o surgimento da luta sindical docente na educação básica do Pará e a constituição sócio-histórica e política do Sintepp: sua trajetória, organização e estrutura, fazendo uma radiografia de sua organização interna no âmbito político e organizativo, analisando a ação sindical sob a ótica do professor de base e dos dirigentes do Sindicato, buscando contribuir para aquilo que entendemos ser a emergência da afirmação da luta sindical como luta revolucionária, verificando essa possibilidade e discutindo seus desafios.

O eixo ordenador das políticas implementadas pelos governos federal e do estado é o discurso das mudanças gradativas, aos poucos, o que, inclusive, enfraquece uma organização maior e mais bem ordenada daqueles que necessitam de transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade. Identificamos que o sindicalismo docente, na educação básica, sustenta e qualifica sua ação política no sentido da valorização dos trabalhadores da educação no estado do Pará.

As políticas sustentadas pelos governos petistas em nível federal e assumidas no estado estiveram voltadas para o financiamento da educação, pela via do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB; Lei nº 11.494/2007). Ademais, a carreira docente e o piso salarial profissional (Lei nº 11.738/2008, instituidora do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN); a formação inicial e continuada em conformidade com o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e no âmbito da reestruturação da CAPES; Educação à Distância; Universidade Aberta do Brasil, dentre outras. Ou mesmo a cultura de avaliação de desempenho por meio de mecanismos externos e internos de avaliação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Essas políticas repercutiram, no estado do Pará, sobre o desenvolvimento do trabalho docente na educação básica.

No processo de análise sobre a valorização do trabalho docente, vimos plena conexão com as mudanças no mundo do trabalho, que impõem um novo paradigma produtivo de acumulação flexível, constatando-se, segundo Neves (2000), que existem mudanças na formação técnica, ética e política da força de trabalho, e também na maneira de pensar e agir do homem contemporâneo.

Tais mudanças, impostas pela conjuntura mundializada, incidem nas ações políticas e econômicas que pretendem manter a hegemonia capitalista mediante um projeto estratégico e

ideológico que é o neoliberalismo, composto de “cinco dogmas: a globalização da economia, a revolução científico-técnica, a falência do Estado, a eficiência do mercado e o fim da história.” (SOUZA, 1995, p. 7). Isso demonstra, em todos os aspectos, que não tem dado certo para os setores menos favorecidos do sistema, na medida em que não resolve uma questão social elementar: as relações sociais de produção.

O trabalhador está economicamente mais pobre na sociedade neoliberal, com baixos salários, aumento da carga-horária, desvalorização da carreira, contratos temporários, dentre outros aspectos. E diante das novas exigências, percebe-se um estranhamento dos professores em relação ao próprio trabalho: sentem-se impotentes, defasados, despreparados para responder às atuais demandas da profissão.

Nessa perspectiva, consideramos relevante analisar as políticas educacionais implementadas no estado do Pará, compreendendo o papel do sindicalismo em face da implementação das políticas neoliberais no país.

Esse tema nos inquieta na medida em que a ação docente tem a sua importância política, social e ideológica, seja para a manutenção do *status quo*, seja para a transformação social. Sacristán (1996) afirma que um modelo de educação significa coisas diferentes para diferentes setores sociais, os quais têm diferentes capacidades para se articular, expressar e fazer valer seus interesses a respeito da educação.

Como afirma Luz (2008), a efetivação de políticas públicas que valorizassem a ação docente nos aspectos do salário, da carreira, da formação e das condições de trabalho foi uma exigência presente nas inúmeras manifestações de luta e reivindicação dos trabalhadores da educação no estado do Pará. Tais lutas possibilitaram conquistas fundamentais aos professores, expressas em normatizações, leis e outras regulamentações que asseguraram melhorias salariais, reconhecimento funcional, formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho e até mesmo a existência de organizações sindicais com representatividade estadual e nacional.

As conquistas adquiridas pelo movimento docente, na educação básica pública, no Pará, desde sua organização como associação de professores até sua constituição em sindicato, asseguraram condições necessárias ao desenvolvimento da profissão, influenciadas pelas lutas nacionais e estaduais em prol de direitos democráticos e por conquistas trabalhistas, desde a década de 1980, até os dias atuais.

2 A NATUREZA SÓCIO-HISTÓRICA DO SINDICATO

O interesse desta pesquisa sobre o sindicato dos professores da educação básica, no estado do Pará, está vinculado à necessidade de compreensão que conduza ao reconhecimento e à legitimidade da organização dos trabalhadores em sindicatos, na atual etapa do sistema do capital. De tal forma, a investigação buscou analisar as experiências de organização dos professores no Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP).

As lutas organizadas pelo Sintepp, ao longo de seus 33 anos (1983 a 2016), poderão indicar aos que se interessam por compreender o papel dessas organizações, os caminhos e descaminhos das lutas sindicais e do movimento docente no Brasil, principalmente, a partir do ano de 2003, com a chegada de um líder sindical à presidência do país e diante do acirramento das lutas sindicais e políticas desencadeadas nos estados com o aprofundamento da crise do capital.

O sindicalismo no Brasil é pautado, historicamente, pelas lutas protagonizadas pelos trabalhadores, em dada conjuntura, pelas concepções e pelos mecanismos utilizados para tais batalhas, seu desenvolvimento e os gerais que comandaram essas lutas. São elementos que possibilitam compreender a existência dos sindicatos, no Brasil, como instrumentos de organização dos trabalhadores, sua estrutura burocrática, seu papel enquanto organizador de uma classe determinada, e as mediações que se instituem a partir de tal função política na relação com outros instrumentos de organização, como os partidos políticos e outros espaços instituídos pelo capital.

De tal forma, torna-se relevante uma análise que ajude a esclarecer o funcionamento político de uma organização sindical sob a lógica de aprofundamento da crise do capital e do trabalho. E de como essa ferramenta de organização e luta dos trabalhadores se mantém diante das influências intelectuais e técnicas do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

O sindicato é, para esta pesquisa, um espaço para a ação de massas, como um instrumento que organiza, portanto, prepara e qualifica uma vanguarda de lutadores e dirigentes que potencialize as ações da classe trabalhadora em defesa de seus direitos ao trabalho e à vida e, portanto, por uma nova ordem societal.

2.1 O PAPEL DOS SINDICATOS NO BRASIL

Para compreender a constituição e a organização dos professores no Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (SINTEPP), ao menos no que for possível alcançar pelo esforço de aproximação da realidade concreta, é preciso ressaltar a importância das organizações sindicais na sociedade brasileira e seu protagonismo, em especial, nesse início de século.

Um elemento importante é que qualquer análise sobre os conflitos que marcam a relação entre capital e trabalho, no Brasil, precisa considerar a trajetória econômico-política de um país que entrou atrasado na disputa pela partilha do mercado mundial capitalista. Ou seja, a relação de produção baseada no capital e no trabalho assalariado instalava-se na economia brasileira no momento em que o mercado mundial já estava dominado pela burguesia monopolista e suas grandes potências. Portanto, o capitalismo monopolista² se implantava, no Brasil, de maneira tardia e subordinada às economias dos grandes monopólios internacionais.

Torna-se relevante ressaltar a importância do surgimento dos sindicatos a partir das lutas econômicas travadas pelos operários europeus, nos séculos XVIII e XIX, em defesa dos salários e da diminuição da jornada de trabalho, visto que o sindicato se constitui como o principal instrumento de organização para a luta dos operários. Uma ferramenta construída pelos trabalhadores que, em dado momento de sua história, precisou se defrontar com seus exploradores. Essa luta encarnizada, de enfrentamento, proporcionada pela sociedade do capital, torna a força dos trabalhadores que lutam para superar sua condição de miserabilidade e exploração em sua constituição enquanto classe. E esse é o campo fértil determinante para a organização de classe.

É a partir dessa visão de sociedade que o sindicato surge como produto da implantação, da consolidação e da expansão do sistema capitalista de produção, desde a metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, na Inglaterra, quando os trabalhadores das fábricas – confrontados pelas precariedades econômicas decorrentes da exploração do capital, conduzidos a níveis de absoluta miserabilidade social, diante da magnitude do funcionamento fabril que

² “[capitalismo monopolista] É a fase de desenvolvimento do capitalismo que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 1986, p. 642).

retirava sua condição de autonomia, saúde e dignidade humana – inventaram organismos coletivos de organização e luta em defesa de seus salários.

Como ressalta Engels, em sua obra de 1845, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, “a classe dos operários deu início à sua oposição à burguesia quando se rebelou violentamente contra a introdução das máquinas, nos primeiros passos do movimento industrial” (ENGELS, 2010, p. 249).

Essa luta se consolidou, no início do século XIX, com o surgimento da organização em sindicatos nos países anglo-saxônicos, na medida em que existiam as condições para a expansão do capitalismo que buscava maiores lucros com o uso das máquinas e da força mecânica para o trabalho. De tal forma que, segundo Hélvia Cruz (2008), fica nítida a divisão da sociedade capitalista em classes sociais, ou seja, os donos das máquinas e dos meios de produção defendendo seus interesses, de um lado; e de outro, os que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, os operários.

Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar os salários, negociar coletivamente, como força, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho. [...] combater, no limite do possível os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho, etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados, com os fundos de caixa da associação. (ENGELS, 2010, p. 250).

Essa referência demonstra que os sindicatos foram construídos, em especial no ocidente, segundo Rêses (2008), com duas finalidades essenciais: de solidariedade entre os trabalhadores e também de revolta e inquietações sobre o funcionamento, a concepção e o desenvolvimento do sistema do capital que explora seu trabalho. Vale ressaltar que essas finalidades, na organização sindical dos trabalhadores, têm características comuns em relação ao grau de insatisfação com o sistema do capital em seus primórdios, seja em relação à solidariedade coletiva e autodefesa, seja no impulso unificador às lutas coletivas contra a exploração capitalista.

Engels ressaltou a importância dos sindicatos e da organização dos operários a partir de uma visão global da situação dos trabalhadores, mesmo este, em condições de desemprego, por isso, essa constituição inicial da organização sindical tinha também um caráter mutualista, ou

seja, de ajuda mútua. Mas a observação nas lutas que os trabalhadores desenvolviam no interior das fábricas e, por conseguinte, no interior do sistema capitalista consagravam a adesão dos operários às greves e ao movimento operário organizado:

Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora inevitável, são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando sua adesão ao grande movimento operário. (ENGELS, 2010, p. 258).

Interessante notar que a concepção de sindicato, definida pelo autor, está vinculada a princípios fundamentais para uma luta com identidade na classe trabalhadora, explorada e subjugada, ou seja, como instrumento de luta de uma classe contra a outra que oprime e explora. Por isso ressalta o combate, a unidade, o classismo, a ação de massas e o papel dos sindicatos nas greves que, como escolas de guerra, desenvolviam a coragem e determinação dos operários.

Os sindicatos, para Engels e Marx, dirigentes da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou I Internacional, eram verdadeiros centros de organização onde a classe operária agrupava suas forças para, então, receber sua primeira educação de classe, pois viam que os sindicatos, ao agruparem os operários, permitiam que eles atuassem de forma, organizada, unida e numa luta comum para impedir que os salários baixassem. Isso, portanto, significava um primeiro passo para a transformação da classe operária numa força social independente.

Para Marx, os sindicatos trabalham bem como “centro de resistência contra as usurpações do capital” (MARX, 2008, p. 79); por isso, devem ser uma alavanca na luta pela abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado. Por esse motivo, Marx e Engels consolidam uma orientação, nas resoluções da I Internacional, de que os sindicatos deveriam atuar como centros de organização da classe operária com vistas à luta por sua emancipação.

Uma orientação que apresentava uma tarefa aos sindicatos que iria além das ações economicistas e reivindicatórias no interior do sistema capitalista, pois os dirigentes da Internacional diziam que havia um limite para o desenvolvimento do sindicalismo, principalmente diante das crises do capital, pois pareciam impotentes diante dos fechamentos de fábricas, do desemprego, da diminuição dos salários, e suas lutas enfraqueciam. Com isso, concluíram que as lutas sindicais economicistas eram lutas defensivas, apesar de serem fundamentais, porque colocavam os trabalhadores em movimento; mas eram lutas que não

conseguiram mudar a condição mais geral de exploração capitalista. E que, para mudar, precisariam avançar para uma luta política contra o capitalismo. Portanto, essas organizações dos trabalhadores teriam um caráter revolucionário.

Na história do sindicalismo e das lutas que desenvolveu ao longo dos séculos, estiveram presentes, de maneira constante, os embates sobre a natureza e a identidade dessas organizações que, para o marxismo, têm uma natureza limitada, específica, influenciando uma parte do operariado, mas que pode adquirir dimensões de massa, pela situação objetiva em que se encontram os trabalhadores e subjetiva, quanto à compreensão de suas tarefas históricas e pela influência que os próprios operários avançados podem assumir junto aos trabalhadores enquanto classe para si.

No interior do marxismo, as diversas visões sobre o sindicato construíram vertentes diferentes da análise clássica esboçada anteriormente, como a visão do anarco-sindicalismo que é uma concepção de mundo contrária a qualquer forma de poder e centralização, que para eles é sempre opressora; por isso, condenava a existência dos partidos, do Estado, da luta parlamentar. Mas defendia a organização dos trabalhadores em sindicatos que tinham, na ação direta e na greve geral, sua principal forma de luta. Ou seja, a luta autônoma dos trabalhadores a partir de suas pautas econômicas, por meio da greve geral, é o princípio fundamental do anarco-sindicalismo.

Também, identificaram-se, na história do sindicalismo, as definições de Sidney e Beatrice Webb, que formularam a concepção de *trade unions* em inglês, desenvolvendo uma análise de tipo funcionalista de sindicato segundo a qual a função dos sindicatos, para o casal Webb & Webb (1973), é definida dentro dos limites restritos da defesa dos operários da ação do mercado: uma defesa compatível com a funcionalidade do sistema, isto é, com os objetivos de produtividade empresarial e de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento da luta sindical, no período de Marx e Engels, foi de extrema dificuldade, visto que a burguesia combatia qualquer processo de constituição sindical com forte repressão, impedindo a organização em associações e sindicatos. A situação conjuntural, também, era de muitas crises econômicas do capitalismo, crises cíclicas que se estenderam por muito tempo; e quando, no final do século XIX, o capitalismo apresentou um período de prosperidade econômica com sua política de expansão pela dominação de outros países, que se tornaram colônias dos países ricos europeus, a burguesia desenvolveu outro tipo de ação e relação com os sindicatos.

A burguesia fez uma política de convivência pacífica com os sindicatos, reconhecendo-os legalmente. Ou seja, houve a supressão do decreto proibitivo das associações, em 1824, na Inglaterra, e as associações sindicais saem da clandestinidade; em seguida, a burguesia buscou domesticá-los para, então, transformá-los em seu oposto, ou seja, em instrumentos de dominação de classe.

Essa política encontrou uma base social no proletariado. Os setores mais privilegiados da classe operária constituíram o que se denominou de aristocracia operária. Esses setores surgiram nos ramos capitalistas mais rentáveis que ganharam impulso quando os países capitalistas mais poderosos conquistaram novos mercados, subjogando países à condição de colônias. Assim, a partir de suas lutas e negociações sindicais obtiveram importantes concessões e passaram a gozar de certos privilégios. (AGUENA, 2008, p. 15).

A partir dessas condições objetivas e subjetivas da classe operária e dos novos dirigentes sindicais, os sindicatos se fortaleceram e se transformaram em poderosos aparatos. No seio dessa nova realidade dos sindicatos, se desenvolveram e se formaram seus dirigentes, que se constituíram em verdadeiros funcionários sindicais, educados na convivência relativamente amigável com os capitalistas. Nascia, assim, a burocracia sindical, produto da tentativa de conciliar o trabalho com o capital.

Sob a direção dessa burocracia os sindicatos foram se transformando em correias de transmissão dos interesses da burguesia dentro do movimento operário, já que a conciliação dos interesses do capital e do trabalho é impossível. Esse novo caráter dos sindicatos foi se revelando cada vez mais na medida em que a burocracia sindical traía de forma cada vez mais aberta os interesses da classe operária em favor da burguesia. (AGUENA, 2008, p. 16).

Esse processo de forte aproximação dos sindicatos com a burguesia e de compreensão sobre o papel deles foi de muita luta no interior do movimento operário, onde os debates buscavam definir a localização política das entidades sindicais.

Desde o princípio, Marx alertou sobre essa situação de alinhamento dos sindicatos aos interesses da burguesia. Vários exemplos se deram, na história do sindicalismo europeu, no sentido de consolidar uma aristocracia operária no movimento sindical, o que favoreceu sobremaneira os interesses da burguesia capitalista e enfraqueceu a luta organizada dos trabalhadores. E por isso, surgiram correntes reformistas que pregavam a colaboração de classes e a transformação pacífica da sociedade, por meio de reformas graduais.

Em 1914, diante da Primeira Guerra Mundial, essa aristocracia operária ou burocracia reformista que dirigia a maioria do movimento operário, se colocou ao lado das burguesias nacionais, na defesa dos interesses desta classe. Para isso, convocaram os sindicatos e os trabalhadores a defenderem os interesses dessas burguesias nacionais contra as grandes potências imperialistas que visavam controlar as economias e a produção mundial. Esse processo ocorreu em vários países do mundo.

Nesse momento, surgem as posições políticas de Lenin (1986) contestando o erro político dos dirigentes da II Internacional de apoiar os créditos de guerra em favor das burguesias nacionais e confirmando sua posição de que a guerra era uma demonstração de que o capitalismo entrava numa fase de decadência, marcada por guerras e revoluções, a qual denominou de fase imperialista³ do capital. E por isso, condenava as posições reformistas, pois, para Lenin, a tarefa do proletariado, naquele momento, era a de se opor à guerra e lutar contra sua própria burguesia, defendendo seus interesses enquanto classe operária.

Num momento da maior importância histórica mundial, a maioria dos dirigentes da segunda Internacional Socialista tenta substituir o socialismo pelo nacionalismo. Devido à sua conduta, os partidos operários desses países não se opuseram à conduta criminosa dos governos, mas chamaram a classe operária a fundir a sua posição com a posição dos governos imperialistas. Os dirigentes da Internacional cometeram uma traição em relação ao socialismo, votando a favor dos créditos de guerra, repetindo as palavras de ordem patrióticas da burguesia dos seus países, justificando e defendendo a guerra, entrando nos ministérios burgueses dos países beligerantes etc. (LENIN, 1986, p. 560).

As elaborações de Lenin sobre esse processo político e sindical do operariado deram uma rica contribuição, no início do século XX, porque pautava suas análises pela necessidade de se travar, no interior do sistema do capital, a luta da classe operária contra a estrutura da sociedade. Por isso, retoma o conceito de Engels sobre as greves como “escolas de guerra”; mas sua principal contribuição foi sobre a teoria da organização da classe operária e de sua luta política, porque Lenin fez um enorme esforço de elaboração, a partir da experiência da Revolução de Outubro, em 1917, para compreender o papel da luta sindical e da luta política na sociedade.

Mas se a história do movimento operário europeu se consolida no século XIX, no Brasil, pela sua realidade econômica agrícola-colonial, de constituição social diversificada e de forte

³ A fase imperialista, segundo Lenin (1986), é uma fase superior do capitalismo caracterizada por um grau muito elevado do seu desenvolvimento, a partir da substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

controle político, a organização em sindicatos data do início do século XX. Da mesma forma o sindicalismo docente cujo trabalho é sujeito às mesmas determinações e contradições da sociedade do capital, tornando-se mister analisar, como salientado inicialmente, tanto a emergência da organização dos trabalhadores no Brasil em sindicatos quanto as linhas políticas que nortearam a existência desses organismos da classe, desde sua origem até os momentos atuais.

2.1.1 LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

A referência teórico-histórica que até aqui relacionamos nos faz compreender a importância do nascimento das organizações sindicais operárias, em nível mundial, com o advento da economia capitalista de produção de mercadorias a partir da formação de uma classe operária assalariada. Uma classe que constrói os sindicatos como instrumentos legítimos de organização e luta, em defesa de seus salários e condições de trabalho, mas também, para que influencie parte significativa dessa classe na luta pela superação da lógica desigual instituída pela sociedade do capital a partir dos interesses divergentes entre as classes fundamentais que a constitui – os capitalistas e os assalariados.

Para compreendermos a constituição do sindicalismo, no Brasil, torna-se relevante buscar alguns acontecimentos históricos que identificam o início e o desenvolvimento da organização da classe operária no Brasil. Esses fatos, organizados em épocas e períodos, visam demonstrar a construção da identidade política do movimento sindical, desde o seu nascedouro até os dias atuais.

O operariado e os trabalhadores, em todo o mundo, desenvolveram lutas históricas contra a exploração capitalista. Para a nossa análise, vale a pena localizar o tempo histórico de tais lutas, em épocas (que equivalem a séculos) e períodos (que são espaços de tempo conjunturais no interior de determinada época).

Esta luta da classe operária mundial está dividida, segundo Moreno (1992), em duas épocas claramente delimitadas: uma, antes da Primeira Guerra Mundial; outra, com a Revolução Russa. Isso porque, até a Primeira Guerra Mundial, o proletariado teria alcançado inúmeras conquistas, porém, dentro do regime capitalista imperialista, sem questioná-lo e sem apresentar alternativas de poder a ele, ou seja, os trabalhadores lutaram e alcançaram reformas. É a chamada época reformista.

A partir da Primeira Grande Guerra, em 1914, e da Revolução Russa, em 1917, abre-se a época que vivemos hoje, segundo Moreno (1992), de crise e decadência crônica do imperialismo e do capitalismo, em que esse último não consegue responder às necessidades fundamentais do trabalho e opta pelo convencimento dos trabalhadores sobre o imperativo de seu funcionamento desigual. Fato esse que produz enormes contradições no interior das organizações dos trabalhadores, fazendo com que suscitem análises sobre a situação econômica e objetiva dos trabalhadores e que se considerem as questões subjetivas no funcionamento de suas organizações de classe na sociedade do capital.

Segundo alguns analistas políticos, como os editores da Livraria e Editora Kairós, em nota no livro por ela produzido, *Trotsky - Escritos Sobre Sindicatos*, cuja edição, no Brasil, ocorreu em 1978, existiram dois períodos históricos iniciais importantes vividos pela classe operária brasileira que caracterizam, para esta pesquisa, a identidade política do movimento sindical, desde o seu nascedouro até os dias atuais, com as devidas atualizações históricas. Por isso, consideramos importante ressaltá-los.

O primeiro período seria a partir do início do século XX, depois da abolição do trabalho escravo, no Brasil, em 1888, com o nascente processo de industrialização da produção, quando se iniciou a constituição do operariado enquanto classe, e esse último começou a dar os primeiros passos rumo à organização sindical e política. Neste período as organizações de trabalhadores buscavam sua autodefesa, independente do estado e dos patrões.

O segundo período histórico se abriu, no decorrer dos anos de 1930, quando o Estado, comandado por Getúlio Vargas, consolidou uma política de aliança estratégica para o movimento sindical brasileiro e para os partidos e causou uma ruptura política com o período histórico anterior, destruindo tanto as linhas políticas e programáticas do sindicalismo independente de outrora como as organizações sindicais e políticas que garantiam, de certa forma, a independência orgânica do operariado enquanto classe. Esse processo causou uma ruptura radical com o período anterior, sendo determinante na consolidação da interferência do Estado nas organizações dos trabalhadores.

Esses dois períodos iniciais da história do sindicalismo no Brasil conviveram com um sindicalismo democrático e autônomo em relação ao Estado (primeiro período) e um sindicalismo burocrático e atrelado ao Estado (segundo período). Em seguida, relacionamos mais dois períodos, também importantes e semelhantes à história inicial, reiniciando

politicamente os períodos históricos e dando continuidade à análise sobre o processo de organização sindical no Brasil.

Um terceiro período se abriu, em 1978, após a ditadura militar no Brasil, com o novo sindicalismo, que retomou princípios de democracia e autonomia nas entidades sindicais, portanto, com a defesa de sindicatos autônomos em relação ao Estado. O período iniciou com forte efervescência política em defesa da democracia e do emprego e consolidou organizações sindicais e políticas de grande peso na conjuntura do país.

O quarto período, se inicia com o governo de Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2003, e que, novamente, aproxima as organizações sindicais do atrelamento ao Estado, reinaugurando um processo de fragmentação e reorganização política e sindical dos trabalhadores no país. É neste período que concentramos as análises desta pesquisa.

Trataremos de qualificar algumas relevâncias políticas que demarcaram os períodos relacionados no que se refere a organização e luta dos trabalhadores no Brasil, em especial, os trabalhadores docentes.

Na constituição do **primeiro período**, antes mesmo da abolição do trabalho escravo, no Brasil, em 1888, já existiam, segundo Rodrigues (1968), movimentações em torno da necessidade de organização do trabalho livre; e então, surgiram associações mutualistas de trabalhadores que precisavam se proteger por meio de ações de cooperação, ações beneficentes de solidariedade com assistência médica, aposentadoria, empréstimos, cestas básicas, enfim, protegiam-se organizando as caixinhas de auxílio mútuo. De tal forma surgiram as primeiras associações mutualistas, criadas no país, como a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, em 1853; a Sociedade Beneficente dos Caixeiros, a Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional, a Associação dos Socorros Mútuos, em 1873; e a União Beneficente dos Operários da Construção Naval, em 1884.

No Brasil, as primeiras indústrias só começaram a se instalar no princípio do século XX. [...] documentos da época nos mostram que existiam no Brasil de 1900 aproximadamente oitenta mil trabalhadores urbanos. Outros nos mostram que, em 1906 havia, no Rio de Janeiro, 115 mil operários, incluindo os artesãos de pequenas oficinas. No mesmo ano, em São Paulo, havia 24 mil operários. De qualquer maneira, estes dados mostram que no Brasil daquela época a classe operária era pouco numerosa e que, conseqüentemente, a industrialização ainda era pequena. (GIANNOTTI, 2009, p. 49).

A situação dos trabalhadores, no Brasil, nesse período, era de intensa exploração e controle político: a base da economia era a agricultura de exportação, e quem mandava no país eram os latifundiários e sua burguesia agrária; então, “nos primeiros cinquenta anos da República, os patrões respondiam à luta operária unicamente com repressão.” (GIANNOTTI, 2009, p. 66). Tudo isso, para garantir a consolidação da doutrina liberal no país que não admitia qualquer regulamentação de direitos trabalhistas. Mas os trabalhadores foram obrigados a empreender lutas pelo direito à sobrevivência econômica e enquanto classe.

São enumeradas mais de 400 greves organizadas desde o começo do século até o ano de 1920. A maioria dessas greves teve um caráter parecido: lutas pelos direitos mínimos, como aumento de salários e redução da jornada de trabalho e exigência do direito à livre organização dos trabalhadores. Porém, em diversas ocasiões foram realizadas greves de caráter unicamente político. Foi assim com várias greves e boicotes contra a guerra ou em solidariedade internacional. (GIANNOTTI, 2009, p. 49).

O movimento sindical que se constituiu no primeiro período, que vai de 1900 até 1935, tinha uma característica marcante: era um sindicalismo desvinculado da estrutura do Estado e, de certa forma, independente do controle das classes dominantes. Tinha um peso enorme das concepções anarquistas e comunistas, influenciado pelos processos mundiais de organização dos trabalhadores.

Os professores primários, se organizaram em associações de auxílio mútuo, que segundo Rêses (2008) remontam ao final do século XIX, como a Associação dos Professores Paroquiais Católicos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul, em 1898, de fortes vínculos com Igreja Católica. Essas organizações visavam ajudar no aprimoramento e no desenvolvimento das escolas a partir do cunho religiosos e comunitário.

No início do século XX, surgiram outras iniciativas de organização dos professores primários, em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, que se instituíam como entidades beneficentes, de auxílio mútuo, de caráter corporativo ou científico. Em 1901, surge a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, que esteve em funcionamento até a década de 1930.

Foi construído, neste primeiro período, um sindicalismo desvinculado da estrutura do Estado, e de certa forma, independente do controle da classe dominante.

Fatos importantes do período: 1) os congressos socialistas de 1892 e 1902 que foram uma tentativa de contestar a influência anarquista, sem sucesso, cujas ideias também tinham sido transplantadas da Europa pelos imigrantes; 2) o Primeiro

Congresso Operário, em 1906, cujas decisões se originaria a Confederação Operária Brasileira (COB), que apesar de se manter "numa existência precária durante a maior parte da década seguinte, foi a primeira organização operária nacional de alguma consequência"; 3) o Decreto nº 9 1.637, de 5 de fevereiro de 1907 que permite o direito de associação dos trabalhadores urbanos e concede liberdade de formação, organização e funcionamento, com a obrigação de registrar seus estatutos e a pautar-se pelo princípio da harmonia entre o capital e o trabalho; 4) A Guerra Mundial de 1914-18 com seus reflexos na industrialização nacional; 5) as greves de 1917 com nítida influência anarquista; 6) a Revolução Russa, de 1917, com seus reflexos, principalmente para a superação do anarquismo e o advento da influência comunista. (SAUL, 1982, p. 27).

A origem do sindicalismo docente, se comparado com o sindicalismo operário, se constituiu, no Brasil, bem mais à frente, sendo considerado tardio para autores como Dal Rosso e Lúcio (2004, p. 144):

É marcante do sindicalismo docente a formação tardia das organizações associativas e sindicais. Se o sindicalismo brasileiro em outros setores de atividade, tais como a indústria, começou a organizar-se ao final do século XIX, o sindicalismo docente começa a estruturar-se setenta e cinco anos mais tarde.

Mesmo concordando com a afirmação acima de que a expressão da organização docente em sindicatos foi tardia, é preciso considerar que a organização de professores acompanhou de alguma forma a organização operária, no Brasil, mesmo em forma de associação beneficente, de auxílio mútuo, como foi a formação, segundo Rêses (2008), da primeira associação brasileira de professores públicos de que se tem notícia, fundada em 1901: a Associação do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP).

Era uma associação que reunia os professores do ensino público paulista, buscando prestar serviços de assistência à saúde, assistência financeira e jurídica; também visava ao aprimoramento moral e intelectual dos professores. De qualquer forma, havia organização docente por meio das associações que foram se transformando em entidades beneficentes até mais ou menos 1930.

Em 1926, surgiu a Confederação do Professorado Brasileiro (CPB), que reunia professores do ensino secundário, como afirma Reses (2008). Em 1930, foi criado o Centro do Professorado Paulista (CPP), e, como essas, foram surgindo inúmeras associações em diversos estados do país, todas com o mesmo caráter assistencial de auxílio mútuo.

Mas o operariado brasileiro fazia sua parte no desenvolvimento das lutas sindicais e políticas no país, e, a partir da criação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906,

construiu sua pauta dando centralidade às lutas em curso pela conquista das oito horas de trabalho diário, por exemplo, e à orientação, segundo Giannotti (2009), de que as várias organizações operárias passassem a se chamar *sindicatos*, cuja tarefa deveria ser organizar a luta operária, sem se perder em tarefas de assistencialismo. Na década de 1920, a COB foi extinta diante da forte repressão do Estado.

Vale ressaltar que a burguesia, em crise com a passagem do modelo escravista-agro-exportador para o modelo industrializado do capital monopolista imperialista, disputava entre si pelo controle do estado e das riquezas ditas nacionais, mas tinha consenso em uma coisa: de que não era possível “que o Estado fizesse leis regulamentando as relações entre capital e trabalho, embora fosse favorável à criação de leis repressivas.” (GIANNOTTI, 2009, p. 105).

Influenciadas pelo final da I Guerra Mundial e pela Revolução Russa, em 1917, momento caracterizado por forte expansão industrial quando a classe operária tem maior centralização, as organizações sindicais adquirem necessidade de incorporar a luta política em sua ação, iniciando um **segundo período** histórico.

O movimento sindical adquire cunho acentuadamente político, buscando inclusive uma atuação parlamentar. É uma característica que contrasta com o período anterior, que se não era apolítico, poderia ser chamado de antipolítico. O movimento sindical perde nessa fase o caráter revolucionário e violento que se revestia anteriormente, e adquire um tom mais brando, buscando algumas composições com correntes políticas sem penetração sindical e tentando, por todas as vias, a atuação parlamentar. Em síntese, torna-se menos revolucionário e mais reformista. (RODRIGUES, 1986, p. 16).

Alguns eventos que ocorreram no período corroboram entendimento sobre os ajustes políticos que ocorreram no sindicalismo brasileiro:

- 1) a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, por nove delegados, sendo sete brasileiros natos e dois imigrantes, trabalhadores de categorias como alfaiate, sapateiro, ferroviário e jornalista, com um caráter internacionalista, pois aprovam, por unanimidade, a filiação do partido brasileiro à Terceira Internacional, com sede em Moscou;
- 2) o início do movimento tenentista, em 1922, com a revolta do Forte de Copacabana, movimento que fará emergir Luís Carlos Prestes, um dos líderes do comunismo brasileiro e conhecido como o "cavaleiro da esperança", na expressão do escritor Jorge Amado;
- 3) a reforma constitucional de 1926 que passou para a União a competência exclusiva de legislar sobre o trabalho, o que denuncia a tentativa de cooptação dos movimentos operários por parte do Estado;

4) a Revolução de 1930 que, ao derrubar a oligarquia, estabeleceu um "estado de compromisso" frente ao vazio de poder e criando condições para o desenvolvimento da industrialização e o conseqüente aumento quantitativo e qualitativo da mão-de-obra apesar da legislação trabalhista, então implantada, tendo no Ministério do Trabalho, recém criado, o seu guia e mentor, tenha tido a preocupação de neutralizar o movimento operário autônomo. (SAUL, 1982, p. 28).

Até os dias atuais, segundo os autores da livraria Kairós, na introdução do livro *Trotsky – Escritos sobre sindicatos* (1978), uma mesma fisionomia caracteriza a estrutura sindical implantada pelo Estado na década de 1930. Um sindicato e um tipo de sindicalismo nascido como apêndice do aparelho do estado, no sentido de controlar e integrar o movimento operário, destruindo a independência acumulada no período anterior. Isso resulta na formação de uma burocracia sindical vinculada ao Ministério do Trabalho, base para os quadros do Partido Trabalhista do Brasil (PTB), um partido nacionalista que tenta completar, segundo os autores, o processo de submissão do movimento operário, auxiliado nessa tarefa pela política de conciliação de classes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com a promulgação da primeira lei sindical, após a criação do Ministério do Trabalho, Comércio e Emprego, segundo Hélivia Cruz (2008), o governo de Getúlio Vargas vai criando dispositivos, regulamentações e instrumentos de controle do trabalho e dos trabalhadores. Os sindicatos tornam-se oficiais e começam a perder suas características de luta em defesa da classe operária e são declarados, por lei, colaboradores do Estado.

Havia crise, também, no movimento sindical brasileiro desse período, dirigido pelos anarquistas, cujas estratégias se desgastavam junto às necessidades dos trabalhadores, visto que eram pautadas apenas pelas lutas por salário e não extrapolavam as lutas economicistas, numa conjuntura de forte influência do processo de Revolução Russa, ocorrida em 1917, que fez com que muitas lideranças anarquistas rompessem com essa linha ideológica e se organizassem sob a bandeira do comunismo revolucionário da Revolução Russa. Assim é que, no Brasil, em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), iniciando-se, segundo Cruz (2008), uma nova fase na luta sindical, comprometida, portanto, com a construção da revolução brasileira.

Os comunistas foram fundamentais nesse processo de organização do sindicalismo no país, principalmente em relação à unidade entre os trabalhadores. Segundo Antunes (1989), com a realização do Congresso Sindical Nacional, reuniram-se representantes de sindicatos de vários estados, e ocorreu a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1929, que congregou todos os sindicatos influenciados pelos comunistas. Criaram, também,

juntamente com o Tenentismo⁴ e a Coluna Prestes⁵, um movimento que andava pelas regiões do país denunciando as oligarquias e arregimentando adeptos para a revolução no Brasil. Em 1935, já sob o governo de Getúlio Vargas, os comunistas criaram a Aliança Nacional Libertadora, uma frente nacional que exigia mudanças no país.

Todo esse período, até 1930, foi marcado pela repressão à organização e à luta dos trabalhadores com sindicatos e partidos fechados. Mas, entre 1934 e 1945, ocorre no país uma enorme mudança com a consolidação do processo de industrialização e a dita modernização das relações de produção, o que fez com que o presidente Getúlio Vargas inaugurasse a Nova República, visto que a Velha República, representada pelo café e seu modelo agrário, fechava seu período. Esse Estado, em sintonia com os organismos internacionais, ampliou as bases da industrialização no país, estabelecendo uma relação de intervenção direta na economia, mudando o modelo de gestão e organização do Estado.

Esse processo também significou a intervenção do Estado na relação capital versus trabalho, com a criação de um órgão de gerenciamento dos conflitos que foi o Ministério do Trabalho e, com ele, a criação de fortes leis trabalhistas.

Toda essa dinâmica está relacionada a um período de intensa crise na economia capitalista mundial, a famosa crise de superprodução, visto que o modelo fordista de produção em massa com a inovação no processo de produção ocasionou enorme expansão na produção de mercadorias, gerando oferta maior que a demanda e o desequilíbrio no interior do sistema

⁴ O tenentismo foi o nome dado ao movimento político-militar, e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920 descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto aberto (fim do voto de cabresto), instituição do voto secreto e a reforma na educação pública. (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenentismo>. Acesso em 18 mar. 2017).

⁵ No início da década de XX, o Brasil vivia sob o domínio das oligarquias rurais e setores médios urbanos, como os militares, por exemplo, começaram a questionar este poder e a pressionar por mais investimentos nas forças armadas. A Coluna Miguel Costa Prestes, mais conhecida como Coluna Prestes, foi um movimento liderado por militares, que faziam oposição à República Velha e às classes dominantes na época. Teve início em abril de 1925, no governo de Artur Bernardes (1922-1926). Com aproximadamente mil e quinhentos homens, a Coluna Prestes percorreu 25.000 quilômetros. Durante dois anos e meio atravessou 11 estados. Do sul, o grupo rumou para centro-oeste do país, percorreu o nordeste, até o estado do Maranhão. Na volta, os combatentes refizeram o caminho, até chegar à fronteira com Bolívia onde a coluna se desfez. Por meio de comícios e manifestos, a Coluna denunciava à população a situação política e social do país. Num primeiro momento, não houve muitos resultados, porém o Movimento ajudou a balançar as bases, já enfraquecidas, do sistema oligárquico. Luís Carlos Prestes tornou-se o ícone desta Marcha, ficando conhecido como “O cavaleiro da esperança”. Ele não foi o principal líder da Coluna. Quem tomou a frente do percurso foi Miguel Costa. Mas Prestes era o idealizador, aquele que alimentava o sentimento de liberdade política, voto secreto e justiça social. Em fevereiro de 1927, a Coluna chegou à Bolívia, onde se desfez. Muitos combatentes se exilaram ali mesmo. Prestes foi para Rússia e, posteriormente, voltou ao país como um dos líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (Disponível em <http://www.infoescola.com/historia/coluna-prestes/>. Acesso em 18 mar. 2017).

capitalista. A grande crise de 1929 gerou forte desemprego em todos os continentes do planeta e gerou também conflitos políticos e ideológicos gigantescos entre as potências mundiais.

Portanto, a política de Getúlio Vargas, no Brasil, atendia aos interesses e necessidades históricas do capital. Por isso, buscou aproximar os sindicatos do Estado. Visava a:

- 1 – Racionalizar e regulamentar as relações de trabalho, possibilitando o desenvolvimento capitalista, que estava emperrado [...].
- 2 – Esvaziar as pressões da classe operária, que visava conquistar os mesmos direitos da classe operária de outros países. Entre esses direitos as 8 horas de trabalho diário, salário mínimo, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, previdência social.
- 3 – Atender as pressões da OIT, que exigia um mínimo de igualdade de condições para não desequilibrar a concorrência entre os vários países. Junto com as leis de proteção ao trabalhador, também são criadas leis e normas regulamentadoras da vida sindical, visando um maior controle sobre ela, para castrá-la. (GIANNOTTI, 2009, p. 116).

A política Varguista redefiniu as relações político-sindicais no país, pois, com a forte crise econômica, as lutas do operariado aumentaram, e a burguesia, agora com maior peso na indústria, não conseguia mais controlar essas lutas com o chicote. Assim, estimulou o surgimento de um novo tipo de sindicalismo, com sindicatos oficiais que aceitavam colaborar com as ações do governo e das classes dominantes para fazer crescer a indústria e os direitos trabalhistas, que colaboravam para a supressão imediata do sindicalismo independente, o qual foi perseguido e aniquilado pelo Estado. Havia forte ofensiva ideológica no país.

O grande objetivo de Vargas na relação com os sindicatos oficiais foi alcançado, pois ressaltava que deveria existir harmonia entre os interesses do capital e os do trabalho, ou seja, não era possível haver conflito dos trabalhadores com o governo e com o novo modelo capitalista, pois o novo sindicato, agora regulamentado, com Estatuto Padrão, a partir da Lei da Sindicalização (Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931), deveria conciliar os interesses entre as classes colaborando com o Estado.

Os Estatutos dos sindicatos não podiam mais ser feitos pelos trabalhadores. Havia um estatuto padrão, fornecido pelo Ministério do Trabalho. Era só ir ao Ministério, pegar o estatuto já pronto, colocar o nome do novo sindicato, sua data de fundação, o local de funcionamento e pronto. Estava feito o estatuto do novo sindicato. Agora era só levar de volta, para o Ministério carimbar. Neste estatuto estava tudo bem explicado: proibido fazer política no sindicato; proibido fazer greve; proibida a criação de uma central sindical; proibida a filiação em qualquer organismo internacional. Caso a diretoria desobedecesse a essas leis, o Ministério tinha o direito de cassá-la, decretando a intervenção no sindicato. Todas essas

normas foram reunidas por Vargas em cem artigos e encaixadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). (GIANNOTTI, 2009, p. 136).

Foi criado, também, o imposto sindical, um imposto recolhido do salário anual dos operários com valor referente a um dia de trabalho. Segundo Antunes (1989), o recolhimento desse imposto criou as condições para que os sindicatos deixassem de ser combativos e passassem a ser, novamente, assistencialistas, quebrando a autonomia financeira das entidades e fazendo-as assumir funções assistenciais que deveriam ser do Estado.

Mas esse processo logo é desmascarado pelos trabalhadores, por conta das lutas que aumentavam durante esse período e até 1945, organizadas fundamentalmente pelos comunistas no país. Vargas instaurou uma onda de repressão contra esse setor e consolidou um Estado Ditatorial com a supressão de liberdades democráticas a partir das censuras, prisões, torturas e mortes de ativistas. “Comunistas, anarquistas, ativistas sindicais – ou qualquer pessoa que se opusesse ao governo – acabavam aprisionados.” (GIANNOTTI, 2009, p. 126).

Havia forte disputa entre as diversas correntes ideológicas pelo comando do movimento sindical brasileiro. O setor que esteve à frente dessa disputa foi o dos comunistas organizados no Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, em 1947, teve seu registro cassado e seus membros remetidos novamente à clandestinidade. Segundo Saul (1982), esse espaço político e sindical foi rapidamente tomado pelo trabalhismo, movimento político representado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), usufruindo a estrutura sindical verticalista, uma herança do Estado Novo que a Constituição de 1946 não havia alterado, valendo-se dos pelegos⁶, na área sindical, e do Ministério do Trabalho, na área governamental.

Outro grupo que disputava o controle político dos sindicatos, segundo Saul (1982), era o setor católico que, a partir dos Círculos Operários de caráter assistencialista, entra na linha reivindicatória, promovendo greves e manifestações.

Por causa dos excessos que repercutiram mundialmente, Vargas começou a afrouxar o regime ditatorial e foi deposto pelos seus pares militares em 1945. Durante esse período, a economia mundial viveu os chamados “anos dourados”, ou seja, foram trinta anos de acelerado

⁶ O termo *pelego* foi popularizado durante o governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930. Imitando a *Carta Del Lavoro*, do fascista italiano Benito Mussolini, Vargas decretou a Lei de Sindicalização, em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. “Pelego” era, então, o líder sindical, de confiança do governo, que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. Pelego passou a ser o dirigente sindical apoiado pelos militares. A palavra, que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela, virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões. (Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/pelego>>. Acesso em: 15 ago. 2016).

crescimento econômico do capitalismo, estimulado pelo pós-Segunda Guerra Mundial, com a política de reconstrução dos países e economias arrasados, onde os trabalhadores travaram muitas lutas e obtiveram grandes conquistas.

No Brasil, esse período influenciou as lutas da classe operária que conquistou aumentos de salários além de outros benefícios, como o 13º salário. Foi um período de efervescência política, de reorganização da esquerda no país, favorecendo, nas décadas de 1950 e 1960, a unidade na organização sindical em torno das conhecidas Reformas de Base⁷ que provocavam debates calorosos em torno da democratização política, pois se consolidou, na esquerda brasileira, o apelo ao nacionalismo e às medidas reformistas do aparato estatal.

A organização dos professores primários também tomou impulso entre os anos de 1950 e 1960, com o surgimento de diversas associações pelos estados de Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Esse processo favoreceu a fundação, em 1960, da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) que passou a representar o magistério primário em nível nacional. Ademais, surgiram, em vários estados, as associações que representavam os professores secundários. Segundo Vicentini e Lugli (2009), essa segmentação foi eliminada, e os professores se congregaram em organizações únicas pelos estados. O caráter dessas entidades não mudou durante esse segundo período, pois continuavam com seu caráter assistencial.

As lutas em curso, nessas décadas, trouxeram experiências importantes, em termos de organização sindical, principalmente da necessidade de organização nacional centralizada das lutas dos trabalhadores. Existiram, ainda sob o governo Vargas, como nos relata Matos (2009), organizações unitárias dos trabalhadores como o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), todos com vida curta.

Mas, a partir da gigantesca greve, em 1953, que envolveu várias categorias, em São Paulo, uma greve forte que durou 27 dias e ficou conhecida como a greve dos 300 mil⁸, foi possível avançar nessa organização unitária dos trabalhadores. Tinha, como pauta central, a luta

⁷ *Reformas de base* foi a designação dada a um movimento ocorrido no Brasil, liderado pelos movimentos de esquerda e classe média, como o Partido Trabalhista Brasileiro, e que, na década de 1960, tornou-se bandeira do presidente do país, João Goulart. Discutia a promoção de alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que superassem desigualdades sociais com reforma agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana, bancária, etc. Segundo Giannotti (2009), todas iam no sentido de promover maior justiça social, melhor distribuição de renda e um desenvolvimento independente do país.

⁸ A cidade ficou paralisada por quase um mês. Foi uma greve que reuniu várias categorias, sob a liderança de metalúrgicos, têxteis, gráficos e trabalhadores da alimentação. Podemos dizer que essa greve foi o resultado da organização clandestina dos trabalhadores desde os anos repressivos de 1946-1950. (GIANNOTTI, 2009, p. 150).

contra o arrocho salarial, a instituição do 13º salário aos trabalhadores, o direito de greve e de liberalização dos sindicatos. Essa greve foi um marco político na retomada das lutas operárias organizadas no local de trabalho, ou seja, na organização de base, e também na tentativa de construir um organismo nacional sindical, intersindical, dos trabalhadores. “Nasceu o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que depois se transformou em Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST). Em 1958 foi o Conselho Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) e em 1960, com uma nova greve, surge o Pacto de Unidade e Ação (PUA)”.

Em 1962, com as perdas salariais causadas pela política inflacionária as greves estouravam quase que diariamente. Fruto dessas mobilizações que nasceu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que teve participação muito grande na pressão ao governo pelas reformas de base. O CGT, assim como havia ocorrido com o CST, não lutou para romper com a estrutura sindical oficial e, por suas relações com o Governo, principalmente o CGT, foram os mais fortes exemplos de uma prática sindical populista e cupulista. (MATOS, 2009, p. 70).

A busca dessa experiência sindical de várias organizações de caráter unitário e nacional demonstrava a necessidade dos trabalhadores de compor lutas unificadas, mesmo diante das amarras de uma estrutura sindical e política que proibia o surgimento de centrais sindicais que articulassem as lutas nesse período. No ano de 1963, por exemplo, houve um crescimento de mobilizações em São Paulo, com greves em diversas categorias, o que marcou esse processo de luta, como a Greve dos 700 mil⁹. Segundo Antunes (1989), uma greve que se constituiu como uma das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário brasileiro.

Um período que viu crescer, também, a participação nas lutas dos trabalhadores de empresas de serviços e do setor público. As greves, nesse período, tinham uma motivação econômica, mas também política. Todavia, como a burguesia não tolerava democratizar as decisões sobre os espólios arrancados da exploração do trabalho, instalou-se, no Brasil, em 1964, uma nova ditadura militar.

Com o fim da diplomacia entre URSS e os EUA, que representavam a disputa entre o comunismo e a consolidação capitalista, houve um processo aberto de caça aos comunistas, e a disputa não foi nada velada e muito menos diplomática. Com a desculpa de que o país estava se transformando em uma baderna, que ficaria ingovernável, os diversos governos começavam

⁹ “Em outubro de 1963, o CGT lidera uma greve geral na cidade de São Paulo. Pela primeira vez, 78 sindicatos se unem numa campanha salarial unificada e exigem negociação direta com a Fiesp. A reivindicação era 100% de aumento. Durante dois dias 700 mil trabalhadores pararam a cidade. Ao final, conseguem um acordo de 80% para todos, o que atinga diretamente os interesses da burguesia no seu coração industrial.” (GIANNOTTI, 2009, p. 181).

a propagandear o chamado perigo comunista, como afirma Giannotti (2009), segundo o qual governadores, como o do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, principal porta-voz da direita, alertava diariamente, nos espaços de comunicação de massa, contra o perigo comunista e apelava para uma intervenção militar no país.

O ano de 1963 se encerrou com três fatos políticos importantes na conjuntura nacional: a Rebelião dos Sargentos, em Brasília, para reivindicar o direito ao voto, melhores condições de trabalho e aumento de seus salários, e que, com o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi vitoriosa; a greve dos 700 mil, em São Paulo, que também foi vitoriosa; e uma longa greve nacional dos bancários que afetou o sistema financeiro. Essas mobilizações pressionaram o governo de João Goulart a assinar as Reformas de Base, numa grande manifestação de rua, com a presença de cerca de duzentas mil pessoas, no Rio de Janeiro.

Após esse ato, segundo Giannotti (2009), a direita realizou a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* com a presença de militares, empresários, católicos conservadores e a classe média, pedindo um golpe no país para que se restaurasse a democracia. Dias depois, ocorreu uma mobilização entre os marinheiros e fuzileiros navais que se amotinaram exigindo direitos básicos.

O Brasil estava em efervescência política, e crescia a força das organizações de esquerda e a pressão sobre o governo para assegurar as chamadas reformas de base, como as reformas agrária, bancária, tributária, urbana, política, universitária, administrativa bem como a nacionalização das refinarias de petróleo. Política essa interrompida no dia 1º de abril de 1964, quando os militares, com apoio dos empresários, retiraram João Goulart do governo e assumiram a presidência do país, dando início à uma ditadura empresarial-militar.

Logo, veio a repressão à classe operária. As medidas tomadas pelos militares no poder visavam os mesmos objetivos: paralisar a luta da classe operária e garantir a retomada da produção, e dar total liberdade ao capital internacional. Essas foram as principais medidas tomadas pelos golpistas: A greve passa a ser considerada crime contra o Estado, os sindicatos devem excluir todos os comunistas, o CGT e outras articulações dos trabalhadores são destruídos, milhares de delegados de fábricas e líderes sindicais são presos e torturados; combate total à organização dos camponeses; inicia-se uma fase de arrocho salarial, para garantir uma nova acumulação capitalista, ligada ao imperialismo. (GIANNOTTI, 2009, p. 185).

Com a resposta repressiva, o Estado coloca na ilegalidade os partidos e fecha os sindicatos combativos com ação violenta contra as greves, além de caçar mandatos de deputados; enfim, o sindicalismo foi amordaçado e aniquilado, única maneira de a burguesia

restaurar o controle da classe dominante sobre o operariado e impor uma nova reestruturação econômica a partir do alinhamento do Brasil ao capital internacional liderado pelos Estados Unidos.

Os anos dos governos militares, a partir de 1964 e até 1985, foram marcados pelo alinhamento acima referido, gerando a abertura dos mercados nacionais às necessidades das grandes potências capitalistas. Houve forte crescimento econômico e enorme concentração de renda visto que, para os trabalhadores, restou o congelamento de salários com a Lei do Arrocho¹⁰, o fim da estabilidade no emprego e o fortalecimento de um tipo de sindicalismo pelego que controlava os trabalhadores pela repressão.

Foi nefasto o papel que cumpriram os sindicatos oficiais nesse processo de forte repressão às lutas e às entidades sindicais combativas, porque aqueles apoiavam as ações dos militares, em que “o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e quatro confederações)” (MATOS, 2009, p. 101). Os dirigentes sindicais contrários às ações do governo militar que conseguiam escapar das prisões viviam na clandestinidade ou no exílio, ainda segundo Matos (2009), diante da cassação de seus direitos políticos e de inúmeros inquéritos policiais-militares.

Os debates e mobilizações dos trabalhadores que ocorreram na luta contra o regime ditatorial, no Brasil, foram fundamentais em meio à grande fragmentação política: diversas organizações se formaram nas polêmicas sobre os fatores que favoreceram a implantação da reação conservadora, no país, que não aniquilou, mas enfraqueceu a organização sindical independente dos trabalhadores.

O enfraquecimento e a dispersão não eliminaram a efervescência de luta por mudanças no país, consolidando o espaço dos socialistas que contestavam as ações dos governos, fosse no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se dividiu pautado pelo balanço do erro político cometido outrora, quando abraçou as diretrizes reformistas e pacifistas; fosse pelas ações guerrilheiras¹¹ do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que surgiu da ruptura com o

¹⁰ “O governo militar em, 1965, impõe o congelamento de salários e cria a Lei nº 4.725, conhecida como Lei do Arrocho. Os beneficiados por esta Lei são os empresários, que veriam o custo da mão-de-obra baixar dia a dia. Essa é a raiz do apoio entusiástico dos empresários ao regime militar.” (GIANNOTTI, 2009, p. 191).

¹¹ Segundo Edmilson Costa (2009), após o golpe militar no Brasil, um pequeno grupo de militantes comunistas passou a alinhar-se às teses do *Partido Comunista Chinês* e à forma de luta com a qual os chineses derrotaram as forças conservadoras naquele País – *a guerra popular prolongada*, na qual o campo deveria cercar as cidades, sob a direção de um exército popular de base camponesa. Foi baseado nestas teses que a direção do PC do B desenvolveu a estratégia da guerrilha rural para o Brasil, mais conhecida como *Guerrilha do Araguaia*.

PCB; fosse pelo surgimento de várias organizações de esquerda, que atribuíram a derrota, nos anos de chumbo, à falta de trabalho de base dos sindicatos que priorizaram os diálogos superestruturais com o Estado, por meio dos sindicatos oficiais que a ele atrelaram essas organizações.

Dessa autocrítica operária surgia, como consequência natural, a necessidade de uma nova prática político-sindical. O sindicalismo não suportava mais o peso de decisões tomadas de cima para baixo. O sindicalismo precisava construir uma nova estrutura sindical, desatrelada do governo e dos patrões e que condenasse a aliança com a burguesia nacional. Essas ideias foram os elementos-chave do que veio a ser conhecido como Novo Sindicalismo. Ele dará origem, no limiar de 1980, à construção de um novo projeto sindical. (GIANNOTTI, 2009, p. 201).

A resistência do movimento sindical, nos anos de chumbo, foi permanente, mesmo com o papel dos sindicatos oficiais de frear as mobilizações com o foco nas iniciativas assistencialistas desencadeadas por essas entidades. Foram lutas isoladas e fragmentadas, mas que desafiavam a situação de precariedade econômica para os trabalhadores mesmo sobre a base do propagandeado milagre econômico¹², visto que tal “milagre” se assentava sobre a recessão e a forte concentração de capitais por parte de grupos estrangeiros e do sistema financeiro, o que gerava, segundo Matos (2009), investimentos públicos, pela via do endividamento externo que fazia do Estado um financiador de infraestrutura a partir das empresas privadas por meio de insumos e baixo custo nas estatais.

E dentro das empresas, os trabalhadores conviviam com “o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho que, garantidos pelo controle do governo sobre os sindicatos, elevavam em muito a lucratividade do capital”. (MATOS, 2009, p. 109).

De fato o PIB cresceu anualmente a taxas superiores a 10% na maior parte do período 1968-1976, chegando à taxa recorde de 14% de variação anual em 1974. O trabalhador, no entanto, nada usufruía desse crescimento. [...] Em 1960, os 50% mais pobres da população brasileira ficavam com apenas 17,7% da renda nacional. [...] Em 1980, dispunham de apenas 13,5% da renda. Já os 5% mais ricos da população passaram dos 27,7% da renda de que se apropriavam em 1960, para a apropriação de 34,7% da renda nacional em 1980. Um milagre que fez os ricos muito mais ricos e, por consequência, os pobres cada vez mais pobres. (MATOS, 2009, p. 110).

¹² Período de 1969 a 1973, em que o Brasil passou por forte crescimento econômico. Segundo Celso Furtado (1981), a taxa média de crescimento anual foi de 23,8%, duplicando o ritmo de expansão da produção manufatureira. A taxa de crescimento das importações esteve próxima de 28%.

Essa situação desigual foi o motor para a retomada, com força, dos enfrentamentos sindicais no país, possibilitando o surgimento de mecanismos de lutas por empresas, lutas de base, com métodos de organização próprios nos locais de trabalho, com ocupações de empresas, “greves pipocas” rápidas, “operações tartaruga” que atrasavam a produção, e paralisações de categorias consideradas novas para o movimento sindical, como os funcionários públicos, o que possibilitava uma recomposição das lutas com características novas, fazendo surgir o que se denominou *novo sindicalismo*, inaugurando o **terceiro período** histórico para o movimento sindical brasileiro

As características do *novo sindicalismo* possibilitaram a constituição de um movimento de organização sindical de combate às políticas de arrocho salarial do período e, por outro lado, democrático na organização dos trabalhadores na medida em que fomentou organizações sindicais pelos Estados, com essas características. O Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (SINTEPP) é fruto desse movimento de enraizamento de base e organização sindical que se contrapunha à paralisia, ao cupulismo e ao atrelamento dos sindicatos a patrões e governos.

2.1.2 A HISTÓRIA DO SINDICALISMO SE REPETE, DESTA VEZ COMO FARSA

O sindicalismo que despontou na década de 1970 se intitulou *novo*, porque se definia como oposição ao sindicalismo da etapa anterior: populista, conciliador, burocrático e atrelado ao Estado. Um movimento que foi crescendo, desde 1978, a partir de reivindicações básicas dos trabalhadores, como o reajuste dos salários corroídos pela inflação. Mas, para além de uma luta puramente econômica, o movimento assumiu forte caráter político contra a ditadura militar.

No primeiro parágrafo de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx (1975) lembra que Hegel disse que os fatos e personagens de grande importância da história do mundo se repetiam duas vezes. No mesmo parágrafo, Marx completa que a história acontece “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. E, seguindo tal frase, ele analisa o golpe de estado dado por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, anos depois do Bonaparte mais famoso ter transformado a França em um império. O golpe de Napoleão foi a tragédia. A repetição do golpe, por Luís Bonaparte, fora a farsa... E, assim, a história se repete, na realidade brasileira, quando analisamos a situação do sindicalismo.

Isto, porque os fatos importantes que demarcaram o caráter do sindicalismo no Brasil, ao longo de sua história, estão representados pelo distanciamento ou pela aproximação do Estado por parte dos sindicatos, pelo alinhamento ou não das representações sindicais dos trabalhadores com a classe dirigente, a burguesia, os patrões, os governos. Por outro lado, localiza também o enfrentamento ou a consolidação do reconhecimento desses dirigentes sindicais por seus representados. Portanto, a frase de Marx também expressa a relação contraditória do papel dos sindicatos na sociedade do capital.

De tal forma, as lutas sindicais, que marcaram a identidade política dos sindicatos nos períodos anteriores, de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado a um sindicalismo atrelado aos interesses dos governantes, serão retomadas a partir das características do novo sindicalismo, no final da década de 1970; de seu enfraquecimento e crise de identidade a partir da aplicação do neoliberalismo no país, na década de 1990; e o seu desmoronamento e reconfiguração com a chegada de um ex-sindicalista e ex-operário à presidência da República, a partir de 2003.

É necessário considerar que os acontecimentos, a partir da construção de um novo sindicalismo, no Brasil, com consolidação, na década de 1980, ocorrem sobre as bases de uma mesma estrutura sindical que atrelou os sindicatos ao Estado, mesmo com um programa diferenciado, o que exigiu dos novos sindicalistas e protagonistas políticos do país uma escolha: romper com a estrutura sindical varguista, numa conjuntura neoliberal que reduz a ação sindical ao âmbito da empresa, ou fortalecer os vínculos e as relações políticas com o Estado e com os patrões, a partir de uma estrutura burocrática e que financia a ação sindical, na medida em que, tais dirigentes compreendem que o capitalismo é muito forte e se consolida com o neoliberalismo. Restando ao movimento sindical o envolvimento em pactos e acordos políticos que possibilite manter suas estruturas sindicais.

Em 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo inicia uma forte campanha exigindo reposição salarial de 34,1%, incentivado por uma denúncia, segundo Marques (2005), feita pelo Banco Mundial, de fraudes nos índices de inflação nos anos de 1973 e 1974, patrocinada pelo então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, do governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici. Tal situação desencadeou mobilizações na cidade de São Paulo, organizadas pela Oposição Metalúrgica, inclusive passando por cima da direção oficial do sindicato. Essa Oposição organizou a primeira greve geral de uma categoria após 1964.

Em 1978 se iniciou, na fábrica de caminhões Scania Varis, em São Bernardo, a primeira de uma série de greves conhecidas como “greves dos braços cruzados,

máquinas paradas”. Em alguns dias a greve se alastrou, atingindo várias categorias. Primeiro foram os metalúrgicos de São Paulo que organizados em grupos de fábricas paralisaram cerca de 250 empresas. Depois os bancários, servidores públicos, professores, marítimos, etc. Além das reivindicações econômicas defendia-se a organização no interior dos locais de trabalho e o amplo direito de greve. A palavra de ordem “fim da ditadura” era uma constante e, sem dúvida, uma grande força para a ampliação do movimento e para a solidariedade de amplos setores da população. (MARQUES, 2005, p. 74).

É preciso ressaltar que as organizações dos professores, até a década de 1970, eram corporativistas em suas redes de serviços e em seu caráter reivindicativo encaminhando propostas que suprissem necessidades salariais e de condições de trabalho da categoria.

Para Dal Rosso e Lúcio (2004, p.119), “As associações profissionais são uma forma pré-sindical, frequentemente de caráter assistencial, que busca atender a interesses profissionais da categoria dos professores”. É uma forma embrionária das organizações docentes que, segundo Dal Rosso e Lúcio (2004), muitas vezes, viram-se obrigadas a apresentar reivindicações corporativas sindicais em defesa de salários, de planos de carreira, de direitos de aposentadoria, dentre outras, mas que tinham a consciência muito presa à noção de categoria profissional e, por isso, não conseguiam empregar meios de mobilizações de maior pressão, como greves por exemplo.

Tais objetivos, entretanto, não poderiam comprometer a preocupação em manter o respeito quanto às autoridades constituídas, nem o suposto ideal de neutralidade política, presentes inclusive nos sindicatos organizados por professores da rede particular. Mesmo quando as associações constituídas nesses moldes passaram a utilizar práticas reivindicatórias mais agressivas – passeatas e greves -, insistia-se no caráter diferenciado dessas iniciativas, que eram descritas como ordeiras, com vistas a preservar a distância do operariado. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 105).

As greves que emergiram anos de 1970, segundo Kruppa (1994), foram importantes para compreensão da localização do professor como trabalhador em educação e do Estado como patrão, pois as lutas que ocorreram em defesa da valorização do trabalho do professor, como, por exemplo, a conquista do salário mínimo para as professoras primárias – como as que ocorreram aqui, no estado do Pará –, desencadearam a aproximação e a busca de unidade, por meio da mobilização dos professores junto com o movimento operário, construindo posicionamentos políticos identificados com o movimento docente e os movimentos mais gerais de trabalhadores.

As mobilizações foram se intensificando, a partir de 1980, recolocando os trabalhadores no centro da política nacional. As greves nacionais de diversas categorias, foram

potencializando, exigindo a unificação das lutas e a ampliação das demandas em suas pautas, como a suspensão do pagamento da dívida externa, a defesa da reforma agrária, a recomposição dos salários, a jornada de 40 horas semanais, o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, dentre outros pontos. Numa conjuntura de inflação galopante em toda a década de 1980, por exemplo, “a inflação acumulada em 1987 atingiu 415%” (MANGABEIRA, 1993, p.134).

Como produto desse processo intenso de mobilização, os trabalhadores organizaram uma central sindical classista e combativa, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que apontava o caminho das lutas radicalizadas no confronto capital X trabalho, assumindo um programa de ruptura com o sistema capitalista vigente.

A CUT é uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros, bem como do povo explorado. (CUT, 1983, Art. 2º).

As raízes dos princípios fundantes da CUT estão na publicização de uma forte autocrítica de setores importantes da classe trabalhadora, no país, em relação ao sindicalismo de Getúlio Vargas que mostrou, segundo Giannotti e Neto (1990), toda a sua artificialidade e a sua fraqueza com o golpe militar de 1964. Esse processo provocou duas posições diferentes, no interior do sindicalismo, as quais, durante 20 anos, se confrontaram no movimento de massas: a posição das *oposições sindicais*¹³ e a posição dos *sindicalistas autênticos*¹⁴.

A fonte das oposições sindicais trouxe para o leito da CUT uma crítica arrasadora da velha estrutura sindical: necessidade de total desatrelamento do Estado, fim do populismo, ênfase na participação de base na vida sindical, dando destaque à

¹³ Segundo Maria Rosângela Batistoni (2010), as oposições se constituíram em uma Frente de trabalhadores que queria conquistar seu sindicato, o dos metalúrgicos da capital paulista, resgatando-o das mãos de pelegos e interventores encastelados pela ditadura militar; para isso, foi formada uma chapa de oposição nas eleições sindicais de 1967, integrada por militantes católicos, sindicalistas dispersos e metalúrgicos. Unificados em torno da crítica à ausência de enraizamento das entidades sindicais, apontavam a necessidade de organização nos locais de trabalho. Para Batistoni, a Oposição Sindical Metalúrgica despontou como alternativa sindical para a categoria dos metalúrgicos de São Paulo, mas também se tornou referência para o conjunto do movimento operário.

¹⁴ Segundo Batistoni (2010), foi uma corrente sindical de oposição à direção do Sindicato dos Metalúrgicos da Região do ABCD paulista, que surgiu no interior do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em 1978. Essa corrente organizava dirigentes independentes, outros vinculados ao PCB e de oposições sindicais. O grupo dos autênticos era caracterizado por nele haver sindicalistas combativos que disputavam as direções dos sindicatos com os pelegos propondo mobilizações de massa.

Comissão de Fábrica como “escola de poder operário” (GIANNOTTI; NETO, 1990, p. 43).

As *oposições sindicais* nascem propondo criação de um novo sindicalismo, a ser construído, desatrelado do Ministério do Trabalho, enraizado na base e separado dos interesses patronais. E por isso, um novo sindicalismo capaz de unificar os trabalhadores e, portanto, contrário ao cupulismo sindical da Era Vargas.

A fonte dos sindicalistas autênticos trouxe para a CUT sua prática de grandiosas mobilizações de massas, sua capacidade de pôr em funcionamento a máquina sindical em função da organização das lutas, rejeitando para um plano secundaríssimo o velho assistencialismo que desvirtuava a visão sindical dos trabalhadores. (GIANNOTTI; NETO, 1990, p. 43).

Esses dois blocos sindicais de esquerda disputavam a organização e a mobilização dos trabalhadores com os sindicatos oficiais pelegos existentes no país. E mesmo com enormes diferenças quanto à concepção de organização e de luta sindical. Uniram-se na formação de uma nova central sindical dos trabalhadores. Uma central unitária, democrática e desvinculada do Estado, cujos princípios sustentavam a necessidade de organizar a luta independente do Estado, disputando as direções dos sindicatos pelegos e organizando os trabalhadores pela base foi a marca imprimida pelo movimento chamado *novo sindicalismo*, criado no seio do operariado brasileiro, que exigia a unificação das lutas em curso.

Até que, em 1989, ocorreu, no país, segundo Matos (2009), uma greve geral, de dois dias, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, sendo a maior da história brasileira e, para o autor, a última grande demonstração de força do *novo sindicalismo*. O *novo sindicalismo* apresentou, segundo Mangabeira (1993), um conjunto de características que buscaram definir esse novo momento da vida sindical no país.

1. O sindicato do tipo “novo sindicalismo” é mais combativo: a) por sua tendência a recorrer a greves; b) pelas formas de luta escolhidas; c) pelo uso político dos canais legais existentes; d) por introduzir temas que contestam a organização da produção.

2. Os sindicatos do tipo “novo sindicalismo” são mais representativos da base que representam porque: a) admitem novos protagonistas como líderes; b) admitem e estimulam a representação nos locais de trabalho; c) procuram expandir as bases de participação por meio da organização de campanhas de sindicalização; d) admitem eleições sindicais sistemáticas realizadas em condições com maior liberdade e competição.

3. O “novo sindicalismo” não é apenas uma tendência sindical, mas: a) representa uma arena de lutas em defesa de direitos sociais e políticos; b) questiona os

próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidades de expansão da cidadania operária. (MANGABEIRA, 1993, p. 15).

A análise desse período da história do sindicalismo, no Brasil, com o *novo sindicalismo*, é extremamente relevante, quando buscamos, na história da luta de classes, compreender o protagonismo da classe trabalhadora e de suas organizações na conjuntura; como é possível esse protagonismo; como se pode mudar a situação política com organização e luta.

É preciso considerar que o *novo sindicalismo* foi um movimento de ruptura com a estrutura política e sindical vigente e de forte questionamento ao sistema capitalista, mas que, também, foi fruto de enormes diferenças entre os grupos internos que o constituíam. Diferenças que acompanharam o movimento sindical brasileiro desde sua gênese, quanto ao seu papel e caráter de classe, quanto à sua identidade.

De alguma forma, mesmo com as suas particularidades conjunturais, o *novo sindicalismo* procurou reiniciar os períodos históricos, com uma classe trabalhadora mais amadurecida e melhor organizada. Como naqueles períodos, os debates internos acalorados foram determinantes para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores, no Brasil, e se intensificavam à medida que a crise econômica mundial do capital se aprofundava. Podemos dizer que o *novo sindicalismo* vigorou, no Brasil, entre os anos de 1978 a 1990.

Importante salientar que esse vigor programático do nosso sindicalismo questionou a estrutura sindical varguista, burocrática e atrelada ao Estado.

Nesse processo, afirma-se que, no interior do movimento sindical brasileiro, havia três posições fundamentais sobre concepção e organização dos sindicatos. Posições que envolviam o caráter e o papel de tais entidades, da mesma forma que formatava suas diretrizes programáticas e suas lutas: – uma posição, dirigida pelos trabalhadores ligados à Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), de São Paulo, que procurou organizar as oposições sindicais no interior das fábricas e em todo o país, defendendo a ruptura com a atual estrutura sindical e com os diretores pelegos, por meio das ações diretas e organizadas pela base.

A OSM despontou, assim, como alternativa sindical para a categoria metalúrgica paulistana e como referência para o conjunto do movimento operário. Defrontou-se com as jornadas grevistas no final da década, não como força externa, mas com uma enraizada força sindical constituída a partir de dentro das fábricas. E emergiu na cena histórica como parte e expressão do movimento operário e sindical do final dos anos de 1970. (BATISTONE, 2010, p. 29).

Essa oposição sindical tinha como princípio fundamental a defesa de um sindicalismo autônomo e independente do Estado e de sua estrutura oficial. “As Comissões deveriam ser a raiz da implantação da ação sindical na base. Deveriam ser independentes, controladas única e diretamente pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho.” (GIANNOTTI, 2009, p. 228).

Uma segunda posição política era sustentada pelo grupo dos *sindicalistas autênticos*¹⁵, grupo que surgiu a partir das greves nas fábricas automobilísticas de São Bernardo do Campo, em 1978. Nessas greves do ABC paulista, os grevistas contaram com o apoio da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, que representou os operários nas negociações com os patrões das diversas empresas e obteve vitórias importantes.

Esse processo demonstrou que a direção desse sindicato estava com os anseios da base. À época, Luís Inácio da Silva, o Lula¹⁶, era presidente daquele Sindicato e expressava nacionalmente os interesses dos trabalhadores, criticando a ditadura militar, os sindicatos pelegos e a estrutura sindical imposta. E tornou-se referência para diversas lideranças sindicais, políticas, intelectuais e religiosas.

Por todo esse processo, as divergências que Lula e os sindicalistas autênticos expressavam com as oposições sindicais eram sobre a concepção de sindicato. Primeiro, entendiam que a organização dos trabalhadores deveria se dar, preferencialmente, no interior dos sindicatos e que, por isso, as comissões de fábrica deveriam estar aliadas ao sindicato e não funcionar por fora dessas entidades.

Dessa forma, tais oposições seriam fundamentais para disputar as direções dos sindicatos com os pelegos¹⁷ e para pressionar os dirigentes pelegos a lutarem; portanto, teriam vida curta. O fundamental seria organizar os trabalhadores, nas empresas, para elegerem representantes sindicais que fossem reconhecidos como tal, a partir das orientações dos

¹⁵ Segundo Batistoni (2010), pode-se afirmar que, a partir de 1978, o sindicalismo brasileiro se orientava por três correntes: a dos pelegos tradicionais, a dos sindicalistas independentes ou autênticos, e a das oposições sindicais. Essa corrente dos sindicalistas autênticos se constituiu, em julho de 1978, no V Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).

¹⁶ Luís Inácio da Silva era conhecido, no movimento sindical, como Lula, apelido de infância de Luís. O apelido foi incorporado ao nome, em 1982, por conveniência eleitoral. Disponível em: www.institutolula.org/biografia

¹⁷ *Pelego* era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Na ditadura militar, o *pelego* passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado "sindicalismo marrom". A palavra, que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela, virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões. Segundo Giannotti e Domingues (2010), o *pelego* é o sindicalista que está sempre do lado dos patrões.

sindicatos; qualquer outra organização por fora dos sindicatos enfraqueceria a luta contra a estrutura sindical vigente e a luta contra o regime ditatorial.

Lula, numa entrevista à revista *Cara a Cara* (jul./dez.1978, p. 54-66), declarava que “As comissões dentro do sindicalismo livre teriam que existir subordinadas a uma coordenação ampla do sindicato. [...] Não podemos em instante algum reivindicar liberdade sindical e querer que surjam comissões paralelas ao sindicato”.

As comissões eram apreendidas como organizações “paralelas”, que levariam a uma duplicação do papel dos sindicatos nos esforços de luta da classe trabalhadora. Ao invés de comissões indicavam o reconhecimento da figura dos delegados sindicais – operários sindicalizados, com estabilidade de emprego -, representantes do conjunto dos trabalhadores de uma empresa no sindicato. Qualquer iniciativa de mobilização e organização nas fábricas deveria confluir para os sindicatos, fortalecendo-os. (BATISTONI, 2010, p. 63).

Para Boito Júnior (1996), a proposta dos sindicalistas autênticos colocava como central a luta contra o modelo das diretorias pelegas dos sindicatos; nesse sentido, as comissões de fábrica eram, para eles, instrumentos para que conquistassem maior abertura e democracia nos sindicatos, ou seja, para esses dirigentes sindicais, a luta prioritária era contra esse “modelo ditatorial de gestão sindical” (p. 62) e não pela organização de base nos locais de trabalho.

De certa forma, diante da necessidade de reorganizar os trabalhadores na base dos sindicatos, a existência das comissões de fábrica, como a experiência mostrara, não anularia os objetivos da disputa, inclusive pela superestrutura sindical, ou seja, eram embriões de organização dos trabalhadores no interior das fábricas, e portanto, embriões para as novas direções sindicais se constituírem.

Uma terceira posição sindical no interior do sindicalismo era a da chamada *unidade sindical*, era um bloco denominado pelos operários de “reformista”, porque buscava, de diversas formas, evitar as greves e os enfrentamentos com os patrões e com o governo. Composto majoritariamente pelo PCB e PCdoB, defendia, segundo Giannotti (2009), uma aliança entre a classe operária e a patronal em torno de um pacto social, e se apoiavam, nos dirigentes pelegos dos sindicatos para evitar as greves, pois, entendiam que, greves prolongadas poderiam prejudicar a abertura que os militares começavam a fazer com o movimento. Eram conhecidos pelos trabalhadores como dirigentes populistas e burocráticos.

Nesse processo de recomposição sindical e política, o bloco *unidade sindical* buscava diálogos e atuações comuns com o grupo dos autênticos na tentativa de organizarem uma central

sindical nacional. Assinaram manifesto conjunto e buscavam atuar com unidade em diversas ações sindicais.

Como já vimos, ocorreram, em 1978, mais de cem greves no país e, no ano seguinte, esse número já duplicava, e nessa onda de greves, surge, no interior do congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1979, na cidade de Lins, uma proposta de mobilizar os trabalhadores, no Brasil, a organizarem o seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT).

A proposta de construção de um partido de trabalhadores foi imediatamente abraçada pelos sindicalistas e oposições sindicais que, com o apoio de diversos setores da classe operária e média, de trabalhadores do campo e da cidade, de intelectuais de esquerda e das comunidades eclesiais de base, lançam publicamente, em 1º de maio de 1979, uma Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores que salientava que era necessário construir o PT como um partido das massas populares, unindo-se ao lado dos que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

Em 13 de outubro de 1979, é lançado o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, em São Bernardo do Campo, com a presença de 130 pessoas, onde se elege sua comissão nacional provisória. “Em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo ocorre o Ato de Lançamento do Partido dos Trabalhadores, com a presença de 1.200 pessoas, que aprova, por aclamação, o Manifesto de lançamento do PT” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 40). Em 1º de junho de 1980, em São Paulo, é feita a reunião nacional oficial de fundação do PT, que aprova o programa e demais ações internas.

A fundação do PT foi determinante para o processo de reorganização sindical, visto que o grupo dos autênticos afastava-se programaticamente do bloco Unidade Sindical e aproximava-se do grupo das oposições sindicais. E essa nova unidade constrói, em setembro de 1980, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), selando a unidade do novo sindicalismo representado pela Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo e Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que “viriam a formar a CUT em 1983” (MARQUES, 2005, p. 75).

Em 1981, na tentativa de reorganizar a classe trabalhadora em torno de uma única central sindical, realizou-se a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), “com a presença de 1.091 entidades sindicais, 5.036 delegados representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris e funcionários públicos,

assalariados médios, boias-frias, trabalhadores em serviços e despossuídos de terras.” (ANTUNES, 1995, p. 28).

No interior do I CONCLAT, expressaram-se as posições divergentes pautadas, desde 1978, pelo movimento sindical e formaram-se dois blocos: de um lado, os representantes do Novo Sindicalismo, que defendiam a mobilização e o confronto por meio de uma greve geral dos trabalhadores, conformando um sindicalismo classista e combativo, mesmo com suas divergências internas. E de outro lado, estavam os representantes do bloco Unidade Sindical que defendiam o pacto social como caminho para a transição democrática no país e, portanto, com um sindicalismo mais moderado e conciliador.

Esses dois blocos voltariam a se apresentar divididos na construção do 2º CONCLAT, em 1983, ano em que ocorre a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), organizada pelo bloco dos sindicalistas autênticos e as oposições sindicais, ligados ao PT. E para se contrapor ao novo sindicalismo, surge a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), organizada pelos sindicalistas da Unidade Sindical, ligados ao PCB, PCdoB e MR8.

Mas os trabalhadores brasileiros pareciam não ter dúvidas sobre que tipo de sindicalismo defender, e a CUT capitalizou todo o processo de reorganização, pela base, dos sindicatos e oposições sindicais.

Participaram do congresso de 1983, que fundou a central, 912 entidades. Em 1991, 1.300 entidades encontravam-se filiadas e aptas a participar do 4º CONCLAT. Em 2000, a CUT possuía 3.088 entidades filiadas. A representatividade da CUT pode ser medida não apenas pelo número de filiações, mas também pelo papel representado por ela no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos de 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais. (MATOS, 2009, p. 125).

A combinação dos setores que fundaram a CUT – de forte trabalho de base das oposições sindicais, suas críticas profundas ao atrelamento dos sindicatos ao Estado, ao populismo e à velha estrutura sindical somadas à prática sindical massiva e mobilizadora dos autênticos, desafiando o governo ditador e os empresários, organizando a radicalidade e a indignação dos trabalhadores contra o pacto social –, fez nascer um programa de radicalidade da nova central.

Vito Giannotti e Sebastião Neto, em *CUT por dentro e por fora*, resumem assim os principais princípios da central:

- 1 – Sindicalismo classista e não de conciliação de classe;
- 2 – Sindicalismo enraizado na base e não cupulista;
- 3 – Sindicalismo livre da interferência do Estado;
- 4 – Autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos;
- 5 – Democracia interna na instância da central;
- 6 – Internacionalismo sem alinhamentos; e
- 7 – Socialismo como objetivo final da luta sindical. (GIANNOTTI e NETO, 1990, p. 43).

Com a fundação da CUT e do PT, consolidava-se um movimento sindical, no país, com característica classista, democrática, anticapitalista, socialista e internacionalista.

Com esses princípios, o novo sindicalismo possibilitou enorme efervescência política, nos anos de 1980, uma década de fortes lutas na cidade e no campo. O movimento sindical lutou por mudanças importantes, no país, inclusive nas regulamentações legais e políticas como o processo de mudanças na constituição que gerou o movimento Constituinte, em 1988, que possibilitou algumas conquistas parciais para os trabalhadores como o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e do estatuto padrão e a garantia da sindicalização dos funcionários públicos, mas que mantiveram o imposto sindical, a unicidade sindical, o poder normativo da Justiça do Trabalho que também fortaleceu os sindicatos oficiais corporativistas.

Nesse ano, de forte crise econômica no país, onde a inflação acumulada, segundo Giannotti (2009), já ultrapassava 930%, a recessão e o desemprego eram aviltantes, o processo constituinte também regulamentou alguns direitos parciais dos trabalhadores, como jornada de 44 horas, ampliação da licença maternidade para 120 dias, criação da licença paternidade de cinco dias, possibilidade da venda de 1/3 de férias, seguro desemprego, direito de voto do analfabeto, demarcação de terras indígenas. Essa regulamentação não contou com o apoio da CUT que entendia que suas determinações eram parciais e deixavam fora do texto a reforma agrária, por exemplo.

Em 1989, a crise econômica se aprofunda, e a inflação estoura a marca de 1.900% em um ano. “Uma dúzia de ovos, que custava 2 cruzeiros em janeiro, passara a custar 28 cruzados em outubro” (GIANNOTTI, 2009, p. 267). O governo lança um novo plano econômico, com mais arrocho, privatizações e demissões de funcionários públicos.

Nos dias 14 e 15 de março, a CUT realiza uma greve geral. As duas principais palavras de ordem eram: “Contra o arrocho” e “Fora Sarney”. Essa foi considerada a maior greve da história do Brasil: 15 milhões de trabalhadores cruzaram os braços. (GIANNOTTI, 2009, p. 267).

Todo esse processo combinado –, de crise econômica, com um novo plano de ajuste fiscal que o governo não conseguia efetivar; crise política, que fez estourar mobilizações de massas contra o regime, sem o controle do Estado e dos sindicatos pelegos; e crise social, que aumentava o desemprego, a miséria e a perda do poder de compra das classes médias – levou a forte instabilidade no país, o que viria a ser chamado de Sarneyzação, em razão da qual o governo de Sarney¹⁸ estava questionado.

Mas o capitalismo também se reestruturava como uma nova teoria econômica que dava centralidade ao capital especulativo financeiro e menos substância ao capital produtivo: o neoliberalismo, por definição do qual o Estado deixa de interferir na economia, reorganiza-se o mundo do trabalho com suas inovações tecnológicas buscando flexibilizar as relações de trabalho, fragmentando as funções do operariado, e adaptando as funções do Estado a novos modelos de gestão, o que visava a comprometer os trabalhadores com o aumento da produtividade e o processo de globalização das funções do mercado.

Um fator político importante foi a proclamada “derrota do socialismo”, no leste europeu, com a simbólica queda do Muro de Berlim, em 1989. Esse processo causou enorme impacto sobre os movimentos políticos de esquerda no país, em especial ao PT e a CUT que reivindicavam o socialismo existente na União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS).

Os motivos de tal confusão política assentavam-se na interpretação sobre os acontecimentos que geraram a derrota do stalinismo e de seu socialismo num só país, na antiga URSS, na medida em que um setor da esquerda entendeu que a derrota do socialismo stalinista significava uma derrota da luta dos trabalhadores e suas organizações de esquerda em todo planeta e que se abriria uma etapa de refluxos e retrocessos no movimento sindical, à proporção que o capitalismo estadunidense se fortalecia.

Outra visão, a dos socialistas revolucionários no movimento, entendia que a queda do stalinismo quebrava o controle político das direções reformistas sobre o sindicalismo e suas

¹⁸ José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, ou José Sarney, assumiu o cargo de presidente da República, no dia 21 de abril de 1985, com o falecimento de Tancredo Neves, tornando-se o primeiro presidente civil após o golpe de 1964. Com a extinção dos partidos políticos, pelo AI-2, no dia 27 de outubro de 1965, fez parte da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que existiu durante a ditadura militar. Ver em: <<http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/jose-sarney.html>>. Acesso em: 23 jun.2016.

organizações políticas, e que se abriria uma etapa favorável à recomposição política e sindical e à construção de maiores lutas contra o capitalismo. Isto, por causa da cortina de fumaça ideológica que existia sobre a figura da direção reformista, Josef Stálin¹⁹, que comandou o movimento operário, desde a morte de Lenin, na cidade de Gorki, na Rússia, assumindo o controle sobre o maior estado operário na URSS. O stalinismo, que passou a ser reconhecido como uma direção de conciliação de classes e que sustentava a coexistência pacífica entre os trabalhadores e os capitalistas, foi derrubado.

Os socialistas revolucionários defendiam que o que existiu, na URSS, sob o comando, de Josef Stálin, desde a década de 1920, não foi o socialismo internacionalista, mas governos ditatoriais de partido único que negavam a liberdade de expressão, de imprensa, de organização em partidos e sindicatos e o direito de fazer greves. Indicavam que “as conquistas extraordinárias da Revolução Russa, de 1917, como a expropriação da burguesia, a economia planificada, a nacionalização e o controle do comércio exterior, o pleno emprego, educação e saúde de qualidade, etc.” (UIT-QI , 2013, p. 13), foram desfiguradas e substituídas pelos privilégios dos burocratas, no aparato de um Estado, já degenerado pelos pactos permanentes com o capitalismo mundial desde o pós-Segunda Grande Guerra.

As mobilizações de massas, de trabalhadores e da juventude, derrubaram ditaduras, em 1989, e também derrubaram o Muro de Berlim, simbolizando a queda do poder stalinista no país e de seu aparato político mundial dirigido por partidos como o PCB e o PCdoB no Brasil.

Mas as contradições se expressaram, na realidade, de forma avassaladora, porque esse processo, que derrubou o stalinismo no leste europeu, não impediu a restauração capitalista nesses países, iniciada por esses dirigentes dos PCs. Isso, porque muitos trabalhadores acreditaram, inicialmente, na ilusão de que o capitalismo traria, além de liberdades, conquistas sociais qualitativas. O que aprofundou muita confusão na consciência dos trabalhadores em todo mundo.

Com a queda do Muro de Berlim, o capitalismo iniciou uma campanha ideológica de que tinha fracassado o socialismo e o capitalismo havia triunfado, colocando um sinal de igualdade entre o socialismo e o stalinismo, levando milhões de trabalhadores a descreditarem na luta pelo socialismo, tendo a própria esquerda reformista atribuído a culpa dessa crise ao excesso de estatismo no socialismo da URSS, ao partido que se burocratizou por causa da teoria

¹⁹ Segundo Antonio Gasparetto Júnior, **Ioseb Besarionis Dez Djughashvili, ou Josef Stálin, foi** o ditador russo que comandou a União Soviética até sua morte, em 1953. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/stalin/> Acesso em: 23 jun. 2016.

leninista de partido revolucionário, gerando um partido único totalitário, identificando todo esse processo com a falência do leninismo e do marxismo revolucionário. Contudo, o marxismo-leninismo não defende essa concepção de partido nem a constituição dessa casta burocrática dirigente.

Essas ideias que atribuíam o fim do socialismo acabaram favorecendo a política de direções de conciliação de classes a partir que aperfeiçoavam tais ideias com teorias como a teoria do socialismo do século XXI, um socialismo moderno, que estabelecia relação estreita com as multinacionais, empresários e capitalistas.

O socialismo do século XXI não pode renunciar à construção de uma comunidade universal de povos, articulados em forma democrática, pacífica e igualitária. Essa comunidade, longe de abortar a construção nacional, deve dela partir. Um Estado-nação pode abrir mão de cotas de soberania em favor de instâncias multinacionais, quando essa decisão contribuir decisivamente para alcançar objetivos superiores e democraticamente definidos. (GARCIA, 2005, p. 19).

Também possibilitava o surgimento de novas formas de organização de movimentos sociais mais amplos, autonomistas e horizontalistas, enfraquecendo os partidos revolucionários e seus programas de expropriação da burguesia, a não colaboração de classes e a democracia e liberdade das massas trabalhadoras para participar das decisões na economia e na vida política de seu país.

Esse processo foi, de fato, avassalador. E, no Brasil, ainda em 1989, combinado com a maior greve geral organizada pela CUT na luta por reajuste de salários, ocorreram dois fatos políticos importantes.

O primeiro fato político foi a ruptura na central sindical CGT, da qual a Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB, se transferiu integralmente para a CUT; e aqueles que permaneceram naquela Central fundariam, mais à frente, outras centrais, dentre elas, a Força Sindical, uma nova central que anunciava a adesão à lógica econômica dos anos de 1990 e a colaboração com o empresariado e o governo, como forma de obter vantagens materiais para os trabalhadores, consolidando um sindicalismo de resultados, imediatista e corporativista.

O segundo fato foram as eleições presidenciais, em 1989, a primeira eleição universal e direta de um presidente, após a queda da ditadura militar. Naquela concorreram: o candidato que incorporava os preceitos do neoliberalismo, que, com o lema de “caça aos marajás”, obteve 28,52% dos votos, em primeiro turno, e 53% dos votos, em segundo. Fernando Collor de

Mello²⁰, que era um desconhecido, disputou com Luís Inácio Lula da Silva, principal figura pública e política do novo sindicalismo que, com o apoio da CUT e do PT, expressou um programa de defesa dos direitos dos trabalhadores e ruptura com a lógica capitalista em curso. Lula obteve 16,08%, no primeiro turno, indo, com Collor de Melo, para o segundo turno, quando obteve 47% dos votos. Uma eleição mobilizadora, em razão da qual o Brasil ficou dividido entre dois projetos distintos.

O novo governo assume a presidência do país numa conjuntura de brutal recessão, com a inflação na casa de 2000% ao ano; o presidente já inicia seu mandato apresentando um novo plano econômico, chamado *Plano Collor*, e nele procura aplicar todo o programa neoliberal orientado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de reduzir gastos públicos com as áreas sociais e aumentar a carga de impostos à população.

- a) Desregulamentação da economia com o fim das tarifas alfandegárias sobre as importações;
- b) Entrada maciça de capital estrangeiro no país;
- c) Privatização de todos os serviços públicos, das empresas estatais aos serviços de água, luz, gás, transporte, etc;
- d) Início da destruição do pouco que existia do chamado Estado de Bem Estar Social;
- e) Ataque aos direitos trabalhistas e necessidades de enfraquecer os sindicatos;
- f) Ataques aos serviços públicos. Cem mil são colocados imediatamente em disponibilidade;
- g) Processo acelerado de desindustrialização com as consequências, já clássicas, de forte desemprego. (GIANNOTTI, 2007, p. 284).

A instabilidade era enorme, e dois anos depois, em 1992, acusado de desvio de dinheiro público e corrupção, o presidente Collor sofreu um processo de *impeachment* e foi destituído, pela força das mobilizações de milhões de estudantes que saíram às ruas exigindo o “Fora Collor!”

Com a ofensiva do capital sobre o trabalho diante da crise econômica mundial, o capitalismo organizou o processo de reestruturação produtiva e suas multifacetadas que flexibilizaram, pauperizaram e fragmentaram as relações de trabalho e a classe trabalhadora.

²⁰ Fernando Collor de Melo foi o mais jovem presidente da história do Brasil – assumiu o mandato com apenas 40 anos de idade – e o primeiro a ser eleito pelo voto direto do povo, após o período do Regime Militar (1964-1985). Governou o país por dois anos e meio. Isolado pela classe política e sem apoio do Congresso Nacional, foi alvo de julgamento político, culminando com a sua renúncia à Presidência da República. Mais tarde (1994 e 2014), seria inocentado nos dois processos que tramitaram no Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.fernandocollor.com.br/biografia/>. Acesso em: 03 out. 2016.

Os sindicatos, no Brasil, sofreram fortes impactos no seu processo de mobilização e, mesmo diante de brutais ataques aos direitos conquistados nas décadas anteriores, o novo sindicalismo começa a envelhecer.

De fato, os anos de 1990 não permitem um balanço muito positivo do sindicalismo no Brasil. A escalada grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 7.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630 (Dieese). No interior das entidades, a queda nos índices de sindicalização, as dificuldades das direções em mobilizarem as bases, problemas de sustentação financeira e indefinições quanto às opções políticas são alguns indicadores de uma situação de refluxo em diversas categorias. (MATOS, 2009, p. 126).

O balanço não é positivo se comparado ao processo de 1989, como a greve geral, organizada pela CUT, que unificou as lutas dos trabalhadores em torno de um sindicalismo classista e combativo. As lutas sindicais, naqueles anos iniciais da década de 1990, existiram mesmo que fragmentadas, isoladas, pelas categorias e pelos estados.

No interior da CUT, muitos debates acerca do papel da Central e suas tarefas, os quais giravam em torno da aceitabilidade ou não do pacto social; do funcionamento interno das discussões em que a direção majoritária, agora coordenada pela Articulação Sindical, a corrente política do Partido dos Trabalhadores à qual Lula da Silva era vinculado, eliminava a proporcionalidade qualificada em tais debates. O momento era de calorosas disputas. E as pressões sobre a organização das lutas aumentavam porque cresciam o desemprego e a miséria.

Desde o 3º Congresso Nacional da CUT, discutiu-se a ampliação da atuação da Central e a necessidade de se elaborar um programa alternativo ao neoliberalismo, com a formulação de propostas de políticas públicas e organização do Estado. No 5º Congresso da CUT, debateu-se a expansão das ações da Central e maior participação na institucionalidade.

Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes. [...] também formule suas diretrizes alternativas visando um novo Brasil, a partir da agenda de reformas estruturais que há muitos anos vem sendo construída pelos vários movimentos que compõem o campo popular e democrático. Os pontos centrais dessa agenda remetem, no plano geral, a três campos de intervenção política: reestruturação produtiva; papel do Estado; e uma política de retomada do crescimento com distribuição de renda, riqueza e que seja ao mesmo tempo geradora de empregos. (CUT, 1994, p. 14).

Fator importante que também desestabilizou a CUT, foi a criação da Força Sindical, uma central, que defendia o pacto com os empresários, ações de conciliação entre os interesses dos trabalhadores e os dos patrões, que levou as centrais sindicais, inclusive a CUT, a participar das câmaras setoriais²¹, em 1992, instalando nova polêmica no interior da Central.

Segundo Giannotti (2009), havia alguns setores, na CUT, que consideravam as câmaras setoriais como uma nova modalidade de negociação entre governo, empresários e sindicatos, para tratar não só de salários, mas também de outros aspectos de vida do trabalhador. Mas havia setores que diziam que essa modalidade de negociação diminuía a possibilidade de confrontos de interesses entre as classes, favorecendo a colaboração entre patrões e trabalhadores.

A década de 1990, até o ano de 2002 (esse último foi o ano da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores e da CUT, com a eleição de Lula da Silva para presidente do Brasil), foi marcada por fatores conjunturais importantes. Os governos de Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) consolidaram o neoliberalismo no país e a política de privatização e reformas estruturais. Até a instituição do Plano Real, plano idealizado no governo de Itamar Franco pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, a inflação atingia um patamar de 5000% ao ano, como foi em 1994, e o desemprego chagava a 20%. A partir do Plano Real, o governo garantiu certa estabilidade à economia.

No campo dos trabalhadores, houve lutas em todos os anos da década, como a dos Petroleiros, em 1995, uma greve forte, mas que ao não ter recebido o apoio integral e massivo da CUT para se manter, acabou sendo derrotada.

No interior do sindicalismo brasileiro, cresceu a influência de correntes socialdemocratas estadunidenses a partir da filiação da CUT à Central Sindical Internacional, ligada à socialdemocracia europeia – a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL)²².

A complexidade do atual quadro de reordenamento da economia mundial e do processo de globalização que vem se operando no mundo levou a CUT a assumir – sem abdicar de sua autonomia e soberania e respeitando as distintas concepções

²¹ Segundo Patrícia Anderson (1999), as câmaras setoriais se institucionalizaram como um lócus de organização e negociação entre o governo, os empresários e os trabalhadores, estabelecida como sua função a partir de meados de 1991. A negociação entre os agentes, incluindo os trabalhadores, como forma de elaboração de políticas para os setores, atribuiu às câmaras caráter inédito de fórum tripartite de discussão.

²² Nova confederação internacional, que conta com o apoio da CUT, entidade que possui um membro efetivo na direção da CSI. Nasceu representando 168 milhões de trabalhadores e trabalhadoras afiliados a 306 organizações de 154 países e territórios. Havia sido criada, em 1949, no bojo da “guerra fria”, segundo Ricard (2010), pelos sindicatos social-democratas, hostis à influência dos partidos comunistas. A CUT, que ingressou na CIOSL em 1992, apresentou-se com uma visão crítica das regulamentações da Confederação.

e culturas sindicais — uma relação orgânica com as centrais dos países que têm poder de decisão no atual processo de reordenamento mundial e que, na sua grande maioria, estão reunidas na CIOSL. (CUT, 1994, p. 35).

A influência da socialdemocracia mundial na CUT foi vista, também, a partir do debate sobre a participação nas câmaras setoriais, visto que a Confederação participava de fóruns tripartites na Organização das Nações Unidas (ONU). Viu-se um avanço no processo de burocratização dos dirigentes da Central, com a diminuição da participação da base nos processos decisórios e forte ampliação do poder de decisão dos membros de sua direção.

Mas o novo século se inicia, em 2001, com crise no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2003), com intenso questionamento das reformas neoliberais que visavam à profunda retirada de direitos, além das denúncias de corrupção no governo e da forte transferência de dinheiro público para a dívida externa. Os 10 anos de privatização das estatais desvelam a crise em setores importantes, como o setor energético, gerando uma onda de apagões no país, motivando segmentos sindicais e populares a irem às ruas.

Os servidores públicos federais lutaram, nos dois mandatos de FHC, exigindo o reajuste salarial negado, pois a política de congelamento nos salários do funcionalismo significou uma defasagem salarial em torno de 75,48%, “correspondente às perdas acumuladas durante os dois mandatos de FHC.” (GIANNOTTI, 2009, p. 308).

Um setor que se destacou nas greves desse ano foi o dos trabalhadores nas universidades federais. Durante mais de cem dias, professores e funcionários administrativos das 52 universidades federais do país, além dos professores e funcionários das escolas técnicas federais, ficaram paralisados. [...] Os trabalhadores das universidades tiveram como saldo várias vitórias. Entre elas, a incorporação e a extensão de algumas gratificações ao salário, um reajuste de 12% a 13% para professores e a manutenção da contratação pelo Regime Jurídico Único. (GIANNOTTI, 2009, p. 308).

O governo usou instrumentos políticos e jurídicos para pôr fim às greves em curso naquele ano, fossem das universidades ou dos trabalhadores da previdência, fossem dos metalúrgicos da Volkswagen, de São Bernardo (SP); enfim, buscou aplicar com interditos proibitórios, multas, corte de ponto, assédio moral, demissões, entre outros recursos na tentativa de conter essas lutas. Buscou aprovar, na Câmara federal, projetos de reforma sindical e trabalhista que tinham por objetivo quebrar a força das organizações sindicais e o direito de greve e retirar inúmeros direitos trabalhistas conquistados em décadas anteriores. Esse processo colocou em movimento a CUT, o PT e inúmeros trabalhadores, que, por meio de lutas

radicalizadas e pressões sobre parlamentares, conseguiram evitar a aprovação do projeto pelo governo FHC.

A CUT coloca-se contra o Projeto de Lei nº 5843/01, encaminhado pelo governo, que alterava o artigo 618 da CLT, estabelecendo que “o negociado vale mais que o legislado” [...] Tudo poderia ser negociado, passando por cima dos direitos dos trabalhadores e, no caso, passando por cima das leis trabalhistas, fundamentadas na CLT. (GIANNOTTI, 2009, p. 309).

As ameaças de reformas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) significariam forte alteração em direitos como 13º salário, licença-maternidade, jornada de trabalho de 44 horas semanais, flexibilização de férias e da multa de 40% do FGTS²³ dos trabalhadores, dentre outras conquistas ameaçadas. Esse processo possibilitou certa unidade no movimento sindical e grandes marchas na capital federal, que pressionaram os parlamentares, em especial os senadores, a não votarem o projeto. Havia forte crise no governo por conta da impossibilidade de aplicar as reformas neoliberais no país, em especial a reforma trabalhista, como queriam os empresários, por conta das mobilizações que ocorriam, em todo o país, principalmente no setor privado e no âmbito dos funcionários públicos.

Em 2002, o sindicalista, ex-torneiro-mecânico e maior expressão dirigente do novo sindicalismo das décadas de 1970 e 1980, que fundou o PT e a CUT, ganha as eleições presidenciais no Brasil e demarca o início do **quarto período** histórico para o movimento sindical brasileiro. O caráter desse governo e do movimento sindical, a partir de 2003, é relevante para a análise sobre a repercussão das lutas sindicais desenvolvidas nesse período e o papel do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Pará (SINTEPP).

Inaugura-se um novo período, a partir de 2003, com a chegada de Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, e um novo ciclo na situação política do país. Um período de experiência da esquerda no comando do país, em que o sindicalismo, a partir de suas entidades sindicais nacionais, passa a defender as reformas apresentadas pelo novo governo no Estado do Pará.

²³ Instituído pela **Lei Nº 8.036, de 11/05/1990**, o *Fundo de Garantia do Tempo de Serviço* (FGTS) é uma poupança compulsória que socorre o trabalhador demitido sem justa causa. O empregado dispensado sem justa causa faz jus, além das verbas rescisórias, ao recebimento de uma multa equivalente a 40% do valor do FGTS.

3 A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SINDICATO

As mudanças produzidas, no mundo do trabalho, pelo sistema do capital buscam responder, satisfatoriamente, em meio às crises econômicas, políticas e sociais, à obtenção de maiores lucros para a classe capitalista. Nesse sentido, a existência de tais crises retroalimentam a necessidade permanente do capital de rever seus mecanismos de controle e exploração do trabalho e dos trabalhadores para assegurar êxitos no gerenciamento e na manutenção de suas riquezas.

Durante as últimas décadas, nas campanhas salariais dos trabalhadores em educação pública, no estado do Pará, onde representantes do sindicato docente estiveram em mesas de negociação com representantes do governo estadual ou de prefeitos dos diversos municípios paraenses, ouviram-se repetidamente as seguintes frases: – “Por causa da crise econômica que afeta o país, não temos como pagar o piso salarial dos professores, [...]”; ou então: – “Não temos como garantir o pagamento do 13º salário, pois a crise econômica [...]”; ou ainda: – “Com a crise econômica precisamos fazer ajustes e cortar investimentos [...]”.

A situação econômica e política de um país e suas crises precisam ser observadas na realidade concreta da classe trabalhadora, aquela que produz riquezas, mas pouco usufrui daquilo que o seu trabalho produz. É necessário, portanto, compreendermos a situação da classe trabalhadora no Brasil e desvelarmos o significado da crise do capital, em especial, da crise aguda desde 2008 até os dias atuais. De tal forma, que identifiquemos suas causas e os efeitos sobre o mundo do trabalho e a organização política e sindical dos trabalhadores.

Isso, porque, ao analisar a resistência dos trabalhadores, torna-se urgente identificar como a forma sindicato responde aos determinantes do capital sobre o trabalho nos dias atuais, na organização da luta coletiva em prol dos direitos ao trabalho. Como os sindicatos têm resistido aos ímpetos de lucratividade do capital em situação de crise crônica? E mais, como essas entidades sindicais se organizam, entendendo que sua estrutura político-organizativa pode aproximar ainda mais os trabalhadores das lutas coletivas e organizadas contra o capital?

Os desafios das organizações de trabalhadores são enormes diante das configurações que o sistema do capital produz, para assegurar seus interesses. Com interesses divergentes, cada vez mais inconciliáveis, a sociedade do capital está à beira de um colapso. Então, como atuam as organizações de trabalhadores em forma de sindicatos?

3.1 CAPITAL X TRABALHO E A LUTA DOS TRABALHADORES

O sistema do capital, para se desenvolver e crescer, garantindo seu equilíbrio interno, produz processos bem complexos de rupturas e recuperações, estabilidades e instabilidades; ou seja, faz um movimento constante de crises e superações no interior do sistema. Segundo Trotsky (2008), na esfera econômica, esses constantes rompimentos e restaurações do equilíbrio do capitalismo tomam a forma de crises e *booms*. Na esfera das relações entre as classes, o rompimento do equilíbrio assume a forma de greves e lutas revolucionárias. Na esfera das relações entre os Estados, o rompimento desse equilíbrio significa guerras, bloqueios econômicos, etc.

O desequilíbrio, as crises, são mecanismos utilizados pelo próprio sistema, de maneira bem dinâmica, para aperfeiçoar a dominação e o controle sobre o trabalho e a mercadoria força de trabalho, para seguir produzindo mais valor.

A crise estrutural e sistêmica do capital, como nos indica Mészáros (2011), se expressa no desequilíbrio econômico que aprofunda a crise social e política no planeta, não sendo um fato isolado ou de agora: é uma crise permanente que se arrasta desde o período pós-Segunda-Guerra-Mundial, quando os países capitalistas imperialistas não conseguiram manter os resultados do tão ilustrativo *boom* econômico²⁴. Trata-se, portanto, de uma crise histórica do sistema capitalista mundial, não sendo, assim, uma crise a mais, pois essa fase aguda da crise da economia capitalista tem se transformado em crise crônica.

Expressões importantes dessa crise crônica indicam que a maioria da sociedade não tem acesso ao emprego, aos bens materiais e ao consumo; tem acesso precário ao mínimo necessário para se manter na produção. Isso significa que o capitalismo não tem conseguido restabelecer e alternar momentos de crise e superação. Por isso, há um aprofundamento do desequilíbrio e da instabilidade, portanto, uma crise econômica, política e social, permanente.

Em 2015, com base em números oficiais relativos ao desemprego, 204 milhões de pessoas não tinham trabalho, incluindo 74 milhões de jovens. Cerca de 830 milhões de pessoas no mundo são trabalhadores pobres, que vivem com menos de 2 dólares por dia, e mais de 1,5 mil milhões têm empregos vulneráveis,

²⁴ Foi um período de prosperidade econômica do capitalismo, em meados do século XX, que ocorreu, principalmente, em países ocidentais após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e durou até início de 1970. Segundo Hobsbawm (1995), foi um extenso período de expansão econômica, de produção e consumo de massa. “Também se baseou num acordo tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros” (HOBSBAWM, 1995, p. 276).

normalmente sem condições de trabalho dignas, sem voz ativa e sem segurança social. (PNUD, 2015, p. 5).

Quando observamos a situação do desemprego no mundo, impossível não compreender o processo de aprofundamento dos problemas sociais para o conjunto da classe trabalhadora e da sociedade, quando os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015) registraram privações humanas generalizadas, visto que, em todo o mundo, existem 795 milhões de pessoas que sofrem de fome crônica, que 11 crianças com idades inferiores a cinco anos morrem a cada minuto, e 33 mães morrem a cada hora. Vimos que as desigualdades sociais são provocadas pela lógica desigual de acumulação de riquezas, por um lado, e generalização de miséria, por outro.

Atualmente, cerca de 80 por cento da população mundial detém apenas 6 por cento da riqueza do mundo. Até 2016, 50 por cento da riqueza tenderá a ficar na posse dos 1 por cento mais ricos. No mundo do trabalho, os salários não acompanham a produtividade e a parte do rendimento que cabe aos trabalhadores tem vindo a diminuir. (PNUD, 2015, p. 5).

O entendimento que construímos ao analisar o mundo da produção capitalista é de que, nesse processo longo de crise aguda do capital, o próprio sistema produz uma série de fenômenos na tentativa de garantir maior lucratividade aos capitalistas, criando os mecanismos que estabilizem os pilares da sociedade. Fenômenos como a superacumulação, a financeirização, a obtenção do lucro mesmo com a crise; o aumento de necessidades básicas de quem trabalha; a destruição do meio ambiente e o acirramento da disputa entre o capital e o trabalho demonstram a agudização da crise e maior instabilidade.

A crise estrutural do sistema do capital, enfatizada por Mészáros (2002), é marcada pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional. “Sob o impulso da mundialização do capital, constituiu-se um novo complexo de reestruturação produtiva, buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária.” (ALVES, 2011, p. 12). Mais adiante, o autor esclarece: “A acumulação flexível surge como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo” (p. 13). E para esse processo, busca despejar sobre o trabalho os mecanismos de saída para o capital, não só com mais trabalho, mas também com a eliminação, segundo Harvey (1992), de barreiras à exploração da força de trabalho, facilitando o processo de precarização do trabalho vivo.

Um dos princípios fundamentais que alimentam a economia financeirizada²⁵, propiciada pelas políticas de liberalização, desregulamentação e de privatização iniciadas com o modelo econômico e ideológico neoliberal, é a subordinação dos Estados nacionais a essa lógica, como orientação global, visto que a financeirização é parte do desenvolvimento orgânico do capital diante de crises econômicas patrocinadas pelo papel ativo da luta de classes no interior do sistema capitalista.

Buscou se expandir um processo de financeirização da economia, desenvolvendo um capital fictício que pudesse valorizar a mais-valia extraída mundialmente do trabalho. Mas o crescimento do capital financeiro especulativo não é um mero excesso, mas uma manifestação da crise, fazendo com que se produza uma distinção entre essa crise e as anteriores pela magnitude, sem precedentes, dos capitais fictícios e da especulação que a acompanha.

Essa política de financeirização da economia ocasionou um endividamento generalizado dos Estados, dos governos e das famílias, com a expansão da dívida pública e prejuízos fiscais, em vários países, em especial, após 2008, a última grande crise do capital. Verificou-se, então, que ativos financeiros como, por exemplo, os títulos de dívida pública dos estados nacionais, não sofreram nenhuma desvalorização com a crise. Pelo contrário, constatou-se um aumento significativo dos ativos financeiros, na forma de títulos da dívida pública.

Tomando como referência os dados informados pelo BIS (Bank for International Settlements - Banco Internacional de Compensações), relativos aos títulos da dívida interna de 35 países (maiores devedores), incluindo o Brasil, afirmam que, no período de 2005 a 2011, o valor total de títulos da dívida pública, cresceu ininterruptamente: em 2007 totalizavam US\$ 26,772 trilhões; em 2008, ano do —estouro da crise, US\$ 29,441 trilhões; em 2009, US\$ 34,018 trilhões; em 2010, US\$ 38,8 87 trilhões; em 2011, US\$ 42,087 trilhões. (NAKATANI; GOMES, 2014, p. 75).

Segundo Reis (2015), a emissão de títulos públicos existe, em grande medida, para assegurar as operações de socorro às instituições financeiras e às grandes transnacionais. “A dívida pública tem sido utilizada como instrumento para a transferência dos recursos públicos para o setor privado.” (REIS, 2015, p. 27), assegurando o socorro às instituições financeiras.

Mas a origem da crise econômica do capital está na queda da taxa de lucratividade dos ramos industriais mais importantes da economia mundial, um processo que gera sobreacumulação de capital, visto que o capitalista, ao perceber que não terá maiores lucros em

²⁵ Segundo Chesnais (2005), trata-se uma forma de organização do capital que busca fazer dinheiro, sem sair da esfera financeira, sob a forma de aplicações e especulações financeiras bem sucedidas.

determinado investimento, opta por acumular seu capital, para valorizá-lo em momento que considere propício. Isto provoca crise no sistema, que o faz buscar valorizações fictícias, gerando bolhas especulativas que, após dar uma falsa sensação de prosperidade, estouram no curto prazo, dando lugar a fases agudas dessa crise.

A crise atual, iniciada em 2008, ocorreu no conjunto do sistema capitalista, que iniciou no coração financeiro e político do capital, os Estados Unidos, e que se estendeu por todo o planeta, mesmo com ritmos e expressões diferenciadas. É uma crise global.

Em 2000 e 2006, a economia norte-americana cresceu 18%, mas a renda mediana dos domicílios dos trabalhadores caiu 1,1 em termos reais [...] Em contrapartida, os 10% mais ricos da população viram sua renda crescer 32%. No caso do 1% mais ricos o crescimento foi de 203%, e de 425% para o segmento representantes dos 0,1% superior na pirâmide de renda. (VALOR ECONÔMICO, 29/10/2008 *apud* COSTA, 2009).

De tal forma, o mecanismo da dívida pública é um dos traços dessa recomposição do capital, por meio do capital fictício. Nesse sentido, vale a pena ressaltar o entendimento de Marx sobre o significado do capital fictício:

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse 'capital monetário' é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuado o fundo de reserva, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito. À medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois de estes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos. Assim como a mesma peça de dinheiro pode efetuar diferentes compras, conforme a velocidade de sua circulação, ela pode servir igualmente para realizar diferentes empréstimos, pois as compras fazem-na passar de uma mão para outra e o empréstimo é apenas uma transferência de uma mão para outra, que não é mediada por nenhuma compra. (MARX, 1893, p. 8-9).

Se considerarmos os números da dívida pública brasileira, no final do mandato de FHC, em 2002, o patamar era de R\$ 892.291 bilhões, cerca de 60,38% do PIB. Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. No início do ano de 2015, a Secretaria do Tesouro Nacional informou que a dívida pública havia chegado ao mês de outubro no patamar de R\$ 2,7 trilhões e atingiu 66% do PIB no fechamento de 2015. As informações foram divulgadas por meio do Plano Anual de Financiamento (PAF).

O exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, no setor imobiliário, onde a crise ficou mais conhecida, ocasionou a queda de instituições bancárias como o *Lehman Brothers*²⁶, o quarto maior banco de investimentos daquele país, que pediu concordata após incorrer em perdas bilionárias em decorrência da crise financeira global.

Mas a crise também revela de maneira clara o caráter de classe do Estado²⁷ e do governo, visto que, quando a economia vai bem, os lucros ficam nas mãos da burguesia, mas quando a economia vai mal, a burguesia lucra menos e, sob esse “menos lucros”, busca dividir essa fatura com os trabalhadores, que são convocados a pagar contas ainda maiores, tendo o Estado como agente das políticas de ajuste fiscal.

Um exemplo é o montante já destinado pelos governos para salvar da crise atual os especuladores: mais de sete trilhões de dólares. E essa transferência financeira dos estados às empresas e bancos fabrica maior desresponsabilização do Estado com as áreas sociais e a população. Procuram, assim, repassar o ônus da crise na conta dos trabalhadores, utilizando seus mecanismos ideológicos, como salienta Costa (2013, p.30):

Primeiro, tentam vender a ilusão de que na crise cada um deve dar sua contribuição para que todos possam se salvar, mesmo sabendo-se que quem quer se salvar é a burguesia e seu sistema de exploração. Quando esse método não funciona, o capital marcha unido contra os trabalhadores buscando ampliar o raio de exploração e retirar-lhes direitos e garantias.

A crise capitalista não pode ser encarada como um fenômeno que tenha relação central com o mercado, mas, fundamentalmente, com a relação capital-trabalho, com a relação entre as classes fundamentais do sistema. Ou seja, se há maior ou menor grau de exploração.

E buscando novas formas de exploração para um trabalho mais flexível e de menor custo, o capitalismo mundial encontrou, na experiência japonesa do toyotismo, o novo padrão de produção de mercadorias e de maior exploração do trabalho. Uma das mais importantes

²⁶ Era uma empresa global de serviços financeiros que fez negócios no ramo de investimentos de capital, venda em renda fixa, negociação, gestão de investimento. Seu negociante principal era o tesouro americano no mercado de valores mobiliários. A sede mundial da empresa estava em Nova Iorque, com sedes em Londres e Tóquio, bem como escritórios localizados em todo o mundo. Em 15 de setembro de 2008, a empresa pediu concordata, já que vinha tendo prejuízos causados pela crise dos *subprimes* nos Estados Unidos. A apresentação marcou a maior falência em história americana. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lehman_Brothers. Acesso em 18 jan. 2016.

²⁷ “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes.” (LENIN, 1986, p.10).

características do sistema de produção toyotista é a polivalência no trabalho, diferente do sistema fordista, que se estruturava sobre a especialização.

A polivalência implica um componente a mais na intensificação, à medida que requer um esforço adicional de trabalho mental, conhecimento de operações diversas, sua lógica, trabalho emotivo, concentração e atenção no controle das máquinas diversas. (DAL ROSSO, 2008, p. 67).

De tal forma, verificamos nos estudos sobre o mundo do trabalho que esse processo de mudanças do fordismo para o toyotismo não foi automático e nem excludente entre eles, que convivem no processo de organização e concepção do trabalho no sistema de produção capitalista, visto que o objetivo central do trabalho está consolidado na produção incessante de mais-valia.

É possível dizer que o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se numa estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das células de produção, dos times de trabalho, dos grupos semi-autônomos, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o envolvimento participativo dos trabalhadores, em verdade, uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. (ANTUNES, 1999, p. 52).

Como esta concepção de acumulação flexível tem o objetivo de fazer com que o trabalhador trabalhe mais ganhando menos, ela adota a organização de empresa enxuta, desmontando postos de trabalho, ao mesmo tempo em que exige maior produtividade. Neste caso, “trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 53), que busca reduzir o trabalho tanto no setor de serviços como na produção direta de mais-valia.

As consequências dessa reorganização no mundo do trabalho e seus impactos sobre as condições de vida e organização da classe trabalhadora são imediatos, como afirma Antunes (1999), com a completa desregulamentação dos direitos trabalhistas e do direito ao trabalho, gerando crescente eliminação dos postos de trabalho e o desemprego estrutural; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana

que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão em um sindicalismo dócil e de parceria com o governo e o patronato, e até mesmo o investimento em um sindicalismo de empresa.

Interessante notar que existe uma enorme carga político-ideológica, segundo Alves (2011), no interior da luta de classes, com as ideias da acumulação flexível e do trabalho flexível, porque são ideias que fortalecem esse caráter de flexibilidade da acumulação do capital, exigindo do trabalhador que torne menos rígidos o seu tempo, a sua produtividade, o seu salário e os seus direitos. Ao mesmo tempo, não se contesta o caráter centralizador e rígido das decisões sobre a produção.

Desse modo, o padrão de atuação dos capitalistas para sair da crise tem sido exigir maiores medidas de ajustes contra os trabalhadores, com demissões, rebaixamentos salariais, cortes nos serviços sociais como educação e saúde; flexibilização trabalhista, criminalização das lutas sociais, e a procura de maiores cotas de exploração com ritmos de produção e salários como os dos chineses, que se caracterizam pela superexploração, jornadas extenuantes de até 12 horas diárias, horas extras mal remuneradas, metas absurdas de produtividade, maus tratos, péssimas condições de trabalho, falta de direitos trabalhistas, assédio moral e outros.

Esse processo se intensifica nas esferas pública e privada de produção. Um exemplo são as medidas criadas e adotadas pelo Estado e suas instituições gerais em defesa do ajuste fiscal organizado, desde 2015, em todo o país, que tem provocado a não garantia de direitos, como no caso dos professores da esfera pública básica, o não pagamento do piso salarial nacional, o desmonte dos planos de carreira para alterar ou eliminar gratificações, triênios, tempo de serviços, licenças, enfim, ajusta na perspectiva da não garantia de direitos regulamentados.

Nesse sentido, compreendemos que a crise do capital é econômica porque as principais instituições econômicas, que pareciam sólidas e respeitáveis, desmoralizam-se diante da crise, pois grandes empresas, bancos, fundos de investimentos foram à falência e outros continuam falindo. As bolsas de valores despencaram, e os organismos internacionais requisitam aos governos de estados nacionais que aloquem recursos públicos para tentar salvar a classe dominante.

A crise é social, pois gera desemprego, a queda de salários e renda dos trabalhadores; retiradas de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, ocasionando tensões e conflitos sociais. O capitalismo não consegue permitir o acesso ao básico, que possibilite a sobrevivência dos trabalhadores e da população pobre. Daí a crise de imigrantes, o desemprego estrutural, o

aumento da violência urbana e rural, principalmente na periferia dos países; o fim da garantia de direitos humanos, dentre outros, são fenômenos provocados por essa lógica desigual.

A crise é política, pois, com as massivas manifestações contestando as medidas de ajuste, os governantes ficam sem conseguir responder à crise e aplicar suas políticas, o que acaba gerando um processo aberto de repressão às lutas dos trabalhadores e seus órgãos de representação. O fator determinante para a desestabilização política é o conjunto das mobilizações de trabalhadores, jovens e setores populares. Também é possível verificar, na crise política, choques interburgueses, em cuja dinâmica setores da burguesia brigam pelo controle do aparato do Estado e do mercado.

Com o avanço da crise sistêmica, os governos se posicionam abertamente ao lado dos capitalistas. Os trabalhadores não encontram outro caminho senão o da luta permanente em defesa de seus direitos, e se movimentam convulsionando a situação política.

No início eram manifestações de indignação, expressas em mobilizações e passeatas, quase todas com elevado grau de espontaneísmo. No entanto, agora a luta de classes está em condição de ir mudando de patamar. Os trabalhadores já realizaram várias greves na Europa, inclusive uma greve geral envolvendo assalariados de 27 países num só movimento; na Índia, após muitos anos de estagnação sindical, foi realizada uma greve geral vitoriosa. A população sublevada derrubou os regimes ditatoriais da Tunísia, do Egito, do Iêmen e até mesmo nos Estados Unidos começam a se gestar movimentos contestatórios, como o *Ocupy Wall Street*, além das greves em Wisconsin e dos professores, médicos e policiais em alguns Estados. (COSTA, 2013, p. 17).

Tais movimentos, como os que ocorreram no Brasil, em junho de 2013, com continuidade nas diversas greves em 2014, 2015 e 2016, são expressões de uma nova situação política aberta no país, com a agudização das manifestações diante da crise global capitalista. Situação mais favorável às mobilizações e lutas gerais e específicas, demonstrando o crescimento de ações de contestação à ordem. O que gera também uma crise militar, como parte da crise nas instituições do regime, visto que, mesmo com seus aparatos policiais e bélicos, as forças armadas não conseguem derrotar e conter a reação dos movimentos sociais.

A crise capitalista produz destruição de riquezas e aumento de pobreza, mas também produz vencedores, já que uma das principais características do capitalismo é a concentração e centralização de capital: muitos capitalistas vão à falência, mas outros se fazem imensamente ricos.

Diante de tal acirramento, a relação entre capital e trabalho é o central na análise da sociabilidade contemporânea, e exige uma compreensão das condições de organização e luta do trabalhador e do sindicalismo na atualidade, visto que os sindicatos têm sido o espaço de organização e de representação das demandas da classe trabalhadora.

O neoliberalismo, na busca pela ampliação do lucro capitalista, procura construir as condições permanentes à disseminação do capital, o que impõe maiores necessidades na administração de suas crises. Para tal, não era suficiente só modificar as relações produtivas, mas também as relações sociais, inclusive em nome do desenvolvimento científico e tecnológico. Esse processo torna visível o papel do Estado, dos governos, dos movimentos de trabalhadores e de lideranças sindicais.

Algumas das manifestações do capital para a superação de suas crises se apresentam na realidade objetiva e econômica da classe trabalhadora, mas também na situação subjetiva, visto que o capitalismo influencia ideologicamente os trabalhadores com suas políticas, tenta cooptar organizações políticas e sindicais que representam a classe trabalhadora, objetivando o consentimento de sua política; cria mecanismos de reação democrática expressos nas eleições gerais, no auxílio ou concessões econômicas, para no final, aplicar suas medidas capitalistas.

Vale ressaltar que, em todas as grandes crises ocorreram mudanças de fundo na forma de se organizar do capitalismo, especialmente no mundo do trabalho para que se tenha êxito no controle sobre o ímpeto coletivo dos trabalhadores.

A grande depressão de 1873-1896 resultou no capitalismo monopolista e no imperialismo, a fase superior do capitalismo. A crise de 1930 foi a porteira do nazismo, do fascismo, da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente da vitória do socialismo em cerca de um terço da humanidade. Nos países capitalistas centrais, em função do perigo comunista, a burguesia foi obrigada a ceder um conjunto de direitos e garantia aos trabalhadores, cuja expressão maior foi o Estado do Bem Estar Social e a gestão keynesiana da economia. Já a crise de 1974-1975 trouxe em seu bojo a derrota do movimento operário e a vitória do setor mais reacionário e parasitário do grande capital, que ao longo de 30 anos implantou o neoliberalismo, as finanças especulativas e uma enorme regressividade social que aumentou a concentração de renda e ampliou a pobreza no mundo. (COSTA, 2013, p. 52).

Abrem-se, a partir dessas análises atuais, perspectivas para a saída da crise que se colocam sobre as necessidades de quem trabalha, da classe trabalhadora e sua tarefa. Os momentos de crise sistêmica aprofundam os questionamentos de quem é explorado sobre a apropriação da mais-valia, sobre o Estado, o governo e as instituições do regime burguês,

consequentemente sobre o sistema capitalista, pois, nos últimos anos, vemos que a situação mundial está convulsionada. E nesse processo, nenhuma saída que tenha como objetivo abolir o processo de exploração do capital sobre o trabalho pode ocorrer por dentro do sistema capitalista, reformando esse que já se mostrou irreformável, como nos diz Mészáros (2002).

Um exemplo dessa intensidade de conflitos entre as classes sociais, no Brasil, considera que a classe capitalista avessa às questões sociais golpeia, com a ajuda de seu Estado, os mecanismos que valorizam o trabalho, como os direitos sociais e o acesso ao emprego. O Estado e suas instituições são fiéis representantes dos interesses do capital. Os trabalhadores, por sua vez, forjaram, nas lutas constantes desencadeadas desde a consolidação do operariado no país, seus instrumentos de luta como os sindicatos e os partidos políticos.

A forma de organização em sindicato tem enfrentado fortes questionamentos na conjuntura atual que conduz posicionamentos diversos sobre sua importância, concepção e programa. Essa instabilidade gera questionamentos sobre se o sindicato é um espaço privilegiado de organização da classe trabalhadora, se os trabalhadores encontram, nessa forma de organização, consistência e clareza na luta por suas necessidades enquanto classe. Compreenda-se que essa política dos governos capitalistas de desmoralização e destruição da organização dos trabalhadores em sindicatos continua, seja pela cooptação de suas lideranças, seja pela disputa que faz no campo das ideias, seja, ainda, pela disputa de seu aparato por meio de suas eleições e até mesmo pelos ataques diretos às entidades e aos trabalhadores que enfraquecem suas ações.

De tal forma, torna-se necessário discutir algumas concepções construídas no interior do movimento sindical brasileiro que configuram a combatividade ou a adequação do sindicalismo à ordem do capital, buscando compreender os mecanismos de controle sobre os sindicatos e suas ações, mas, fundamentalmente, buscando resgatar sua importância como espaço de formação dos trabalhadores enquanto classe e de organização de suas lutas contra o capital.

Os períodos históricos do movimento sindical, no Brasil, pontuados anteriormente, na seção 3 (capítulo 2), foram evidenciados pela vinculação ou não dos sindicatos à burguesia e ao aparelho do Estado, ou seja, do caráter de suas lutas e de seu programa. Por isso, carecem de alguma atualização os conceitos históricos que ressaltam a relação entre luta sindical e luta política no interior dos sindicatos, sobre unidade e independência sindical. Da mesma forma que temos a perspectiva de compreender como os sindicatos de trabalhadores têm se posicionado diante das novas configurações do capital.

3.2 *INSTRUMENTOS DE LUTA CONTRA O CAPITAL*

Os sindicatos surgem como produto da luta que se desencadeia no interior do sistema do capital. A luta dos trabalhadores contra os capitalistas, que existirá, segundo Engels (1881) enquanto a redução dos salários for a forma mais simples e mais segura de aumentar os lucros do capitalista, ou seja, enquanto houver trabalho assalariado. E nesse processo, a existência dos sindicatos constitui uma prova fundamental da existência dessa luta, visto que a sua razão de ser está no fato de combaterem as usurpações do capitalismo, como afirma Engels (1881).

Os trabalhadores lutam, para obter apenas uma parte daquilo que ele produz com sua força de trabalho, visto que o produto do seu trabalho é dividido entre as duas classes essenciais que estão na produção capitalista; a disputa ocorre porque a classe que controla os instrumentos de produção e o dinheiro retém para si a maior parte dessa produção. Nesse sentido, a luta dos sindicatos não se resume apenas à regulação do nível dos salários e a garantia dos meios de ação dos trabalhadores na luta contra o capitalismo, mas é também uma luta pelo poder político na sociedade do capital.

Na situação atual de crise permanente do sistema do capital, existe enorme rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores, o que coloca os sindicatos numa encruzilhada: “ou se transformam em organismos revolucionários ou se convertem em auxiliares do capital.” (AGUENA, 2008, p. 33). Ou seja, ou lutam de forma consequente contra o sistema de exploração e sua apropriação dos resultados do trabalho ou fortalecem o sistema lutando apenas pelas migalhas que ele oferece.

Os sindicatos são organizações criadas pela classe trabalhadora para organizarem lutas coletivas pela defesa e pela ampliação de seus direitos, enquanto classe; apesar de os capitalistas influenciarem parte dessa classe, a parte organizada se constitui em importante instrumento de autodefesa. As organizações sindicais, foram criadas na primeira metade do século XIX, como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estavam submetidos os trabalhadores no capitalismo.

No decorrer da história, os sindicatos assumiram identidades diferenciadas, desde o reconhecimento pelo capital e pelo Estado, neste sentido ele se institucionaliza e é admitido como representação profissional para reivindicar melhorias econômicas na esfera da empresa, até a identidade mais dinâmica de contestação do modo de produção. Nesse significado, ele se configura como revolucionário, uma vez que opõe resistência ao poder do capital e busca a emancipação da classe trabalhadora. (CRUZ, 2008, p. 17-18).

As diversas configurações que identificam o sindicalismo, como vimos anteriormente, a partir das teorias clássicas marxistas ou de outros autores que buscaram definir o papel do sindicato, demonstram que a localização objetiva da classe trabalhadora no sistema capitalista é o que define o seu papel; portanto, o sindicato é resultado, é o produto das lutas desenvolvidas no interior do sistema. A organização docente, por exemplo, assumiu inúmeras fases de organização sindical, no Brasil, desde a origem mutualista até o movimento do novo sindicalismo, apresentando características específicas de organização interna; mas os objetivos não mudaram, quando estão identificados com as necessidades e demandas dos trabalhadores contra o processo de exploração capitalista.

Quando se utiliza a terminologia “organização sindical” faz-se referência ao conjunto de instâncias que a atuação sindical acabou criando, como, as federações, as confederações e centrais sindicais; além é claro dos próprios sindicatos. Esses podem estar fundamentados no pluralismo sindical ou no sindicato único, ou seja, na unicidade sindical. Os sindicatos podem representar os trabalhadores por categoria, por ramo de produção e até por empresa. Embora os sindicatos já existissem até um século antes, foi com a lei de livre associação, votada pelo Parlamento inglês, em 1824, que esses passaram a representar, oficialmente, os interesses dos trabalhadores. Foram as trade-unions, que se desenvolveram por toda a Inglaterra e que tornaram essas entidades poderosas. (CRUZ, 2008, p. 18).

A partir de seu reconhecimento legal, muitas tarefas alimentaram as ações dos sindicatos, em diversas conjunturas, como no caso do Brasil, desde o surgimento das primeiras associações, que representavam fins específicos e trabalhadores associados, até os sindicatos que adquiriram representação mais ampla, no âmbito de uma categoria, representando os trabalhadores sindicalizados (filiados que contribuem financeiramente) ou não sindicalizados.

Um dos marcos do reconhecimento da importância das organizações sindicais ocorreu em 1919, logo após a 1ª Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações, entidade tripartite que deu origem à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nos documentos e convenções da OIT, são reconhecidos o direito de sindicalização, o direito de negociação coletiva e o direito de greve, instrumentos de afirmação dos interesses dos trabalhadores e do poder sindical. Também a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, reconhece esse direito fundamental no Artigo 23, que estabelece: ‘Toda pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.’ (DIEESE, 2015, p. 2).

Os sindicatos configuram importante instrumento de organização dos trabalhadores, envolvendo suas categorias em ações cotidianas. Para isso, buscam orientar, informar, defender

política e juridicamente, negociar com os patrões, chefias, governos e com outros poderes políticos como o legislativo; administram a estrutura sindical organizada, mobilizam os trabalhadores para ações coletivas reivindicatórias, pressionando pela defesa de seus interesses. “São resultado da ação organizada dos trabalhadores importantes avanços sociais, entre os quais se destaca a redução gradual da jornada de trabalho, de um total de até 16 horas, no século XVIII, para as atuais 8 horas ou menos, na maioria dos países.” (DIEESE, 2015, p. 3).

No Brasil, o papel dos sindicatos foi de extrema relevância, tanto em relação aos direitos individuais quanto aos coletivos, e ainda, de grande interferência na conjuntura nacional. Por isso, importante salientar alguns dados de sua constituição e existência.

Em 1964, havia no Brasil cerca de 2.000 sindicatos de trabalhadores, somando assalariados urbanos, profissionais liberais, autônomos e avulsos (IBGE, 1966)²⁸. Considerando-se os sindicatos de trabalhadores rurais, chegava-se a 2,5 mil entidades. Em 1989, um ano após a promulgação de nova Constituição Federal, o mesmo IBGE computou mais de 6.600 entidades de trabalhadores do campo e da cidade, sendo que os sindicatos de assalariados urbanos eram pouco mais de 3.1 mil (IBGE, 1992). Os anos de 1988 e 1989, na verdade, assistiram ao maior número de criação de sindicatos da história até ali. Foram pouco mais de mil novas associações, 760 delas de assalariados urbanos. Em 2001, novo censo sindical do IBGE encontrou 7,7 mil sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, 1,9 mil dos quais fundados entre 1991 e 2000, um quarto deles criados por servidores públicos, que não podiam se sindicalizar antes de 1988. Com base nas informações de 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego registrou a existência de 10.813 sindicatos de trabalhadores. Logo, foram criadas mais de 3 mil novas entidades em 13 anos. (CARDOSO, 2015, p. 494).

Os números revelam enorme crescimento das organizações sindicais, no país, principalmente a partir de 1988, efeito da aprovação da nova Constituição Federal do Brasil que autorizou a organização dos servidores públicos em sindicatos, o que significou a inclusão e a organização de mais trabalhadores em sindicatos.

No aspecto da organização, tal crescimento possibilitou maior penetração dos sindicatos no território nacional. O DIEESE (2015) revela que, pelos dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), existiam, em 2015, no Brasil, 11.173 entidades sindicais

²⁸ “A sindicalização no campo era proibida no Brasil até 1960 e, a partir de 1961, houve um *boom* de criação de sindicatos rurais. Das 2,9 mil entidades rurais existentes em 1991, 468 tinham sido fundadas entre 1960 e 1964. Novo surto de sindicalização rural ocorreu entre 1970 e 1975, quando foram criados 1,1 mil sindicatos (Fonte: Sistematização dos microdados da Pesquisa Sindical 1991, do IBGE, para este texto). Esses números são aproximados, diga-se desde logo, porque não se sabe quantos sindicatos deixaram de existir ou se fundiram com outros entre sua fundação e o ano do censo sindical de 1991. E os dados do inquérito sindical sobre o período publicado pelo IBGE em seus Anuários Estatísticos não distinguem sindicatos urbanos de rurais.” (CARDOSO, 2015, p. 494).

representativas de trabalhadores, presentes em todas as unidades da Federação, como mostra a Tabela, abaixo, e estima-se, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que cerca de 50 milhões de trabalhadores são representados por essas entidades.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS LABORAIS SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASIL – 2015.

Região / UF	Total	
	Nº	%
Norte	745	6,7
Pará	295	2,6
Amazonas	152	1,4
Rondônia	110	1,0
Tocantins	73	0,7
Amapá	44	0,4
Acre	36	0,3
Roraima	35	0,3
Nordeste	2.966	26,5
Bahia	557	5,0
Ceará	436	3,9
Pernambuco	400	3,6
Paraíba	339	3,0
Maranhão	335	3,0
Piauí	272	2,4
Rio Grande do Norte	235	2,1
Sergipe	200	1,8
Alagoas	192	1,7
Centro-Oeste	1.106	1,7
Goiás	346	3,1
Mato Grosso do Sul	304	2,7
Mato Grosso	261	2,3
Distrito Federal	195	1,7
Sudeste	3.715	33,2
São Paulo	1.720	15,4
Minas Gerais	1.185	10,6
Rio de Janeiro	578	5,2
Espírito Santo	232	2,1
Sul	2.641	23,6
Rio Grande do Sul	1.077	9,6
Paraná	835	7,5
Santa Catarina	729	6,5
TOTAL	11.173	100,0

Fonte: MTE. Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Elaboração: DIEESE (2015)

O ritmo intenso de criação de sindicatos, depois de 1988, parece mostrar que os trabalhadores, ao assim agirem, pulverizaram tais instrumentos e representações na base. Essa

realidade configura que mais de oito mil entidades sindicais representaram, em 2015, trabalhadores urbanos, e quase três mil abrangendo trabalhadores rurais.

Interessante ressaltar que, em março de 2016, existiam, no Brasil, cerca de 92,3 milhões de pessoas ocupadas, segundo dados do IBGE (2016), e dessas, 72,1% (66,54 milhões) trabalhando no setor privado; 18,0% (16,61 milhões), no setor público, e 9,9% (9,13 milhões), no serviço doméstico. Se considerarmos uma população, em 2017, de 207.114 milhões de habitantes, aproximadamente 44,56% estão trabalhando. Desses, cerca de 50 milhões estão sendo representados por 11.173 entidades sindicais, isto é, um total de 12,10% de trabalhadores estão organizados em sindicatos ou sob influência desses. Dessa forma, podemos considerar que menos da metade das pessoas estão empregadas, e que o nível de sindicalização, no país, ainda é muito baixo, se considerarmos os trabalhadores empregados e até mesmo desempregados.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS LABORAIS SEGUNDO ÁREA GEOECONÔMICA.

Área Geoeconômica	Total	
	Nº	%
Urbana	8.324	74,5
Rural	2.849	25,5
Total	11.173	100,0

Fonte: MTE. Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Elaboração: DIEESE (2015)

Os dados de 2015 ressaltam, portanto, a existência de 11.173 sindicatos, em todo o Brasil, que podem estar reunindo cerca de 50 milhões de trabalhadores. Se observarmos os números de sindicatos existentes, em 2001, declararam filiação 19 milhões de pessoas ao censo anual do IBGE; em 2014, o número de filiados declarado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi de pouco mais de oito milhões, segundo Cardoso (2015). Em 2015, ocorreu significativo crescimento.

Um dos critérios que podemos utilizar para verificar os avanços da organização sindical é a taxa de filiação sindical. E segundo Cardoso (2015), a fonte mais confiável para essa

verificação é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que, em pesquisas feitas até 2013, perguntou aos moradores ocupados dos domicílios se eram filiados a um sindicato²⁹.

TABELA 3 – TAXA DE FILIAÇÃO SINDICAL DA POPULAÇÃO OCUPADA ADULTA (18 ANOS OU MAIS). BRASIL 2001-2013

Ano	%
2001	19,3
2002	19,4
2003	20,1
2004	20,5
2005	20,9
2006	21,0
2007	19,7
2008	20,0
2009	19,9
2011	18,3
2012	18,1
2013	16,6

Fonte: Microdados do PNAD de vários anos.
Elaboração: Cardoso (2015).

A visualização desses dados – mesmo carecendo de maiores informações sobre o processo de filiação dos trabalhadores a um sindicato e sobre as entidades sindicais com registro no Ministério do Trabalho visto que, para o reconhecimento jurídico dessas últimas, é necessária a autorização de tal ministério –, nos auxilia a compreender minimamente o processo de instabilidade das organizações tradicionais do movimento.

Existem muitos sindicatos incluídos nos 11.173 existentes que solicitam filiação ao MTE apenas para adquirir o benefício financeiro gerado pela cobrança do imposto sindical, o que pode sugerir um mascaramento da realidade quanto à dimensão política de tais entidades e seus filiados.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Pará (SINTEPP) tem uma base de representação de 70.783 professores e professoras na educação básica, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP, 2009), sendo 47.852 nas redes municipais de ensino e 22.931 na rede estadual. Um número considerado

²⁹ Em 2014, o IBGE suspendeu a PNAD anual, substituindo-a pela PNAD Contínua, realizada trimestralmente e com questionário bem mais simples. Dentre as muitas questões excluídas, está a filiação a sindicato. (CARDOSO, 2015, p. 495)

elevado em se tratando de uma organização sindical que se localiza em território de enorme extensão como o estado do Pará, de 1.247.689,515 km² e 144 municípios.

A pesquisa *Trabalho docente na educação básica no Pará*, realizada com cerca de 1400 professores, em 66 escolas, no ano de 2009, no Pará, verificou que apenas 25% dos sujeitos docentes participantes da pesquisa disseram ser filiados ao sindicato docente, e desses, apenas 7% disseram atuar no sentido de uma participação efetiva. É necessário avaliar os motivos dessa baixa participação dos professores nas atividades do sindicato.

O sindicato tem sido a principal organização, no país, que denuncia os abusos cometidos no âmbito do trabalho e suas relações, além de interferir em grandes temas nacionais para assegurar direitos, como tem sido em relação às reformas neoliberais, desde a década de 1990 até os dias atuais, na política previdenciária, tributária, trabalhista, sobre a dívida pública, os planos de privatização e demais políticas que precarizam o trabalho no país.

Na medida em que suas funções se desenvolvem, cada entidade vai constituindo um corpo burocrático e político que coordena as ações coletivas, que são suas direções, que podem ser colegiadas, como é o caso do SINTEPP, por meio de coordenações plurais dos interesses da categoria; ou podem ter uma estrutura presidencialista de organização, como prevê a regulamentação sindical do país.

Art. 72 - as eleições para as Coordenações Estadual, Regionais e das Subsedes obedecerão ao critério de proporcionalidade direta “que por Regra de três Simples, define a quantidade de cargos e o quociente obtidos pelas chapas concorrentes” e pela proporcionalidade qualificada “que define a ordem de pedida das chapas, cargo a cargo” desde que a chapa alcance no mínimo, o percentual de 10% (dez por cento) dos votos válidos. (SINTEPP, 2014).

A organização da composição das coordenações diretivas do SINTEPP, expressa no artigo 72, do Estatuto da entidade; a forma de organização democrática pela possibilidade de qualquer chapa concorrente ao pleito participar, à medida que estiver qualificada pelo resultado de, no mínimo, de 10% de aceite dos trabalhadores filiados na base, visto que a eleição para a direção da entidade é direta e qualificada. Tais coordenações, segundo o Estatuto, no seu artigo 34, são distribuídas em 19 cargos estaduais. Uma organização que possibilita o envolvimento, a cada três anos, de membros da categoria de trabalhadores da educação e de pleitearem, de forma organizada, participação na direção do sindicato.

Na estrutura sindical, no Brasil, definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde 1930, os sindicatos são representações de grau inferior de trabalhadores filiados da base, que

recebem financiamento pela via da contribuição dos filiados e/ou do imposto sindical pago pelo Estado e que negociam em nome de sua categoria, que pode ser por ramo de atividade ou por empresa. Os sindicatos podem ser filiados ou não a organizações sindicais de grau superior, como as federações, confederações e, desde a promulgação da Lei 11.648/2008³⁰, também são de grau superior as centrais sindicais.

As *federações* são entidades estaduais que congregam até, pelo menos, cinco sindicatos por ramo de atividades afins. As *confederações* são entidades que representam nacionalmente os sindicatos filiados, ou seja, organizam, em âmbito nacional, os sindicatos que não estão em federações. As *centrais sindicais* são entidades gerais, acima das demais organizações, constituindo-se em órgãos de cúpula, de intercategorias, que assumem tal representação, inclusive, em mesas de negociações superiores na estrutura sindical vigente. Tais organizações de grau superior são financiadas por meio do imposto sindical e pelos repasses das entidades sindicais de base.

O Sintepp é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), desde 1983, quando ainda era Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará (FEPPEP) e a CNTE ainda era a Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Também, era filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde 1983. Desfilhou-se dessa Central, em 2008, no seu 18º Congresso Estadual do Sintepp, quando “[...] a CUT mostra-se esgotada como representante da classe trabalhadora ao perder sua autonomia e na prática conformar-se em uma agência governamental para legitimar a política de traição do governo Lula.” (SINTEPP, 2008, p.3).

No início do século XXI, com o fortalecimento do neoliberalismo, da nova forma de organização do trabalho e dos mecanismos jurídicos para o funcionamento de um Estado mínimo de investimento nas áreas sociais, e por isso regulador e avaliador, vimos que, no interior da CUT, os propósitos de conciliação de classe se fortaleceram. Na década de 1990, o PT assumiu prefeituras e governos estaduais em diversas unidades da federação e chegou à

³⁰ Lei que legalizou a existência das centrais sindicais, no Brasil, em 2008. Para sua criação, devem ser atendidos os requisitos mínimos do artigo 2º, da mesma lei, cujo preenchimento será averiguado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme indica o artigo 4º. São pressupostos a serem cumpridos: filiação de, no mínimo, 100 sindicatos distribuídos nas cinco regiões do país; filiação em pelo menos três regiões do país de, no mínimo, 20 sindicatos cada; filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; filiação de sindicatos que representem, no mínimo, sete por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

presidência da República, em 2003. Um processo que abriu uma nova reorganização política e sindical no Brasil.

Interessante notar que a história da organização dos docentes, como pontuam Gouveia e Ferraz (2012), esteve pautada não apenas pela preocupação profissional, corporativa e trabalhista, mas, também, pelo desenvolvimento das políticas educacionais, no país, que exigiam a universalização do ensino. Nos dias atuais, a atuação dos docentes e suas organizações sindicais pautam as políticas educacionais exigindo salário, carreira, condições de trabalho e qualidade na educação pública.

3.3 DIMENSÕES DA LUTA POLÍTICO-SINDICAL

O caráter das lutas desenvolvidas pelos sindicatos de trabalhadores, no Brasil, esteve alinhado às dinâmicas impostas pelos governos em dada conjuntura. Foi assim, em momentos de repressão, controle, abertura e cooptação que, mesmo considerando as contradições que ocorreram nesses momentos, localizou-se a luta sindical na luta de classes.

As lutas assistenciais, corporativistas, economicistas, políticas, nacionalistas, internacionalistas, se revezam na arquitetura das potencialidades das direções sindicais e suas bases. É um fato que, a partir da década de 1980, as lutas desenvolvidas pelos sindicatos se ampliaram, rompendo o corporativismo e o economicismo, buscando estratégias de unidade na atuação político-sindical.

O movimento de trabalhadores, no Brasil, a partir do fenômeno do novo sindicalismo, construiu partidos e sindicatos compreendendo a luta sindical e política como uma só, numa relação dialética e indissolúvelmente ligadas. Essa relação nunca se deu sem conflitos, em especial, no início das experiências desenvolvidas na história do sindicalismo brasileiro, desde o anarco-sindicalismo, que deu origem às organizações sindicais operárias no Brasil e que discordava das influências e ações político-partidárias nos sindicatos, até a influência das concepções político-sindicais que consideravam a importância dos partidos nos sindicatos, na medida em que concordavam com Karl Marx em que os sindicatos eram “como alavancas para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado” (MARX, 1985, p. 378), pois, segundo o autor, “os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital”.

Os sindicatos devem servir, portanto, como alavancas para a luta contra o poder político de seus exploradores, consolidando o entendimento sobre o caráter das suas lutas que não

podem se dar apenas contra os efeitos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, devem consolidar esforços para mudar tal sistema de exploração.

Na sociedade do capital, o conflito entre suas classes fundamentais é permanente, na medida em que os trabalhadores precisam lutar contra os interesses dos capitalistas, visto que a razão da existência desta classe é a exploração do trabalho. Mas os capitalistas defendem os seus interesses com todas as forças que podem mobilizar, como afirma Engels (2010), por meio tanto do controle da propriedade quanto do poder estatal que está à sua disposição. Diante dessa relação, quando os trabalhadores procuram escapar desse estado de coisas, o capitalista torna-se seu inimigo declarado. Tal luta encarniçada é uma luta política para eliminar a relação de exploração, humilhação e dominação do capital sobre o trabalho, o que torna o homem uma mercadoria do capital.

Uma luta que começa a partir das necessidades imediatas dos trabalhadores, pelo salário que precisa mantê-lo em condições de produção, possibilitando ter acesso ao mínimo necessário para sua sobrevivência e de sua família, visto que o pagamento pelo seu trabalho é a menor parte dos resultados de sua produção na medida em que o capitalista se apropria da maior parte do que o trabalhador produz.

De tal forma, para esta luta, no interior dos locais de trabalho, os trabalhadores forjaram uma série de ações individuais e coletivas até compreender que essa contenda, mesmo imediata, econômica e local, gerava um impacto político ao capitalista e que, portanto, a ação coletiva dos trabalhadores enquanto classe era o que possibilitaria assegurar conquistas e alteração do estado de coisas.

Então, os trabalhadores forjaram suas organizações sindicais, lutando por salário, diminuição de horas de trabalho e condições adequadas de trabalho. Uma experiência que possibilitou formar unidade e identidade de classe entre os que trabalham, quando passaram a lutar organizadamente por objetivos comuns, considerando que é um processo demorado, lento, que necessita de muita experiência de organização coletiva. Mas os trabalhadores começaram a perceber, nessas experiências de luta, que suas organizações sindicais, suas associações, possuíam limitações nessa relação com os capitalistas.

As associações são impotentes diante das causas mais importantes que condicionam o mercado de trabalho. E quando estas esfaimam os operários, a greve se perde: pouco a pouco os operários aceitam trabalho sob quaisquer condições e, mesmo que o número deles seja pequeno, isto basta para anular a força da associação [...] os fundos da associação logo se esgotam, dado o grande

número de operários que recorrem a ele; [...] e a necessidade obriga os operários a retornar ao jugo da burguesia. (ENGELS, 2010, p. 252).

Os limites para uma luta sindical se mostram quando tais ações se abstêm de contribuir para a luta consequente contra o capitalismo, que é a luta política de uma classe contra a outra, entendendo que os sindicatos organizam uma parte dos trabalhadores em dado local, que desta parte surgem os setores mais conscientes da necessidade e do papel de tal organização, que esta parte consciente e ativa na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores é que move os demais para ações sindicais mais amplas, e que os capitalistas disputam, no interior do movimento sindical, suas posições, defendendo o conformismo, a neutralidade da ação política no sindicato, a concorrência, a meritocracia, a intensificação do trabalho e a ação unicamente do indivíduo para a resolução de problemas.

A situação objetiva de miséria e penúria obriga o trabalhador a lutar em defesa de seus salários e direitos; essa “é sua tarefa histórica no interior do sistema capitalista de produção, uma tarefa determinada pela sua localização social enquanto classe e pelo seu papel na produção, na sociedade e no estado.” (TROTSKY, 1978, p. 20).

A grande indústria concentra num único local uma multidão de pessoas desconhecidas uma das outras. A concorrência divide os seus interesses. Mas a defesa do salário, este interesse comum que eles têm contra o patrão, une-os no mesmo pensamento de resistência, de coalisão. As coalizões, inicialmente isoladas, constituem-se em grupos, e, face ao capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se para eles mais importante que a defesa do salário. Nesta luta, verdadeira guerra civil, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para a batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a coalisão toma um caráter político. (LENIN, 1986, p. 24).

A atuação dos partidos políticos³¹ de esquerda no interior dos sindicatos possibilita identificar o compromisso ideológico do partido com as demandas coletivas dos trabalhadores, exigindo mudanças ou mesmo a transformação societal. Já os partidos de direita se alinham, obviamente, com a manutenção do *status quo*, buscando conservar os princípios instituídos pelo capitalismo.

Interessante a contribuição de Friedrich Engels quando ressalta a importância da luta política entre as grandes classes sociais.

³¹ *Partido político* é uma organização de parte da sociedade que visa conquistar e exercer o poder político; ou seja, o partido busca representar uma classe social ou parte dela para defender seus interesses.

Uma luta, porém, entre duas grandes classes sociais torna-se necessariamente uma luta política. Assim foi a luta entre a classe média ou capitalista e a aristocracia fundiária; assim acontece na luta entre a classe operária e estes mesmos capitalistas. No decorrer de uma luta de uma classe contra a outra o objetivo é sempre o poder político; a classe dominante defende sua supremacia política [...], a classe oprimida, por sua vez, luta inicialmente por uma parte e depois pela totalidade desse poder. [...] Na luta política de uma classe contra a outra, a organização é a arma mais importante. (ENGELS, 1978, p. 18).

Os termos *esquerda* e *direita* foram muito utilizados a partir da experiência da Revolução Francesa (1789-1815), na dinâmica da qual se organizou a participação dos representantes do povo a partir da localização de seus assentos, à esquerda ou à direita de quem governava. Ou seja, nas Assembleias dos Estados Gerais, em 1789, na França, a nobreza sentava-se à direita do rei, e os que eram contrários à nobreza e em defesa do povo sentavam-se à esquerda.

Os que se sentavam à direita apoiavam as posições do governo, e os que sentavam à esquerda exigiam mudanças em nome da coletividade que representavam. E utilizamos os termos para manter essa identidade política, dos partidos e organizações que representam os interesses da classe capitalista, denominados de direita, e a classe trabalhadora, cuja representação política e sindical se localiza à esquerda das posições conservadoras.

É possível identificar, na história da luta de classes, ou seja, na história da disputa entre as duas classes fundamentais do sistema capitalista que lutam para tentar reter para si, segundo Engels (2010), a maior parte possível da produção, que se constituíram instrumentos forjados pelos trabalhadores para organizar sua luta e, assim, obter pelo menos uma parte de sua própria produção. Surgiram, portanto, os sindicatos, que se tornaram grandiosos, na Inglaterra, por exemplo, como relata esse autor, mas que se limitavam à função de regulação das horas de trabalho e dos salários e de forçar a anulação de leis que prejudicassem os trabalhadores.

Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse*, como força, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais. [...] por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. (ENGELS, 2010, p. 250).

Mas essas ações específicas e economicistas do papel das associações sindicais não foram suficientes para a mais importante luta travada no interior do sistema capitalista: a luta pelo fim do trabalho assalariado. Entendendo que os limites da ação dos sindicatos estavam associados, e estão até os dias atuais, à compreensão de que as vitórias esporádicas que puderam ocorrer não alteraram a lei econômica, que regula o salário diante da lei da demanda e da oferta; ou seja, o mal fundamental do sistema capitalista, segundo Engels (1978), não são os baixos salários, mas a existência do salário em si mesmo. Esse entendimento transformaria a função dos sindicatos em grandes organizações políticas dos trabalhadores. Obviamente, a pauta econômica não pode deixar de existir, o salário não pode ser um fim em si mesmo, mas um meio para atingir os objetivos políticos de extinção do próprio trabalho assalariado.

Os sindicatos que surgiram com o novo sindicalismo, no Brasil, a partir de 1980, ampliavam características de combatividade e democracia, com a contestação à ordem vigente, seja no âmbito democrático, diante da repressão na ditadura militar, seja de caráter político, exigindo direitos gerais e disputas no parlamento. A linha adotada de enfrentamento e ruptura com as velhas práticas sindicais conquistou espaços importantes na disputa entre esquerda e direita que fortaleceram as conquistas dos trabalhadores. Esse processo se consolida, na década de 1980, e se retrai, na década de 1990, com a introdução do neoliberalismo no país.

Os sindicatos docentes, como o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará, como expressão do movimento novo sindicalismo, adotou uma estrutura de composição política democrática, de núcleos, subseções e regionais; participação democrática na composição dirigente, assembleias permanentes, consultas, enfim, firmou sua identidade política a partir de uma organização na base, estruturada nas escolas e pelos municípios do Estado, e desenvolveu lutas econômicas e políticas. Ou seja, ao mesmo tempo em que desenvolvia campanhas salariais, adotava pautas específicas e amplas, locais e nacionais, constituía lideranças políticas pela expressão interna das referências político-partidárias que atuavam em seu interior.

O SINTEPP construiu um protagonismo, no estado do Pará, que o fez, desde sua origem, referência de luta e mobilização dos trabalhadores da educação e da sociedade estadual como um todo. Construiu fatos e fez surgir lideranças políticas importantes, no estado, pelo peso de sua atuação sindical e também política.

O Sintepp surgiu no auge das lutas nas quais os trabalhadores lutavam contra a ditadura militar, esteve presente em todos os processos de embates que o movimento social combativo desencadeava local e nacionalmente. Foi com esse

espírito de libertação que nos organizamos. Sempre tivemos embates no campo ideológico, mas, mesmo com visões diferentes, sempre nos respeitamos, e nos mantivemos no campo da esquerda, em favor da classe trabalhadora e isso evitou desvios em direção à classe dominante. O Sintepp se tornou o maior e mais importante sindicato do Estado por causa de sua postura combativa e coerente com seus princípios. (SINTEPP, 2008, p. 77).

Essa referência às lutas internas e à unidade para fora não vem de uma posição abstrata, mas do exercício de uma vivência na organização interna da entidade, que a fez reconhecida na sociedade paraense como um polo de referência à luta em defesa da escola pública e dos direitos dos trabalhadores em educação.

Somos reconhecidos como uma categoria organizada em todo o estado. Esta organização e a disposição para a luta do dia-a-dia, se dão pela pluralidade existente dentro de nossa entidade. Esse respeito às divergências faz de nossa maturidade política, uma ferramenta eficaz contra a maioria dos governos que elegem a educação como inimiga. (SINTEPP, 2008, p. 1).

As principais lutas que o Sintepp desenvolveu ao longo de sua existência refletiram a unidade ou os limites da unidade interna, em sua diretoria ou mesmo na base, assim como a amplitude de sua organização no Estado. Esse processo está alinhado com as disputas políticas internas entre as forças que compõem a entidade e que tornaram vivas as suas características de enfrentamento aos governos que sucessivas vezes optaram por negar o processo de valorização do trabalho dos trabalhadores. A unidade entre as forças internas que compuseram e compõem até os dias atuais o organograma político do Sintepp construiu lutas de resistência, lutas democráticas, lutas ofensivas, contra os governos e as políticas gerais, mas nenhuma delas conseguiu anular a diversidade de pensamentos e opiniões internas.

Nós, como força majoritária deste sindicato, desde sua fundação temos a humildade de reconhecer as nossas limitações: fruto da própria conjuntura adversa, que leva a maioria da nossa categoria a acreditar no discurso pseudo-mudancista de quem já jogou o compromisso de classe na lata de lixo, mas por outro lado, que reage a todo tipo de manipulação, fraude e autoritarismo, que ainda persiste no nosso Estado, e é exatamente por mantermos essa identidade combativa, que o nosso Sintepp é o sindicato mais respeitado no Pará. E o nosso sindicato adquiriu este respeito ao longo dos anos, pela contribuição abnegada dos diversos dirigentes das subseções e regionais, bem como do conjunto das forças políticas, que mesmo com divergência, souberam garantir a unidade na diversidade. (SINTEPP, 2008, p. 26).

As considerações acima demonstram a complexidade da situação política que apresenta a diversidade de ideias encontradas no interior do sindicato para se desenvolver a luta e

organização autônoma dos trabalhadores da educação, em especial dos professores, na base e na direção do Sintepp. Complexidade expressa pela força majoritária que dirige a entidade, que se depara com as dificuldades apresentadas pela inquietação dos trabalhadores em face das expectativas colocadas por uma conjuntura que se abriu com a chegada de um ex-dirigente sindical dos trabalhadores ao comando do país, desde 2003, e também no estado do Pará, desde 2007, ao mesmo tempo que busca a unidade na defesa da autonomia da entidade e no fortalecimento de suas lutas.

A política econômica do Governo Lula é o aprofundamento da política anterior. Crítica-se a herança maldita, no entanto, aplicam-se essencialmente as mesmas medidas responsáveis por esta herança. AS vitórias comemoradas pelo governo são as mesmas festejadas pelo capital financeiro: queda do dólar; recorde de queda no risco Brasil em cinco anos; cumprimento das metas de superávit primário em níveis maiores que aqueles exigidos pelo FMI, de 3,75% para 4,5% do PIB. Assim, o Brasil pagou 145,2 bilhões de reais de juros da dívida em 2003, o maior pagamento de juros de nossa história; cumpriu com os contratos com o mercado financeiro e manteve os acordos com o FMI. Ao lado disto, retoma-se a política de juros altos (já está em 16,75%) para impedir que o crescimento econômico gere inflação acima de 5,5%, que é a meta acordada com o FMI. Os cortes no orçamento também prejudicam principalmente o povo pobre e trabalhador. (SINTEPP, 2004, p. 5).

Outra opinião no interior do Sintepp expressa o entendimento que parte da categoria manifesta sobre a situação econômica do país com a eleição de Lula da Silva à presidência.

Lula chega à metade do seu mandato com maior confiança do povo, como mostram as pesquisas de opinião. Grande parte deste otimismo deve-se a êxitos econômicos conjunturais, como foi a melhoria dos índices de crescimento econômico, que este ano poderá chegar a 5,2%, na expansão do emprego, na pequena elevação da renda e do consumo interno. Passados dois anos o governo Lula também se distingue por seu caráter democrático, característica que se manifesta no trato com os movimentos sociais, buscando o diálogo e a ampla participação dos setores organizados nos inúmeros espaços institucionais que debatem políticas públicas. (SINTEPP, 2004, p. 15).

Isto significa que, com a chegada de um ex-operário, ex-sindicalista à presidência da República do Brasil, abriu-se um novo momento histórico de experiência com um governo que carregava o símbolo da luta dos trabalhadores contra os governos e patrões que impediam a realização dos direitos sindicais e trabalhistas. A direita organizou os seus partidos, e a esquerda também organizou os seus e também os seus instrumentos de luta, como os sindicatos. O partido que assumiu maior referência de esquerda, no país, desde o final da década de 1970, foi o

Partido dos Trabalhadores, identificado pelo seu programa, suas ações e organização democrática.

O novo governo, que assumiu o comando do país em 2003, era coordenado pelo Partido dos Trabalhadores, que acumulou, nos anos anteriores, enorme influência no comando do movimento sindical brasileiro cuja maior expressão foi a construção de uma nova central sindical nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983.

Ao assumir o governo, a CUT e o PT se alinharam à convivência pacífica com os princípios neoliberais no país, quando elaboraram e apoiaram medidas políticas e sociais que retiravam direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores, como, por exemplo, a reforma da previdência que aumentou o tempo de acesso à aposentadoria, a garantia do gerenciamento do setor público pelo setor privado, pela via da parceria público-privado, com a garantia do dinheiro público, como nos hospitais universitários; a manutenção da lógica econômica que diminui investimentos nas áreas sociais, além do envolvimento do PT nos esquemas de corrupção com o dinheiro público, o que colocou o PT do mesmo lado dos partidos fisiológicos e corruptos que sempre existiram no país.

Quase três anos após as eleições presidenciais, já não cabem dúvidas quanto à natureza do governo Lula. Sua orientação geral está perfeitamente clara: adotou uma política *[sic]* macro econômica explicitamente neoliberal; enquanto pôde, encaminhou reformas (de fato, contra-reformas) cujo conteúdo neoliberal é indiscutível (a reforma da Previdência, a Lei de Falências, o projeto de Parcerias Público-Privadas). Além disso foram anunciados projetos, já com contornos básicos definidos, que têm o mesmo caráter (os projetos das 9 reformas sindical e trabalhista *[sic]*). Está em andamento um projeto de mudanças nas universidades – que dificilmente pode ser chamado de “reforma universitária” – que inclui igualmente muitos elementos de uma política *[sic]* neoliberal para o setor. Para reforçar essas considerações, a tônica das suas políticas sociais não é a ampliação dos direitos e sua universalização, mas a redução dos direitos e a “focalização”: as políticas *[sic]* sociais enquadram-se, portanto, em geral, no modelo das “políticas *[sic]* compensatórias” típicas dos governos neoliberais. (BORGES NETO, 2005, p. 69).

Tais opções políticas e ideológicas do PT causaram um impacto imprevisível sobre as organizações dos trabalhadores. Abriu-se um novo processo de reorganização, no país, na medida em que se aprofundou o caráter de classe do movimento sindical em parceria com os interesses dos patrões. Muitos dirigentes sindicais passaram a compor Ministérios, Secretarias e ocupar cargos no governo. Ganharam influências, bons salários e privilégios na elaboração

das políticas públicas de Estado. Ganham respeitoabilidade das classes dirigentes e passaram a dirigir o país, administrando os conflitos entre capital e trabalho.

Constituiu-se um setor de classe, no país, uma casta de burocratas sindicais dirigentes, que influenciou sobremaneira várias lideranças do movimento sindical que, descredenciando as lutas entre as classes sociais, passaram a aceitar o negociado sobre o legislado, a tomar decisões sem consultar suas bases, a defender o programa da burguesia, buscando convencer a classe trabalhadora de que “um outro mundo era possível³²” – um mundo de acordos e pactos, onde ora se ganha e ora se perde, mas onde o importante é sobreviver assegurando o mínimo necessário, visto que o sistema do capital poderia sobreviver sem o trabalho, decretando o fim da classe trabalhadora enquanto classe.

Um setor dos trabalhadores viu com desconfiança essa mudança na localização política do PT e da CUT, e não mais se via representado pela casta dirigente que transitava, principalmente, no governo, na CUT e no PT. Ainda em 2004, efetivaram-se rupturas políticas e sindicais, no interior do Partido e da Central em meio à votação da Reforma da Previdência proposta pelo governo Lula da Silva, em 2004, e defendida em grande medida pelos dirigentes sindicais da CUT.

O Sintepp discutiu de forma crítica a situação política do país e do Estado, em seu 18º Congresso Estadual, e aprovou a seguinte compreensão sobre a realidade apresentada:

O estágio da luta de classes no Brasil tornou-se ainda mais complexo: a viabilização da ordem neoliberal agora é realizada pelo governo Lula. Na prática o instrumento onde residiu o acúmulo de mais de 20 anos das lutas sociais passou para o lado da manutenção da ordem, fortalecendo o regime burguês e a aplicação do ajuste contra o povo. Por sua vez, Lula na presidência da República concede a este governo características distintas das que o antecederam na história do país. Seu simbolismo, vinculado a um passado em que se construiu sólidas relações com o movimento social combativo, e sua origem anteriormente vinculada às camadas populares confundem o povo e os lutadores sociais. (SINTEPP, 2008, p. 13).

No estado do Pará, também, chega ao governo a ex-dirigente sindical Ana Júlia Carepa (2007-2010):

³² Maria Edinalva Bezerra escreve, em 2003, um artigo com esse título, em que define que outro mundo é possível “em uma sociedade onde os indivíduos possam conduzir, conscientemente, suas ideias, seus desejos e anseios com liberdade. As condições de vida, o acesso ao lazer e o prazer são partes fundamentais desse desenvolvimento.” (BEZERRA, 2003, p.652).

A rigor, o governo Ana Júlia – PT, surpreende apenas pela propensão a tomar medidas escancaradamente conservadoras, precipitando o desapontamento dos setores ainda identificados com o PT ou que vislumbravam com o mesmo, o advento de uma alternativa popular ao projeto do tucanato. Em apenas seis meses deu mostras suficientes de sua predisposição para enfrentar os movimentos sociais com medidas diametralmente opostas às suas mais caras bandeiras de luta. (SINTEPP, 2008, p. 20).

Assim como em nível nacional, a luta dos trabalhadores em educação, no estado do Pará, assumiu o centro da conjuntura, diante de governos nacional e estadual que, em tese, seriam os representantes dos interesses dos trabalhadores, mas que optaram por administrar os negócios da grande burguesia capitalista. As resoluções do 18º e 19º Congressos Estaduais do Sintep, em 2008 e 2009, respectivamente, apresentaram as linhas programáticas de ruptura com os governos, ora em voga, seus representantes no movimento sindical, como a CUT, e com o fortalecimento da luta independente dos trabalhadores.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores – PT ao governo aprofundou-se e acelera-se a adaptação da CUT à ordem estabelecida. A Central jogou seus princípios e suas resoluções na lata do lixo e passa a ajudar o governo Lula a cassar direitos trabalhistas e sociais, como ocorreu com as Reformas da Previdência, Sindical e Trabalhista, as PPPs (Parceria Público-Privadas), o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), o PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação), a lei antigreve, a manutenção da CPMF, DRU e diversas outras leis emendas constitucionais que tem como objetivo favorecer o setor privado em detrimento do setor público e das políticas universais. (SINTEPP, 2008, p. 25).

No Pará, Ana Julia, que se elegeu sob o signo da mudança, não consegue se diferenciar dos nefastos governos de Almir Gabriel e Simão Jatene. Subserviência aos interesses do agronegócio, dos madeireiros e à Vale se somam à lógica dos mega-projetos [*sic*] que vêm [*sic*] a Amazônia sob a ótica do capital. Ana Julia segue a mesma cartilha de Lula quando se trata de criminalizar os movimentos sociais: repressão violenta à greve dos trabalhadores em educação em 2008, uso e abuso da legislação burguesa contra a greve de 2009, ataque violento aos atingidos por barragens, delação de dirigentes do MST, entre outras, agora fazem parte do currículo desta ex-sindicalista que abraçou o neoliberalismo com unhas e dentes. (SINTEPP, 2009, p. 4).

De tal forma, o congresso aprova a desfiliação do Sintep da CUT e a referência à participação do Sindicato no processo de reorganização sindical em curso no país.

Defendemos a criação de uma Central sindical ampla e plural (que incorpore a Intersindical, a Conlutas, a CSC e Independentes), que seja classista, independente, autônoma, democrática, internacionalista, que tenha unidade e a solidariedade de classe como valores estratégicos e esteja efetivamente a serviço da luta pelo socialismo. (SINTEPP, 2008, p. 25).

A realidade histórica e objetiva é o que desmonta as verdades e desconstrói qualquer esquema. Por isso, os conflitos no interior dos sindicatos, no Brasil, permanecem e se aprofundam gerando um novo processo de rupturas políticas e sindicais entre os trabalhadores e seus dirigentes, entre base e cúpula, entre o velho e o mais novo sindicalismo.

De tal forma que se inicia um processo de construção de novos instrumentos de luta sindical e política que pudessem reaglutinar a classe trabalhadora brasileira, diante de uma conjuntura de maior fragmentação política e sindical.

Vamos nos ater a alguns princípios importantes construídos ao longo da história do sindicalismo no Brasil: independência política e autonomia sindical, democracia sindical, classismo, unidade sindical e internacionalismo.

Para elaborarmos um entendimento sobre tais princípios é necessário regatar as elaborações anteriores desse trabalho, que ressalta que vivemos num sistema capitalista em que se aprofundam, de maneira permanente, suas crises econômicas e políticas, que tem gerado enormes crises sociais no interior das relações de classe.

Portanto, um sistema dividido em classes sociais, com minoria rica e maioria pobre, com uma classe média pauperizada, cada uma defendendo seus interesses de classe, com expressões subjetivas e objetivas dos conflitos das relações de produção internas; onde o capitalismo não se desenvolve e, para se manter, constrói mecanismos de forte controle político e ideológico sobre a classe que trabalha.

O sistema capitalista, no Brasil, construiu, desde 1889, no início da República, um regime de democracia burguesa³³, com uma forma de governo presidencialista cujas instituições e cujos poderes, como os executivos, legislativos e judiciários, se utilizam de mecanismos de controles políticos e ideológicos sobre a classe trabalhadora para manter o Estado, que é capitalista. Sua economia é dependente do capital internacional e, portanto, submissa aos preceitos neoliberais globalizados.

A eleição de um sindicalista operário por meio de eleições democrático-burguesas não alterou esse modelo de organização do Estado, ou seja, não houve alteração para um novo modelo de desenvolvimento social. Esse novo modelo social seria definido como novo desenvolvimentismo, como afirma a tese de doutoramento do economista e ex-Ministro dos

³³ Para Lenin (1980), na democracia burguesa, os capitalistas afastam as massas da administração, da liberdade de reunião e de imprensa, da possibilidade real de participar das tomadas de decisão política, pois a democracia burguesa é uma democracia para os ricos.

governos Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), Aluízio Mercadante Oliva:

A constituição do Novo Desenvolvimentismo no Brasil está se dando no contexto do aperfeiçoamento das instituições republicanas, da expansão dos direitos econômicos e sociais da população e, sobretudo, da incorporação de expressivas reivindicações dos movimentos sociais nas políticas do Estado brasileiro. (OLIVA, 2010, p. 24).

Mesmo considerando que tenham ocorrido políticas ditas de inclusão, suscitadas pela tese de Oliva (2010), por meio, por exemplo, de políticas compensatórias de transferência de renda pelo Estado à população desempregada, tais medidas estiveram em completa conexão com as orientações dos organismos internacionais do capital; portanto, não alteraram nem a forma de governo, nem o regime, nem o modelo de organização do capitalismo; ao contrário, foram governos que aprofundaram os preceitos e normatizações neoliberais no país.

Ressalte-se que, desde 1980, a maioria do movimento sindical organizado no Brasil esteve sob a direção política da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT); como constataremos mais adiante, com a chegada do PT à presidência da República, os dirigentes da CUT e das demais centrais sindicais foram incorporados aos espaços institucionais dirigidos pelo governo.

A luta, independente e de base, do novo sindicalismo, foi assumindo velhas características defensivas e de conciliação de classe, adequadas à regulação do trabalho no capitalismo, fomentando a coesão de classes, o diálogo permanente e a diminuição de alguns direitos pela mínima manutenção de outros. Ou seja, o novo sindicalismo sucumbiu à velha adaptação e acomodação das cúpulas sindicais.

Um processo que foi desconsiderando princípios importantes construídos pelo movimento sindical brasileiro, como a independência política do sindicato de trabalhadores em face de governos e patrões. Princípios que têm como base teórica e ideológica a ação de indissociabilidade entre luta sindical e luta política, ou seja, a luta desenvolvida pelos sindicatos começa pela melhoria de salários e condições de trabalho, mas não se esgota nesse ponto; portanto, não se esgota na luta contra as consequências do sistema capitalista, mas também, e necessariamente, contra o próprio sistema, construindo a organização dos trabalhadores em classe. Assim, as organizações sindicais funcionam como um grupo organizado para contribuir na superação do sistema de trabalho assalariado. De tal forma, não é possível conciliar interesses de classes tão divergentes. Por isso, o papel dos sindicatos é representar e organizar

os interesses dos trabalhadores contra os representantes do capital e, por esse motivo, não podem ser financiados pelos agentes do capital, ou falar em nome deles, ou tolerar que tais agentes penetrem na definição de suas ações.

A sua independência política, enquanto entidade dos trabalhadores, assegura sua completa autonomia para, juntamente com seus representados, organizar suas lutas no sentido do enfrentamento ao capital. Da mesma forma que, para assegurar tal independência política e financeira do capital, torna-se relevante uma estrutura organizativa e política democrática, que tenha relação direta com o conjunto dos trabalhadores referenciados na entidade sindical. A democracia sindical está intimamente vinculada à independência política dos sindicatos em relação ao Estado capitalista; isso porque o sindicato não pode dar as costas aos trabalhadores para-se ocupar dos interesses do capital. Para isso, os mecanismos que asseguram a democracia entre os trabalhadores e na construção de suas ações é a garantia de que a entidade sindical poderá manter um programa político de classe.

“A tarefa da burguesia consiste em liquidar os sindicatos como organismos da luta de classes e substituí-los pela burocracia, como organismos de dominação dos operários pelo estado burguês.” (TROTSKY, 1978, p. 108); ou seja, a burguesia capitalista atua para desmoralizar as entidades sindicais de trabalhadores, e o seu classismo atua para cooptar seus dirigentes, negociando seus interesses; por outro lado, intensifica o trabalho, busca convencer os trabalhadores a trabalharem mais a serviço dos ditos interesses comuns do Estado, para que consiga disciplinar os trabalhadores e neutralizar suas lutas.

Numa situação de crise econômica do capital, em que os fatores econômicos e políticos determinam a impossibilidade de concessões do capital ao trabalho, tornam-se emergenciais os processos de lutas unificadas dos trabalhadores e suas organizações. As ações unificadas se materializam dada a necessidade comum por salários, por direitos sociais e, portanto, contra tais determinações. Essa unidade é complexa porque exige a compreensão da luta comum e de classe, nas condições de extrema fragmentação do movimento sindical, em nível local e geral, pois os capitalistas atuam construindo eles também suas organizações sindicais próprias, ou seja, os sindicatos que representam os interesses patronais, da mesma forma que tentam convencer os trabalhadores a buscarem seus benefícios pelos esforços individuais.

Essa dinâmica, própria de uma situação política de aprofundamento da crise econômica do sistema capitalista, está conectada a um certo grau de insatisfação e inquietação dos trabalhadores diante de enormes e globalizadas ações de precarização, flexibilização e fragmentação do trabalho, o que, em escala mundial, provoca a mais destrutiva miserabilidade

social de todos os tempos, com o aumento, em abrangência global, do desemprego estrutural³⁴ que afeta sobremaneira o conjunto dos trabalhadores. Diante dessa situação, a aliança entre os trabalhadores e suas organizações começa a se estruturar no local de trabalho e se amplia em escala nacional e internacional, possibilitando àqueles uma luta global. Por isso, a solidariedade internacional, a troca de experiências, a construção de organismos sindicais e políticos que unifiquem tais demandas tornam-se necessidades dos que pretendem atingir os objetivos sindicais e políticos contra a exploração capitalista.

As organizações sindicais, no Brasil, que compreendem a necessidade de ancorar suas ações na unidade internacionalista dos trabalhadores, pautam, em suas avaliações, os aspectos centrais da situação política do capital em nível mundial.

Entramos em uma nova conjuntura mundial, marcada pelo fracasso da contra-ofensiva imperialista pós 11/09 que pode verificar-se com: a) a resistência do povo iraquiano que provoca derrotas político-militares da coalizão imperialista; b) o ascenso das massas trabalhadoras que provoca crises nos planos e nos governos neoliberais na América Latina; c) o agravamento da crise social, aprofundando os ataques às conquistas dos trabalhadores e do povo pobre e d) o aumento da degradação do meio ambiente, que coloca em perigo o futuro do planeta. (SINTEPP, 2008, p. 107).

O processo de reorganização sindical e política que se iniciou no Brasil demonstra que o entendimento sobre o papel político das organizações sindicais não segue uma dinâmica linear, tampouco a compreensão sobre a unidade necessária que as entidades precisam articular em torno das lutas gerais contra as políticas neoliberais em voga.

O processo de reorganização sindical e política que se iniciou no Brasil demonstra que o entendimento sobre o papel político das organizações sindicais não segue uma dinâmica linear, tampouco a compreensão sobre a unidade necessária que as entidades precisam articular em torno das lutas gerais contra as políticas neoliberais em voga.

O Sintepp acompanhou as metamorfoses, no mundo do trabalho e no sindicalismo, processando momentos de coesão com as linhas gerais do movimento sindical brasileiro alinhado ao poder político dirigente, mas também, acompanhando as necessidades de sua base de representação. Um exemplo foi a difícil opção pela ruptura com a dinâmica sindical cupulista atual. E para ter como seguir a luta contra a retirada de direitos, esse Sindicato se desfilou da

³⁴ A propósito de *desemprego estrutural*, entenda-se que “O intenso e generalizado uso das tecnologias nos processos de trabalho e produção, culmina com a extinção de algumas relações de trabalho, incrementando o número de desempregados de médio e longo prazo ou até de permanentes, outros ainda, são dispensados, descartados ou sucateados como qualquer mercadoria.” (SILVA, 2000, p. 109).

CUT, por exemplo, para fortalecer a relação com a sua base, mantendo-se vinculado ainda à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), dirigida, majoritariamente, pelas correntes do Partido dos Trabalhadores, pela via da corrente Articulação Sindical (Artsind) e do Partido Comunista do Brasil, pela via da Corrente Sindical Classista.

E mesmo enfrentando as contradições que fomentaram o abandono de princípios fundamentais e que pautaram o fenômeno do novo sindicalismo no Brasil, o Sintepp lutou contra as políticas desencadeadas pelos governos ligados à direita conservadora, no estado do Pará, da mesma forma que lutou contra as restrições políticas à categoria docente definidas pelo governo do PT no estado e no país.

3.4 PAPEL FUNCIONAL E ASPECTOS BUROCRÁTICOS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Nesse momento, as análises sobre os aspectos burocráticos da organização sindical tratam de reconhecer, segundo Gouveia e Ferraz (2012), que o sindicalismo não é apenas um fenômeno de ação política voluntarista, mas é também envolvido pelo seu aspecto de organização altamente institucionalizada e no exercício de um complexo poder burocrático, com sua representação legal e política, com seus mecanismos de tomada de decisão e do envolvimento ativo de sua base.

O aspecto da estrutura sindical institucionalizada, no Brasil, exige a compreensão da forma de organização e de como trata a questão da burocracia sindical.

Inicialmente, é preciso localizar a organização sindical e suas tarefas no âmbito de uma sociedade capitalista neoliberal, em crise econômica, política e social. É preciso admitir que o trabalho está mais precarizado, fragmentado e complexificado como também que os trabalhadores lutam pela garantia de seus direitos, que os sindicatos são os representantes jurídicos e políticos dos trabalhadores, organizados ou não; que os partidos políticos potencializaram o papel das organizações sindicais, no Brasil, expandindo as demandas sindicais e políticas e identificando a organização de classe; que a grande maioria dos sindicatos brasileiros são controlados por dirigentes sindicais durante anos consecutivos, fruto de uma estrutura sindical burocrática e de cúpula; e que, com isso, surgiu um fenômeno político devastador no interior dos sindicatos, que foi a estruturação de burocracias sindicais, uma casta dirigente que se descolou das reais necessidades da classe trabalhadora. Essa burocracia, sindical e política, realinhou, em dados momentos históricos do país, as ações dos sindicatos com o Estado e a burguesia.

Ao analisar a história do movimento sindical, no Brasil, no Capítulo 2 (Seção 3) desta tese, verificou-se o papel funcional e a sua estrutura de organização política, vinda da experiência do fascismo italiano que tinha o objetivo de negar a luta de classes e se basear na conciliação entre os interesses dos patrões, do Estado e dos trabalhadores, com papel preponderante das suas organizações. Por isso, cabe, neste momento, identificar os pilares da estrutura sindical brasileira, na tentativa de compreender o papel funcional e político do sindicalismo na atualidade.

Como o sindicato é parte integrante do Estado, depende dele para legalizar-se e é organizado a partir das leis parlamentares e não por decisão exclusiva dos trabalhadores, isso permite que governos diferentes, em diferentes momentos da história exerçam maior ou menor controle sobre o sindicalismo. (MARQUES, 2005, p. 57).

O historiador Guilherme Marques, em 2005, ao analisar a estrutura sindical do Brasil e o novo sindicalismo, no período de 1977 a 1995, apontou algumas bases estruturantes da organização dos sindicatos, no país; e a partir dessa análise, faremos o esforço de aproximação de tais apontamentos com a organização dos professores, no Pará, da organização do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará (Sintepp).

O autor ressalta, como primeiro ponto, a Carta Sindical, ou seja, a legalização do sindicato por meio da autorização pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa autorização faz com que a existência do sindicato siga as normatizações determinadas pela legislação brasileira, implantada desde 1930, pelo governo do presidente Getúlio Vargas, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo Decreto nº 19.433, de 20 de novembro de 1930, e pela Lei de Sindicalização das classes patronais e operárias pelo Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Segundo Marques (2005), foram as primeiras medidas de enquadramento jurídico da questão social, no país, que seguiram, durante os anos de Vargas, com o Decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934, que assegurava a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos e depois, ainda segundo Marques (2005), com o Decreto-Lei nº 1.402, de 05 de agosto de 1939, que regulamentou a associação em forma de sindicato alterando a pluralidade para a unicidade sindical e mantendo a proibição de sindicalização aos funcionários públicos e de trabalhadores rurais.

A autorização para o funcionamento dos sindicatos antes, como hoje, segue as formalidades burocráticas do Ministério do Trabalho, por decretos e portarias ministeriais, instituindo estatuto padrão, eleições sindicais, e pagamento e arrecadação de contribuições

sindicais. “Em 1943, o Governo de Getúlio Vargas unificou todas essas leis, portarias e decretos e através do Decreto Lei nº 5452 de 01/05/1943 aprovando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que entrou em vigor em 10/11/1943.” (MARQUES, 2005, p. 56).

A Constituição Federal, de 1988, consagrou às associações sindicais a liberdade de organização, associação e eleição de suas entidades, com o fim do estatuto padrão e do controle político parcial do Estado sobre os sindicatos; mas manteve o princípio da unicidade sindical, também como um mecanismo de autorregulação das entidades de categoria que devem representar uma única base num mesmo território. A partir de então, os funcionários públicos conquistaram o direito de se organizar em sindicatos e, assim, vários sindicatos foram construídos, como o Sintepp, que sob a égide da legislação sindical, adquiriu o seu registro no Ministério do Trabalho.

Art. 1º - o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP, é uma associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.868.425/0001-66, fundada em vinte e três de outubro de mil novecentos e oitenta e oito quando da realização do VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública (FEPPEP), com registro sindical na Secretaria de Relações do trabalho [sic] do ministério do trabalho [sic], conforme despacho publicado no D.O.U de 12 de dezembro de 1995, referente ao processo administrativo n.º 46000.006792/95, com sede e foro central na cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua. Vinte e oito [sic] de Setembro, n.º 510 – Reduto, CEP: 66010-100, sendo de duração indeterminada e regida pelo presente estatuto.

Parágrafo Único – o SINTEPP é uma entidade democrática, laica, plural, independente em relação aos partidos políticos e ao Estado. (SINTEPP, 2014).

Outro ponto importante e pilar da estrutura sindical vigente é a unicidade sindical, um princípio que se mantém desde a década de 1930. A unicidade sindical permite a existência legal de uma única entidade profissional ou econômica representativa de sua base, de acordo com a forma de representação adotada, seja por categoria, base territorial, profissão ou empresa.

A Constituição Federal, de 1988, adotou expressamente, em seu texto normativo, a unicidade sindical, dispondo, no art. 8º, inciso II, ser “vedada à criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município”.

Existem divergências enumeradas ao longo da constituição dos trabalhadores em sindicatos sob a unicidade sindical que pontuaremos apenas para localizar o entendimento sobre o princípio.

[...] apesar de certos malefícios evidentes, apresenta em contra- partida a vantagem de ser um fator aglutinador dos assalariados. A falta de democracia de per si já provoca o atraso na consciência dos trabalhadores e a precariedade das entidades sindicais com baixíssimos índices de sindicalização e muito pouca representatividade, faz crescer a preocupação pela unidade sindical. (SADY, 1985, p. 38).

O princípio da unicidade sindical garante a existência de um único sindicato representativo para cada ramo de atividade em uma determinada região. Com isso, evita-se a divisão e conseqüente enfraquecimento do movimento sindical que, apesar da existência de várias tendências que atuam dentro do sindicato, vê garantida a existência de um único sindicato por categoria. (ANTUNES, 1980, p. 37).

A partir desse entendimento, teoricamente, a unicidade sindical imposta pela lei impediria a pulverização de determinada base/categoria em vários sindicatos, cada um sustentando-se em uma determinada corrente política, ideológica ou religiosa. De outra forma, existem os que viam a unicidade sindical sob outra perspectiva.

A unicidade sindical, impondo a existência de apenas um sindicato, determinado por categoria profissional e de base territorial normalmente municipal impede assim a existência de sindicatos maiores, que possam fazer frente ao poder econômico das grandes empresas e conglomerados, para as quais oficialmente não existe determinações de como se organizarem, e logicamente se utilizam da divisão de seus trabalhadores em diferentes sindicatos quando existem enfrentamentos. (MARQUES, 2005, p. 59).

Para Marques (2005), a estrutura sindical, no Brasil, não permite que seja a própria classe trabalhadora que decida sobre a sua união. Essa “unidade” é imposta pelo Estado. Além dos aspectos que favorecem a burocratização e a permanência dos pelegos nas máquinas sindicais afastadas dos trabalhadores, e fica-se impedido de criar sindicatos com bases mais amplas.

O Sintepp é um sindicato que organiza os trabalhadores da educação básica pública, diga-se, professores e funcionários de escola, em base municipal e estadual. Está organizado em 135 municípios, com suas respectivas coordenações municipais, regionais e coordenação estadual. Convive com a existência de sindicatos municipais e por profissão em sua base territorial. Existem, também, em suas fileiras, professores ligados a outras organizações

profissionais, como os sociólogos, pedagogos, profissionais de Educação Física, servidores públicos municipais e estaduais, dentre outros, que atuam na mesma categoria e no mesmo território.

Um pilar importante dessa estrutura sindical brasileira é a chamada contribuição financeira compulsória para o sindicato, ou imposto sindical. São tributos que os sindicatos recebem – o imposto sindical e a taxa assistencial, que custeiam, pelo Estado, as despesas dos sindicatos, fazendo com que não dependam dos valores da sindicalização dos trabalhadores para sobreviverem.

O imposto sindical foi criado exatamente com essa função, atrair para o sindicato os trabalhadores que, desassistidos pelo Estado, encontravam nos sindicatos os órgãos que poderiam lhe oferecer assistência médica, atividades festivas, etc. Isso tudo sem necessariamente lutar junto do sindicato. [...] Esses “tributos” são cobrados de todos os trabalhadores da base do sindicato, filiados ou não. Esses “tributos” fazem com que ganhar a base não seja necessário para a sobrevivência do sindicato, pois é a posse da carta sindical que lhe dá essa garantia. (MARQUES, 2005, p. 60).

O Sintepp é um sindicato de base estadual que se posiciona contrário ao desconto compulsório e ao recebimento do imposto sindical. Sobrevive com o pagamento mensal de seus sindicalizados, como prevê seu Estatuto, reformulado no XXI Congresso Estadual do Sintepp, em 2014.

Art. 90 – Os recursos provenientes da arrecadação das contribuições mensais dos associados serão repassados à Coordenação Estadual, às Regionais e às Subsedes, obedecendo aos seguintes percentuais:

I - Coordenação Estadual – 25% (vinte e cinco por cento);

II - Coordenação Regional – 15% (quinze por cento);

III - Coordenação de Subsedes – 60% (sessenta por cento).

§1º - Do total das contribuições dos associados municipais, a Subsedes deverá repassar 25% (vinte e cinco por cento) para a Coordenação Estadual e 15% (quinze por cento) para a Coordenação Regional. (SINTEPP, 2014).

Como regulamenta o Estatuto da entidade, do total das contribuições, descontadas de cada trabalhador da educação filiado ao sindicato e arrecadado pelas subsedes que recebem a arrecadação dos trabalhadores da educação da rede municipal e da direção Estadual que recebe a arrecadação dos trabalhadores da educação da rede estadual, são distribuídos 25% para a direção estadual, 15% para as respectivas direções regionais e 60% para as subsedes. Isso

significa que as subseções fazem o repasse para a estadual e regionais, assim como a direção Estadual faz o repasse para as subseções e regionais.

Outro elemento fundamental da estrutura sindical brasileira, pautada por Marques (2005) é o papel da Justiça do Trabalho e sua relação com os sindicatos. Este órgão em si é chamado a resolver os conflitos entre o capital e o trabalho, principalmente nos setores privados. Em caso de greve, quem arbitra é a justiça do trabalho; quem decide sobre o direito, o salário, o tempo, o método de luta, a importância da luta, tem sido a justiça do trabalho que, inclusive, determina a punição aos sindicatos e aos trabalhadores que decidirem lutar. Um órgão que regula a ação sindical no Brasil.

Quando existe uma disputa, por exemplo por aumento salarial, se os trabalhadores fizerem tudo “certinho”, dentro dos parâmetros da justiça, ou seja, se estiverem na sua data base, reivindicando sem a utilização de formas de luta como ocupações de fábrica, e dependendo de qual categoria seja etc., eles podem até mesmo fazer, mas essa deve ir até onde a justiça permitir. Quer dizer, quando a justiça arbitra um determinado valor a ser utilizado para o reajuste salarial dos trabalhadores, eles devem imediatamente acabar com a greve e voltar a trabalhar. (MARQUES, 2005, p.60-61).

A greve no serviço público não está regulamentada, apesar da garantia do direito estar prevista na Constituição Federal, de 1988, que estabelece, no inciso VII, do seu artigo 37, que os servidores públicos civis exercerão o direito de greve nos termos e nos limites definidos em lei específica. E as determinações legais definidas para o setor privado acabam valendo para o setor público. Note-se que o tratamento dado às lutas coordenadas pelos sindicatos, de maneira geral, têm sido judicializadas e muitas delas criminalizadas pela referenciada justiça do trabalho e Tribunais de Justiça nos Estados.

Buscar a justiça do trabalho como moderador para as lutas de classe tem o papel de mudar o foco da luta entre patrão e empregado, e de acabar desviando-as para os tribunais, o que leva os trabalhadores a pressionarem e até a confiarem que a justiça será assegurada às suas lutas.

A estrutura do sindicalismo, no Brasil, foi organizada para manter a luta dos trabalhadores num patamar aceitável pelo Estado e pelos patrões, garantindo a conciliação entre as classes e evitando o conflito. Mas esse atrelamento dos sindicatos ao Estado não se deu sem conflitos.

Sindicatos criados a partir do novo sindicalismo, que sustentavam princípios de autonomia e independência das organizações sindicais em relação a Estado e patrões romperam,

em certa medida, com esses pilares e criaram organizações por fora dos estatutos padrões, sem imposto sindical e com liberdade de organização sindical. Como o novo sindicalismo não enfrentou todos os mecanismos de controle instituídos pelo Estado, desde a Era Vargas, submeteu-se às determinações do Ministério do Trabalho para a Carta Sindical, mantendo a unicidade sindical, a interferência da Justiça do Trabalho e até mesmo o recebimento do imposto sindical, adequando-se aos determinantes legalmente instituídos.

O novo sindicalismo valorizou muito, na década de 1990, os espaços de consenso como as câmaras setoriais tripartites e as mesas de negociação permanentes com o Estado, os Conselhos e comissões que buscavam algum entendimento sobre as demandas apresentadas pelos sindicatos.

Esse processo enfraqueceu a ação sindical combativa e incentivou a consolidação do fenômeno da burocratização sindical no interior das entidades dos trabalhadores.

Mas o que é a burocracia sindical? Trata-se de um grupo privilegiado de dirigentes sindicais e políticos, presentes nos sindicatos e partidos políticos que administram a entidade para assegurar seus próprios benefícios. Esse conceito é diferente dos que costumamos utilizar quando nos referimos à burocracia como um corpo de funcionários que organiza e administra, sob regras determinadas, uma empresa ou repartição pública, correlatas às funções administrativas. Estamos nos referindo a um fenômeno social e político presente no movimento sindical que surge quando o dirigente assume independência política e financeira a partir das atividades de direção que desenvolve no interior das entidades sindicais.

No interior da classe trabalhadora, a burocracia sindical é composta por um grupo de dirigentes ganha prestígio e visibilidade e começa a controlar sozinha a estrutura sindical. Separa-se dos trabalhadores, ao colocar-se acima deles, e assim, abre caminho para práticas de conciliação entre sindicato e Estado, ou seja, entre trabalhadores e capitalistas.

Dessa forma, a burocracia sindical usa de seu prestígio junto aos trabalhadores para conciliar os interesses de classe, com o objetivo de manter privilégios políticos e ganhos econômicos próprios. São burocratas quando deixam de lutar pelos interesses de sua classe e passam, de maneira consciente, a lutar, exclusivamente, pelos seus próprios interesses e lucratividades bem superiores aos de sua classe. Portanto, constituem-se em agentes do Estado e da burguesia no interior do movimento dos trabalhadores. São o que se chama comumente, no movimento sindical, de pelegos.

Sabemos que a burocracia, entendida como corpo de funcionários com a função de administrar, dirigir uma entidade ou um país é inevitável, uma imposição da realidade. Como se poderia dirigir um sindicato com trinta mil trabalhadores na base, algumas centenas de empresas na categoria, sem um corpo de dirigentes que tenha seu tempo, ou pelo menos parte dele, dedicado a isso? Os problemas surgem quando esta burocracia autonomiza-se em relação aos seus representados, usurpa o poder que lhe foi concedido para defender os trabalhadores e passa a usá-lo em defesa de seus próprios interesses. Aí se dá o fenômeno da burocratização, a degeneração burocrática. (ALMEIDA, 2007, p. 26).

Vale ressaltar que esse processo de burocratização é produto desta fase imperialista globalizada do capital, de maior centralização, de grandes monopólios e transnacionais que, diante de suas crises econômicas, tentam controlar com maior intensidade os sindicatos, enfraquecendo seu poder de mobilização e organização. Para isso, os capitalistas empurram os sindicatos a buscar maior apoio dos Estados, os quais vendem a ilusão de que a união entre Estado e sindicatos contra o capital beneficiaria os trabalhadores, estreitando os laços de conciliação entre as classes sociais antagônicas. Também é importante ressaltar que, na sociedade capitalista, o Estado está a serviço da classe dirigente, ou seja, dos capitalistas. São eles que controlam as instituições do Estado.

Leon Trotsky³⁵, em seu famoso escrito sobre *Os sindicatos na época da decadência imperialista*, ao falar sobre burocratização dos sindicatos, ressalta:

Há uma característica comum no desenvolvimento, ou para ser mais exato, na degeneração das modernas organizações sindicais de todo o mundo: sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreita com o poder estatal. Este processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-democratas, comunistas e anarquistas. Apenas este fato demonstra que a tendência a estreitar vínculos não é própria de tal ou qual doutrina, senão que provém de condições sociais comuns a todos os sindicatos. (TROTSKY, 1978, p. 101).

E com muita propriedade, o líder revolucionário também ressalta que é preciso travar uma luta feroz no interior dos sindicatos contra as burocracias operárias, lutando pela “[...]”

³⁵ Lev Davidovich Bronstein, nasceu em Ianovka, região central da Ucrânia, em 7 de novembro de 1879, foi um intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do Exército Vermelho e rival de Stalin na tomada do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) após morte de Lenin. Nos primeiros tempos da União Soviética desempenhou um importante papel político, primeiro como Comissário do Povo (Ministro) para os Negócios Estrangeiros; posteriormente como organizador e comandante do Exército Vermelho, e fundador e membro do Politburo do Partido Comunista da União Soviética. Afastado por Stalin do controle do partido, Trotsky foi expulso deste e exilado da União Soviética, depois foi para a Turquia, França, Noruega e finalmente refugiando-se no México, onde veio a ser assassinado por Ramón Mercader, agente da polícia de Stalin. As suas ideias políticas, expostas numa obra escrita de grande extensão, deram origem ao trotskismo, corrente ainda hoje importante no marxismo. Em sua autobiografia intitulada “Minha Vida”, de 1978, publicada pela Editora Paz e Terra, conta sua trajetória política e pessoal com grande profundidade. (TROTSKY, 1978).

independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao estado capitalista, [...] com democracia sindical.” (TROTSKY, 1978, p. 103).

Essas considerações buscam localizar, na configuração político-sindical do Brasil, a luta travada no interior dos sindicatos entre o seu caráter e a sua identidade enquanto organismos construídos pela classe trabalhadora para desenvolver suas lutas e demarcar sua existência enquanto classe. Para isso, ressaltaremos alguns princípios que, sob a ótica da história do sindicalismo classista, marcam essa disputa. Um sindicalismo que tem um programa apoiado na ideia da luta de classes e não da colaboração de classes.

Os sindicatos se constituíram em organismos de autodefesa da classe trabalhadora, tornando-se o espaço privilegiado de organização e luta da classe. Por isso, sua tarefa parte das necessidades imediatas por salários, jornada, carreira, condições de trabalho e, diante dos ataques aos seus direitos, por parte dos patrões capitalistas e do Estado burguês, nesta época de decadência do capitalismo, de crise permanente. Para aumentar seus lucros, esses últimos necessitam aumentar os níveis de exploração do trabalho, e os sindicatos obrigatoriamente avançam na luta política concreta contra o capital, demonstrando que toda luta sindical é, conseqüentemente, uma luta política.

Esse processo exige o máximo de unidade entre os organismos da classe trabalhadora, sejam sindicatos, sejam partidos políticos, para enfrentar a unidade burguesa em torno dos interesses do capital com seus partidos e seu Estado.

Por isso, a defesa da autonomia dos sindicatos em relação ao Estado assegura a independência política deste, em face de qualquer governo. Da mesma forma, a democracia, nesses organismos de classe, permite que a base, os trabalhadores, controlem seus dirigentes e participem como sujeitos das decisões e ações do sindicato, fortalecendo suas instâncias e sua unidade enquanto classe. Evitam, assim, o aparelhamento dos sindicatos pelos governos e partidos políticos, nesse sistema do capital. Só a mais ampla democracia operária no interior das entidades sindicais pode combater os vícios burocráticos e oportunistas.

A clareza sobre esses princípios assegura a credibilidade e a força dos sindicatos e partidos junto à classe trabalhadora; ou seja, o classismo permite a constituição da classe trabalhadora e elucida sua tarefa revolucionária de destruição do Estado capitalista e seu sistema de exploração.

A compreensão da necessidade de unidade dos trabalhadores e suas demandas na combativa luta, organizada no interior do sistema capitalista globalizado, não pode ser uma

visão romântica sobre o papel das organizações sindicais e de sua direção. Trata-se de uma necessidade diante da crise do sistema do capital que provoca a desregulamentação do trabalho e sua precarização em nível mundial. Por isso, a organização dessa luta é também internacional, que se dá a partir da realidade local, potencializando uma organização maior, mais dinâmica e mais forte da classe trabalhadora. Diante dessa necessidade, no Brasil e no mundo, crescem o sentimento e as ações anticapitalistas. Aumenta a solidariedade da luta entre os trabalhadores em todo mundo, ressaltando a máxima expressão do marxismo, no *Manifesto do Partido Comunista* ([1848] 1998) ao dizer: “Trabalhadores de todo o mundo uni-vos.” Isso significa unir os trabalhadores, em nível mundial, na luta contra o capital.

3.5 A JUDICIALIZAÇÃO DAS LUTAS SINDICAIS

A organização dos trabalhadores em sindicatos, no Brasil, a partir do novo sindicalismo, na década de 1980, consolidou um tipo de sindicalismo combativo, o sindicalismo classista, que tinha características reivindicatórias dos direitos trabalhistas, mas também combinava uma ação mais política no sentido de abordar questões sociais. Um exemplo é a organização dos servidores públicos em sindicatos, a partir da autorização dada pela Constituição Federal, de 1988, que potencializou o surgimento de tais entidades.

Esse tipo de sindicalismo classista, que vinculava a luta econômica e a luta política em sua ação sindical, na medida em que contestava a organização do capitalismo no país e suas medidas de cunho neoliberal, sofreu forte criminalização, por parte do Estado, no setor público, e dos patrões, no setor privado. Criminalização da ação sindical mais radicalizada, que pautava sua ação pela via da mobilização direta e da ação jurídica, visto que inúmeros direitos trabalhistas foram assegurados na legislação vigente.

Mas essa criminalização não se dava apenas pela via da ação policialesca, na tentativa de coibir as mobilizações de rua, as greves e a ação sindical, “[...] com a prisão de seus líderes, encerramento de atividades sindicais ex officio e a aplicação de multas, que na prática, inviabilizavam a figura jurídica dos sindicatos.” (PEREIRA, 2011, p. 91). Essa criminalização também ocorria pelo aparato ideológico e jurídico construído pelo Estado no sentido de desmoralizar, perante a opinião pública e a sociedade, a luta dos trabalhadores e suas organizações sindicais.

A ofensiva neoliberal, que teve início no governo Collor (1990-1992), aprofundou-se no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A reação ao

sindicalismo classista teve vários vieses. Um primeiro foi a tentativa midiática de desmoralização a que foram alvos os trabalhadores de setores mais combativos das classes trabalhadoras – como petroleiros e servidores públicos em geral. Os anos de 1990 corresponderam a um período em que o funcionalismo público, especialmente o civil, era associado a figura do “marajá” em propagandas eleitorais, jornais e noticiários apelativos. A partir de Fernando Henrique Cardoso, entretanto, os ataques se sofisticaram-se [*sic*]. Bresser Pereira, ministro de Fernando Henrique Cardoso, atribuía a “improdutividade” do funcionalismo à ausência de adoção de uma gestão “científica” (PEREIRA, 2011, p. 90).

A ofensiva ideológica buscava convencer a opinião pública de que a ineficiência do Estado no atendimento às áreas sociais se dava pela existência de muitos profissionais, no serviço público, descomprometidos com o atendimento à população e a qualidade dos serviços. De tal forma que os grevistas deveriam ser vistos e tratados como “arruaceiros”, “baderneiros”, e suas organizações sindicais como um empecilho ao bom desenvolvimento do sistema, visto que exigiam privilégios que os demais trabalhadores assalariados não tinham.

O discurso do governo contra os servidores públicos e seus direitos era a justificativa para “reformular” o Estado para uma gestão mais eficiente e flexível em relação aos direitos trabalhistas expressos nos estatutos de servidores e no âmbito do setor privado. Era a justificativa para reorganizar as relações de trabalho como uma gestão empresarial com vistas à eficiência e à maior produtividade para o sistema capitalista e o mercado e não necessariamente para a população que precisa de acesso aos serviços públicos.

Esta política deslocava a luta sindical para a esfera judicial e tirava, como hoje retira, as discussões do público para as autoridades jurídicas como advogados, promotores, juízes e tribunais. Isso significa um cerceamento compulsório das questões relativas ao direito dos sujeitos sociais envolvidos, os trabalhadores e os patrões; no caso dos servidores públicos, o Estado.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará – o SINTEPP – construiu suas pautas de reivindicações a partir de suas demandas econômicas, mas também com forte recorte classista, ou seja, a defesa da escola pública, do direito à educação de qualidade, envolvendo os setores democráticos da sociedade civil nessa luta, denunciando o sistema capitalista e seus governos, defendendo direitos sociais nas diversas esferas e setores da sociedade, denunciando o desvio de verbas públicas, os mecanismos de controle sobre o trabalho. Enfim, misturavam-se as bandeiras sociais com as questões salariais e de liberdade de organização sindical e política dos trabalhadores. Além dos métodos de maior envolvimento de sua base de representação nas decisões sobre a situação econômica e política no país, no estado

e em diversos municípios, a partir de suas assembleias gerais, plenárias, congressos, numa dinâmica de debates no interior dos locais de trabalho e com o financiamento direto dos trabalhadores pela sindicalização. Essas são características de um sindicato classista.

Ao sair do campo sindical para o campo jurídico, traz-se também a amplitude das questões econômicas para as questões políticas. Por exemplo, em 2015, inúmeros sindicatos ingressaram com ações judiciais requerendo à Justiça que determinasse ao Estado o procedimento no desconto da contribuição sindical dos servidores estaduais, no valor equivalente à remuneração de um dia de trabalho de cada servidor, como determina o artigo 579, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Sintepp tem posição contrária ao recebimento do referido imposto e recorreu à justiça com pedido de anulação dos descontos para o conjunto dos trabalhadores da educação, cito professores e funcionários de escola.

Ao analisar o pedido de antecipação da tutela, o juiz resolveu deferi-lo autorizando o desconto, com exceção dos servidores vinculados ao Sintepp. Contudo, analisando requerimento de outro sindicato que pleiteava o desconto dos “demais servidores da educação”, o juiz, em 27/10/2015, assim deliberou: “não deverá incidir somente em relação aos PROFESSORES, TÉCNICOS e ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO, os quais representados pelo SINTEPP, devendo incidir normalmente quanto aos demais servidores da educação”.

Diante disso, a assessoria jurídica do Sintepp ingressou na ação como “terceiro interessado”, para demonstrar que o sindicato possui legítimo e inquestionável representatividade sobre todos servidores da educação estadual, incluindo os não pertencentes a categoria do magistério (docentes e especialistas). “Portanto, sobre tais servidores não pode incidir a contribuição sindical a ser descontada nas folhas de pagamento dos meses de NOVEMBRO/2015 e DEZEMBRO/2015, já que seria requerido por sindicato ilegítimo; caso ocorrido, que o valor correspondente a tal contribuição sindical seja repassada ao sindicato oponente, no percentual atribuído à entidade sindical”. Diante desses argumentos, o juiz Elder Lisboa, RESOLVEU SUSPENDER A DETERMINAÇÃO DOS DESCONTOS. (SINTEPP, 2015. Grifos e destaques no original).

O exemplo é para nos ajudar no entendimento sobre a necessidade de a organização sindical pautar questões de representatividade de base, quando há o conflito estabelecido, mesmo havendo regulamentação de unicidade sindical. Isso porque há uma compreensão de nossa parte de que é uma política do próprio Estado e do sistema capitalista judicializar questões que estão no campo político de organização.

Outro elemento são as lutas jurídicas sobre as questões salariais, sejam pelas garantias dos reajustes a serem assegurados, ou por perdas salariais com diminuição abrupta de horas de

trabalho, ou pela não concessão de gratificações pela titulação ou exercício de função; enfim, são inúmeras ações na tentativa de evitar maiores defasagens salariais para os professores.

O Governador Simão Jatene viola a Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o piso salarial para professores e especialistas, ao não pagar o valor correto do piso salarial profissional nacional aos profissionais do magistério público da educação básica do Estado do Pará, a partir do mês de janeiro deste ano de 2016 – com pagamento efetivado em fevereiro -, ferindo, portanto, direito líquido e certo da categoria. Contudo, o Governo Jatene não efetuou o pagamento do novo piso salarial aos professores e especialistas em educação no mês fevereiro, referente ao mês de janeiro/2016. E ainda não se manifestou quando e como irá cumpri-lo, continuando a pagar o valor do piso anterior, de R\$1.917,78. Permanecendo, portanto, em ato omissivo de ilegalidade. (SINTEPP, 2016).

O sindicato recorre, constantemente, às ações judiciais no estado e em instâncias superiores para assegurar normatizações legais omitidas pelo Estado. Recurso esse utilizado a partir de diversas tentativas de reuniões com representantes administrativos do poder estatal, priorizando os processos negociais, combinadas com as mobilizações sistemáticas do conjunto dos trabalhadores em educação. Mas, à medida que não avançam as conversas com o governo, cuja ação mantém a irredutibilidade de sua política salarial, recorre-se à esfera do direito na justiça. Uma esfera pouco atrativa, dadas as constantes manifestações de reforço ao comando do Estado em detrimento do direito de quem trabalha na educação.

Um exemplo foi a situação que ocorreu, em 2015, quando houve a negativa no pagamento de valores do piso salarial nacional dos professores. O Sintepp ajuizou ação para a efetivação do direito e realizou greve durante 51 dias letivos para pressionar o governo estadual pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional, a Lei nº 11.738/2008, dentre outras reivindicações. A justiça determinou o desconto dos dias parados dos grevistas, que receberam salários com tais descontos, além de não terem alcançado o reajuste devido. A greve foi encerrada com os professores sendo descontados e com a imposição de calendário de reposição. A reação dos professores, no pós-greve, à organização desse calendário transportou novamente a luta entre os interesses divergentes para a intermediação jurídica, e o seguinte acordo, chamado acordo de compensação, foi assinado entre as partes.

Foi assinado o acordo de compensação financeira e garantia do cumprimento do calendário letivo adaptado pelas secretarias de Estado de Educação (Seduc) e Administração (Sead), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp). O acordo trata dos valores devidos pelo Governo do Estado ao grupo Magistério da Seduc, relativos aos retroativos da implementação do piso nacional fixado para categoria de 2015, e

os valores devidos pelo grupo, relativo às faltas do período compreendido de 26 de março a 3 de junho de 2015, quando houve greve. No acordo assinado entre Sintepp, Seduc, Sead e PGE do valor dos retroativos relativos ao piso nacional devidos no exercício de 2015, será deduzido o valor relativo às faltas da greve devidamente registradas no Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos (SIGIRH). O cálculo do saldo positivo ou negativo, devido pelo servidor público, será feito individualmente respeitando as faltas verificadas durante o período da greve e o limite devido a título de faltas registradas. (PARÁ, 2015).

O encerramento da greve, diante da decisão judicial pelo desconto dos dias parados e a ação de cumprimento daquela por parte do governo inviabilizou a ação política do sindicato e da categoria. Ou seja, enfraqueceu a mobilização e a organização dos trabalhadores, na medida em que foram descontados em seus salários para depois cumprirem um acordo que os obrigou a abrir mão de valores do retroativo, que deveriam ter recebido do governo, para reporem os valores descontados das faltas. Em outras palavras, perderam salário com os descontos dos dias da greve e perderam o direito de receber seus retroativos que ficaram nas mãos do governo nos termos da compensação. Obviamente, o acordo previa a devolução dos salários descontados à medida que os professores realizavam a reposição das aulas aos alunos, mas esse processo não assegurava o direito pleno ao salário uma vez que a Secretaria de Educação não conseguiu organizar tal devolução, assegurando que ocorresse com sucesso. Esses salários já estariam, de certa forma, defasados pela inflação do período o que, de certa forma, comprometia o direito necessário de acesso dos professores aos seus salários.

Outro exemplo foi a tentativa da garantia de direito às gratificações, ou a manutenção de seu valor, ou sua permanência, como as devidas aos professores que adquiriam licenciatura plena, o que obrigou o sindicato a provocar os tribunais, como terceira pessoa interessada em defender a garantia do direito.

Nessa quarta-feira, dia 15, o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará irá julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-529-67.2014.8.14.0000), movida pelo Prefeito Domingos Juvenil contra dispositivos da Lei Municipal nº 1.553/2005, que dispõem sobre a possibilidade do professor progredir de nível médio para nível superior, ao adquirir curso de graduação, o que se constitui na progressão vertical. (SINTEPP, 2016).

Tem sido prática recorrente para o Sintepp questionar o não cumprimento das leis instituídas; ou mesmo quando sua aplicabilidade signifique prejuízos aos trabalhadores, como no caso desta ação direta de inconstitucionalidade, cabendo à entidade sindical o esforço de impedir alguma pretensa aplicabilidade que interfira no direito. Neste caso, os tribunais

preveem a inconstitucionalidade na progressão vertical, que significa mudança de cargo. No caso em questão, o professor não mudaria de cargo, mas estaria assegurado o investimento pela aquisição de licenciatura com a gratificação de nível superior.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) é um mecanismo legal, autorizado pela Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 103, que possibilita questionar junto ao Supremo Tribunal Federal a validade de uma lei que, ao ser aplicada, pode prejudicar ou esteja prejudicando as pessoas.

As Adin's têm sido um instrumento importantíssimo para impedir que ofensas sérias aos direitos do cidadão em geral – e aos trabalhadores em particular – sejam perpetrados por atos arbitrários da administração pública ou do legislativo (estadual e federal). Se, durante a ditadura militar, esse direito era limitado ao procurador da República – homem de confiança do presidente –, após a Constituição de 1988, o rol de legitimados ativos para propor Adin's ampliou-se: além do procurador geral da República, os partidos políticos com representação nacional, os governadores de estado, o advogado geral da União, as confederações sindicais e as entidades de classe de âmbito nacional passaram a ser consideradas partes legitimamente representantes da sociedade – que, pela via da Adin, têm a possibilidade de questionar a constitucionalidade de medidas tomadas por agentes públicos. (PEREIRA, 2011, p. 98).

Esse ponto foi acionado à pesquisa geradora desta tese devido à importância que as entidades estão dando às questões judiciais, o que também provoca reação dos tribunais negando as ADINs provocadas pelas entidades, ou seja, o Supremo Tribunal Federal não tem reconhecido a legitimidade das organizações sindicais para a proposição desse instrumento jurídico. Mas governadores e prefeitos têm utilizado tal recurso sistematicamente, como foi no caso da Adin questionando a aplicabilidade da Lei do Piso Salarial Nacional – Lei nº 11.738/2008, no que concerne ao tempo de planejamento em hora-atividade dentro da jornada, ou mesmo ao pagamento de gratificações, como demonstra a ação questionada pelo jurídico do Sintepp.

Outro aspecto que podemos mencionar e que tem merecido muita atenção dos tribunais é o tratamento dado ao direito de greve dos servidores públicos. Direito previsto no artigo 37, da Constituição Federal, de 1988: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Considerando que o direito de greve dos servidores públicos, segundo Pereira (2011), nunca foi promulgado em lei específica, mas que as greves sempre ocorreram, o judiciário foi intensamente acionado, por parte dos estados e da União, no sentido de manifestar-se caso a caso sobre as paralisações.

Apesar de não homogênea (dentro do STF a posição nunca foi unânime), a jurisprudência predominante nos anos 1990 e início de 2000 baseava-se em um argumento capcioso: os trabalhadores tinham direito à greve, porém não ao seu exercício – pelo menos enquanto o legislativo não elaborasse lei regulamentando a Constituição. Com isso, o Judiciário não se obriga a suprir a lacuna do legislativo (desobrigando-se da tarefa de regulamentar, através de mandado de injunção, o exercício de greve de uma categoria específica) e, ao mesmo tempo, penalizava os trabalhadores – que tinham interditado o seu direito de “exercício”-mas não de greve. O STF “reliava” a constituição e transformava a questão política em um problema técnico. (PEREIRA, 2011, p. 100).

O entendimento dos tribunais sobre o direito de greve no serviço público favoreceu o acirramento entre os governos municipais, estaduais e os servidores públicos, pois os trabalhadores recorriam à greve, como fizeram a CNTE e o Sintepp, para assegurar direitos, provocando “inúmeros decretos estaduais que se seguiram ecoando a impossibilidade de exercício da greve prevendo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente aos vencimentos e vantagens.” (PEREIRA, 2011, p. 100).

Obviamente, o Poder Judiciário, em suas diversas instâncias, entende a necessidade de impedir juridicamente a realização do direito de greve dos servidores públicos civis; tanto é assim que a própria ausência de regulamentação sobre o direito tem sido, até hoje, uma política de contenção do direito. Em outubro de 2008, o Supremo Tribunal Federal publicou o Mandado de Injunção³⁶ nº 708/DF que estendia a Lei de Greve (Lei nº 7.783/89) existente no país, aplicável aos trabalhadores do setor privado, aos trabalhadores civis do serviço público. Mas, diante da especificidade desse tipo de trabalho, tal extensão também significou restrição, agora com punição, ao direito de greve pelos servidores públicos, pois afeta o direito em duas questões centrais: a essencialidade do serviço e a natureza da greve.

Quando o Sintepp deflagrou greve na rede estadual de ensino, em 2013, antes mesmo de a greve iniciar, no dia 23 de setembro, o governo do Estado entrou com pedido de abusividade da possível greve em ação judicial. A justiça do Estado determinou, por meio de liminar concedida pela juíza Rosana Lúcia de Canelas Bastos, contrária à greve, a suspensão da deliberação de paralisação das atividades escolares. Em caso de descumprimento, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará seria multado em R\$100 mil por dia.

³⁶ Segundo Emerson Santiago (2017), é chamado *mandado de injunção* o instrumento processual utilizado para se pedir a regulamentação de uma norma da Constituição, quando os Poderes competentes não o fazem. O pedido é feito para garantir o direito de indivíduo prejudicado particularmente pela omissão. Assim, só quem pode editar leis pode ser alvo (sujeito passivo) de tal ação.

O Sintepp recorreu e derrubou a referida liminar, pela sentença do ministro Luiz Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao analisar o pedido de liminar na Reclamação (RCL)16425, o ministro Barroso argumentou que a Constituição Federal garante o direito de greve, tanto para os trabalhadores da iniciativa privada quanto para os servidores públicos. Disse, ainda, que o entendimento do STF é de que o exercício desse direito pelos servidores depende de lei que o regulamente. Entretanto, como tal lei ainda não foi editada, resultando em omissão constitucional, o Plenário do STF, ao julgar o Mandado de Injunção (MI) 670, preencheu a lacuna normativa e viabilizou diretamente o exercício do direito de greve por servidores. Ao deferir a liminar, o ministro considerou as argumentações do Sintepp plausíveis, pois como a decisão foi proferida por juiz de primeira instância, parece contrastar com a competência do Tribunal de Justiça definida no julgamento do MI 670. “Está igualmente presente o *periculum in mora*, uma vez que os servidores em tela já estão proibidos de exercer um direito fundamental por força de um ato que, além de ter sido proferido por órgão incompetente, cominou ao sindicato elevada multa (cem mil reais) por dia de descumprimento”, decidiu o ministro Roberto Barroso. (SINTEPP, 2013).

Mas as greves protagonizadas pelos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino, no estado do Pará, nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015 foram marcadamente provocadas judicialmente com julgamento de abusividade. Foram greves longas, que enfrentaram a criminalização policial e judicial e as intransigências dos governantes com as reivindicações centrais, no que tange ao cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional, ao plano de cargos, carreira e remuneração, e às condições de trabalho. Foram greves que movimentaram o Poder Judiciário e o Ministério Público para o desconto dos dias parados, para processos judiciais sobre os dirigentes do sindicato, multas, contratação por parte do governo do estado de professores substitutos para os grevistas, termos de ajustamento de condutas, precariedades na garantia das reposições de aulas, encurtamento do calendário escolar de maneira unilateral por parte da secretaria de educação; enfim, ações jurídicas e políticas que tiveram seu ápice na última medida do Supremo Tribunal Federal sobre o direito de greve no serviço público.

O movimento sindical, especialmente o do segmento dos servidores públicos, sofreu uma histórica derrota no dia 27 de outubro de 2016, quando o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por seis votos a quatro, decidiu pela constitucionalidade do desconto nos vencimentos dos servidores públicos em decorrência de dias não trabalhados por adesão à greve. O STF assim fixou sua tese: "a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em

caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público". (SINTEPP, 2016).

Diante dessa definição do Poder Judiciário, no país, é possível afirmar que, ao determinar o desconto do salário do trabalhador grevista, tem-se a negação do direito de greve, pois retiram-se do servidor seus meios de subsistência. Essa ação configura um dos maiores processos de judicialização do direito de greves no serviço público e das lutas de suas organizações sindicais.

Um dos maiores desafios apresentados por essa conjuntura aos sindicatos classistas, diante dos processos de judicialização que podem significar maior criminalização das lutas e das entidades que as coordenam, está no fato de conseguir vincular, em sua mobilização por salário e por direitos, a unidade existente entre as instituições do regime para preservar os interesses de quem governa o município, o estado e o país. Está, ademais, em ter a capacidade de ajudar os trabalhadores na compreensão de que o Estado e o regime capitalista estão unidos na garantia da lucratividade do capital e, portanto, contrário aos interesses de valorização do trabalho. Para não cair nas armadilhas do poder estatal, de judicializar as lutas em curso, priorizando as disputas nos tribunais, vale ressaltar que qualquer luta judicial que os trabalhadores necessitem fazer, para se defender, precisa estar acompanhada de forte organização de lutas na base das categorias, para que, sob pressão, os tribunais possam responder às suas demandas.

4 REORGANIZAÇÃO SINDICAL E MOVIMENTO DOCENTE

Os diversos instrumentos de organização construídos pelos trabalhadores, e a lutas, ao longo dos séculos, diante da disputa entre capital e trabalho, traçaram caminhos surpreendentes na luta de classes do Brasil. Vimos, desde o final do século XIX, o surgimento do associativismo mutualista; no início do século XX, o desenvolvimento de um sindicalismo autônomo e ousado, de organização de base. Mas o século vivenciou também a aproximação entre os sindicatos e o Estado e o capital, assim como vivenciou a retomada das lutas sindicais independentes, de base e autônomas. Em seguida, entramos no século XXI, presenciando a reaproximação entre as principais organizações e dirigentes do movimento sindical brasileiro e o Estado, num processo intenso de fragmentação e reorganização diante da crise do capital.

Nas últimas duas décadas, no Brasil, a crise do capitalismo redirecionou a intervenção do Estado em favor do mercado e buscou o convencimento da classe trabalhadora, no sentido de acomodar os interesses do capital e a esse emprestar apoio para superação de suas crises. Foi a definição dessa opção política e desse apoio que incorporou, na última década, os governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, às orientações neoliberais do capital.

Os trabalhadores construíram com suas lutas, na década de 1980, um partido político de esquerda, no Brasil, que abrigou os lutadores de diversas matizes ideológicas insatisfeitos com a dimensão da crise econômica que gerava enorme carestia e diminuição salarial, com a ditadura militar que negava liberdades democráticas e com governos que aprofundavam as desigualdades sociais.

O Partido dos Trabalhadores e os sindicatos que lutavam contra as medidas econômicas e políticas, no país, impulsionaram a construção de uma central sindical unitária dos trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esses organismos protagonizaram, com outras entidades populares e estudantis, inúmeras lutas que possibilitaram consolidar tais ferramentas, inclusive para a disputa do poder político central no país, com a eleição de prefeitos, governadores, parlamentares e cujo ápice foi a eleição do ex-operário e sindicalista Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República brasileira.

O movimento docente protagonizou, a partir da organização do sindicalismo autônomo e combativo, caracterizado como novo sindicalismo, todo o processo de construção das ferramentas políticas e sindicais gerais, no país, e consolidou as bases políticas para a organização dos professores em sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação

Pública no Estado do Pará (SINTEPP). E da mesma forma que o conjunto do movimento sindical brasileiro, sofreu a repercussão do novo modelo brasileiro de desenvolvimento sociopolítico com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

E foi afetado pela mais nova crise do novo sindicalismo a partir da consolidação de um programa de governo de conciliação de classes, com o Partido dos Trabalhadores na presidência da República e pela presença de inúmeras lideranças representantes do novo sindicalismo no governo, consolidando aspectos de uma verdadeira República sindical.

A experiência do Partido dos Trabalhadores na presidência da República e, portanto, no comando do Estado brasileiro, e sua relação com o movimento sindical podem nos orientar sobre a situação atual de luta e organização dos trabalhadores e, desse ponto de vista, verificar o movimento docente, em especial a atuação do SINTEPP, durante o período de 2003 a 2016, visto que, em nível nacional, é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e, em nível estadual, atuou diretamente com o governo de Ana Júlia Carepa/PT (2007 a 2010) e Simão Jatene/PSDB (2011 à atualidade).

4.1 OS DILEMAS DE UM SINDICALISMO NO PODER

As disputas entre os interesses de classes, no Brasil, ganharam enorme visibilidade, no início da década de 1980, com o fenômeno do novo sindicalismo como produto de uma conjuntura de forte crise econômica, com medidas de ajustes fiscais que inviabilizavam o direito pleno ao salário e ao trabalho bem como de forte instabilidade política que levou ao fim da ditadura militar, no Brasil, a partir do surgimento de fortes lutas dos trabalhadores, da juventude e demais segmentos sociais.

Na década de 1990, o acirramento da luta de classes tomou contornos contraditórios, com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, em processos que buscavam diluir os conflitos abertos entre as classes sociais, individualizando os processos de produção e de convencimento do capital sobre o trabalho diante de suas novas configurações.

O novo sindicalismo viveu dilemas cruciais entre essas duas décadas, alternando momentos de intensas disputas e de maior diálogo com o capital. Mas esse sindicalismo, essa forma de atuar em defesa dos interesses dos trabalhadores, de fazer disputas no campo político-sindical em torno de uma pauta mais ampla do que os interesses corporativos e de disputar por dentro das instituições do Estado, chega, no início do século XXI, a assumir a coordenação do poder político executivo, no país, com a eleição de Lula da Silva e sua sucessora Dilma Rousseff

à presidência da República do Brasil, entre os anos de 2003 a 2016. Lula foi a maior expressão sindical e política do novo sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), este, como o maior partido político brasileiro de esquerda.

Mas antes de iniciar a análise da situação do movimento sindical no governo de Lula da Silva e do PT, é preciso verificar os impactos que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva trouxeram ao trabalho e como se deu a relação capital-trabalho com o novo modelo de produção.

A situação da classe trabalhadora, no Brasil, não é diferente da que vive a classe explorada em outras partes do mundo. Após a crise do fordismo e do modelo keynesiano de produção e organização capitalista, ocorreu forte tendência à queda da taxa de lucratividade do capital, o que, como vimos no Capítulo 2 (Seção 3), gera a crise estrutural no interior do sistema do capital.

Como resposta a essa crise, o sistema capitalista criou um novo processo de reorganização do capital com um novo sistema ideológico e político de dominação, o neoliberalismo, que prevê, segundo Antunes (1999), a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, que se expressa em intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho na tentativa de assegurar a expansão e a maior acumulação de capital.

As mudanças na forma de produção capitalista impõem novos mecanismos ao mundo do trabalho, que operam, segundo Luz (2008), à necessidade do sistema exigindo aproximação entre a classe trabalhadora e os ideais do capital para a maior intensificação da exploração do trabalho e, conseqüentemente, da obtenção de maiores lucros.

Uma nova forma de organizar o trabalho e de gerenciar a produção sugere uma estrutura de empresa enxuta, que prevê o mínimo de custo na produção com o máximo de produtividade.

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como a introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das células de produção, dos times de trabalho, dos grupos de semiautônomos, além de requerer, ao menos no plano discursivo o envolvimento participativo dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O trabalho polivalente, multifuncional, qualificado, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas

empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 52).

Tais transformações no mundo do trabalho, vistas no final da década de 1980 no Brasil, impactaram o processo produtivo e as representações sindicais e políticas dos trabalhadores no país, tanto no setor fabril quanto no setor de serviços, visto que o Estado adota os princípios da reestruturação produtiva como parâmetro fundamental nas relações de trabalho.

Novos processos de trabalho emergem, nos quais o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os CQCs (círculos de controle de qualidade) são expressão visível não só no mundo japonês mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. (ANTUNES, 1995, p. 16).

Um processo dinâmico que visa poupar mão de obra ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade, que visa diminuir os custos da produção e que, simultaneamente, exige maiores lucros; que visa maior especialização da mão de obra ao mesmo passo que exige menor tempo de produção; que exerce maior controle sobre o trabalho ao mesmo tempo em que exige maior flexibilização e disponibilidade do trabalhador para essa produção parcelar intensa.

Além do envolvimento físico do trabalhador atomizado no processo produtivo, ocorre, nessa nova configuração do trabalho, um processo manipulatório que, segundo Alves (2011), requer também um envolvimento intelectual desse trabalhador buscando integrá-lo, a partir de suas iniciativas afetivo-intelectuais, aos objetivos da produção de mercadoria, onde a polivalência, a disponibilidade, as iniciativas individuais e sua capacidade propositiva no trabalho são requisitadas, permanentemente, a serviço das necessidades do capital.

A empresa toyotista busca hoje mobilizar conhecimento, capacidades, atitudes e valores necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. Eis o significado da “captura” da subjetividade do trabalho. (ALVES, 2011, p. 113-114).

Isto não significa, segundo Alves (2011), que esse processo, de captura da subjetividade desse trabalhador envolvido no novo processo produtivo ocorra, sem resistência, na medida que existem lutas diárias contra o controle do capital, visto que esse é um processo contraditório, que “articula mecanismos de coesão/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias socioprodutivas” (ALVES,

2011, p. 114). Um processo que exige das organizações de classe dos trabalhadores, o enfrentamento à guerra ideológica, de posições e de organização que ocorre no campo da subjetividade dos trabalhadores, mas que se define no campo concreto da luta de classes.

Até porque, na fase aguda de crise do capitalismo, não existe perspectiva de concessão ao trabalho, seja ela política, econômica ou social, ou seja, existe um processo de agudização das lutas entre a valorização do trabalho e a valorização do capital, visto que são interesses que mantêm seu antagonismo estrutural.

A luta em defesa dos interesses da classe que trabalha direta e indiretamente na produção de mercadorias é também uma luta contra as manipulações políticas e ideológicas no interior do sistema do capital que busca o convencimento da classe trabalhadora por meio do estranhamento ao trabalho, da perda da autonomia, da intensificação laboral e da alienação. Por isso, o sistema provoca medo e insegurança nos contratos de trabalho, nas formas de pagamento, nos estatutos profissionais, nas condições de trabalho.

Esse processo gerou impactos significativos sobre os direitos do trabalho, que são desregulamentados, flexibilizados, fragmentados e precarizados para atender a nova situação de crise do capital, investindo num controle maior sobre o trabalhador, na tentativa de capturar o seu pensamento, as suas vontades e o seu fazer, interferindo em sua subjetividade e formas de representação de classe.

Os trabalhadores passam por um processo de diversificação, no interior do mundo do trabalho, com mudanças nas relações contratuais e em suas funções, ampliando sua atuação para além do trabalho fabril, consolidando relações instáveis de contrato e salários, com a terceirização; individualizando os mecanismos de controle e gestão do trabalho, que agora é fabril, de serviços, em domicílios, informais e, portanto, heterogêneo.

A repercussão é enorme sobre os trabalhadores, com a desregulamentação do trabalho e sobre os sindicatos que enfrentam a falta de reconhecimento por parte dos velhos e novos patrões, visto que as negociações são forçadas a ocorrer no interior dos locais de trabalho, na tentativa de obrigar o trabalhador a negociar diretamente com os patrões, sem a presença do sindicato. E esse último, ao final, acaba sendo obrigado a negociar em nome dos interesses coletivos.

No caso dos professores, a situação é semelhante à dos demais trabalhadores, com a presença de enorme defasagem salarial, que coíbe o acesso aos bens de consumo, inclusive, para o desenvolvimento do trabalho na escola; de precárias condições de funcionamento das

redes de ensino e, portanto, de desenvolvimento do trabalho; de flexibilização dos contratos de trabalho e dos direitos inscritos nos estatutos e regimes jurídicos dos servidores públicos.

Em alguns casos, como o caso do Brasil, a política salarial do setor público apresenta grande diversidade, os vencimentos dos docentes se diferenciam em função da carreira, do contrato de trabalho – efetivo ou temporário -, do cargo, do regime de trabalho, do nível e da classe, do tempo de serviço, das gratificações incorporadas, da titulação. (OLIVEIRA, 2007, p. 365).

O movimento docente, no início da década de 1990, sofreu, segundo Dalila Oliveira (2007), o mesmo desgaste que o conjunto dos sindicatos, como resultado dos processos de reestruturação produtiva.

Ocorre que os sindicatos, que entraram nesse processo de reestruturação com o novo sindicalismo, foram dotados de enorme poder de pressão que conquistou direitos numa conjuntura de crise econômica e que, por isso, carecia de domesticação para que os interesses do capital, nesse nova configuração de organização produtiva, pudessem se consolidar. Por isso, passa a existir forte pressão sobre o novo sindicalismo e as diversas lideranças político-sindicais. Pressões para a organização de um sindicalismo que dialogue e negocie mais sobre os interesses comuns, que compreenda o processo de reorganização do Estado brasileiro, desde 1995, com o plano de reformas no Estado, como um processo de construção comum de uma saída para a crise do capitalismo no Brasil. Essas eram as linhas gerais para o “diálogo” do Estado e do sistema capitalista com os movimentos organizados no país.

Mas a metamorfose que colocou em evidência maior desregulamentação e flexibilização do trabalho, o que, com o avanço da desindustrialização e a expansão do setor de serviços, com relações de trabalho ainda mais precárias, gerou enormes massas de desempregados e subempregados; isso, combinado com uma situação econômica de recessão, também colocou os sindicatos na defensiva, provocando uma perda de referência no sindicalismo classista, orientado pelo novo sindicalismo, que, no caso do Brasil, se forjou nas décadas de 1970 e 1980.

O ideário neoliberal, que ganhou contornos mais evidentes na década de 1990, no Brasil, buscou acalmar o coração combativo do novo sindicalismo, envolvendo-o nas relações participativas e de negociação com o Estado e os donos da produção que, segundo Antunes (2002), buscavam convencer os trabalhadores a aceitarem a ordem do capital e do mercado.

Esta nova realidade arrefeceu e tornou mais defensivo o novo sindicalismo que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo; e, de outro, diante da inflexão que vem ocorrendo no interior da CUT, que lhe dificultava

enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente, que pudesse contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora. (ANTUNES, 2002, p. 80).

Os dilemas vivenciados pelo novo sindicalismo, na década de 1990, estavam colocados: ou a CUT, expressão máxima do novo sindicalismo no movimento sindical, resistia às pressões do capital e ao seu ideário neoliberal, mantendo sua combatividade agora ao neoliberalismo, com um programa de ação anticapitalista, portanto, denunciando o atual modelo econômico e pautando a luta pela valorização do trabalho e manutenção dos direitos. Ou a Central valorizaria “o culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise” (ANTUNES, 2002, p. 81), atuando por dentro da ordem capitalista, acomodando os interesses fossem do capital, fossem do trabalho.

A CUT optou por participar do projeto do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992) de Entendimento Nacional ou Pacto Social entre os trabalhadores, os empresários e o governo, o que originou enormes polêmicas internas na Central, com entendimentos divergentes sobre essa participação.

Em nenhum momento afirmamos que a CUT não deve negociar com os patrões e o governo. Acontece que existe uma grande diferença entre negociação e Pacto Social. O governo sabe disso e se esforça para ter a CUT na mesa do Pacto, prometendo, inclusive, discutir qualquer reivindicação dos trabalhadores. Para o governo Collor e os patrões, o resultado final deste Pacto não é o mais importante, o que interessa é que a CUT reconheça este Pacto como legítimo e válido. A presença da CUT no Pacto Social enfraquece o poder de negociação dos sindicatos, das greves e lutas em curso, passando uma nítida impressão para as bases de que daqui em diante todas as questões e demandas importantes para a classe trabalhadora têm que ser negociadas em torno de um fórum de entendimento Nacional ou Pacto Social, e não como resultado de luta entre as classes antagônicas. (GIANNOTTI; LOPES NETO, 1991, p. 82).

O trecho acima, expresso em documento assinado por parte da direção executiva nacional da CUT, em 1991, demonstra uma posição crítica sobre a participação da Central no projeto de Pacto Social do governo Collor de Melo. Mas a tese vencedora internamente, nesse debate, assentou as bases para a integração do sindicalismo classista e autônomo às exigências do neoliberalismo no país.

Nossa participação objetiva nesse processo é parte integrante da luta contra as tentativas de restringir o direito de greve e de impor perdas salariais e retrocessos sociais à classe trabalhadora no processo de “estabilização econômica”. O projeto

do governo é combater a inflação com arrocho e recessão. Somos contra isso. Estamos contrapondo o projeto e as propostas da classe trabalhadora ao projeto e propostas do governo. Para isso precisamos de mobilização e de unidade de ação. [...] Quando decidimos, após uma ampla consulta às bases cutistas, participar da atual negociação tripartite, que o governo chama de Entendimento Nacional, não alimentamos ilusões; muito menos recomendamos desmobilização. Tampouco afirmamos que participaríamos indefinidamente desse fórum. Entrar na discussão, aceitar propostas ou abandonar o processo tem que envolver as bases. É assim que estamos trabalhando. (GIANNOTTI; LOPES NETO, 1991, p. 85-86).

O resultado desse processo foi a consolidação da desmobilização do conjunto da Central e da classe trabalhadora nas lutas unificadas contra a privatização, a terceirização e o início do desmonte dos direitos básicos da população aos serviços públicos de qualidade, no país, na medida em que a CUT esteve na defensiva em face da introdução do projeto neoliberal iniciado, com certa agressividade, por Collor de Melo e consolidado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A vitória eleitoral de Lula da Silva e do PT para a presidência do país, nas eleições em 2002, significou uma vitória eleitoral da classe trabalhadora brasileira. Uma resposta ao desgaste político de 10 anos de aplicação de ajustes neoliberais, no país, com os presidentes Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores foram a alternativa que a classe trabalhadora, a classe média e setores populares encontraram para combater, nessas eleições, os planos econômicos que geravam desemprego, falta de investimentos nas áreas sociais e miséria.

Uma vitória que foi possível pelo acúmulo histórico feito ao longo de 20 anos de construção de um partido de esquerda, como o PT, que conseguiu aglutinar, numa só organização, todos os setores políticos de esquerda, no país, tornando-se um instrumento de disputa do poder, protagonizando lutas no movimento de massas brasileiro e de uma central sindical nacional como a Central Única dos Trabalhadores, que unificou as demandas e as lutas dos trabalhadores nacionalmente, organizando sindicatos, associações e oposições sindicais e preparando as lutas por direitos.

Também significou a expectativa de fortalecimento das lutas dos trabalhadores contra o capitalismo no país e na América Latina, com um giro à esquerda das massas trabalhadoras, com expressões na Bolívia, com a vitória para presidente de Evo Morales (2006- até hoje) e no Equador, com a vitória para presidente de Lucio Gutiérrez (2003-2005) – expressões das lutas anticapitalistas que ocorreram, desde 2003, a partir do movimento antiglobalização. Cabe lembrar que os governos capitalistas tradicionais insistiram em assumir a responsabilidade pelos lucros capitalistas, em detrimento dos direitos sociais da população trabalhadora e pobre.

Por isso, era comum ver lutas que questionavam a manutenção dos eficazes pagamentos da dívida pública, lutas contra as privatizações, contra o latifúndio e a ganância das empresas multinacionais e bancos.

Da mesma forma que na América Latina, a vitória do PT, em nível federal, impactou a vida política nas regiões e estados no interior do país. No estado do Pará, por exemplo, assumiu o governo, também em janeiro de 2003, o governador Simão Jatene, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), derrotando a candidata do PT, Maria do Carmo, no segundo turno, com 51,72% dos votos válidos contra 48,28% de votos da candidata. Uma eleição muito disputada e que, mesmo com a derrota eleitoral, havia gerado perspectivas animadoras no sentido da influência que o novo presidente da República poderia exercer sobre a intransigência dos adversários eleitorais, como o PSDB do governador eleito, para com as políticas sociais.

Os elementos da situação política nacional refletem-se na luta dos trabalhadores paraenses, carregados de maior complexidade, principalmente pelo fato do Pará ser governado há mais de 10 anos pelo PSDB, núcleo da oposição conservadora. Esta nova direita que defende um conteúdo conservador, mas assume uma roupagem que se quer moderna, obtendo êxitos, seja pelas alianças políticas baseadas num sistema recheado de clientelismo e fisiologismo, seja através de amplo apelo da mídia, para a qual concorre sua aliança com poderosos meios de comunicação. (SINTEPP, 2005, p. 15).

Passados 14 anos de governos petistas na presidência da República do Brasil, podemos afirmar que a eleição do líder sindical Lula da Silva inaugurou um novo ciclo do PT e do sindicalismo. Um processo contraditório entre as expectativas dos trabalhadores e a política implementada, que significou a substituição do programa de ideias sociais liberais radicais, construído no interior do Partido dos Trabalhadores, ao longo de 20 anos (1981 a 2001), pelo programa de fortalecimento do Estado capitalista, encabeçado não mais pela elite política originariamente burguesa, mas por um representante direto do movimento sindical brasileiro.

Ao analisarmos o caráter dos governos do PT na presidência da República do Brasil, verificamos divergências de posições sobre sua definição e suas ações. Lideranças sindicais e políticas ligadas ao governo, intelectuais e movimentos sociais, como os sindicatos, demonstraram enormes diferenças sobre o caráter desse governo e sobre como os trabalhadores deveriam atuar.

Não seria possível enumerar e/ou classificar as diversas posições que surgiram durante a existência desse tipo de governo, mas pontuaremos duas posições basilares nesse debate sobre o seu caráter.

Uma delas, construída nos anos iniciais do governo Lula, viu que não havia transição possível, ou seja, que Lula e o PT quebraram a barreira de classe ao encaminhar e fazer votar a reforma da Previdência, em 2003. Que a “Carta ao povo brasileiro” significou o anúncio da adesão do PT e do governo Lula da Silva às orientações neoliberais, exatamente como o governo anterior. Que havia diferenças entre FHC e Lula, pela trajetória de cada um e a identidade de Lula com os trabalhadores, era fato amplamente conhecido; mas verificou-se que, na política, as medidas adotadas no primeiro mandato petista foram de total subserviência ao capital financeiro nacional e internacional. Que o segundo mandato aprofundou essa lógica. Esse processo gerou rupturas políticas e sindicais com o PT e a CUT.

Passados mais de 10 meses desde a posse de Lula, estamos em condições de afirmar que o novo governo é fiel aplicador do modelo neoliberal. Longe de responder aos anseios expressos na época da fundação do PT, e mais recente, aos compromissos da campanha eleitoral, este tempo de governo é suficiente para concluir que estamos assistindo à continuidade do modelo FHC/FMI. (ARAÚJO, 2003, p. 16).

Outra posição no movimento sindical via a possibilidade de uma transição para um novo modelo econômico com o governo Lula e entendia que era necessário apoiar as medidas do governo que caminhassem nessa linha, mesmo com críticas pontuais, mas cuidadosas, para que qualquer luta contra as medidas neoliberais do governo não tivesse um caráter oposicionista. Ou seja, admitia-se que era necessário mobilizar os trabalhadores para disputar os rumos do governo, participando dos debates, das políticas, para que as reformas propostas pelo governo pudessem melhorar a vida dos trabalhadores.

Estão abertas as possibilidades para a implementação de um Estado promotor de desenvolvimento sustentável, democrático e que rompa com o conformismo fatalista que sonega direitos básicos à população. Um país em que o social seja o fio condutor do crescimento com vistas à distribuição de renda e à justiça. Um Estado que seja permeável às demandas do movimento sindical, do povo em geral e que estabeleça espaços institucionais de negociação com a sociedade civil, apostando no seu fortalecimento e na busca pactuada de uma nova hegemonia e de um novo modelo. (SINTEPP, 2005, p. 23).

Essas posições estiveram presentes e estão até hoje embalando as análises sobre os governos do Partido dos Trabalhadores. Alguns militantes do governo Lula, como o ex-ministro Aluizio Mercadante, assim como intelectuais de diversas matizes político-ideológicas, como os que subscrevem o livro organizado pelo sociólogo Emir Sader (2013) de balanço dos 10 anos de governos do PT no Brasil, construíram uma análise que afirma ter ocorrido, no país, com os governos do PT, uma ruptura com o modelo econômico neoliberal aprofundado no governo de

Fernando Henrique Cardoso. E que tais governos do PT inauguraram um novo modelo econômico, chamado de *novo desenvolvimentismo* ou governos pós-neoliberais, que estabeleceram um novo padrão de desenvolvimento no país, tendo o social como eixo estruturante. Essa análise está construída com maior clareza na Tese de doutoramento do professor Aluizio Mercadante Oliva, como mostra o trecho abaixo:

Pode-se dizer que o social é um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, pode-se afirmar também que o social é, em sua vertente construtora de cidadania e direitos, nos marcos estritos das instituições republicanas e do sistema democrático, o fio condutor de uma nova relação entre Estado e sociedade que fundamenta politicamente o novo projeto de país. (OLIVA, 2010, p. 30).

Uma posição que ressalta a existência de um novo Estado democrático, no âmbito do atual Estado de direito, alinhado, segundo as análises de Oliva (2010), ao fortalecimento das instituições e dos movimentos sociais e que abarca o esforço de superação dos problemas gerados por anos de negação dos investimentos sociais, com “ênfase na obtenção da educação de qualidade e na geração da inovação, inclusive mediante o uso de modernas tecnologias de informação e comunicação, é outra característica marcante do Novo Desenvolvimentismo brasileiro” (OLIVA, 2010, p. 48).

Esse novo conceito de Estado, criado pelos defensores dos governos petistas, denominado de novo desenvolvimentismo, no Brasil, esteve alinhado com os que defendem que os governos Lula e Dilma foram governos pós-neoliberais que fizeram a economia do país se desenvolver, e por isso afirmam:

A expansão da economia em 2004 também foi ajudada pela redução da taxa básica de juros iniciada em 2003 e pela expansão do volume de crédito, iniciando o que se tornaria uma marca da política econômica dos últimos dez anos. Do lado fiscal, o resultado primário do setor público continuou elevado e, com a apreciação cambial, contribuiu para uma nova queda na dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Assim, depois da instabilidade macroeconômica de 2002 e do ajuste monetário e fiscal de 2003, a economia brasileira parecia ter finalmente decolado em 2004, com um crescimento provocado pelo investimento e pelas exportações e uma substancial melhora nos indicadores fiscais do país. (BARBOSA, 2013, p. 71).

É possível observar que o eixo estruturante da economia, nesses governos, está assentado na estabilização monetária e fiscal e no bom desenvolvimento do capital no país, pelas vias da sobrevalorização cambial, do barateamento das importações e do controle de preços. Ademais, em ações que praticam juros altos, que atraiam investidores e que assegurem

as metas da inflação, nunca para baixo. Esse esforço fiscal, no governo Lula, foi feito com êxito, o que possibilitou ter como eixo social estruturante a política de transferência de renda para a população mais pobre, com o Programa Bolsa Família (PBF)³⁷, como orienta as metas econômicas e sociais do Banco Mundial e organismos multinacionais para os ditos “países em desenvolvimento”.

Outros autores, ao fazerem uma avaliação crítica das ações do governo Lula da Silva, como os intelectuais que escreveram para o livro organizado por João Antônio de Paula (2005) e João Paulo de Almeida Magalhães (2010) apresentam uma visão distinta da tese do novo desenvolvimentismo, ressaltando, quanto à natureza do governo Lula, o seguinte:

Adotou uma política macro-econômica explicitamente neoliberal; enquanto pôde, encaminhou reformas (de fato, contra-reformas) cujo conteúdo neoliberal é indiscutível (a reforma da Previdência, a Lei de Falências, o projeto das Parcerias Público-Privadas). Além disso, foram anunciados projetos, já com contornos básicos definidos, que têm o mesmo caráter (projetos das reformas sindical e trabalhista). Está em andamento um processo de mudanças nas universidades – que dificilmente pode ser chamado de “reforma universitária” – que inclui igualmente muitos elementos de um política neoliberal para o setor. Para reforçar essas considerações, a tônica das suas políticas sociais não é a ampliação dos direitos e sua universalização, mas a redução dos direitos e a “focalização”: as políticas sociais enquadram-se, portanto, em geral, no modelo das “políticas compensatórias” típicas dos governos neoliberais. (BORGES NETO, 2005, p. 69).

É sabido que focalização não é o mesmo que universalização; portanto, o eixo das políticas sociais e da amplitude social do direito nem sempre significam a mesma coisa. As políticas compensatórias, como o Bolsa Família, surgiram, no Brasil, num contexto, segundo Pacheco (2011), em que o neoliberalismo se tornou homogêneo, adotando uma política nacional de transferência de renda à população pobre.

Essa política compensatória e focalizada na renda vem como uma forma de oferecer as condições mínimas à população mais necessitada, efetuando assim, as características neoliberais de administrar o social, ou seja, com o objetivo de atender parte das demandas sociais advindas com o novo modelo de acumulação do capital. (PACHECO, 2011, p.16).

³⁷ O PBF foi criado através da Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, sendo aprovado em 9 de janeiro de 2004, conforme a Lei nº. 10.836, regulamentada pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. O governo Lula da Silva unificou os programas Bolsa Escola, o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação, programas implantados anteriormente, num só programa, o Bolsa Família, atuando como um programa de transferência direta de renda à população identificada como pobre.

De tal forma, esse tipo de política focalizada procura dar respostas à postura antissocial que caracteriza o neoliberalismo. E foi uma política social de suma importância no governo de Lula da Silva e do PT que, na verdade, favoreceu uma política econômica, no Brasil, de garantia de privilégios ao grande capital, ou seja, privilegiou o mercado em detrimento do social, mantendo a classe trabalhadora mais pauperizada, na medida em que é beneficiada por uma parcela ínfima de dinheiro. Nessas condições, segundo Pacheco (2011), a focalização e a fragmentação, entre os pobres, acabam por desconstruir a ideia de universalidade da política social, relacionada à qualidade e ao livre acesso aos serviços estatais oferecidos para a população.

Em termos sociais, o instrumento mais importante é a garantia do emprego. Medidas como o Bolsa-Família devem ter a função estritamente complementar de atender ao caso de pessoas que, por qualquer motivo (doença, deficiência física e outras), não são empregáveis. [...] o sucesso de uma administração preocupada com problemas sociais não deve ser medido pelo aumento dos beneficiários do Bolsa-Família, mas sim pela queda do número, dado que isso significaria terem antigos atendidos conseguido emprego, dispensando, dessa forma, o benefício. (MAGALHÃES, 2010, p. 30).

Segundo o ex-Ministro dos governos Dilma Roussef (2011-2016), Aluizio Mercadante Oliva (2010), o programa de governo do PT, em 2003, tinha o compromisso de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros, universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o problema de concentração de renda e riqueza, mas que, antes mesmo de iniciar as mudanças de que o Brasil precisava, tornava-se necessário fazer um “recuo tático”. Então, o presidenciável Lula da Silva, na “Carta ao Povo Brasileiro³⁸”, lançada em julho de 2002, abdicava publicamente, segundo Oliva (2010), de uma estratégia de ruptura e assumia o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento.

Esse recuo tático, defendido pelo PT antes mesmo da vitória eleitoral, se aprofundou, em nossa opinião, e consolidou-se como uma política permanente do governo, até a sua incorporação definitiva aos princípios do neoliberalismo no país.

Alguns fatos emblemáticos dão significado a esta afirmativa: foi a opção do governo do PT e do petismo em encaminhar ao Congresso Nacional, no dia 1º de maio de 2003, no Dia do Trabalho, o primeiro que ocorria após a eleição de um operário para a presidência do país e,

³⁸ Carta Compromisso, lançada em 22 de junho de 2002, antes das eleições presidenciais de 2002, por meio da qual o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, lança as bases para um futuro governo federal no país. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 22 ago.2016.

portanto, dois meses após assumir a presidência, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 40 (PEC 41, no Senado Federal) que alterou a Previdência no setor público.

A votação dessa reforma na Previdência provocou crises e rupturas políticas no interior do PT, com a expulsão, do quadro de filiados, de parlamentares que votaram contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do governo, e crises fora do PT, com a indignação de milhares de servidores públicos e outros trabalhadores que viram os efeitos da referida reforma, iniciando-se, assim, um processo de reorganização política e sindical no país.

Nós estamos, na verdade, diante de uma contra-reforma da imprevidência, de conteúdo fiscalista, que tira dos funcionários públicos para transferir recursos para o sistema privado de previdência, dos fundos de pensão, que de fato vão lucrar muito com essa proposta. Trata-se, portanto, de uma reforma privatista e que incentivará o sistema financeiro do país, imaginando com isso alavancar o capitalismo brasileiro, associando sistema financeiro, sindicatos e fundos de pensão. Por isso, os bancos estão tão felizes com o início do governo Lula. (ANTUNES, 2004, p. 148).

Essa posição revela a verdadeira opção do governo Lula da Silva, com a reforma da Previdência, em 2003, por abrir possibilidade ao capital financeiro de circular no país, administrando as aposentadorias complementares pela via dos fundos de pensão. Mas o presidente Lula afirmava:

Nós começamos o governo com uma coisa importante, que foi a Reforma da Previdência no setor público. Muita gente foi contra, muita gente boa até ficou contra, mas, convenhamos, mesmo na nossa casa a gente não consegue viver, se tiver que gastar o mesmo para um filho que está na ativa e para o outro que está inativo. Na máquina pública, há situações em que você tem mais aposentados do que ativos. E, ao dar um aumento real para quem está na ativa, você é obrigado a dar o mesmo aumento real para o inativo, quando você deveria dar reposição salarial para os aposentados e aumento real para quem trabalha. Mas vai dizer isso... (SILVA, 2013, p. 28).

Iniciaram-se, a partir das discussões sobre a reforma da Previdência, inúmeros conflitos no movimento sindical, visto que essa medida encabeçada pelo PT contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que decidiu, em sua Executiva, apresentar emendas à Reforma.

A Executiva Nacional da CUT, reunida no dia 21 de maio de 2003, resolve apresentar emendas modificando os seguintes pontos do projeto: EM RELAÇÃO AO TETO [...] Propomos a fixação de um teto uniforme equivalente a 20 vezes o piso do Regime Geral de Previdência Social [...] PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR a CUT defende a fixação de um teto de aposentadorias (a

valores de hoje R\$ 4.800,00), acima do qual os servidores deveriam contribuir para um fundo de previdência complementar, cabendo a este fixar as regras de cálculo do valor da parcela da aposentadoria a seu encargo.[...] Propomos que, acima do teto fixado para as aposentadorias dos servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da reforma, sejam criadas entidade fechadas de previdência complementar, sem fins lucrativos, geridas de forma paritária entre representantes do Governo e dos servidores. [...] IDADE MÍNIMA EXIGIDA PARA A APOSENTADORIA A CUT propõe a manutenção das regras em vigor, para os servidores que ingressaram no serviço público após 16.12.1998 e do critério de transição vigente (para aqueles que já eram servidores em 16.12.1998), cuja idade mínima ficou fixada em 53 e 48 anos (homens e mulheres, respectivamente). [...] PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS A CUT defende a manutenção do princípio da paridade para os atuais e futuros servidores. Admitimos, contudo, que os benefícios ou vantagens salariais novas (não relacionadas com reajustes salariais destinados a repor o poder aquisitivo corroído pela inflação), sofram a incidência de contribuições assegurando o princípio contributivo, cabendo ao órgão previdenciário aplicar o cálculo atuarial para que o novo benefício seja devidamente financiado. ESTABELECIMENTO DE ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO INCIDENTES SOBRE APOSENTADORIAS E PENSÕES A CUT manifesta-se pela manutenção da isenção contributiva de aposentados e pensionistas à previdência social, tanto no regime dos servidores públicos quanto no Regime Geral de Previdência Social (INSS). REGULAMNETAÇÃO DAS ATIVIDADES NO SETOR PÚBLICO A CUT entende que as atividades exercidas pelos trabalhadores expostos à ação de agentes ou ambientes insalubres, perigosos, periculosos ou penosos, devem receber tratamento especial. APOSENTADORIA ESPECIAL A CUT defende a manutenção da aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função, inclusive para professores e professoras do ensino fundamental e médio, sendo 25 e 30 anos de serviço (para mulheres e homens respectivamente). ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE PROTEÇÃO PARA AS APOSENTADORIAS DO INSS Com a introdução do "fator previdenciário" após a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, [...] a CUT propõe que seja alterada a forma de cálculo dos benefícios do INSS, de modo a incorporar uma variável que defenda as menores faixas de renda. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2003. Grifos e destaques no original).

Esta resolução da Executiva da CUT sobre a reforma da Previdência, em 2003, demarcou os conflitos que se aprofundariam no interior da CUT, em especial com a base de servidores públicos que, naquele momento, segundo Jair Meneguelli (2003), ex-presidente da CUT e presidente indicado pelo governo Lula da Silva ao Conselho Nacional do Sesi (Sistema Social da Indústria), afirmava que, dos 22,5 milhões de trabalhadores na base dos sindicatos filiados à CUT, cerca de 30% são de funcionários públicos – justamente o setor que seria mais atingido pelo projeto de reforma da Previdência proposto pelo governo e, em votação no

Congresso. E Meneguelli, em entrevista, afirmou que "Temos que decidir se no futuro nós vamos ter benefício ou não vamos ter benefício, porque se continuar assim a Previdência vai quebrar." (BACOCINA, 2003).

As emendas propostas pela CUT mantinham, no essencial, a proposta do governo em instituir alterações no sistema previdenciário dos servidores públicos. E os dirigentes sindicais como o presidente da CUT, Luiz Marinho³⁹ (2003-2004), assumiram o desafio de convencer os sindicatos e trabalhadores ligados a essa Central a defender a reforma da Previdência.

Assentados no prestígio que o presidente Lula da Silva havia adquirido nos anos anteriores de luta e por ter ao seu lado as centrais sindicais, agora unificadas em torno das reformas neoliberais, aprovaram fortes mudanças nos direitos previdenciários dos servidores públicos: aumento de tempo de contribuição do funcionalismo público, com o aumento da idade para se aposentar; quebra da paridade entre ativos e aposentados bem como da integralidade; taxaço dos aposentados; manutenção do fator previdenciário; limite do valor do teto de aposentadoria, o que obrigava os servidores públicos a buscarem a aposentadoria complementar junto ao setor privado pela via dos fundos de pensão, dentre outros prejuízos aos direitos trabalhistas.

As expectativas das esperadas mudanças, em um setor da classe trabalhadora, deram lugar a um processo de ruptura entre servidores públicos e o governo petista, ruptura essa fortalecida tanto pela descoberta de que a votação da referida reforma da Previdência esteve cercada por denúncias de corrupção, conjunto de ocorrências denominado "mensalão"⁴⁰, quanto pela comprovação da participação do PT nas práticas clientelistas e corruptas dos partidos tradicionais. Tais expedientes transformaram a relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário num explícito jogo de interesses que favorecia "a compra de votos, com cargos no governo e

³⁹ Entre 2003 e 2004, ainda como presidente da CUT, foi nomeado presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), responsável, entre outros projetos, pelos estudos que orientaram os investimentos oficiais no crédito à agricultura familiar. Em 12 de julho de 2005, assumiu o Ministério do Trabalho e, em 29 de março de 2007, assumiu o Ministério da Previdência Social.

⁴⁰ **Mensalão** foi o nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares, no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros dos Partidos dos Trabalhadores (PT), Popular Socialista (PPS), Trabalhista Brasileiro (PTB), República (PR), Socialista Brasileiro (PSB), Republicano Progressista (PRP), e Progressista (PP). Tornou-se objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF).

nas estatais ou mesmo com pagamento em dinheiro como no caso do mensalão” (MATOS, 2009, p. 147) para assegurar base de apoio político e votos no congresso como foi na votação da reforma da previdência e outros casos de corrupção como o escândalo na Petrobrás.

Mas o governo do sindicalista Lula da Silva tinha montado um forte time para defender essa reforma da Previdência, no governo e fora dele, como o ex-sindicalista da saúde e Ministro da Fazenda, Antônio Palloci; o ex-sindicalista bancário e Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini; o ex-sindicalista petroleiro e Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner; ex-sindicalista metalúrgico e Presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha; ex-advogado classista e coordenador do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro; dirigente fundacional do Partido dos Trabalhadores, nomeado Chefe da Casa Civil, José Dirceu; e o próprio Lula da Silva, na Presidência da República. Além do apoio incondicional do presidente do PT, José Genoíno, e do presidente da CUT, Luiz Marinho.

O problema central de setores reformistas, como os dirigentes do PT e das centrais sindicais, no Brasil, é o de admitir e defender que o sistema do capital é tão forte que se torna impossível destruí-lo; por isso, o mais adequado ao movimento sindical é fazer pactos e perseguir acordos com a burguesia no sentido de obriga-la a conceder o mínimo necessário aos trabalhadores. Para que isso ocorra, há que ser dócil, paciente e negociador. A busca desses atalhos fez com que o movimento sindical e a esquerda de um modo geral optassem pelo caminho mais fácil, o caminho da subserviência ao capital. Foi o caminho que o PT assumiu trilhar ao chegar ao governo.

Iniciou-se, portanto, um processo de ruptura política e sindical, no Brasil, com o governo Lula da Silva e com o Partido dos Trabalhadores e também entre as organizações sindicais cutistas que se incorporaram ao governo. Uma das expressões dessa ruptura ocorreu a partir da expulsão de parlamentares dos quadros de filiados do PT⁴¹ que votaram, no Congresso Nacional e no Senado Federal, contra a reforma da Previdência, em 2003. Esses ex-militantes do PT

⁴¹ A senadora Heloisa Helena (AL) e os deputados federais João Batista Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE) foram expulsos do PT por indisciplina e infidelidade partidária. Além disso, foi aprovada por ampla maioria a tese do Campo Majoritário que empenha total solidariedade ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O julgamento de expulsão durou mais de quatro horas. Foi realizado em um luxuoso hotel de Brasília, cujas diárias variam de R\$ 250 a R\$ 480 e a meia garrafa de água mineral custa R\$ 3,50. Ao chegar para o julgamento, Babá disse que a escolha do local simboliza o que aconteceu com o PT após assumir o governo federal. “Quando fundamos a CUT, em 1983, ficamos acampados no pavilhão da Vera Cruz (antigo estúdio de cinema), em São Bernardo. Dormíamos em colchonetes de três centímetros. Metade da delegação do Pará voltou com pneumonia”, lembrou. “Hoje, estamos aqui, nesse templo da burguesia.” (BREVE, 2003).

organizaram um encontro, em 19 de janeiro de 2004, constituindo um movimento denominado *Esquerda Socialista e Democrática – Movimento Por Um Novo Partido*.

Não aceitamos que um governo majoritariamente dirigido pelo Partido dos Trabalhadores possa apresentar, como grandes conquistas duas alterações constitucionais absolutamente inaceitáveis. Referimo-nos ao que se chamou reforma da Previdência e reforma Tributária, que não passaram de cumprimento de tarefas estabelecidas pelo FMI. (ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA, 2004 [texto eletrônico]).

Uma divisão interna no PT criou uma espécie de salvaguarda para diversos militantes, insatisfeitos com as medidas políticas do governo Lula, abrirem fortes questionamentos e gerou a saída de centenas de ativistas e simpatizantes, que passaram a construir mobilizações em diversos estados contra as reformas neoliberais no governo Lula da Silva.

Consideramos, portanto, que o governo Lula se determinou à tarefa não estranha ao passado recente da social-democracia institucional: fazer, pelo grande capital, aquilo que a direita tradicional não teria condições de concretizar. O cenário exposto nos leva a uma conclusão: mesmo sem explicitar, o PT abriu mão, de forma irreversível, dos seus princípios fundadores. Já se movimenta no sentido de reproduzir, na campanha municipal de 2004 e na campanha presidencial de 2006, uma composição de legendas nos termos da que organiza como base parlamentar de apoio – PMDB, PTB, PL, e mais quem se propuser a participar do “toma-lá-dá-cá” na compra fisiológica de votos do plenário. Até o PP malufista encontra espaço para reivindicar cargos de primeiro escalão. PC do B, PSB e PPS, com um ruído aqui, outro ali, terminam acompanhando e consolidando o grande frentão de centro-direita, deixando um espaço que, evidentemente, não pode permanecer inerte. (ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA, 2004 [texto eletrônico]).

As lutas contra a aprovação da reforma da Previdência, em 2003, provocaram, com a ruptura política no PT, o surgimento de um novo partido de esquerda, composto pela dissidência petista, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Mas também acelerou um processo de ruptura sindical que se expressou na saída de diversos sindicatos de servidores públicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), visto que a CUT sustentou as reformas do governo Lula da Silva. Em âmbito sindical, surgiram diversas organizações nacionais, como a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) que mais tarde se transformou em Central

Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS)⁴², a INTERSINDICAL⁴³; a Associação de Sindicatos Independentes – UNIDOS PRA LUTAR⁴⁴ (Tendência Sindical) e inúmeras outras organizações sindicais alternativas que defendiam a autonomia e uma concepção classista de sindicalismo.

Criou-se, também, novas centrais que romperam com a CUT, a partir de 2007, como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) que, em nossa opinião, não defende substancialmente uma política diferenciada da CUT, pois um dos motivos que também influenciou o nascimento dessa nova entidade foi a legalização das centrais sindicais, com a Lei 1990/2007, que normatizou a transferência de verba pública do governo federal, mediante o mecanismo do imposto sindical, descontado de forma compulsória do salário do trabalhador, sendo transferido um percentual às centrais sindicais legalizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda em 2003, outro fator preponderante que caracterizou a incorporação dos sindicalistas da CUT ao governo de Lula da Silva e do PT foi a ideia de um pacto social tripartite envolvendo governo, empresários e trabalhadores para assegurar as votações das reformas sindical e trabalhistas.

⁴² A CSP Conlutas – Central Sindical e Popular (ou simplesmente, CSP Conlutas) é uma organização sindical brasileira que se propõe a construir uma alternativa de luta à Central Única dos Trabalhadores, à União Nacional dos Estudantes e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Segundo seus fundadores, essas organizações não mais representariam os trabalhadores e a base dos seus sindicatos e movimentos "por sua estreita ligação ao governo", "pelos seus métodos burocráticos" e por não "defender consequentemente os trabalhadores". Foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT – ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010, a partir da fusão e filiação de várias entidades sindicais e populares existentes, entre elas, a então Conlutas - Coordenação Nacional de Lutas, que se organizava desde 2004, e de onde veio a maior parte da base sindical da nova entidade. A CSP Conlutas surge a partir da unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Central_Sindical_e_Popular/Conlutas. Acesso em: 20 fev.2017.

⁴³ Em junho de 2006, dezenas de sindicatos, oposições sindicais e coletivos rompem com a Central Única dos Trabalhadores e decidem construir um novo Instrumento que retome o processo de organização e luta abandonado pela CUT. Assim, nasce a Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, tendo como princípios fundamentais: a independência em relação ao capital e seu Estado, autonomia em relação aos partidos políticos, e tendo a organização pela base como um instrumento fundamental para a luta de classes. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/intersindical/quem-somos>. Acesso em: 20 fev.2017.

⁴⁴ No dia 13 de novembro de 2010, foi fundada, no auditório do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), a Associação Nacional dos Sindicatos Independentes UNIDOS PRA LUTAR. Participaram do evento aproximadamente 100 dirigentes e ativistas do movimento sindical brasileiro representando mais de 10 Estados. O evento serviu para debater a crise econômica mundial em curso, a organização dos trabalhadores para enfrentar o ajuste fiscal já anunciado pela presidente Dilma Rousseff (PT/PMDB), bem como seguir a batalha política para construção de uma CENTRAL SINDICAL UNITÁRIA dos trabalhadores brasileiros pós-ruptura do CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora), ocorrido em junho daquele ano. Disponível em: <http://unidospralutar.blogspot.com.br/2010/11/e-fundada-associacao-unidos-pra-lutar.html>. Acesso em: 20 fev.2017.

O governo criou um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em maio de 2003, com o objetivo de aprovar outras reformas estruturais, dessa vez, com o consentimento de todos os setores envolvidos. Mas um Conselho nada paritário, no qual se verificou, em sua composição⁴⁵, que mais da metade dos conselheiros, aproximadamente 55, eram diretamente ligados a empresas nacionais e internacionais, 11 sindicalistas, 12 ministros de governo e o presidente da República, além de 23 outros setores, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, intelectuais, juristas; enfim, é apenas uma das inúmeras demonstrações de adequação do governo do PT aos preceitos neoliberais.

Dessa forma e com novos aliados, o governo do PT foi provocando um processo de ruptura com setores importantes dos trabalhadores que foram perdendo as expectativas em relação ao governo e viram frustrados seus anseios por mudanças.

Entre as várias medidas do governo para ampliar a confiança dos mercados, inscreve-se a continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas por FHC, destinadas a transferir atividades antes dominadas pelo setor público para o controle privado, bem como a remover qualquer tipo de obstáculo à exploração do trabalho pelo capital, num contínuo processo de retirada de direitos da classe trabalhadora. Na agenda do governo Lula da Silva, 2003 foi o ano da (contra) reforma da Previdência, produzida sem abertura real de discussão com os setores organizados da sociedade civil, mas apresentada por um fórum dito “tripartite” (o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES), em que, sintomaticamente, estavam representados todos os grandes empresários devedores da previdência pública, assim como os sindicatos cutistas. (MATOS, 2009, p. 146).

Mas o governo do PT tinham aliados históricos no interior do movimento sindical, do movimento político e dos movimentos sociais diversos, identificados com as lutas da classe trabalhadora e da juventude, no campo e na cidade, porque a história de sua construção surgiu a partir de um programa de organização e mobilização dos trabalhadores. Primeiro, contra a ditadura militar, por direitos democráticos no país e contra os planos econômicos do presidente José Sarney (PMDB) que gerava desemprego, carestia e miséria; depois, contra as reformas neoliberais dos presidentes Fernando Collor de Mello (PTC), Itamar Franco (PMDB) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Os principais aliados do governo Lula da Silva, no interior do movimento sindical, foram as centrais sindicais, e a maior delas em representatividade sindical, como veremos em análise mais à frente, foi a CUT. E para consolidar a relação das centrais sindicais com o

⁴⁵ Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/conselho.html>. Acesso em: 14 jul. 2016.

governo Lula da Silva, foi também criado, em maio de 2003, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), pelo ex-dirigente da CUT e então Ministro do Trabalho, Jaques Wagner, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esse Fórum contou com a participação de cerca de 600 representantes de trabalhadores, governo e empresários, distribuídos numa plenária composta por 72 membros: 21 representantes dos trabalhadores; 21, dos empregadores; 21, do governo; e nove representantes de micro e pequenas empresas, cooperativas e outras formas de trabalho. É possível verificar que a composição do espaço deliberativo do FNT não parece nada paritário entre os interesses dos trabalhadores e empresários.

Os temas da agenda, organizados pelas Comissões Setoriais (servidores públicos, rurais, portuários e profissionais liberais), eram discutidos em oito Grupos Temáticos, cada um deles composto por 18 membros, sendo seis representantes dos trabalhadores, seis representantes dos empregadores e seis, do governo. Tinham como temas: GT 1 Organização Sindical, GT 2 Negociação Coletiva, GT 3 Sistema de composição de conflitos individuais e coletivos, GT 4 Legislação do trabalho e GT 5 Micro e pequenas empresas, autogestão e informalidades. Interessante registrar que esses grupos temáticos tiveram um funcionamento bem curto. Os relatórios das reuniões publicados no site do MTE e do FNT demonstram que o GT1 funcionou cinco meses; o GT2, dois meses; o GT3 atuou por dois meses; o GT4, por 17 meses; e o GT5 funcionou durante um mês.

O FNT estabeleceu como prioridade imediata, logo depois de sua constituição, a elaboração e a aprovação da reforma sindical e trabalhista para que conseguisse cumprir com seus objetivos imediatos. O Fórum foi criado com os seguintes objetivos:

Promover a democratização das relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. Atualizar a legislação do trabalho e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. O FNT pretende, ainda, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego; Estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais. (BRASIL, 2003).

Vários documentos foram elaborados pelo FNT sobre a organização sindical e os direitos trabalhistas, inclusive documentos, como o que sugere a regulamentação do direito de greve no serviço público, visto que, no texto da Constituição Federal, de 1988, em seu artigo

37, inciso VII, assegura-se tal direito aos servidores públicos civis. Mas, como carece de regulamentação específica, o FNT propôs:

V – Do Direito de Greve dos Servidores Públicos

1. Não aplicação aos servidores investidos em cargos ou funções de confiança;
2. Titularidade do direito de greve pertence aos servidores em efetivo exercício;
3. Comunicação da greve à autoridade competente com antecedência de 72 horas e informação à comunidade com antecedência de 48 horas;
- 3 [sic]. Proteção contra atos anti-sindicais por parte da Administração;
4. Desconto dos dias parados em decorrência da greve;
5. Garantia de manutenção dos serviços e atividades essenciais destinados a garantir as necessidades inadiáveis da população. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2016)⁴⁶.

Vale ressaltar que as centrais sindicais comemoraram a aprovação dessas propostas na comissão da Câmara Federal, em 2014, a partir do relatório do deputado Romero Jucá (PMDB), e em comissão do Senado Federal, em 2015, a partir do relatório do senador Paulo Paim (PT), pois consideravam de extrema relevância a regulamentação do direito de greve no serviço público, mesmo que significasse a redução do direito previsto em regulamentações anteriores, como a Lei Ordinária Específica 7.783/1989 que regulamenta o direito de greve no setor privado e que, a partir de 2007, se estendeu ao setor público.

A proposta do FNT é restritiva ao direito de greve, e suas emendas, apresentadas no Projeto de Lei do Senado nº 287/2013, atentam contra tal direito quando estabelece percentual de adesão ao movimento, de interferência pela Justiça do Trabalho, desconto dos dias parados; enfim, os dirigentes sindicais presentes no FNT, coordenados pelo ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, que, em 2005, passou a ser Ministro do Trabalho e, em 2007, Ministro da Previdência do governo petista, ressaltou no 1º Relatório, da 1ª Plenária do FNT, a importância da consensualidade em torno das propostas definidas.

Algumas políticas que consideramos relevantes para o movimento sindical brasileiro que foram emanadas pelo petismo na presidência do país, como as reformas educacionais, não se diferenciaram de governos anteriores, como as de FHC, na medida em que reforçaram a concepção de educação como um serviço que deve ser mercantilizado.

⁴⁶ Trata-se da síntese do MTE e FNT sobre Proposta de Regulamentação da Negociação Coletiva e do Direito de Greve no Serviço Público em discussão na Câmara Setorial do Serviço Público do Fórum Nacional do Trabalho – FNT. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/fnt/Principais_Pontos_%20da_Regulamentacao.pdf. Acesso em: 14 jul 2016.

A análise do projeto nacional de desenvolvimento e da política educacional implementada neste primeiro ano do governo Lula, especialmente das diretrizes apresentadas para as universidades federais, demonstra a grave possibilidade de aprofundamento do processos de privatização da educação superior, através da retomada do conceito de público não-estatal que atravessou e constituiu a reforma do Estado brasileiro na década de 1990 e da diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas, plataformas defendidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Banco Mundial (BM), pelo fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. (NEVES, 2004, p. 24).

As reformas apresentadas por Lula da Silva e o PT para a educação superior estiveram alinhadas às recomendações dos organismos internacionais da mesma forma que o governo anterior. O governo petista implementou políticas de expansão de vagas na educação superior, e concordamos que é fundamental a existência de uma política de expansão de vagas, o problema é como essa política foi implementada e se a mesma favorece o avanço da universalização do acesso e permanência na educação superior pública.

Uma das políticas, foi a educação a distância, política criticada quando utilizada apenas para ampliar as matrículas a partir de uma modalidade de ensino complementar e funcional, ou seja, tentou se expandir a educação superior tendo como base o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), para uma formação ainda mais enxuta, precária, cujo objetivo central é a certificação e privatização do ensino.

Se observarmos considerações de autores que compreendem a importância dessa política de expansão para a educação superior, via educação à distância, podemos constatar que:

O governo incentivou, por meio do Reuni, as universidades públicas nacionais a promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. O programa foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, constituindo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Suas iniciativas contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas orientadas a diminuir as desigualdades sociais e educacionais no país. (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257).

Mas o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresentou enormes limitações, visto que está diretamente vinculado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, para promover investimentos em infraestrutura no país. Sem questionar o ímpeto otimista dos autores acima, tal plano prevê limitações, em seu artigo

7º, à folha de pagamento de pessoal, nas universidades públicas, que não poderá crescer além de 1,5% ao ano. Parece não existir nexos entre a política e a realidade. O que se confirmou foi a certificação e o aligeiramento na formação dos graduandos na educação superior pública, a expansão pela via da educação à distância e o investimento de verbas públicas na ampliação de vagas nas universidades privadas.

Na lógica da conciliação de classes, o governo Lula beneficiou grandemente o setor da educação privada mercantil. Alguns programas demonstram isso, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei Nº 11.096/2005 e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

A expansão de matrículas que ocorreu por meio do PROUNI, com a compra de vagas, pelo governo federal, nas universidades privadas, também gerou inquietações em alunos e docentes das universidades públicas, na medida em que essa expansão de vagas na educação superior prescindia de maiores investimentos orçamentários nas instituições públicas federais e estaduais. Mas os defensores desta política de expansão da educação superior no governo Lula da Silva definiam:

O Prouni foi uma iniciativa do governo Lula que, embora muito criticada por alguns setores, contribuiu para democratizar e dinamizar o acesso a um conglomerado de instituições que tinham se beneficiado da generosidade privatizadora e desregulamentadora do governo FHC. Ainda com suas limitações, o Prouni não fez outra coisa senão dotar de sentido público e social um segmento do sistema educacional marcado por prebendarismo, especulação, baixa qualidade, interesse de lucro e falta de controle estatal. Da mesma forma, põe em evidência o interesse colocado pelo governo Lula e pela gestão do seu ministro da Educação, Fernando Haddad, de fazer uso de todos os meios ao seu alcance para promover a democratização da educação como instância iniludível no processo de democratização da sociedade brasileira. (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257).

Esta é mais uma política federal diretamente vinculada ao processo de mercantilização da educação superior. A análise feita por Leher (2010) demonstra limitadores, nessa política, para os estudantes pobres e as benesses concedidas às empresas privadas com as isenções tributárias.

A primeira entrada de estudantes via Prouni ainda contou com o percentual de 10% de vagas com bolsas integrais; atualmente, são apenas 4,25% de bolsas integrais. A maior parte desses jovens ingressou não em universidades, mas em escolões de baixinha qualidade; muitos, inclusive, farão cursos sequenciais e tecnológicos de curta duração, modalidades aligeiradas de ensino dito superior. (LEHER, 2010, p. 383).

E o mais interessante é o relatório feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2008, que, de acordo com Leher (2010), mostrou um custo elevado pago pelo Prouni em bolsas, o que beneficia sobremaneira as entidades ditas filantrópicas, visto que

O custo médio mensal de cada bolsa ProUni no ano de 2006, por mantenedora, foi de elevado R\$ 786,00. O custo anual da bolsa ProUni nas mantenedoras de IES com fins lucrativos em 2006 – R\$ 5.935 – foi menos da metade do custo da bolsa ProUni na de IES “sem fins lucrativos beneficentes” – R\$ 12.515 -, enquanto o custo das sem fins lucrativos não beneficentes ficou muito próximo do custo das beneficentes – R\$ 10.992. Novamente, os indicadores confirmam que o programa, longe de ser uma contrapartida à filantropia, amplia os benefícios destas. (LEHER, 2010, p. 385).

No caso da educação básica pública, com forte impacto sobre os professores no estado do Pará e no Sintepp, a lógica também não mudou com as articulações pela via do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que, a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, buscou aumentar as responsabilidades dos municípios e estados e maior controle da União na tentativa de padronizar currículo, demandas e resultados. Aliás, os principais objetivos das políticas educacionais, no país, têm sido em torno dos resultados avaliativos medidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Um processo que tem favorecido a organização curricular para as metas, influenciando a ação docente, a estrutura pedagógica da escola e a organização sindical.

Nesse sentido, as funções ranqueadora e meritocrática trabalhadas nas avaliações de desempenho de alunos e professores reforçam as concepções de formação de competências e habilidades para o mercado na lógica do fazer produtivista. Os profissionais da educação, responsabilizados pelos resultados, sentem-se desvalorizados à medida que políticas de valorização, como carreira, piso salarial, reposição salarial, condições de trabalho, vêm sofrendo forte impacto diante dos ajustes econômicos⁴⁷ e da tão reivindicada, pelos governos, crise econômica.

Esta análise não é hegemônica entre os educadores brasileiros, diante da existência de um governo que legitima as políticas neoliberais no país, a partir da ressignificação do discurso do papel social da educação como um direito universal.

⁴⁷ Na área social, o ministério mais atingido foi o da Educação, que perdeu R\$ 1,2 bilhão, ou 10,6% das despesas não obrigatórias. Trata-se de ações para a construção de creches, a compra de ônibus escolares e a expansão das universidades federais, entre outros. Trata-se do maior corte já promovido pelo governo Lula, que desde 2004 não enfrentava a ameaça palpável de frustração das receitas esperadas. (PATU; FERRAZ, 2009).

A década passada será reconhecida como uma das mais produtivas e democráticas na história da educação brasileira. Para além das medidas, dos programas e das ações de governo, as gestões dos presidentes Lula e Dilma têm contribuído para colocar a educação como um direito humano fundamental, um bem público que não pode ser sonogado, discriminado ou alienado da vontade popular. Pode-se reconhecer que um dos grandes méritos desses dois governos tem sido reverter as tendências à privatização e a permanente criminalização da educação pública que tinham caracterizado o governo de Fernando Henrique Cardoso. (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 263).

Entendemos que o mérito dos governos do Partido dos Trabalhadores é outro, quando pautado pelo aprofundamento da focalização das políticas educacionais que resguardaram o caráter democrático social do neoliberalismo no país, em atenção à transferência de investimentos públicos para o setor privado, em parcerias constituídas pela via das Organizações Sociais que, na realidade de estados e municípios, estreitaram os interesses públicos representados pelo Estado com os negócios lucrativos do setor privado.

Isso porque medidas importantes, como a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006, estão ainda consolidadas sob a perspectiva do mínimo de investimento. Também, porque “não assegura igualdade de financiamento entre estados, visto que sua abrangência é estadual” (LEHER, 2010, p. 405), além do que a União é a que menos gasta com a educação básica, mesmo sendo o segmento da federação que mais arrecada: “60% dos tributos, já descontadas as transferências constitucionais obrigatórias, sua participação nos gastos com a educação básica entre 2000 a 2005 foi de modestos 6%” (LEHER, 2010, p.405).

A posição da CNTE demonstra que, mesmo com críticas pontuais, a confederação reforçava a política de financiamento do governo Lula da Silva para a educação básica.

A política de fundos tem sido o meio adotado pelo Estado brasileiro para estabelecer um regime cooperativo entre os entes da federação para financiar a escola pública básica. Porém, não obstante a superação do Fundef pelo Fundeb, que financia o conjunto das matrículas escolares da creche ao ensino médio e que estabeleceu piso salarial nacional para o magistério, o objetivo do Fundo da Educação Básica ainda é de financiar o padrão-mínimo de qualidade – algo cada vez mais extemporâneo numa sociedade que reivindica direitos sociais e oportunidades iguais de acesso a bens culturais e de consumo, assim como para um País que almeja incluir a todos através do desenvolvimento econômico robusto, permanente e sustentável. Neste sentido, enquanto não for construído um

novo pacto federativo em torno da cooperação financeira para a educação básica, a CNTE reitera sua posição de fortalecimento do Fundeb como principal política pública financiadora do Custo Aluno Qualidade (inicial e permanente). (CNTE, 2015, p. 16-17).

A aprovação da Lei 11.378/2008, que regulamentou um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para o magistério, aprovada no governo Lula da Silva, em 2008, significou uma conquista para professores da educação básica, principalmente para os que ganhavam abaixo do valor inicial instituído pela Lei, no caso, R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais), para 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Em 2008, os professores da rede estadual no estado do Pará, com nível superior ganhavam no seu vencimento base R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais). Repare-se que a Lei do Piso estipula um valor mínimo para docentes de nível médio em 40h. Os professores recebiam abaixo do valor instituído pela dita Lei do Piso. O salário mínimo nacional, definido pelo governo, e pago aos trabalhadores assalariados, naquele ano, era de R\$415,00 (quatrocentos e quinze reais), segundo a Lei nº 11.709/2008, e o valor do salário mínimo necessário, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no mês de março de 2008, por exemplo, já era de R\$ 1.881,32 (um mil oitocentos e oitenta e dois e trinta e dois centavos).

Em 2011, o governador Simão Jatene (PSDB) começou a sinalizar com a possibilidade de não cumprimento da já referida Lei nº 11.738/2008. Nesse ano, houve forte greve da rede estadual de ensino em defesa da Lei do Piso e da implantação do Plano de Cargos Carreira e Remuneração do Magistério, no Pará: foram 45 dias de greve. Ainda nesse ano, os professores de nível superior recebiam, no vencimento base, para 40h de trabalho, R\$1.096,44 (um mil e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), quando o valor nacional do piso já era de R\$1.187,00 (um mil cento e oitenta e sete reais). O valor do salário mínimo era de R\$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), pela Lei nº 12.382/2011, enquanto o salário mínimo necessário, segundo cálculos do DIEESE, era de R\$2.247,94 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

Ou seja, os trabalhadores assalariados em geral, no Brasil, e os professores, em particular, recebiam valores salariais muito abaixo do valor necessário para assegurar qualidade de vida para si mesmos e a seus familiares. Durante os anos consecutivos subsequentes, os professores, no Pará, organizados no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), realizaram greves e grandes mobilizações para ver esse direito

efetivado, para que lhes fosse assegurado o pagamento dos reajustes do piso salarial; foram greves longas e difíceis, em 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015. Greves que marcaram a defesa do piso salarial, do plano de carreira unificado e das condições de trabalho, que eram precárias nas escolas.

A chamada Lei do Piso foi uma Lei que possibilitou a organização de lutas dos professores, em vários estados, ainda que os profissionais do magistério e suas organizações, compreendessem que os valores instituídos pelo governo federal para o valor do piso estariam abaixo do necessário para assegurar um processo real de valorização salarial aos professores. A posição do SINTEPP, em seu XIX Congresso Estadual, em 2009, foi categórica.

O valor do piso R\$ 950,00 defendido pela CNTE/CUT é uma afronta aos direitos dos trabalhadores. Segundo pesquisa da Unesco, um professor brasileiro ganha significativamente menos que professores em outros países. O salário médio do docente do ensino fundamental em início de carreira no Brasil é o terceiro mais baixo do mundo, no universo de 38 países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes dados demonstram que a situação salarial do magistério no Brasil ainda é muito precária ao tempo que comprova a insuficiência do valor instituído pelo governo petista. (SINTEPP, 2009, p. 9).

Vários embates ocorreram na aplicabilidade da Lei do Piso, nos estados e municípios, bem como em decorrência de ações do governo federal para alteração do cálculo para seu reajuste, considerando índice menor do que a Lei prevê, além de não ter assumido, efetivamente, responsabilidades com as exigências necessárias aos governos para a garantia do pagamento. Ou seja, além de gastar menos com a educação básica, o governo federal fez vista grossa para a aplicabilidade da Lei nos estados e municípios.

No movimento sindical docente, figuravam distintas posições sobre a garantia de tal direito e sobre como esse era tratado nos governos do PT e nos demais entes federados.

A organização nacional dos trabalhadores da educação, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entidade filiada à CUT, definiu em seus congressos defender, mesmo com contradições, as políticas educacionais encaminhadas nos governos petistas. De tal forma, participou, desde sua criação, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os trabalhadores da educação, em nível nacional, em diversos sindicatos de professores como o Sintepp, enfrentaram inúmeras medidas dos governos petistas, e demais governos estaduais e municipais, de outros partidos políticos, que concordando com o ajuste fiscal e as

reformas neoliberalizantes, fortaleceram o processo de intensificação, precarização e desvalorização do trabalho docente pelos estados.

No Pará, por exemplo, a política de privatização do ensino é uma realidade que se acelera. Por meio da *parceria público-privada*, o governo estadual cria programas pedagógicos de ensino, de avaliação, formação, com aulas de reforço, cursos preparatórios ao vestibular; transporte escolar, merenda escolar, dentre outros serviços que estabelecem convênios do governo com o setor privado e que incentivam a ideia de que a educação, no setor privado, tem maior qualidade e desqualifica e desvaloriza os profissionais da rede, os espaços escolares e as iniciativas pedagógicas que as escolas públicas desenvolvem.

Programas estaduais de ensino, como o Projeto MUNDIAR⁴⁸, que acelera a formação do alunos no ensino médio pela metade, centrado na metodologia das teleaulas, em parceria com as empresas Roberto Marinho, transforma o professor em mediador funcional, ou seja, na prática, o aluno deixa de ter a qualidade e o número de professores necessários às disciplinas obrigatórias para ser acompanhado por um professor orientador das disciplinas ministradas pelas teleaulas, o que sem dúvida, precariza o ensino e o trabalho docente.

A dinâmica que se constituiu no país a partir das opções políticas e ideológicas dos governos petistas foram de rupturas políticas e sindicais e que não ocorreram de maneira linear, visto que, os trabalhadores faziam experiência com os governos do PT. Exemplo das contradições, na relação com o movimento dos trabalhadores, quando estes rompiam com as linhas políticas do governo foi o processo de criminalização dos movimentos sociais, dos sindicatos e das lutas que se desenvolveu de forma intensa na última década. Tal processo levou o governo do PT a encaminhar leis como a dita Lei Antiterrorismo⁴⁹, que, de certa forma, criminaliza as greves e mobilizações no país.

⁴⁸ “O Projeto Mundiari é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em colaboração com a Fundação Roberto Marinho. O objetivo é acelerar a aprendizagem e corrigir o fluxo escolar dos estudantes em distorção idade/ ano, possibilitando a conclusão de seus estudos em menor tempo. O ensino fundamental em 24 meses e o médio em 18 meses.”

“Mais de 90% das escolas públicas do Estado oferecem o projeto nos turnos da manhã, tarde e noite. O processo de matrícula é igual ao do ensino regular faz-se a pré-matricula no site da SEDUC e os documentos são entregues na escola para efetivar a matricula. Podem participar alunos dos sexto e sétimo anos do ensino fundamental, a partir de 13 anos, e do primeiro ano do ensino médio, a partir de 17 anos.” (SEDUC-PA, 2016. Disponível em: <http://usenaseduc14.blogspot.com.br/2016/08/projeto-mundiar-2016-2-semester.html> Acesso: 10 nov. 2016).

⁴⁹ LEI Nº 13.260, de 16 de março de 2016. Seu Art. 2º define o terrorismo como prática de um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. Sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 16 de março de 2016.

As lutas que ocorreram durante os governos petistas foram patrocinadas pelas diversas categorias, em nível municipal, estadual e federal, fossem de funcionários públicos fossem do setor privado, que contestaram tais políticas. Os trabalhadores sentiram necessidade de lutar em defesa de seus salários, carreira e condições de trabalho. Foram lutas que passaram por cima de direções sindicais que tentavam segurar a força do movimento de base, protagonizada no interior das empresas, escolas, postos de saúde, universidades, órgãos públicos diversos, e que provocaram uma situação de instabilidade permanente, principalmente a partir do segundo mandato de Lula da Silva.

Se formos analisar os dados do DIEESE⁵⁰, no período entre 2007 a 2013, poderemos verificar que as greves não pararam durante os governos petistas. Foram 4.225 greves que aparecem nos estudos do DIEESE, em 2007, 2010, 2011, 2012, 2013, com cerca de 2.097 greves realizadas pelo setor público e 2121, no setor privado.

Essas greves ocorreram em categorias importantes como a educação pública, tanto nas universidades quanto na educação básica, protagonizando fortes mobilizações nos estados e municípios; servidores públicos, metalúrgicos, químicos, garis, policiais militares e civis, previdenciários, bancários, carteiros, rodoviários, metroviários, aeroviários, petroleiros, médicos, enfermeiros, comerciários, etc. deflagraram greves longas e radicalizadas, que exigiam reposição salarial, valorização na carreira, concurso público e condições de trabalho.

4.1.1 A REPÚBLICA SINDICAL E A FALÊNCIA DO NOVO SINDICALISMO

Iniciou-se, no Brasil, o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006)⁵¹ e aliados eleitorais⁵², com uma vitória eleitoral de mais de 53 milhões de votos. Um

⁵⁰ Ver: **Balancos das greves**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 05 out. 2016.

⁵¹ O Partido dos Trabalhadores assumiu a direção do país, em 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República. Foram dois os mandatos de Lula da Silva: o primeiro de 2003 a 2006 e o segundo de 2007 a 2010. Depois, elegeu sua sucessora, Dilma Roussef, para os mandatos de 2011 a 2014 e o segundo mandato, de 2015 a 2017, tendo a referida presidente se mantido no poder somente até o ano de 2016, visto que, no dia 31 de agosto desse ano, foi afastada da presidência por sofrer processo de *impeachment*, no Senado Federal.

⁵² A coligação Lula Presidente, em 2003, era composta pelo Partido dos Trabalhadores/PT, Partido Liberal/PL, Partido Comunista do Brasil/PCdoB, Partido Popular Socialista/PPS, Partido Democrático Trabalhista/PDT, Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, Partido Socialista do Brasil/PSB, Partido Geral dos Trabalhadores/PGT, Partido Social Cristão/PSC, Partido Trabalhista Cristão/PTC, Partido da Mobilização Nacional/PMN e Partido Comunista Brasileiro/PCB. Em 2007, o PT se aliou com Partido Republicano Brasileiro/PRB e o PCdoB. E com Dilma Roussef, as alianças seguiram, no primeiro mandato, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, PCdoB, PDT, PRB, Partido da República/PR, PSB, PSC, PTC e Partido Trabalhista Nacional/PTN; e no segundo mandato, com PT, PMDB, PDT, PC do B, Partido Progressista/PP, PR, Partido Social Democrático/PSD, Partido Republicano da Ordem Social/PROS e PRB.

mandato cercado de expectativas de mudanças, tanto pela história política do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seu programa, quanto pelo fato de chegar ao poder um ex-operário, ex-sindicalista e membro da classe trabalhadora, ou seja, pela origem do então presidente.

Essa vitória, segundo as expectativas dos movimentos sociais, abriria uma situação política favorável às lutas dos trabalhadores do Brasil e suas demandas, porque ela mesma é parte do acúmulo das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores na América Latina. O sociólogo Ricardo Antunes afirmou o seguinte:

Caberá ao novo Governo Lula, respaldado, amparado e impulsionado pelo mundo do trabalho, pelos sindicatos, pelas ações de resistência, pelas reivindicações dos movimentos sociais urbanos e rurais, pelos partidos e movimentos de esquerda, caminhar em direção à preservação de conquistas e mesmo avançar na busca de novos direitos. (ANTUNES, 2004, p. 139).

O movimento sindical combativo assumiu enormes desafios nessa conjuntura política, a partir da vitória eleitoral do PT em torno das lutas por salário, carreira e condições de trabalho; pela superação da legislação sindical varguista, com a garantia de autonomia e liberdade sindicais e uma estrutura sindical independente e destrelada do Estado; para que se recuperasse os investimentos públicos nas áreas sociais e a garantia de direitos trabalhistas e sociais ameaçados pelos governos anteriores.

Tais expectativas e a experiência programática do PT e de Lula da Silva no governo brasileiro, com a complexidade que marcou a conjuntura do país desde o início da década de 1990, causou um novo impasse, no interior do movimento sindical brasileiro e dos trabalhadores em geral, sobre o caráter desse tipo de governo e sobre o papel dos movimentos sociais.

Ressalte-se que inúmeros sindicalistas, desde os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), até dirigentes de sindicatos de base, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), foram incorporados ao governo e assumiram suas condicionalidades. O que, a nosso ver, fez surgir uma espécie de República sindical no Brasil; ou seja, um governo cuja composição absorveu dirigentes sindicais que foram expressão do novo sindicalismo da década de 1980, formando um novo setor social no país, “uma elite dirigente” (D’ARAÚJO, 2009, p. 9) que compõe os governos do PT.

Os dados oficiais indicam que em julho de 2009 havia cerca de 80 mil cargos e funções de confiança e gratificações no Poder Executivo federal. Destes, cerca de

47.500 eram cargos e funções de confiança na administração direta, autárquica ou fundacional, que podiam ser preenchidos discricionariamente pelo Poder Executivo federal. [...] Nossa amostra revela que os dirigentes vindos das carreiras públicas têm fortes vínculos com os movimentos sociais, partidos, terceiro setor, academia e, em especial, com sindicatos. (D'ARAÚJO, 2009, p. 9-10).

A expressiva presença de sindicalistas e sindicalizados em cargos de confiança na alta administração federal, no país, durante os governos de Lula da Silva, tem a ver, segundo Maria D'Araújo (2009), com três processos que podem estar conectados: o amadurecimento democrático, que permitiu que os trabalhadores e seus sindicatos comandassem o sistema político da nação; a grande sindicalização do setor público, desde 1990; e a eleição de um ex-operário sindicalista para presidente da República, em 2002.

Considerando importante a afirmativa da autora, ressaltamos que, no primeiro processo, o mecanismo da eleição democrático-burguesa permite que os diversos setores de classe, organizados em partidos políticos, disputem as eleições em qualquer esfera, mesmo que seja um processo comandado pelos arautos do poder econômico e político. Obviamente, as condições de disputas não são iguais, portanto, ainda é restrito o sucesso nas disputas eleitorais de setores populares ou identificados com a classe trabalhadora, o que tem exigido flexibilizações e táticas eleitorais que aproximem os projetos identificados com as demandas dos trabalhadores com setores da burguesia nacional, dita “progressista”.

Portanto, pode significar uma saída, para um sistema capitalista em crise, admitir que representantes dos movimentos sociais, com identidade na classe operária, com influência positiva na direção desses movimentos e capacidade política de dirigi-los, tenham condições, à medida que optem por essa via, de administrar as crises do regime, ou de modelos capitalistas. Afinal, o grande objetivo das crises econômicas e políticas produzidas pelo sistema do capital é a sua capacidade de renovar-se, de aperfeiçoar seus mecanismos de controle do trabalho para a geração de maiores lucros. Para isso, os pactos e acordos entre classes sociais asseguram governabilidades, instabilidades e pleno desenvolvimento do sistema do capital.

No segundo processo, a enorme sindicalização no setor público possibilitou o fortalecimento da organização sindical no Brasil, em especial da CUT e do PT que foram imediatamente identificados pelos servidores públicos, nas diversas esferas, como um espaço privilegiado de organização política e sindical, que buscavam nacionalizar suas demandas. Inclusive os servidores públicos foram fundamentais, na organização da CUT e do PT, pela identificação e por certa estabilidade de que gozavam nos anos pós-ditadura militar, o que possibilitava o trânsito entre os trabalhadores nos órgãos e, portanto, as discussões políticas.

Um terceiro elemento é o da eleição de Lula da Silva que, obviamente, foi, a nosso ver, determinante para a incorporação de sindicalistas ao governo, visto que Lula personificou a figura do sindicalista combativo, ousado e democrático do período anterior, e sua vitória eleitoral representou um novo ânimo para a classe trabalhadora, novas expectativas e uma nova política. Esse processo pode ter gerado um engajamento democrático que possibilitaria maior participação dos setores organizados nos rumos das políticas públicas, no país, e isso poderia significar, segundo Maria D'Araújo (2009), a adesão dos sindicatos e centrais sindicais ao governo, e cooptação de dirigentes dos movimentos sociais pelo Estado.

As práticas de cooptação de dirigentes e de movimentos sociais são antigas e estiveram presentes na história do sindicalismo brasileiro, não sendo, portanto, uma característica exclusiva do governo Lula da Silva e do PT. Mas impressionam os dados levantados pela pesquisa de Maria D'Araújo (2009), pois revelam a enorme presença de sindicalistas com cargos no governo. Um grupo que veio a formar a elite dirigente do governo Lula. Trata-se, basicamente, dos ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 5 e 6, e dos cargos de Natureza Especial (NES) que formam os dirigentes públicos e ministros.

Constatamos que 45% dos ocupantes dos cargos de DAS 5 e 6 no primeiro governo Lula, e 42,8% no segundo, eram filiados a sindicatos de trabalhadores. Da mesma forma, a presença de membros de centrais sindicais é expressiva: 10,6% no primeiro governo e 12,3% no segundo. Quando tomamos o quantitativo geral de ocupantes de cargos de DAS e NES dos dois governos que compõem a amostra de 505 pessoas, a taxa de filiação sindical é de 40,8%, e a adesão a centrais sindicais entre esses sindicalizados é de 24,3%. (D'ARAÚJO, 2009, p. 58).

Os números de dirigentes sindicais no governo Lula da Silva são altos; inclusive, são dados percentuais que estão, bem acima do quantitativo de trabalhadores sindicalizados registrados em 2006 no país, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que computava uma taxa de sindicalização em torno de 18%, num total de 17 milhões de trabalhadores no país.

Os dados apresentados pela pesquisadora revelam que, das 505 pessoas da amostra de cargos de DAS 5 e 6 e NES, 206 são sindicalizados, e desses, consta que 168 possuem filiações a sindicatos do serviço público e 85 a sindicatos do setor privado. “No caso do setor público, verificamos que há maior presença de filiação a sindicatos de professores e bancários, profissões típicas da classe média.” (D'ARAÚJO, 2009, p. 59).

A pesquisa demonstra que há um percentual grande de servidores públicos vindos de estados e municípios, o que pode significar uma busca do governo por quadros sindicais nas suas bases locais de apoio. E que 63,1% dos sindicalizados da amostra trabalhada (130 dos 206) vêm do serviço público. Desses 206 sindicalizados, há um total de 39,3% que são filiados a partidos políticos, sendo 82,5% filiados ao PT e 24,3% filiados à CUT.

Uma das grandes propostas que cercou os governos de Lula da Silva e do PT, com essa composição real de uma elite sindical dirigente e com a força das entidades sindicais e dos movimentos sociais expressa, nos cargos de direção e no apoio político aos governos, foi a defesa do fortalecimento estrutural das centrais sindicais. Essas últimas vieram a atuar como elemento aglutinador dos trabalhadores no Brasil, visto que o novo sindicalismo, em sua origem, era defensor da liberdade sindical, ou seja, do fim do monopólio da representação dos trabalhadores por um único sindicato em cada categoria profissional e de que os sindicatos não fossem usados como instrumentos políticos pelo Estado.

Na realidade, os dirigentes do novo sindicalismo passaram a ser dirigentes do Estado capitalista. Mantiveram as bases da estrutura sindical getulista, oficial e corporativa, visto que, no âmbito da legislação sindical, a única alteração foi dada, em 2009, com o reconhecimento das centrais sindicais e o financiamento do Estado. As centrais sindicais tinham como atribuição:

Coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a elas filiadas, bem como participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesses gerais dos trabalhadores. Na prática se formalizou o que de fato as centrais já vinham praticando desde os anos de 1990. (D'ARAÚJO, 2009, p. 69).

Isto significou a participação das entidades sindicais de grau superior, no caso, as centrais sindicais, no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) que discutiu regras de organização sindical, e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que discutiu as medidas de alteração nas leis trabalhistas. Tudo sob a organização e tutela do Estado, do governo, dos empresários e dos sindicatos de maior representatividade.

A elite dirigente dos governos do PT acomodou seus interesses corporativos e sociais, fortaleceu suas arrecadações financeiras e aprovou políticas públicas que se expressaram como verdadeiras contrarreformas para a previdência social, a educação básica e superior; as leis trabalhistas e as políticas compensatórias. Medidas essas que asseguraram certa

governabilidade aos gestores e ao Estado capitalista e que fundamentaram a incorporação de entidades gerais dos trabalhadores ao Estado e ao mundo do trabalho, com as contradições que o momento histórico comporta.

A incorporação dos dirigentes sindicais ao governo representou uma demonstração da simetria existente, no início do governo Lula da Silva, com os movimentos sindicais e demais movimentos sociais. Agora, os sindicalistas estavam no poder, não mais apenas à frente de seus sindicatos, confederações e centrais sindicais, mas à frente de um governo federal, que comandava a política econômica e social do país.

Torna-se importante ressaltar que, no processo de constituição e desenvolvimento da luta de classes, na história da humanidade, a classe trabalhadora se mostrou diversificada, em distintos graus de seu desenvolvimento, e por isso, criou diferentes organizações: políticas, sindicais, cooperativas, sociais, que sempre apresentaram características próprias, onde quer que existissem, e que responderam a variados interesses da classe trabalhadora. Isto significa que em todas as partes existem sindicatos moderados e sindicatos revolucionários. Essas organizações disputam entre si uma maior influência no interior da classe e, em dado momento, dependendo da situação que as divide, procuram buscar pontos de unidade para melhor lutar.

O PT e a CUT, organizações política e sindical, respectivamente, de parte dos trabalhadores do Brasil, são exemplos, dessa heterogeneidade da classe e do esforço pela busca de unidade dos trabalhadores na luta por seus direitos, mesmo em suas diversas concepções e, portanto, diferenças.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país. [...] define-se como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 54).

Da mesma forma se viu, na constituição da CUT, braço sindical de organização dos trabalhadores no Brasil.

A CUT é fruto dessa vontade política de ser uma Central contra toda a estrutura sindical oficial e contra a intromissão do Governo em suas decisões. [...] Na criação da CUT, tanto quanto durante o período preparatório, estavam presentes desde poderosos sindicatos (frutos oficiais da estrutura sindical em vigor) até oposições sindicais e associações de trabalhadores que a estrutura sindical oficial

não contempla, como funcionários públicos que a legislação explicitamente proibia de associar-se em sindicato. Assim, pode-se afirmar que a CUT nasceu com um pé fora e outro dentro da velha estrutura sindical, porém em nítida oposição à mesma. (LOPES NETO; GIANNOTTI, 1993, p. 22).

O PT, segundo Luz (2008), que surgiu de mobilizações operárias, defendia, para o movimento de massas, um sindicalismo combativo e autônomo, e esboçou isso na Carta de Princípios, feita em 1979 e transcrita na ‘Coletânea de Resoluções’ dos encontros e congressos do PT. Nesse documento, enfatizava-se que a emancipação dos trabalhadores era obra dos próprios trabalhadores, que a democracia participativa era a participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deveria esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de algum de seus problemas. E ainda ressaltava:

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 5).

Esse foi o caráter inicial programático do PT e das perspectivas de seus objetivos de poder. E assim foi se impondo como alternativa de governo nas disputas políticas, no país, ampliando o número de parlamentares e de prefeituras sob sua direção. Mesmo que tenhamos constatado, a partir da experiência do PT na presidência da República, a incorporação desse Partido ao regime capitalista, na essência de suas políticas, na sua gênese, era um partido que carregava uma simbologia histórica de defesa dos interesses da classe excluída e explorada pelo capital. Simbologia que vemos, até os dias atuais, envolver parte dos trabalhadores na vida desse partido.

Da mesma forma, podemos compreender o fenômeno sindical que a CUT representou desde sua fundação. Segundo Lopes Neto e Giannotti (1993), a CUT foi criada, oficialmente, em agosto de 1983 e nasceu em oposição à velha estrutura sindical vigente, criada por Getúlio Vargas, que proibia formalmente a unificação dos trabalhadores em uma central sindical, visto que essa estrutura varguista tinha o propósito de dividir, parcializar e isolar os diversos setores da classe trabalhadora. Portanto, a CUT torna-se fruto da luta dos trabalhadores e da vontade política de ser uma Central contra toda a estrutura oficial e contra a intromissão do governo em suas decisões.

Os novos dirigentes do Estado, na República sindical, aprimoraram outros princípios, negando suas elaborações e ações interiores, na medida em que foram incorporados ao governo e ao Estado, impondo um limite entre as necessidades dos trabalhadores e as necessidades dos governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores.

É possível compreender que a forte presença de sindicalizados na alta administração pública federal, constituindo a República sindical, poderia significar uma maior participação dos sindicatos de trabalhadores junto ao governo do PT, mas como a maioria dessa elite dirigente veio do serviço público, “pode-se supor que seus interesses estejam vinculados ao fortalecimento institucional de suas carreiras públicas e de suas organizações do que diretamente a interesses da sociedade civil e dos trabalhadores.” (D’ARAÚJO, 2009, p. 78).

A Central Única dos Trabalhadores vivenciou desafios que deixaram marcas profundas a partir de suas opções de abandono das concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem.

A defesa da política de “parceria”, das negociações com o patronato, das câmaras setoriais, da participação conjunta entre capital e trabalho, com vistas ao “crescimento do país”, tudo isso estrutura-se de acordo com o projeto e com a prática sindical social-democrática, do que vem resultando inclusive numa diminuição crescente da vontade política de romper com os elementos persistentes da estrutura sindical atrelada ao Estado e sua conseqüente relativa adaptação a essa estrutura sindical de cúpula, institucionalizada e burocratizada, que caracterizou o sindicalismo brasileiro no pós-30. (ANTUNES, 1999, p. 241).

Um dos objetivos do Estado neoliberal, segundo Harnecker (2000), é destruir as conquistas dos trabalhadores: a estabilidade no trabalho e a segurança no emprego, salários que permitam condições de vida adequadas, carreira que valorize a vida funcional, e segurança social, dentre outras, e atingir as organizações de classe para eliminar toda a resistência aos propósitos do livre jogo do mercado.

O Brasil entrou, ao final da década de 1980, em um novo padrão de organização do trabalho e de seu sistema ideológico; o PT e a CUT também foram impactados por esse processo de reestruturação da sociedade capitalista. A década de 1990 consolidou o neoliberalismo no país, e o novo sindicalismo vivia uma contradição imposta pelo sistema do capital, a partir dos impactos sobre o trabalho e as organizações dos trabalhadores, o que fez com que a CUT desenvolvesse um sindicalismo de participação nos conselhos e mesas de negociações entre governos e patrões.

De tal forma o século XXI chegou, com a efetivação de um programa de ditas reformas neoliberais que buscavam superar as várias crises econômicas insurgentes no interior do sistema. Assim, quando Lula da Silva e o PT assumem a presidência do Brasil, o Estado e o regime continuam capitalistas sustentados, agora, pelo neoliberalismo.

Um processo que se consolidou com a chegada de Lula, do PT e do novo sindicalismo à presidência do país. Os primeiros mandatos do PT no governo, foram, em nossa análise, consolidando um processo de coalisão burguesa, que expressou um caráter de governos de conciliação de classe, dirigidos por um partido de esquerda, de origem operária. Denominação que se comprovou à medida que os mais importantes ministérios⁵³ foram ocupados por pessoas consideradas de esquerda e alguns vindos de direções sindicais, além da própria presidência da república, comandada por um ex-operário.

Moreno (2003) enfatiza que esses tipos de governos de conciliação de classe são governos que coincidem com uma etapa importante de ascenso da luta de classes, sendo um tipo diferente de governo, nos marcos da sociedade burguesa, mas que não apresentam, por si mesmos, nenhuma incompatibilidade com o regime capitalista-imperialista. Têm grande apoio no movimento de massas e, por isso, podem adotar posições distintas, a depender das circunstâncias de mobilização, apoiando-se nesse prestígio político.

Segundo Luz (2008), os governos referenciados programaticamente à esquerda apresentam fatores que nos permitem identificar contradições quanto à superação da encruzilhada entre a legitimação econômica, política e ideológica do capitalismo e a construção de um programa que não só administre as crises do sistema, mas que avance na garantia de direitos democráticos para setores mais pobres da população.

O resgate das definições sugeridas por Moreno (2003), referindo-se a governos de Frente Popular, ou seja, governos de conciliação de classes, como foram os primeiros mandatos do governo Lula da Silva, pode ajudar a compreender tal característica, visto que esse tipo de governo já existiu na história do desenvolvimento do capitalismo no século XX:

Do Governo Provisório russo, passando pelos governos da França e da Espanha na década de 30, pelos governos da social-democracia nos países nórdicos e Inglaterra, por governos dessa natureza em países semicoloniais, como o de

⁵³ Segundo estudos realizados de 2006 a 2009 e coordenados pela professora do departamento de sociologia política da PUC-Rio, Maria Celina D'Araújo (2009), com Lula, temos a chegada ao poder de um grupo político de esquerda. Por isso, na amostra de DAS/NES na pesquisa há um grande número de dirigentes com alto nível de engajamento social e sindical – aproximadamente 26% de ministros no primeiro mandato e 16% no segundo, vinculados a sindicatos de trabalhadores.

Allende no Chile, até Mitterrand na França verá que tais governos têm invariavelmente uma natureza burguesa. [...] e que são governos que constituem-se como governos burgueses diferentes e que geram uma tremenda confusão no movimento operário, pois os trabalhadores tendem a vê-los como o seu governo. (MORENO, 2003, p. 10).

Esses governos estabeleceram relações anômalas com a consciência, tanto das massas trabalhadoras, como também dos capitalistas, e sua existência, na história atual, é extremamente relevante. Isso porque eles têm o apoio e a confiança dos setores populares, dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que não têm total confiança da burguesia; e, a partir disso, podem se abrir momentos de muita instabilidade política para a superação das crises capitalistas, mas que não alteram os padrões normatizados.

Afirma Moreno (2003) que, em 1935, o stalinismo introduziu um elemento decisivo na história, quando impôs, como estratégia mundial de todos os partidos comunistas, uma nova política, batizada com o nome de Frente Popular. Tratava-se de toda uma teoria para impedir o surgimento de governos operários de ruptura com a burguesia e um mecanismo de controlar o choque entre as classes divergentes no sistema do capital.

Mas é preciso ressaltar que são governos que se apresentam de forma diferenciada e que, às vezes, apresentam atritos com a burguesia dominante os quais podemos chamar de choques interburgueses; que buscam realizar políticas sociais por meio de ações focalizadas, e que abrem a perspectiva do possível para as camadas mais excluídas, num quadro de extremas impossibilidades.

Tais governos tornam-se relevantes na medida em que estimulam setores da população excluída, que o veem como seu governo, a buscarem resoluções para os problemas sociais. Obviamente, a experiência da população mais pobre e dos movimentos sociais com tais administrações conduz, em dado momento, à percepção de suas limitações e contradições.

Uma contradição a se considerar, na definição de Moreno, quanto à realidade brasileira, é que os governos petistas engessaram mobilizações amplas e gerais dos trabalhadores; acomodaram suas representações sindicais no governo e favoreceram em grande medida as políticas de ajuste fiscal nos estados e municípios. Foram governos que provocaram o desarme de organizações dos trabalhadores. Por exemplo, no estado do Pará, foram amplas as lutas, pelos municípios, em defesa do piso salarial dos professores e na constituição de planos de carreira. Quando os professores conseguiram o pagamento do Piso Salarial na rede estadual ou em redes municipais, as campanhas salariais giravam em torno da reposição desses percentuais

do piso, desconsiderando perdas salariais históricas, reajustes aos salários ou a incorporação de novas demandas para o conjunto dos trabalhadores em educação. Onde não se conseguiu o pagamento do piso salarial do magistério, os trabalhadores seguiam com essa pauta mínima prioritária.

Ao mesmo tempo, o governo federal não criou mecanismos jurídicos e políticos que obrigassem os estados e municípios a pagarem o piso, da mesma forma que estabeleceu mecanismos de contingenciamento financeiro que asfixiou a implementação dos planos de carreiras, na medida em que o ajuste fiscal exige cortes nos gastos com pessoal.

Era como se o governo desse com uma mão e ajudasse a tirar com a outra: ocorreu, na gestão de Lula da Silva, a liberação do empréstimo aos servidores públicos, ativos e aposentados, com desconto em folha; garantiu desoneração na folha de pagamento das empresas; investiu no aumento do superávit primário; aprovou reformas como a Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005), que prioriza pagamento de credores em caso de falência de empresas em detrimento de pagamento imediato de direitos trabalhistas; que aprovou a Lei das Parcerias Público-Privadas - PPP) (Lei nº 11.079/2004), que abre possibilidades de gerenciamento dos serviços públicos pelo setor privado; reformas na Previdência, que ocasionaram o fim da paridade entre ativos e aposentados e o fim da integralidade nos vencimentos, dentre outros redutores salariais.

Outro exemplo da eficiência do petismo aos negócios do capital, na administração pública do país, é o crescimento do endividamento público com as dívidas internas e externas.

No período de 2003 a 2014, nos governos Lula e Dilma, as despesas com a dívida pública superaram o conjunto das despesas com Educação, Saúde, Assistência e Previdência Social. No período de 2003 a 2014, o governo federal destinou, em média, 49,70%, do orçamento da União para o pagamento das despesas com a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento) e destes 20,79% somente para juros e amortizações. No mesmo período foram destinados apenas 29,08% para custear as despesas com a Assistência Social, Educação, Previdência e Saúde.⁵⁴ (REIS, 2015, p. 58).

As ofensivas ideológicas e políticas do capital, com o neoliberalismo e as mudanças no mundo do trabalho, influenciaram o homem produtivo e suas organizações políticas, visto que tal ofensiva do capital não se restringe, segundo Alves (2011), apenas às instâncias da produção

⁵⁴ “Nos governos Lula e Dilma (2003 a 2014) as despesas da União em todas as funções totalizaram R\$22,193 trilhões (valores pagos). R\$11,029 trilhões foram destinados às despesas com a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento) e destes R\$ 4,614 trilhões somente para juros e amortizações. As despesas com a Assistência Social, Educação, Previdência e Saúde somadas totalizaram R\$ 6,453 trilhões.” (REIS, 2015).

propriamente dita, mas atinge, sob o capitalismo manipulatório, instâncias de reprodução social, ou seja, a tempestade de valores de “utopias de mercado” busca convencer o novo homem para a produção do capital. Esse processo ganhou força nos governos ditos progressistas, no Brasil.

As inovações sociometabólicas do capital se disseminam por meio do treinamento em empresas, políticas governamentais, currículos escolas, aparatos midiáticos da indústria cultural e, inclusive igrejas, que constituem pleoras de valores, expectativas e utopias de mercado, que se cristalizam em noções, vocábulos ou conceitos que falam por nós nas instâncias de produção e reprodução social. (ALVES, 2011, p. 90).

O conteúdo de tais valores capitalistas opera de forma coercitiva sobre a individualidade das pessoas, estimulando mudanças na forma de ver o mundo. “Qualidade, competitividade e modernidade, solicitam o trabalhador a mudar sua atitude diante do processo produtivo, a adotar uma nova cultura e uma nova visão de mundo baseada na inevitabilidade das mudanças em curso.” (ALVES, 2011, p. 91).

Combinado a isso, torna-se fundamental ressaltar as consequências políticas que representou, para o movimento dos trabalhadores brasileiros e suas organizações, a queda do Muro de Berlim, em 1989, como símbolo da derrubada das experiências socialistas em todo o Leste Europeu e do triunfo do capitalismo estadunidense, pois desencadeou um falso e oportuno discurso do *fim do socialismo* no mundo e do fortalecimento do capitalismo, o que buscou eliminar a possibilidade de conquista do socialismo. Assim sendo, “restaria para a esquerda somente a busca de um caminho civilizado dentro do capitalismo.” (ANTUNES, 2004, p. 71), tendo como mecanismo de sobrevivência ao neoliberalismo o programa da socialdemocracia⁵⁵.

A reação dos chamados “governos progressistas⁵⁶”, sem exceção, diante da crise econômica mundial, tem sido a aplicação do ajuste fiscal antipopular para proteger o lucro do grande capital, com o objetivo de atrair investidores e manter a governabilidade.

⁵⁵ “A **Social-democracia** é a ideologia política de esquerda que acredita na transição para o socialismo sem a necessidade de uma revolução. Após a Segunda Guerra Mundial, a socialdemocracia passou por uma divisão ideológica, e de um lado, estavam os que acreditavam que o capitalismo deveria ser substituído pelo socialismo. De outro lado, havia um grupo que defendia que não era necessário acabar com o capitalismo, mas reformá-lo. Esta reforma teria como diretrizes a nacionalização das grandes empresas, implantação e investimento em programas sociais e a redistribuição da riqueza. A segunda postura tomou conta dos partidos e movimentos sociais-democratas no decorrer da segunda metade do século XX.” (GASPARETTO JÚNIOR, 2011).

⁵⁶ Os chamados governos progressistas na América Latina são: Nicolas Maduro (de 2013 à atualidade), na Venezuela; Dilma Rousseff (2011-2016), no Brasil; Michelle Bachelet (de 2014 à atualidade), no Chile; Rafael Correa (de 2007 à atualidade), no Equador; Evo Morales (de 2006 à atualidade), na Bolívia; Cristina Kirchner(2007-2015), na Argentina; José Mujica (2010-2015), no Uruguai; Tabaré Vázquez (2005-2010; 2015 à atualidade), no Uruguai; e o nacionalista Ollanta Humala (2011-2016), no Peru.

A presidente Dilma Rousseff, no Brasil, falou em aumento de impostos e congelamento de salários. Evo Morales, na Bolívia, anunciou que “há que se apertar os cintos”. Segundo Carlos Montaña (2001), o sistema capitalista de produção, na sua fase monopolista transforma todas as relações sociais, instituições, indivíduos, valores, atos, em meios para a acumulação capitalista e a reprodução das relações sociais de exploração. Dessa forma, organiza todas as esferas da vida social para o seu primordial fim: a acumulação ampliada de capital.

Em 2013, diante do aprofundamento da crise econômica no Brasil, houve a eclosão de uma série de rebeliões pelas ruas do país que, simultaneamente, pelos estados, rapidamente, nacionalizou um processo de contestação à situação econômica, o que abriu uma crise política contra os governos e demais instituições burguesas que respaldavam aumentos de tarifas públicas e precarizavam os serviços sociais.

Um processo que desencadeou ações de mobilização que fomentaram as possibilidades de fortalecimento das lutas reivindicatórias e aprofundaram a crise política no executivo e no legislativo federal, e no próprio judiciário. Houve um repúdio, por parte desses movimentos, às instituições do regime, inclusive a partidos políticos.

A situação, no Brasil, vem se agravando, sobretudo a partir de 2008, com grande instabilidade política diante da recessão econômica, e exigiu que o governo da presidente Dilma Rousseff buscasse superar a crise econômica por meio de um forte ajuste fiscal que impôs uma série de medidas ao trabalho e cortes de investimentos em áreas, como educação e saúde.

A nova equipe econômica do governo Dilma Rousseff vem realizando um ajuste fiscal que já se aproxima dos R\$ 122 bilhões - entre corte de gastos e aumento de impostos. Vale a ressalva de que essa economia ainda é uma projeção e de que parte das medidas ainda precisa passar pelo Congresso, como é o caso da redução dos benefícios trabalhistas. A meta anunciada pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, é de apertar o cinto das contas públicas em R\$ 66,3 bilhões em 2015, ou 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). (O AJUSTE..., 2015).

Mas essa política de ajuste fiscal tem encontrado resistência dos setores organizados da sociedade que, pressionando suas entidades sindicais e populares, realizaram inúmeras greves, no setor privado e no público, que tinham como eixo central a luta contra os cortes orçamentários, as diminuições salariais e de direitos trabalhistas. Algumas ações de resistência aos cortes orçamentários se verificam por dados como aqueles informados pelo DIEESE (2015, p.2) segundo os quais, em 2013, ocorreram 2.050 greves, consistindo em um aumento de 134% em relação ao ano anterior, quando o registro foi de 877 greves.

Segundo Eric Gil, economista do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), em artigo intitulado *Brasil, um país em greve*, relatava:

[...] uma greve é o símbolo do momento que o país vive, a dos metroviários do estado de São Paulo. Em greve desde a meia-noite do dia 04 para 05 deste mês, a qual suspenderam ao menos por dois dias, os trabalhadores do metrô seguem o exemplo dos garis cariocas, e enfrentam grande repressão do governo por ganhos reais. Diferente de anos anteriores, os trabalhadores lutam não mais pela manutenção dos seus salários, e sim por verdadeiros ganhos reais, realmente acima da inflação. Enquanto isto, em todo o Brasil outras greves pipocam. Hoje, professores em greve do Rio de Janeiro e São Paulo fizeram atos. No Rio, metroviários decidirão nesta terça se também entrarão em greve. Em Curitiba, técnico-administrativos e trabalhadores da saúde, ambos em greve, fizeram um protesto contra a implementação da EBSEH. Em Natal, que também será cidade-sede, rodoviários decidiram entrar em greve na quinta-feira, dia que começa a Copa do Mundo. Em João Pessoa, trabalhadores da CAGEPA, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, entraram hoje em greve. E assim a lista parece não ter fim. (GIL, 2014).

Os processos intensos de contestação causaram impactos políticos nos governos federal, estaduais e municipais que não conseguiram impor o ajuste fiscal como orientado pelas instituições financeiras nacionais e internacionais, diante de processos de mobilização que tomaram proporções intensas. Tais mobilizações possibilitaram, por exemplo, campanhas salariais exitosas, com reajustes salariais acima da inflação, como ocorreu no primeiro quadrimestre de 2014 quando, segundo dados do DIEESE (2014), 93,2% de 340 categorias analisadas obtiveram reajuste salarial acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Vale ressaltar que, nas eleições para presidência da República, em 2014, a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) obteve 51,64% dos votos válidos e o candidato Aécio Neves (PSDB), 48,36%. A diferença de votos foi de 3,4 milhões. Essa foi a menor diferença de votos em um segundo turno desde a redemocratização do país.

Essa disputa interburguesa se intensifica na conjuntura política do país, e as dificuldades do governo em implementar as medidas de ajuste se combinam com denúncias de corrupção e a investigação de pagamentos de propina por parte de empresas e empreiteiras que financiaram campanhas eleitorais da maioria dos partidos com assento no Congresso Nacional. Os partidos que surgiram no Brasil, desde a ditadura militar, em sua maior parte, foram acusados de envolvimento em desvios de dinheiro de uma das maiores empresas estatais do país, a Petrobrás,

investigados na operação denominada Lava-Jato⁵⁷. Essa operação já levou à prisão políticos, empresários, servidores públicos e assessores políticos da base aliada do governo e fora dela.

Denúncias de irregularidades administrativas envolvendo as prestações de contas do governo Dilma Roussef (PT) fizeram com que partidos e outras organizações sociais entrassem com solicitação à Câmara dos Deputados de abertura de processo de *impeachment*⁵⁸ contra a presidente da República. Em março de 2016, já havia 12 solicitações de impedimento protocoladas naquela casa, somando-se o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que afirmava, segundo Breno Grillo (2016), que a presidente teria cometido crime de responsabilidade ao tentar interferir nas investigações da Operação Lava Jato, inclusive na nomeação, como ministro da Casa Civil, do ex-presidente Lula, que é investigado, além de conceder renúncia fiscal à Fifa para a realização da Copa do Mundo de 2014; e ter autorizado as "pedaladas fiscais", que são atrasos no pagamento a bancos para maquiar as contas públicas.

A crise política aberta no país parece não ter prazo para fechar: um setor da burguesia brasileira articulou e consolidou o *impeachment* da presidente Dilma Roussef e do petismo, no dia 31 de agosto de 2016, assumindo a presidência da República o vice-presidente Michel Temer (PMDB). O novo presidente solicitou pauta para votação, no Congresso Nacional, de uma série de medidas que alteram a Constituição Federal e aceleram o ajuste fiscal estruturado pelo governo anterior, tendo à frente Dilma Roussef (PT) e o próprio Michel Temer como vice-presidente. Medidas para um ajuste fiscal que contingenciam investimentos em áreas sociais e no trabalho, que visam alterar a aposentadoria e flexibilizar direitos trabalhistas. Tudo em meio à forte crise política e tensões sociais.

De tal maneira, a conjuntura brasileira, sem o petismo à frente, tanto no campo institucional como nos movimentos sociais, está marcada por fortes tensões sociais e políticas que impedem qualquer análise conclusiva sobre o desfecho da atual situação política e econômica no país.

⁵⁷ A **Operação Lava Jato**, deflagrada em março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos. Uma das primeiras prisões foi a do doleiro Alberto Youssef. A Operação Lava Jato é a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. (OPERAÇÃO..., [2015?]).

⁵⁸ *Impeachment* é uma palavra de origem inglesa que significa "**impedimento**" ou "**impugnação**". É o nome dado para o processo de **cassação** do mandato e afastamento das funções do chefe do poder executivo, realizado após denúncia de **crime comum**, crime de **responsabilidade** ou desrespeito às leis constitucionais. (Ver: <https://www.significados.com.br/impeachment/> Acessado em: 22 Nov. 2016).

4.1.2 A RUPTURA DO SINTEPP COM A CUT

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará (SINTEPP) foi filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde sua fundação. Nasceu sob o impulso do novo sindicalismo que ajudou a erguer uma Central Sindical em 1983.

O movimento docente, em luta desde o início do século XX, construiu sua Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1979, que unificava professores primários e secundários e se filiou à CUT em 1988. Em 1990, a CPB passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O SINTEPP, como um sindicato de base, se vinculou à CUT e à CNTE pela necessidade de desenvolver uma luta política-sindical unificada com os demais trabalhadores, ampliando suas pautas e lutas.

Mesmo com o impedimento legal na criação de organismos sindicais, os docentes organizaram ações coletivas, privilegiando, segundo Danusa Almeida (2015), a posição mais combativa em detrimento do diálogo com o governo. Também, ampliaram suas bandeiras de luta para além dos debates sobre os direitos profissionais, discutindo as políticas de educação. Além disso, como resultado da conformação de uma nova identidade do profissional docente, identificado como trabalhador em educação, aponta-se para o fim da fragmentação das organizações dos docentes e a defesa de um organismo sindical que unificasse os profissionais atuantes na rede de ensino – professores, especialistas, secretários, merendeiras, etc. Portanto, o movimento docente inicia novo processo de organização em sindicato único e amplo dos trabalhadores em educação.

Em 1959, já somavam 11 estados brasileiros com seus professores primários organizados em associações. No ano de 1960, em Recife, foi fundada a primeira Confederação: a CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil. Em 1979, a CPPB teve uma mudança substancial em seu estatuto, incorporando os professores secundários dos antigos ginásios, e passou a se chamar CPB - Confederação dos Professores do Brasil. Era uma ferramenta fundamental para a articulação do movimento em nível nacional. No período de 1982 a 1988, a CPB consolidou-se como entidade federativa e como principal via de organização do sindicalismo docente, mesmo no período em que era proibida a sindicalização para o funcionalismo público. Filiou-se à Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1988. Em 1990 a CPB passou a se chamar CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, em um Congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional. Com a unificação da luta dos Trabalhadores em Educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a

filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo o país. Atualmente, a CNTE conta com 50 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados. (CNTE, 2016).

Interessante observar, na constituição histórica da CNTE, que os trabalhadores na educação básica, em especial os professores, ao criar sua organização em sindicatos, buscaram superar a fraqueza de suas lutas específicas, corporativas, pela unificação dos trabalhadores da escola pública em uma única categoria – de trabalhadores da educação. Esse processo remete à discussão sobre a identidade do trabalho docente e sua posição de classe.

Como já vimos, a CUT unificou a maioria dos sindicatos, associações sindicais, confederações e oposições sindicais de trabalhadores, no país, além de atuar permanentemente com os demais setores ligados aos movimentos sociais, como a juventude e os movimentos populares. Uma entidade geral que realizou grandes greves e mobilizações, especialmente na década de 1980, defendendo um sindicalismo autônomo, democrático e combativo, diferente da estrutura oficial do sindicalismo de Estado, cujos dirigentes eram indicados e ligados politicamente aos governos oficiais, desde a década de 1930.

Neste início do século XXI, os efeitos das opções políticas da CUT, de incorporação ao governo federal de Lula da Silva e do PT, fizeram surgir um novo momento para o sindicalismo de Estado, característico do sindicalismo anterior. A República sindical nasceu dessa incorporação política dos sindicalistas atuando no governo, o que gerou efeitos impactantes na organização autônoma e democrática dos trabalhadores, provocando um processo de reorganização sindical, no país.

Um deles foi a necessidade que levou diversos sindicatos de servidores públicos e até do setor privado a organizarem lutas contra as medidas definidas pelos governos que ajudaram a eleger. Lutas que se desenvolveram em nível nacional, mas, fundamentalmente, em âmbito estadual e municipal, ou seja, no espaço local.

O movimento sindical vivenciou enorme crescimento, desde a década de 1980 e início da década de 1990, com a incorporação dos servidores públicos organizados em sindicatos, confederações e na CUT.

Os anos oitenta marcaram significativamente transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a exploração do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de

consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc., só para mencionar, no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas. (ANTUNES, 1995b, p. 11).

Na década de 1980, vimos um tipo de sindicalismo de confronto, combativo, classista e que defendia uma sociedade socialista. Esse era o sindicalismo característico da CUT, desde sua fundação. Na década de 1990, houve uma atuação sindical cutista pautado muito mais por negociações, pelo diálogo com governos e patrões, que incorporou a Central nas câmaras setoriais tripartites, desenvolvendo, segundo Antunes (1995b), um tipo de sindicalismo de participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, vai perdendo seu caráter classista e de confronto para uma visão cidadã da sociedade.

Quando entramos no século XXI, vimos a consolidação de um sindicalismo de Estado com a incorporação dos dirigentes da CUT em cargos do governo de Lula da Silva e do PT. Também, consolidou-se a amplitude das antigas câmaras setoriais por Conselhos Nacionais, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Estava consolidada a incorporação da CUT ao aparelho do Estado capitalista.

Esse processo não ocorreu de maneira automática na CUT e com seus dirigentes, mas processou-se no decorrer das experiências políticas e sindicais vividas, durante a década de 1990, gerando novos entendimentos políticos, ideológicos e também econômicos, diante de enorme aparato sindical sob o comando dos dirigentes da Central. Elementos que resultaram em mudanças estratégicas na concepção e na organização da luta sindical no país e no surgimento de uma República sindical.

Outros elementos de ordem política devem ser agregados às mudanças ideológicas e organizativas no interior da Central. Primeiro, segundo Tumolo (2002), o significado da queda do socialismo em países do Leste Europeu, cujo símbolo foi a queda do muro de Berlim, na ex-URSS, e o fracasso da revolução sandinista na Nicarágua, que se constituíram em referências aos movimentos de esquerda, no Brasil; ademais, as derrotas eleitorais de Lula da Silva para a Presidência da República – foram três derrotas consecutivas, em 1989, 1994 e 1998 –, impactaram a maioria das organizações de esquerda, que compreenderam que os trabalhadores entraram num período de grandes derrotas e que, portanto, o capitalismo se fortalecera.

Esses são fatos que ajudam a compreender mudanças nas organizações de esquerda e na ação de sindicatos combativos. Existem outros elementos que justificam tais mudanças no interior da CUT, que reverberaram na luta dos trabalhadores no Brasil.

O Processo de burocratização, que tem resultado num sacrifício da democracia interna; permanência dos aspectos fundamentais da estrutura sindical oficial, apesar das tentativas de sua superação; política de relações internacionais que se manifesta pela filiação à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), viagens, contatos e cursos junto às centrais sindicais de linhagem social-democrata, que têm financiado várias atividades da CUT, inclusive as de formação sindical; disputa com outras centrais sindicais brasileiras, principalmente a Força Sindical; determina política interna que se expressa pela participação no entendimento nacional, nas câmaras setoriais, etc. (TUMOLO, 2002, p. 131).

Na visão dos dirigentes da CUT, parece ter ocorrido a seguinte ideia: se o capitalismo derrotou o socialismo, reestruturou o trabalho e conseguiu impor um novo ideário social com o neoliberalismo, então, só resta à esquerda buscar sobrevivência em ações que reformulem o capitalismo, que humanizem suas relações desiguais. Ou seja, diante dos governos fortes que se impuseram, há que se fazer pactos para conquistar o mínimo necessário para que o trabalho continue em situação de produção.

E a partir de 2002, essa concepção se consolida, pois, mesmo que a vitória eleitoral de Lula da Silva e do PT tenha um significado de empoderamento dos trabalhadores e de suas demandas, não significou uma alteração no regime, ou no modelo econômico, mas o seu aperfeiçoamento, o reajuste que o capital faz, em tempos de crise, para tentar se desenvolver. Foi um governo com aspectos diferentes dos anteriores, visto que a República sindical acenou com a possibilidade de dar prioridades tanto aos trabalhadores organizados quanto aos não organizados, política que não se confirmou na realidade.

Vale ressaltar que o estado do Pará vivenciou experiências políticas complexas sob os governos do presidente Lula da Silva e do PT (2003-2011), do governo do estado, com a governadora Ana Júlia Carepa, do PT (2007-2010), e até mesmo em sua capital Belém do Pará, com o prefeito Edmilson Rodrigues, também do PT (1996-2004)⁵⁹. Governos com diferenciações políticas importantes, apesar de serem comandados pelo mesmo partido, mas com origens semelhantes, porque foram constituídos por lideranças do movimento sindical, por

⁵⁹ Assim como o presidente Lula da Silva(PT), a governadora Ana Julia (PT) era sindicalista, bancária do Banco do Brasil e esteve à frente do sindicato dos Bancários no estado do Pará e o prefeito Edmilson Rodrigues (PT), professor, ex-dirigente do Sintepp, tiveram enormes projeções à frente de seus sindicatos e categorias, o que possibilitou ascensão a cargos eletivos políticos.

composição de sindicalistas nos cargos de confiança, que desenvolveram políticas, cada uma a seu tempo, que asseguraram o equilíbrio nas relações entre capital e trabalho, com a incorporação do movimento sindical ao aparelho do Estado. Foram governos de conciliação de classe.

O movimento sindical, especialmente o SINTEPP, vivenciou enormes contradições, numa linha que dividia a força de uma organização sindical cuja base era o sindicalismo combativo da década de 1980; portanto, eram, por um lado, a garantia de uma ação sindical independente de governos e, por outro, a tênue necessidade de assegurar a governabilidade dos governos dos sindicalistas, ditos progressistas, nos marcos da sociedade do capital.

A luta de classes soube resolver os impasses, ora colocando o SINTEPP na retaguarda das lutas em defesa dos trabalhadores da educação, no Pará, como ocorreu em Belém, onde a sua base, a sua categoria lutou em defesa dos seus direitos no governo de Edmilson Rodrigues (PT) mesmo com sua direção sindical dividida. Ora, essa mesma categoria, agora em nível estadual, empurrou sua entidade sindical para a vanguarda de suas lutas quando Ana Júlia (PT) era governadora, da mesma forma que lutou em defesa da previdência pública sob o governo Lula da Silva.

Um dos princípios de um sindicalismo de esquerda e classista é a independência do sindicato em relação aos partidos políticos e sua autonomia em relação aos governos. Princípios que marcaram a construção do sindicalismo cutista, na década de 1980, foram relativizados, na década de 1990, e abandonados a partir de o petismo assumir o comando do país.

Essa incorporação dos dirigentes da CUT à República sindical do governo Lula e do PT alterou, imediatamente, o calor das lutas no movimento sindical, o que criou cisões políticas no movimento: muitos sindicatos começaram a se desfiliar da CUT, como fez o SINTEPP, quando decidiu, em seu 18º Congresso Estadual, em 2008, pela desfiliação dessa Central.

O debate sindical, pautado pelo 18º Congresso Estadual do Sintepp, realizado em 2007, em Belém-Pa, foi polêmico, diante das resoluções em torno da atuação do Sindicato e da CUT. Primeiro, avaliou-se a situação econômica, política e social do país com o governo Lula da Silva/PT à frente, da mesma forma como se avaliou a situação conjuntural no estado do Pará, com Ana Júlia Carepa/PT governadora.

Foram oito propostas de resoluções inscritas (teses) e debatidas no 18º Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP), com o tema *Educação com qualidade e valorização profissional – Contra as reformas neoliberais*,

realizado nos dias 9, 10 e 11 de dezembro de 2007, na cidade de Belém (PA). Participaram do evento cerca de 1.800 delegados credenciados que, em sua grande maioria, deliberaram, nesse Congresso do SINTEPP, pela desfiliação do Sindicato da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores – PT ao governo aprofundou-se e acelera-se a adaptação da CUT à ordem estabelecida. A Central passa a ajudar o Governo Lula a cassar direitos trabalhistas e sociais, como ocorreu com as reformas da Previdência, Sindical e Trabalhistas, as PPP's (Parcerias Público-Privado), o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação), a lei antigreve a manutenção da CPMF, DRU e diversas outras leis e emendas constitucionais que têm como objetivo favorecer o setor privado em, detrimento do setor público e das políticas universas. [...] Nossa opinião é que devemos aprovar neste congresso a desfiliação do nosso sindicato da CUT. [...] A CUT compromete nossa organização e luta ao converter-se em agente direto do governo dentro do movimento. Por isso, a CUT não pode mais falar em nome do SINTEPP porque atua contra os trabalhadores da educação. Por isso torna-se necessário aprovar a desfiliação do SINTEPP da CUT. (SINTEPP, 2007 p. 25; p.95; p.121).

Essas resoluções vinham acompanhadas de uma política de reaglutinação da esquerda, no Brasil, com a criação de uma nova central sindical de esquerda, em face do processo de fragmentação das organizações dos trabalhadores, no país, que gerou uma dinâmica de reorganização sindical. Obviamente, teses contrárias a essas definições foram debatidas no referido Congresso do Sintepp.

Em nome da história de luta da classe trabalhadora, na qual a CUT está inserida, continuamos acreditando que é possível sim, mobilizar os nossos sindicatos e recolocar a CUT nos marcos de sua história de luta e compromisso com a classe trabalhadora. Não poderia haver uma desintegração maior dos trabalhadores e fragmentação da luta se, nesse momento, nos aventurássemos em uma nova central. Seria uma derrota para a nossa classe. (SINTEPP, 2007, p. 79).

A base dessas discussões, que gerou confusões diversas nas ideias e ações de sindicalistas e demais trabalhadores da educação, era se as lutas desencadeadas durante governos desse tipo fragilizariam tais governos, abrindo espaços para fortalecer a direita conservadora do país e, dessa forma, a guinada do PT e da CUT seria reversível; ou se as lutas necessárias contra as políticas desses governos, que em nada se diferenciava das políticas educacionais implementadas pelos governos anteriores, possibilitariam obter vitórias e arrancar mais direitos, considerando que a opção política desses governos, em aliança com a dita direita

conservadora, vinha fragmentando a classe trabalhadora e enfraquecendo suas lutas políticas e sindicais.

Esse dilema, presente no conjunto do movimento sindical, dividiu os trabalhadores e arrefeceu lutas unificadas. Dilema que, no interior do Sintepp, desde a direção, fez sucumbir o discurso e as ações unificadas.

4.2 BREVE QUADRO POLÍTICO E FINANCEIRO DAS CENTRAIS SINDICAIS NO BRASIL

A organização dos trabalhadores em Centrais Sindicais foi um bandeira de luta e uma necessidade do movimento sindical desde o surgimento dos sindicatos. Mesmo sem o reconhecimento por parte do Estado, os trabalhadores sempre buscaram essa estrutura de organização que, muitas vezes, foi cercada por diversos conflitos, pela necessidade do exercício da mais ampla democracia interna e pluralidade. Até que, na década de 1980, fruto das lutas democráticas e autônomas, houve a necessidade de os trabalhadores construírem uma central sindical que pudesse unificar diversas categorias de trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Outras tentativas de organização de centrais sindicais de trabalhadores ocorreram no Brasil. A primeira, em 1906, a partir do I Congresso Operário Brasileiro, cujos participantes, operários vindos de cidades onde se implantava a industrialização, no país, sentiram a necessidade de se unirem para a luta em torno da jornada de oito horas de trabalho, e decidiram construir uma central, a Confederação Operária Brasileira (COB).

O que se destaca na história da COB é sua forte politização e a garra que demonstrou nas inúmeras greves onde seus adeptos estavam presentes, desde 1º de maio de 1907 até a grande greve de São Paulo de 1917, com suas repercussões no Rio de Janeiro. Junto com sua forte ideologização, num tom violentamente anticapitalista, a COB se esmerou em garantir sua autonomia e independência frente ao Estado e aos patrões. Sua importância se deve mais ao fato de ter sido a primeira tentativa de grupalização sindical do que ao seu peso real. Neste tempo o peso numérico da classe operária era bem pequeno. Até o começo da década de 20, quando a COB deixou de existir sob os golpes de uma dura e permanente repressão à classe operária, que vai do começo da industrialização até toda a década de 20, o Brasil não chegava a ter duzentos mil trabalhadores urbanos. (GIANNOTTI; LOPES NETO, 1991, p. 10).

A segunda tentativa de criação de uma central sindical, no Brasil, pelos trabalhadores, ocorreu, em 1946, com a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

No ano de 45, reorganizaram-se os partidos políticos, houve eleições para a presidência da República e para a Assembleia Constituinte. O PCB foi legalizado, elegendo vários vereadores e deputados e Luís Carlos Prestes para o Senado. É nesta conjuntura que se abriram também possibilidades de mudanças sindicais. A classe operária já era bem mais numerosa, diversificada e enriquecida com as experiências das décadas anteriores. Do ponto de vista político-ideológico essa CGTB refletia a política do PCB na época. É o momento onde nasce e se desenvolve a visão populista e uma visão ideológica cheia de vaís e vens, que hoje ataca o Vargas ditador, amanhã sai às ruas gritando “Queremos Getúlio”; ontem ataca os patrões e amanhã propõe aliança com a burguesia nacional. Mas a CGTB não teve tempo de desenvolver suas potencialidades e contradições. Nove meses depois de sua fundação, a nova fase da repressão aos trabalhadores iniciada pelo Presidente Dutra colocou na ilegalidade a recém nascida Confederação. (GIANNOTTI; LOPES NETO, 1991, p.10-11).

A construção dessas organizações foi marcada ou pela defesa da autonomia do sindicalismo em relação ao Estado (COB) ou pela adaptação desse sindicalismo à estrutura oficial do Estado (CGTB). Tais políticas não ocorreram sem a interferência direta do Estado e dos patrões para neutralizar, cooptar e destruir qualquer ação sindical combativa que os trabalhadores pudessem desenvolver. Foram organizações que desencadearam lutas importantes dos trabalhadores, no Brasil, que favoreceram a posterior organização sindical e a luta por suas demandas.

O movimento sindical só vai ressurgir a partir das lutas e greves, dirigidas pelos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, em 1978, que organizaram greves, a começar de um forte trabalho de base, “silencioso, clandestino e persistente de aproximação de núcleos de resistências nas fábricas, bairros e sindicatos” (BATISTONI, 2010, p. 19), feito pelas oposições sindicais⁶⁰, em especial a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM) e, também, pela ação forte e combativa das lideranças sindicais, no ABC⁶¹ paulista. Experiências de organizações essas que deram início ao surgimento da CUT.

[...] duas grandes tendências confluíram nesta ação: de um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e

⁶⁰ “Após as derrotas sofridas no primeiro momento da ditadura (1964-1968), desenvolveram-se, de outro lado, as experiências das oposições sindicais. Surgiram com atuação restrita às raras situações e canais de contato com o conjunto dos trabalhadores, cerceados pela repressão e ocupados pela intervenção sindical, momentos de campanhas salariais ou eleições sindicais. Com atuação por fora da estrutura sindical, as nascentes oposições formularam quase um programa de ação com objetivos e princípios comuns, afirmando-se com existência e prática permanente nas fábricas e regiões industriais, diferenciando-se das frentes formadas para disputar eleições dos sindicatos.” (BATISTONI, 2010, p. 20).

⁶¹ São as primeiras letras dos nomes das cidades industriais no interior de São Paulo onde se localizaram os sindicalistas combativos no interior dos sindicatos dos metalúrgicos, nas cidades de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Núcleo originário do *novo sindicalismo*.

transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do novo sindicalismo. De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações as mais adversas, vinham as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábricas, independentes da estrutura sindical. [...] Foi, portanto, destas duas grandes tendências – heterogêneas, quando contrapostas uma à outra, e muito diversas também quando examinadas na sua interioridade, uma vez que aglutinavam grupamentos vários – que nasceu o projeto de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (ANTUNES, 1995b, p. 28-29).

Importante ressaltar que a criação da CUT, que juntou organizações importantes dos trabalhadores da cidade e do campo, foi um ponto de inflexão no sindicalismo oficial, atrelado à estrutura do Estado e financiado por ela, visto que o programa da CUT ressaltava posição contrária ao denominado sindicalismo de Estado do período anterior.

A CUT caracterizou-se, desde suas origens, como uma central que apontava a ruptura com o sistema capitalista vigente. A CUT é o resultado do acúmulo das lutas que eclodiram no final dos anos 70, que se caracterizaram pela marca da independência de classe e pelo confronto com a classe patronal. Sua característica é a radicalidade classista. Seu ideário está nitidamente em contraste com o ideário da Força Sindical. Enquanto esta defende claramente o capitalismo, a CUT nasceu de uma base radicalizada no confronto capital x trabalho, visto e assumido como um confronto de interesses de classes opostas e irreconciliáveis. (GIANNOTTI, 1993, p. 64-65).

O processo de consolidação da CUT foi rápido, devido a combinação de crise econômica, política e social no país, muitas lutas de trabalhadores se desenvolveram e mesmo sem o reconhecimento legal, passou a ser aceita pelos diversos governos e patrões, mas principalmente pelos trabalhadores organizados.

Quando tomou posse, em 2003, Lula prometeu, segundo Maria Celina D'Araújo (2009), implementar uma reforma sindical e outra trabalhista no país que garantisse a liberdade de organização e representação dos trabalhadores e a não interferência do Estado nos sindicatos. Mas, de fato, mantiveram-se as bases da antiga organização sindical oficial com a interferência do Ministério do Trabalho, o financiamento do Estado, pela via do imposto sindical, aos sindicatos, e a unicidade sindical. Na prática, o Fórum Nacional do Trabalho, criado por Lula e já mencionado anteriormente, conseguiu aprovar, em sua composição tripartite entre governo,

patrões e sindicatos, a legalização das centrais sindicais e o seu financiamento por meio de financiamento público.

A regulamentação das centrais sindicais, que passaram a receber recursos públicos para sua manutenção, foi uma decisão-chave, pois deu mais poder às cúpulas sindicais que controlavam e ainda controlam estruturas sindicais consolidadas. Mais do que isso, as centrais, por decisão polêmica do presidente da República, em maio de 2008 deixaram de ser obrigadas a prestar contas ao Tribunal de Contas da União.⁶² Os líderes e dirigentes dessa estrutura sindical corporativa continuaram a se fortalecer como interlocutores junto ao governo na discussão de políticas públicas relacionadas aos direitos do trabalho e a questões sociais, ganhando cada vez mais visibilidade com o governo Lula. (D' Araújo, 2009, p. 73).

Interessante observar que o cupulismo sempre foi alvo de críticas pela CUT, desde o seu nascimento, porque significa, na prática, transferir para as centrais, federações e confederações os direitos de negociação e decisão que cabe aos sindicatos. E mais, significa fortalecer o verticalismo, o burocratismo das centrais, enfraquecendo a autonomia dos sindicatos, que são organizações de base e, portanto, dos trabalhadores.

O reconhecimento jurídico e político feito pelo governo do presidente Lula da Silva, em 2008, num momento em que a CUT, que era a principal central sindical no país, manifestava alinhamento incondicional ao governo, solidificou uma estrutura sindical burocrática e agora, com enorme financiamento por parte do Estado. A CUT integrava a República sindical no governo Lula.

Vejamos a relação das centrais sindicais existentes no Brasil, sua representatividade na base, de acordo com o número de filiados reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e suas influências político partidárias, considerando o peso de representação e organização que um partido político tenha numa entidade sindical. Os dados são do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em 1º de abril de 2017.

⁶² “As centrais sindicais foram legalizadas pela Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008. O presidente Lula, pela Mensagem 139, da mesma data, vetou o artigo 6 dessa Lei, que determinava que as centrais prestassem contas ao TCU.” (D' ARAÚJO, 2009, p. 73, Nota de Rodapé 34).

TABELA 4 - REPRESENTAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS OFICIAIS NO BRASIL

Nome da Central	Representatividade (%)									Influência Partidária
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	335,84	336,79	338,23	338,32	636,7	535,6	334,39	33,67	30,40	PT
União Geral dos Trabalhadores (UGT)*	66,29	77,19	77,19	77,89	111,30	111,20	111,92	11,67	11,29	PSD
Força Sindical (FS)	112,33	113,1	113,71	114,12	113,70	113,80	212,59	12,33	10,08	PDT
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	55,09	66,12	77,55	77,77	99,2	99,2	99,33	9,13	10,08	PCdoB/ PSB
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)	*-	*-	*-	*-	*-	*3,2	4,7	7,43	8,15	PMDB, PDT e PSB
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	66,27	55,47	66,69	77,04	88,1	88,1	88,01	7,84	7,45	Supra-partidária
CSP CONLUTAS	--	--	--	--	-1,67	-2,35	-2,17	-	2,25	PSTU, PSOL
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	55,02	55,02	55,04	77,02	33,08	*2,98	22,97	-	1,88	PPL(ex-MR8)
Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores (CBDT)	--	--	--	--	-0,53	--	0,35	-	0,67	-
PÚBLICA	--	--	--	--	--	--	--	-	0,13	-
Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil	--	--	--	--	--	--	00,01	-	0,01	-
INTERSINDICAL	--	--	--	--	--	--	--	-	0,01	PSOL
União Sindical dos Trabalhadores (UST)	--	--	--	--	-0,01	--	-0,01	-	0,01	Apartidária
Sem declaração de filiação//Centrais não cadastradas									17,6	

Fonte 1: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/component/content/article?id=17053>. Acesso em: 01 abr.2017.

Fonte 2: Assessoria de Imprensa do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/new/index.php/sala-de-imprensa/clipping/934-divulgada-relacao-das-centrais-sindicais-certificadas-para-2016>. Acesso em: 01 abr.2017

*Fusão da CGT, SDS e CAT. A CGT, fundada em abril de 1986, transformou-se em CGT/Confederação em 1988.

Os dados levantados, a partir do *site* do Ministério do Trabalho e das demais organizações consultadas, para 2016, mostram que o número de sindicatos ligados às centrais

sindicais somaram 10.926 entidades, que reuniram um total de 12.757.121 trabalhadores sindicalizados.

TABELA 5 –AFERIÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS EM 2016

CENTRAIS	SINDICATOS FILIADOS	PERCENTUAL	TRABALHADORES FILIADOS	PERCENTUAL
CUT	2.319	21.22%	3.878.261	30.40%
UGT	1.277	11.69%	1.440.121	11.29%
FS	1.615	14.78%	1.285.348	10.08%
CTB	744	6.81%	1.286.313	10.08%
CSB	597	5.46%	1.039.902	8.15%
NCST	1.136	10.40%	950.240	7.45%
CONLUTAS	105	0.97%	286.732	2.24%
CGTB	217	1.99%	239.844	1.88%
CBDT	94	0.86%	85.299	0.67%
PÚBLICA	21	0.19%	16.580	0.13%
UST	6	0.05%	791	0.01%
CUSPB	3	0.03%	875	0.01%
INTERSINDICAL	1	0.01%	1.739	0.01%
Centrais não cadastradas	2.791	25.54%	2.245.076	17.60%
	10.926	100%	12.757.121	100%

Fonte: Ministério do Trabalho. Cadastro Nacional de Entidades Sindicais.

Disponível em: <http://trabalho.gov.br/cadastro-de-entidades-sindicais/cadastros-nacional-de-entidades-sindicais/consulta-de-afericao-das-centrais-sindicais>. Acesso em: 01 abr. 2017

O Brasil tem hoje um número de 13 (treze) centrais sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho sendo seis com certificação e sete que não possuem ainda registro definitivo, de acordo com o artigo 4º, da Lei nº 11.648/2008, a entidade associativa de direito privado, composta por organizações sindicais de trabalhadores deve cumprir pelo menos quatro requisitos para adquirir sua certificação e, assim, poder representar os trabalhadores brasileiros em fóruns tripartites, conselhos e colegiados, além de receber parte do dinheiro da contribuição sindical dos trabalhadores, o imposto sindical anual.

Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do caput do art. 1º desta Lei, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional. (BRASIL, 2008).

Os dados mostram o surgimento de outras novas centrais sindicais, mas constatam que a CUT continua influenciando a maioria dos trabalhadores organizados no país, pois, mesmo com a queda na sindicalização, é oficialmente a maior central e a que mais arrecada também. Isso significa que a CUT e o PT parecem manter importante influência sindical sobre os trabalhadores organizados em suas diversas categorias e que, por isso, aumenta sua responsabilidade sobre os rumos das lutas dos trabalhadores.

Fica demonstrada a força da maior central sindical do Brasil, em números, em influência política, em organização. Uma organização que se manteve presente e atuante na República sindical e que parece ter assegurado, ao mesmo tempo, certo controle numérico sobre sua base. Essa é uma demonstração de que, no campo sindical, a experiência dos trabalhadores com suas organizações é um processo que segue aberto. Pode ser verificado e analisado sob vários aspectos: pelo peso do aparato da estrutura sindical, pela marca da história recente de constituição da CUT, pelo processo de alienação do trabalho, que levou à fragmentação do processo produtivo e dos trabalhadores; pelo controle ideológico no processo de captura da subjetividade, como afirma Alves (2011); pela despolitização dos processos de organização e mobilização vistos na década de 1990. Enfim, é preciso acompanhar a experiência dos trabalhadores organizados com suas direções sindicais.

Um aspecto que deve ser observado é o crescimento de organizações sindicais que podem demonstrar intensa fragmentação sindical, com criação de entidades sem representatividade e pouca intervenção social, que parecem ter o objetivo de apenas participar da divisão do bolo do imposto sindical. Existem sindicatos que se desfiliam da CUT por não concordarem com os rumos da Central na defesa dos governos do PT e de suas políticas, perdendo sua autonomia e organização das lutas; um exemplo foi o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará (SINTEPP).

Mas outras entidades romperam, criaram suas centrais e em nada se diferenciaram politicamente da CUT, pois atuam conjuntamente, defendendo a mesma política e orientação para o governo Lula da Silva, compuseram a chamada República sindical, participaram dos

conselhos, cargos, fóruns e estiveram à frente dos sindicatos, fortalecendo a conciliação dos interesses entre as classes.

O Brasil chama a atenção pelo número de entidades sindicais de trabalhadores. Uma pesquisa feita pelo IBGE em 2001 resultou em 13.203 sindicatos, dos quais 9.186 tinham registro no Ministério do trabalho e Emprego. Onze anos mais tarde, em 2012, este mesmo ministério registra 9.954 instituições com certificado ativo, aproximadamente 8% a mais de sindicatos em onze anos. Qual o significado da ampliação do número de sindicatos? Está-se diante de processos de saudáveis organizações de novas bases sindicais ou se trata de fragmentação de forças? Opera-se com a hipótese de que boa parte da divisão organizativa, processo que se observa no interior dos sindicatos de trabalhadores, corresponde a uma fragmentação em decorrência de lutas por espaços políticos, por verbas do imposto sindical, por divisão territorial e por puro corporativismo, o que não implica em elevar a capacidade de luta da estrutura como um todo. O vertiginoso surgimento de centrais sindicais após o ano 2000 fornece força cabal ao argumento da fragmentação. (DAL ROSSO, 2013, p. 39).

Sem dúvida, a criação de entidades sindicais que tentassem fragmentar ainda mais a organização dos trabalhadores, como foi a criação, no governo Collor de Melo, da Força Sindical, em 1991, objetivou substituir a interlocução do movimento dos trabalhadores com o governo e os patrões, a partir do Fórum de Entendimento e a política de pacto do governo Collor, ao mesmo tempo que tentativa enfraquecer a CUT.

Outra experiência de apoio político governamental na criação de entidades que pudessem disputar o protagonismo de entidades classistas combativas foi a organização do Fórum dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior (PROIFES), em 2004, organização sindical criada, segundo Kênia Miranda (2011), em reuniões com representantes do governo Lula, na ocasião, Tarso Genro/PT (Ministro da Educação) e Fernando Haddad/PT (que substituiria Tarso Genro no Ministério da Educação, em 2005). Tal articulação foi denunciada pelo dossiê organizado pelo Andes-Sindicato Nacional, em 2004, que denunciava a clara interferência do governo Lula na criação de um sindicato usado pelo governo para negociar, em nome dos trabalhadores docentes das instituições federais de ensino superior, organizados pelo Andes-SN que se desfilou da CUT em 2004.

Concordando com Dal Rosso (2013), existe ainda outro elemento impulsionador de tamanha fragmentação, além do elemento político que significou a incorporação da CUT, da CTB e outras centrais sindicais ao governo de Lula da Silva: foi a fatia do imposto sindical, visto que, em 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resolve regulamentar nova

forma de distribuição da contribuição sindical por meio da Portaria MTE nº 188, de 29 de janeiro de 2014.

Art. 2º Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, para as entidades representantes de empregados e empregadores:

- a) 60% para o sindicato respectivo;
- b) 15% para a federação;
- c) 5% para confederação correspondente; e
- d) 20% para Conta Especial Emprego e Salário.

Parágrafo único: O Sindicato dos trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado, que fará jus a 10% (dez por cento) dos créditos da repartição da Contribuição Sindical inseridas na letra d, do Art. 2º, (BRASIL. MTE, 2014).

O recebimento de referida contribuição sindical pelas centrais sindicais, federações, confederações e sindicatos movimentada, anualmente, valores que podem ser considerados extremamente recompensadores para os dirigentes de entidades sindicais gerais que atuam na cúpula das centrais, burocratizados pela necessidade de administração de tão gratificante pagamento oferecido pelo Estado dos valores compulsórios retirados anualmente do salário do trabalhador, mesmo os que não são sindicalizados. Vejamos alguns números, oferecidos pelo Ministério do Trabalho, desde a promulgação da Lei que oficializou a existência das centrais.

QUADRO 2 – ARRECADAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DAS CENTRAIS SINDICAIS COM REGISTRO NO MTE.

ANO	VALORES EM R\$					
	CUT	UGT	FS	CTB	CSB	NCST
2008	22.093.259,73	10.073.384,78	17.096.927,31	3.349.215,49	-	-
2009	26.778.887,84	13.615.631,24	22.687.289,41	4.668.055,04	-	-
2010	31.978.033,80	17.317.067,69	28.967.191,59	6.493.579,54	-	-
2011	38.282.532,84	21.678.298,53	35.068.012,05	7.782.025,94	-	-
2012	45.681.128,11	26.623.725,81	41.814.618,86	8.986.388,81	-	-
2013	51.138.975,90	32.253.560,30	47.021.251,81	10.225.761,97	-	-
2014	56.897.845,23	39.999.023,18	48.183.037,51	11.988.532,90	-	-
2015	59.098.655,95	44.286.772,45	47.437.760,39	13.525.497,44	8.142.795,55	24.971.822,36
2016	59.808.212,30	15.350.969,80	46.641.750,30	15.350.969,80	12.510.352,51	23.337.910,35
	391.757.531,7	221.198.383,78	334.917.839,23	82.370.026,93	20.653.148,06	48.309.732,71

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego. *Arrecadação da contribuição sindical.*

Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/cont_sindical/arrecadação-da-contribuição-sindical-2.htm. Acesso em: 04 mar. 2017.

Os números do Ministério do Trabalho mostram os valores que as seis centrais sindicais arrecadaram durante os nove meses de implementação da Lei que regulamentou a transferência de parcelas de imposto sindical por elas amealhado, no país, totalizando R\$1.099.206.662,41 (um bilhão, noventa e nove milhões, duzentos e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos) transferidos dos cofres públicos. Retirados compulsoriamente dos trabalhadores, sindicalizados ou não, esses não viram tal quantia revertida nas lutas autônomas das organizações nacionais em prol de suas demandas, visto que as principais centrais sindicais alimentaram-se das benesses patrocinadas pelos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef, do PT, para assegurar a tão cobiçada governabilidade.

A CUT é uma das centrais sindicais oficiais que afirma não concordar com o recebimento do imposto sindical⁶³, como manifestado nas diversas campanhas contra o imposto sindical⁶⁴ mas é a Central que mais arrecada. Isso porque sua proposta é de substituição do imposto sindical pela contribuição sindical. Ou seja, a CUT não é contrária ao financiamento do sindicato pelo Estado, lógica que interfere sobremaneira na autonomia da entidade perante o Estado. Concordamos com Sérgio Costa (1986) quando ressalta a obrigatoriedade da cobrança do imposto sindical pelos sindicatos e centrais sindicais:

Este imposto sindical, ao nosso ver, é prejudicial aos trabalhadores em todos os sentidos. Em primeiro lugar pelo fato de que, embora seja de direito coletivo, ele é uma afronta ao direito individual, pelo seu aspecto autoritário. Em outras palavras, é *facultativo* ao indivíduo associar-se ao sindicato. Porém, é *compulsória* a "contribuição" financeira para a entidade de representação profissional. Tal obrigatoriedade implica a própria negação da liberdade sindical. Na medida em que o Estado obriga o indivíduo a pagar o imposto sindical, está coibindo legalmente o trabalhador de recusar-se a colaborar financeiramente com um organismo de que ele, por vezes, pode não querer participar ou com o qual não concorda. Se o indivíduo é livre para ser sindicalizado ou não, também deveria ter a liberdade para decidir se quer ou não contribuir financeiramente para a entidade de representação profissional. (COSTA, 1986, p. 81).

Além da obrigatoriedade do desconto anual ao imposto sindical, a pessoa filiada ao seu sindicato profissional também contribui mensalmente para a entidade de base e as gerais. Esses valores também são transferidos à central sindical, federação e confederação à qual o referido

⁶³ Este tributo sindical foi regulamentado, em 1940, por intermédio do Decreto-lei nº 2.377, que dispunha sobre o pagamento e a arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos integrantes das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades. Tal imposto foi disciplinado, desde 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho, pelos arts. 578 a 610.

⁶⁴ *Diga NÃO ao imposto sindical*. Disponível em: <http://diganaoaimposto.cut.org.br/apresentacao/>. Acesso em: 12 out. 2016.

sindicato profissional for filiado. Por exemplo, o Sintepp arrecada 2% do salário base mensal de cada filiado, conforme autorização redigida e assinada e sua ficha de filiação.

Pelos valores acima relacionados de recebimento do imposto sindical, vale ressaltar que seu recolhimento se aproximava, no final do ano de 2016, de quase 400 (quatrocentos) milhões de reais, nos últimos nove anos, só com esse imposto, fora a arrecadação de 2,2% mensais (como prevê o estatuto da Central) dos seus sindicatos filiados, que somam 2.319, que disponibilizam para a CUT Nacional parte de suas receitas. Podemos constatar que a atividade sindical, no país, é um negócio lucrativo.

No mesmo rol de lucratividade, vimos surgir, na burocracia sindical encastelada na república sindical do PT e seus aliados, os dirigentes de Fundos de Pensão⁶⁵. Foram identificados, na pesquisa de Maria Celina D'Araújo (2009), 86 gestores dos três principais fundos de pensão do país, nomeados no período de 1999 a 2008, desde o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) até os governos de Lula da Silva (2003 a 2010).

A Previ, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, [...] possui 16 dirigentes titulares e 10 suplentes. Em termos numéricos, a Previ é considerada o maior fundo de pensão do Brasil. Seus participantes, em dezembro de 2008, eram 175.995, e seus investimentos eram da ordem de R\$ 116.7 bilhões. A Petros, da Petrobrás e Braspetro, [...] perfazendo um conjunto de 14 dirigentes e 10 suplentes. A Petros é tida como o segundo maior fundo de pensão brasileiro. Em novembro de 2008 o total de participantes era da ordem de 128 mil, e seu patrimônio girava em torno de R\$ 39,2 bilhões. A Fundação do Economistas Federais, a Funcef [...] num total de 16 dirigentes titulares e 10 suplentes. No fim de 2008 seu patrimônio ativo era superior a R\$ 34 bilhões e o número de participantes chegava a mais de 100 mil. (D'ARAÚJO, 2009, p. 74-75).

Esses fundos de pensão foram fundamentais nos processos de privatização patrocinados pelos governos: “Desde os anos de 1990 estão na agenda de preocupações do PT. O partido e os sindicatos brasileiros, de início arredios em participar dessa atividade caracterizada como engrenagem do capitalismo financeiro global começaram a mudar de ideia.” (D'ARAÚJO, 2009, p. 75). Os dirigentes do PT e da CUT começaram a fomentar a necessidade de investir em fundos de pensão, como uma espécie de economia social.

⁶⁵ *Fundo de pensão* “é uma fundação ou uma sociedade civil que gere o patrimônio de contribuições de participantes e patrocinadora com o objetivo de proporcionar rendas ou pecúlios. No Brasil são chamados de Entidades fechadas de previdência complementar.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_de_pens%C3%A3o.

A presença de sindicalizados na gestão desses fundos sempre foi alta e aumentou significativamente com o governo Lula. [...] No grupo de 86 dirigentes de fundo de pensão chegamos a 22,1%. O percentual de dirigentes filiados a partidos em cada um desses fundos varia de 17 a 21%, [...] verificamos que 19 são filiados ao PT. Entre eles a maior fatia (oito) cabe à Previ. [...] Sobre filiações a sindicatos [...] a filiação era de 40,8%, e entre os dirigentes de fundo de pensão é maior que 50% dos cargos nos casos da Previ e da Petros. A Funcef apresenta o menor índice de sindicalizados, ou seja, apenas 10 das 24 pessoas ali identificadas, cerca de 40%. (D'ARAÚJO, 2009, p. 76).

Podemos considerar que a atuação dos dirigentes sindicais nos cargos de direção dos governos e dos fundos de pensão puderam aproximar as demandas dos trabalhadores da administração pública, mas favoreceram em grande medida os interesses corporativos dos dirigentes da referida República sindical e suas organizações, muitas vezes em detrimento dos direitos e demandas dos trabalhadores de um modo geral.

Enquanto isso, prefeitos e governadores dizem não poder pagar o piso salarial dos professores por conta da propalada crise econômica. O governo federal, nos governos petistas, reduziu percentuais e valores pagos ao seguro desemprego, às pensões, aos salários de servidores e repasses às áreas sociais, enquanto a arrecadação das centrais sindicais oficiais só aumentou.

4.3 PERSPECTIVAS E LUTAS DOS TRABALHADORES NO BRASIL

As medidas econômicas e políticas dos governos Lula e Dilma, portanto, dos governos do PT, significaram a continuidade do fortalecimento do programa neoliberal no país. De tal forma que houve o que podemos definir como aprofundamento da crise social, expressa pela crise na saúde pública brasileira, com surtos de doenças anteriormente eliminadas, como tuberculose, dengue, doenças de chagas, além das precariedades no atendimento à população decorrente da falta de médicos e da precária estrutura de funcionamento das unidades de saúde; a crise na educação pública, revelada pelos baixos indicadores produtivistas, mas também pelas denúncias que o movimento docente faz em suas greves anuais e mobilizações diárias; crise em segurança pública, moradia, saneamento... Enfim, os setores sociais, no Brasil, não atendem às reais necessidades da população pobre, que usa majoritariamente os serviços públicos.

Segundo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2010), 25% da população brasileira vivia em condição de pobreza e 7%, em condição de indigência, no ano de 2009, no Brasil. Em números absolutos, eram aproximadamente 47,5

milhões e 13,3 milhões de pessoas, respectivamente, em condição de pobreza e indigência. A pobreza é também um reflexo da extrema desigualdade existente no país.

Os dados do próprio governo, mesmo com as mudanças nos cálculos que medem a pobreza no Brasil, informam que houve uma diminuição do número de pobres indigentes no país, fruto das políticas compensatórias de transferência de renda do governo federal aos mais pobres, como o programa Bolsa Família que paga, atualmente, o mínimo de R\$70,00 mensais às famílias sem renda.

Mesmo com a pronunciada redução da pobreza e da desigualdade nos anos 2000, o Brasil ainda se consolida como uma das nações mais desiguais e com o maior número de pobres do planeta. Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas* (PNUD, 2010), o coeficiente de Gini (coeficiente que mede as desigualdades estatisticamente) para a desigualdade de renda no país (0,55) era inferior ao de poucos países do mundo, todos com baixo padrão de desenvolvimento humano, como Bolívia, Botswana e Namíbia.

Por outro lado, de 2003 a 2010, nos governos de Lula da Silva, “o lucro líquido de uma amostra de nove bancos (entre eles, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) somou R\$174,075 bilhões entre 2003 e 2010, em valores nominais.” (NOVO, 2011). Corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), essa cifra pula para R\$199,455 bilhões, batendo de longe os resultados registrados nos últimos 10 anos anteriores.

As diversas categorias de trabalhadores do serviço público e no setor privado fizeram greves permanentes, desde 2003 até agora. Segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre 2004 e 2007, o número de greves cresceu 4,7%. Das 1.237 greves que ocorreram nesse período, 54,4% foram feitas por funcionários públicos e de estatais. Os servidores foram responsáveis por 82% das 28,5 mil horas paradas registradas em 2007, quando foram contabilizadas 316 greves, das quais 161 (51%) no setor público.

O principal item da pauta de reivindicação das paralisações ocorridas entre 2004 e 2007, segundo levantamento do DIEESE (2008), foi o reajuste salarial, o que mostra a insatisfação com os baixos salários no país. Outro item de destaque entre os pedidos dos servidores se relaciona ao plano de cargos e salários. Foram greves em diversas categorias do serviço público federal da administração direta, trabalhadores dos correios, bancários, petroleiros, previdenciários, docentes e servidores das universidades federais, dentre outras categorias.

Em 2008, o DIEESE (2009) registrou 411 greves, que representaram 24,6 mil horas com suspensão do trabalho em todo o país. Foi o maior número de paralisações registradas em um ano desde 2004. Pela primeira vez nos últimos cinco anos, o número de greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (224) superou o registrado na esfera pública (184). Foram registradas, ainda, três mobilizações que reuniram trabalhadores de ambas as esferas.

O DIEESE (2010) registrou a ocorrência de 518 greves em 2009 e 466 em 2010. Esses resultados mostram o aumento no número de greves em relação ao verificado em anos anteriores. Em 2009, o total de greves foi 26% maior que o ocorrido em 2008, enquanto, em 2010, o total foi 14% menor que o de 2009. Em 2009, o número de greves realizadas por trabalhadores na esfera privada (266) superou o da esfera pública (251). Em 2010, ao contrário, o número de greves na esfera privada (176) foi inferior ao encontrado na esfera pública (269). “Entre as greves realizadas por trabalhadores na esfera pública (que aumentaram 7%), houve crescimento no número de paralisações ocorridas nos âmbitos federal (de 15, em 2009, para 23, em 2010) e municipal (de 91, em 2009, para 122, em 2010).” (DIEESE, 2010, p.2).

O DIEESE (2012) registrou, ainda, um número de 466 greves, em 2010, e de 554, em 2011, número 24% maior que o do ano anterior. Esses resultados confirmam a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2002.

Em 2011, merecem destaque as greves iniciadas pelos trabalhadores da construção civil nas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, na Amazônia. Eles paralisaram suas atividades exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho. O movimento chegou a alcançar 35 mil trabalhadores e preocupou o governo com relação ao atraso nas obras das usinas, que fazem parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Foi uma greve fortemente reprimida pelo governo Dilma Rousseff (PT), com a Força Nacional de Segurança e pela empresa responsável pela obra. Com a mesma referência, registra-se a greve dos bombeiros, no Rio de Janeiro, e de policiais militares, na Bahia e em diversos estados do país.

Em 2012, o DIEESE (2013) também mostrou a ocorrência de 873 greves. O resultado confirma a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2008. As informações da série histórica também revelam que o total de greves cadastrado em 2012 é o maior verificado desde 1997. Vale a pena ressaltar a forte greve no serviço público federal, em meio ao processo de eleições gerais no país. “O total de horas paradas nas greves da esfera pública (65,4 mil) superou substancialmente o registrado na esfera privada (21,2 mil). Em termos proporcionais, as horas paradas na esfera pública representam 75% do total anual” (DIEESE, 2013, p. 3).

O ano de 2013 superou todos os recordes: foram registradas 2.050 greves, segundo o DIEESE (2015). Um crescimento de 134% em relação ao ano anterior. Foi o ano em que ocorreu um processo de forte irrupção social, com multitudinárias mobilizações encabeçadas pela juventude, que influenciaram e mobilizaram os trabalhadores e a população de um modo geral, no Brasil. O ano de 2013 consolidou uma conjuntura que vem se impondo com mais força desde 2011, a partir das greves iniciadas nas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e que é parte de uma combinação de fatores que podemos verificar no conjunto dos trabalhadores em todo mundo.

A Europa estava em forte crise econômica, em 2013, com 10 países em recessão na União Europeia (EU) como: Holanda, Espanha, Checoslováquia, Grécia, Itália, Chipre, Hungria, Portugal, Finlândia e Luxemburgo, e 26 milhões de desempregados. No Oriente Médio, seguia a luta do povo sírio contra o ditador Bachar al Assad; também as lutas na Tunísia, no Egito e na Palestina. É importante registrar, ainda, as greves na Índia, na África do Sul, na China, na América Latina e as massivas marchas dos estudantes no Canadá.

As mobilizações que cercavam o planeta de contestação política contra os ajustes econômicos que retiravam direitos, contra o desemprego e a fome; a ditadura e a guerra; contra as políticas de austeridade recomendadas pelos organismos internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, que com muita força atingiram o Brasil em 2013.

Num espetacular processo de mobilização social, milhares de jovens e trabalhadores tomaram as ruas do país, protestando contra o aumento de tarifas de ônibus em várias capitais, obrigando os governos estaduais e municipais e até mesmo o governo federal, do PT, a revogarem o aumento nas tarifas de transporte público.

Os meios de comunicação falavam em cerca de 350 cidades (capitais, médias e pequenas) e mais de 12 milhões de pessoas que foram às ruas, fazendo explodir uma rebelião, por meio da combinação de elementos, que tinha a ver com a forte crise da economia, mais a indignação com os gastos na Copa do Mundo, no Brasil, em 2014. Expressou também o repúdio com a corrupção e com o modelo econômico e político; com o governo do PT e diversos governos estaduais e municipais; com o regime capitalista responsável pela crise na saúde e nos serviços públicos, além da repressão às lutas e da criminalização da pobreza.

Um movimento toma forma, com uma forte característica comum – para o bem e para o mal: é constituído em sua maior parte por jovens que tem aversão aos meios institucionais, como os partidos políticos [...] Articulam-se em redes, em relações de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à

tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda. Tudo isso ajuda a construir um conjunto de condições subjetivas para junho de 2013. Contudo, é impossível não citar o conjunto de condições objetivas que, acrescidas das primeiras, subjetivas, criam a combustão social a que assistimos, com mais de doze milhões de pessoas indo às ruas protestar. (JUDENSNAIDER, 2013, p.14; 15).

A contestação vinda das ruas, contrária à inflação, ao aumento do transporte, à má qualidade da saúde e da educação, ao arrocho salarial, às privatizações, à realização do Mundial de Futebol esbanjando dinheiro público, aos atos de corrupção, à repressão policial, ao desrespeito pelos direitos humanos, ao regime capitalista, aos políticos em geral, foram manifestações permanentes em todo o mês de junho. Ainda que com idas e vindas, o controle da situação dos “de cima” se tornou mais precário e difícil.

Diferentemente de outras ocasiões, os governantes foram obrigados a fazer concessões ao movimento e até se pautaram pelas pressões que vinham das ruas. Houve prisão de parlamentar por corrupção,⁶⁶ rejeitaram a PEC 37/2011⁶⁷, modificaram projetos e propostas feitas pelos governos federal, estaduais e municipais.

Uma das grandes recusas apresentadas nas manifestações foi, sem dúvida, a crítica à copa do mundo tendo como bandeira o descaso com a saúde e a educação do país: *Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA*. Daí que os estádios em que se realizariam as partidas de futebol envolvendo a Copa das Confederações serem uns dos alvos. Amadurecimento político do Brasil? Sim, decerto. Num país que tem o futebol como uma das marcas mais nítidas da sua cultura, o questionamento para com os preparativos do Mundial de futebol podem ser sintomas de certo amadurecimento da consciência política. Porém, isso era apenas a ponta do iceberg. Parece que o foco realmente era a saúde e a educação pública. A ferida foi aberta, já que foi posto o despreparo do país em sediar eventos de grande repercussão mundial sem uma infraestrutura mínima, não obstante o fato de nosso país não conseguir sequer cuidar dos seus cidadãos naquilo que diz respeito a necessidades básicas como saúde e educação: *Quando seu filho ficar doente leve ele ao estádio*, dizia alguns cartazes das mobilizações (SILVA NETO, 2013, p. 26. Grifos do autor).

As mobilizações de junho de 2013 influenciaram negativamente os governantes, em todos os níveis, questionando políticos e partidos. O ano de 2014 também apresentou aspectos

⁶⁶ O deputado Natan Donadon (ex PMDB de Rondônia) foi preso, no dia 28 de junho de 2013. Ele foi o primeiro parlamentar preso durante o exercício do mandato, desde a Constituição de 1988, e foi condenado a 13 anos e quatro meses de prisão por formação de quadrilha e peculato.

⁶⁷ O Plenário da Câmara Federal rejeitou, no dia 25 de junho, por 430 votos, 9 contra e 2 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/11, do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), que atribuía exclusivamente às polícias federal e civil a competência para a investigação criminal. Todos os partidos recomendaram a rejeição do texto.

significativos pelo aumento de greves em diversas categorias, como os garis do Rio de Janeiro, que realizaram greve em pleno carnaval carioca, assim como professores, motoristas de ônibus, policiais militares e servidores universitários. Enfim, foram inúmeras mobilizações, dessa vez, estaduais e municipais, que se repetiram, com as greves dessas categorias, em 2015 e 2016, demonstrando que as situações de instabilidade colocadas no país reforçam a análise de que a crise econômica do capitalismo também provoca crise de dominação política, visto que os de baixo já não querem ser dirigidos, da mesma forma, pelos de cima, diante de uma forte crise social.

Diante de uma forte crise econômica do capitalismo que levou o país à recessão econômica profunda, com um Produto Interno Bruto (PIB)⁶⁸ negativo, como o de 2015⁶⁹, aumento dos preços das mercadorias com a inflação⁷⁰ e do desemprego, que alcançou, em 2015, por exemplo, 12%, em São Paulo, 15,5%, na Bahia, e um quadro permanente de aumento pelos estados do país, como apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

No âmbito da economia, o país chegou a 2016 em forte recessão, com crescimento negativo do Produto Interno Bruto⁷¹, com elevado grau de endividamento público⁷² e forte crise social⁷³. A crise social crônica instalada no país provoca enormes convulsões sociais.

O petismo não foi capaz de alterar essa realidade em favor dos trabalhadores e da população mais excluída, mesmo com seus programas de transferência de renda que atenderam, no caso do bolsa família, cerca de 14 milhões de beneficiados⁷⁴.

O Brasil conta com mais de 11,1 milhões de desempregados. Segundo dados do IBGE, divulgados em abril de 2016, o número de trabalhadores sem emprego aumentou em 22,2%, ou

⁶⁸ Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país (SANDRONI, 2005, p. 641).

⁶⁹ O valor do PIB ficou em 3,8%, segundo dados do IBGE (2016a).

⁷⁰ Aumento persistente dos preços em geral, de que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda (SANDRONI, 2005, p. 426).

⁷¹ Segundo o boletim *Focus* (2016), publicado no Portal Brasil, a projeção negativa do PIB é de 3,18%.

⁷² Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), o endividamento passou de 57,2%, em 2014, para 66,2%, no fim de 2015, de acordo com a Agência Brasil, em 2016.

⁷³ A renda do trabalho dos brasileiros diminuiu e a desigualdade aumentou, de acordo com dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). “É um fato empírico novo que torna real a crônica da crise social anunciada”, explica Marcelo Neri, economista da Fundação Getúlio Vargas (2016). O que Neri viu nos números do último trimestre de 2015 é que o índice do bem-estar, combinação entre renda e equidade, caiu 5,7% em 12 meses – sendo 3,24% queda da média de renda domiciliar do trabalho e 2,46% aumento da sua desigualdade. (*EL PAÍS*, 11 abr. 2016).

⁷⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, constituindo-se um programa de transferência direta de renda. É parte do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que atua preferencialmente em prol dos 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais e baseia-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (NASSIF, 2013).

seja, 2 milhões de pessoas em relação ao número de desempregados do período anterior (outubro a dezembro de 2015).

Mas além de não governar para os que elegeram um programa de mudanças econômicas, políticas e sociais para o país, o petismo aprofundou de forma “requeitada”, como afirma Kátia Lima (2004), as políticas iniciadas pelo governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso.

Ao optar por administrar a crise do capitalismo no Brasil, o PT se aliou programaticamente aos velhos políticos oligárquicos e monetaristas que sempre comandaram o país, como o ex-presidente Collor de Melo, que foi afastado do cargo de presidente em 1992, o ex-presidente José Sarney, e outros. Com uma enorme lista de políticos fisiológicos e experientes na política nacional, o PT desenvolveu seu governo de coalisão e coexistência pacífica com a burguesia capitalista, oligárquica, latifundiária, coronelista, financeira.

Também, ganha velocidade e aspecto central, na conjuntura do país, a crise política, com a denúncia de envolvimento do partido do governo e demais partidos da ordem capitalista, representados na Câmara e no Senado federal, nos desvios de dinheiro da Petrobrás, na operação Lava Jato. Fato que envolveu a presidência da República e os demais partidos da linha sucessória⁷⁵, que recolocou na cena política do país os diversos questionamentos sobre todos os políticos, partidos e governos.

A partir de 2013, com o que ficou conhecido como as *Jornadas de Junho*, vem se constituindo, no Brasil, uma nova vanguarda de jovens trabalhadores que não é referenciada na história do petismo. Essa vanguarda condena os políticos que estão no poder, colocando num mesmo patamar os corruptos dos diversos partidos e todos aqueles que governam e sustentam a política de defesa dos ajustes neoliberais, do uso da máquina pública com desvio de dinheiro público.

⁷⁵ As empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato destinaram 70% das doações que declararam à Justiça eleitoral a candidaturas do PT, do PSDB e do PMDB. Dos R\$ 930 milhões (em valores atualizados pelo IPCA/IBGE) repassados por essas empresas, R\$660 milhões bancaram candidatos dessas três legendas. Essas construtoras financiaram, ainda, outras 25 legendas com R\$ 270 milhões. Ou seja, dos 32 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, 28 (87%) foram financiados nas duas últimas eleições gerais por empreiteiras acusadas pelo Ministério Público Federal de integrar um cartel para desviar recursos da Petrobras.-LAVA JATO: os políticos investigados. **Carta Capital**. São Paulo, 06 de mar de 2015. Parlatório. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/lava-jato-os-politicos-investigados-1275.html>

A Lava Jato apura a existência de uma organização criminosa formada por políticos, funcionários públicos, executivos de empreiteiras e doleiros. De acordo com as denúncias feitas até aqui, as empreiteiras distribuíam entre si contratos com órgãos públicos, em especial a Petrobras, mediante o pagamento de propina e desvio de dinheiro público, que era repassado a partidos políticos.

Essa nova vanguarda de trabalhadores e jovens, que estiveram presentes nas *Jornadas de Junho* e à frente de diversas greves que movimentaram a conjuntura, nos últimos cinco anos, de 2011 até agora, não aceita as velhas estruturas consolidadas no movimento sindical brasileiro, seja nos sindicatos seja nas organizações estudantis. Não aceita a forma burocrática de funcionamento das entidades, não aceita o autoritarismo, a imposição, a falta de democracia e quer decidir tudo na coletividade, nas assembleias de base, nas atividades amplas de base.

Essa vanguarda, que surge numa conjuntura de crise econômica, política e social no Brasil, sustenta uma pauta que, há muito tempo, várias direções dos movimentos sociais secundarizaram e que tem a ver com a autonomia do movimento, a democracia no interior das entidades, a independência política e financeira das lutas, e um programa de reformas que valorizem as questões sociais, num momento em que o capitalismo se torna irreformável.

O processo de reorganização sindical e política do país segue a todo vapor. Como outros sindicatos de base, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Pará (SINTEPP) é um exemplo de um sindicato que se desfilou da CUT e não se filiou a nenhuma central sindical, apesar de continuar filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Desde 2007, em seu 18º Congresso Estadual, o Sintepp avaliou que a CUT já não representava os interesses dos trabalhadores da educação que travaram fortes lutas contra os governos estaduais do PSDB que já governava, à época, havia cerca de 12 anos, o estado, e o próprio PT, que governou o estado, de 2007 a 2011, com a governadora Ana Júlia Carepa e que também enfrentou a mobilização dos trabalhadores da educação organizados no Sintepp.

O 18º Congresso do Sintepp não discutiu as relações do Sintepp com a CNTE, mesmo compreendendo que a Confederação alimenta expectativas em relação aos governos do PT e apresentando críticas pontuais às políticas educacionais de tais governos. A linha discutida internamente no Sintepp é a de manter-se na disputa pelos rumos da Confederação, participando de seus congressos, plenárias e instancias de direção e mantendo vínculos de mobilização nacional, pela entidade nacional, com as pautas corporativas unificadas com suas entidades representativas pelos Estados brasileiros.

O processo de reorganização sindical e política segue aberto no Brasil, acompanhando rupturas e recomposições de organizações políticas e sindicais com alinhamentos e com suas rupturas num processo dinâmico, determinado pela luta de classes, em que trabalhadores protagonizam lutas ativas infundáveis e pressionam suas direções sindicais e políticas no interior de sindicatos, cutistas ou não, que fomentam ações concretas contra o ajuste fiscal definido pelo

governo federal, governadores e prefeitos, objetivando defender o trabalho, o salário, a terra, o teto e os direitos sociais elementares.

Diante do acirramento da crise econômica, política e social no país, o que se vê não é a passividade no desenvolvimento das lutas em face das atuais medidas de ajuste nas contas do Estado brasileiro, mas a efervescência política de categorias inteiras que seguem lutando, mesmo que isoladamente, mas cada vez mais livres das amarras burocráticas de entidades sindicais que defendem as pautas dos governantes no interior do movimento dos trabalhadores, percorrendo caminhos que se alinham à luta independente e ao classismo, numa época em que a classe trabalhadora ainda testa seus instrumentos de organização e luta.

Segundo Istvan Mészáros (2002), o maior desafio dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar formas de atuação autônomas, capazes de articular as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica (realizada pelos sindicatos) e ação política (realizada pelos partidos). Essa divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores.

5 O SINTEPP E AS LUTAS DA EDUCAÇÃO NO PARÁ

Neste capítulo, dedicamos nossas análises ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), a partir da visão dos professores sobre seu funcionamento orgânico e suas ações na luta pela valorização do trabalho docente no estado do Pará. O papel de sua direção e de como a base da categoria compreende suas decisões políticas e atuação.

Para isso, torna-se fundamental o resgate de sua história e de seu modelo de organização; a estrutura funcional; as lutas desenvolvidas e a repercussão de suas ações sobre o trabalho docente. Considerando o papel do Estado, governos e as características de um sindicalismo classista cuja síntese expressa a dinâmica da luta de classes no Estado.

As políticas educacionais implementadas no país repercutiram sobre a educação pública no Estado do Pará exigindo o protagonismo de uma entidade sindical ampla, organizada em torno dos princípios iniciais do Novo Sindicalismo, desde sua fundação, e que sofreu os impactos das mudanças estruturais do capitalismo e da luta de classes no país.

O Sintep é parte ativa no novo processo de reorganização sindical e política que vive a classe trabalhadora e a esquerda brasileira, neste início do século XXI e por isso, a análise sobre o seu caráter, enquanto representante dos trabalhadores em educação, em especial de professoras e professores da educação básica pública no estado do Pará exige atenção especial sobre o entendimento desses sujeitos do seu papel e suas contribuições ao determinante protagonismo que exerce para o avanço da luta de classes no Brasil.

5.1 O TRABALHO DOCENTE NO PARÁ E A ORGANIZAÇÃO DO SINTEPP

O momento é o de analisarmos a situação do trabalho docente no estado do Pará, nos períodos de 2003 a 2016, como parte das configurações do trabalho no Brasil, como pautadas nos capítulos anteriores. No estado do Pará, a análise refere-se aos mandatos do governador Simão Robson Jatene/PSDB (2003 a 2006; 2011 até os dias atuais) e da governadora Ana Julia Carepa/PT (2007 a 2010); com forte presença das políticas federais, dirigidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016); e refere-se à organização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP)

As discussões sobre a situação do trabalho docente no país e na América Latina têm conduzido instigantes e permanentes debates entre pesquisadores, educadores e organizações sindicais. Trata-se do levantamento da situação econômica, política e social de um trabalhador cuja ação e natureza estão desafiando conceitos e valores. Mas que, diante do aprofundamento da crise econômica do capital, começa a ser possível identificar elementos de unidade sócio-histórica existentes no interior da classe trabalhadora.

Uma classe heterogênea que comporta o trabalhador fabril, operário, o de serviços, o professor, enfim, aquele que vende o seu trabalho em troca de um salário. Aquele que não é dono dos meios de produção, seja ele manual, seja intelectual; é um trabalhador assalariado que, social e historicamente, tem sido pauperizado diante de enorme desvalorização. Assim pontua Braverman (1987):

O trabalho posto em ação na produção de bens não está por isso nitidamente separado do trabalho aplicado à produção de serviços, visto que ambos são formas de produção de mercadorias, e produção em base capitalista cujo objetivo é a produção não apenas do valor de troca mas em valor excedente para o capitalista. A variedade de determinadas formas de trabalho pode influir na consciência, coesão ou atividade econômica e política da classe trabalhadora, mas não afeta a existência dela como classe. As várias formas de trabalho que produzem mercadorias para o capitalista devem todos ser considerados como trabalho produtivo. (BRAVERMAN, 1987, p. 347).

De tal forma que, quando existe a subordinação do trabalho ao capital, não é a ação individual do trabalhador que determina o processo de produção, senão o seu trabalho socialmente combinado, o seu trabalho enquanto classe determinada. Da mesma forma que sua ação, em contraposição à exploração capitalista, em contraposição à total subsunção do trabalho ao capital, é uma ação socialmente combinada, é uma ação da classe trabalhadora, fruto da luta de classes.

Com essas considerações, podemos dizer que a classe trabalhadora encontra sua unidade histórico-social na condição em que o capitalismo contemporâneo em crise a coloca, a partir da condição objetiva de extrema exploração física, intelectual, moral, econômica e social. Os exemplos a serem pontuados sobre a situação do trabalho docente no estado do Pará tentam espelhar tal realidade, sem pretender alcançar todas as simetrias e dimensões que a envolve.

O estado do Pará está localizado na Região Norte⁷⁶ do Brasil, tem uma extensão territorial de 1.247.955,666 km², sendo um estado de dimensões continentais – é o segundo

⁷⁶ A Região Norte é uma das cinco regiões do Brasil, com uma área de 3.853.676,948 km² é a maior entre as cinco regiões, cobrindo 45,25% do território nacional. Sua população, de acordo com o Instituto Brasileiro de

maior estado do país em superfície. Possui 144 municípios. Segundo o *Anuário do Pará 2016-2017*, a população estimada em 2016 é de 8.289.471 pessoas, sendo 3.821.837 milhões de homens (50,4%) e 3.759.214 milhões de mulheres (49,6%), distribuída em uma população urbana, de 5.191.559 milhões (68,5%) e rural de, 2.389.492 milhões (31,5%), com uma densidade demográfica de 6,07%. A superfície territorial é extensa para sua população, sendo tal extensão considerada um dos grandes desafios para a efetivação das políticas públicas.

O Produto Interno Bruto (PIB)⁷⁷ do estado do Pará em 2016 chegou a R\$ 139.117 milhões, segundo Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA, 2016) que se examinarmos sob a ótica de despesas e rendimentos, o estado gastou menos com a contratação de mão de obra, visto que a taxa de desocupação do trabalho atingiu o patamar de 12,7% no segundo trimestre de 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). As famílias tiveram rendimento mensal per capita de R\$748,00, demonstrando que existe uma distribuição de renda bastante desigual, com cerca de 25,04% de pessoas identificadas na linha da pobreza.

O índice de Gini⁷⁸, que mede a distribuição de renda, foi de 0,459, em 2016, caindo em relação aos anos anteriores (0,475 em 2013; 0,468 em 2014). Da mesma forma, o Índice de Desenvolvimento Econômico, que foi medido em 2013, colocou o estado no 24º lugar, com 0,646, tendo municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano do país.

Geografia e Estatística (IBGE), era de 17,7 milhões de habitantes em 2016. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 683, o segundo menor IDH do país, superando apenas o Nordeste. É formada por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Está localizada na região geoeconômica da Amazônia, entre o Maciço das Guianas (ao norte), o planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes (a oeste) e o oceano Atlântico (a nordeste). O clima predominante na região é o equatorial. A região é dominada por um importante ecossistema para o planeta: a Amazônia. É a mais extensa, variada e densa floresta do planeta, ou seja, a Floresta Amazônica. A região abriga os dois maiores estados em território no país, Amazonas e Pará. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Norte_do_Brasil Acesso em 21/01/2017.

⁷⁷ Segundo Sandroni (2005), o PIB refere-se ao valor agregado a todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico de um país. Para analisar o comportamento do PIB de um país é preciso diferenciar o PIB nominal do PIB real. PIB nominal calcula a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, e PIB real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base para eliminar o efeito da inflação, e o PIB real é o mais indicado para análises.

O PIB pode ser calculado a partir de três óticas: a ótica da despesa, a ótica da oferta e a ótica do rendimento. Na ótica da despesa, o valor do PIB é calculado a partir das despesas efetuadas pelos diversos agentes econômicos em bens e serviços para utilização final, e corresponderá à despesa interna, que inclui a despesa das famílias e do Estado em bens de consumo e a despesa das empresas em investimentos. Na ótica da oferta, o valor do PIB é calculado a partir do valor gerado em cada uma das empresas que operam na economia. Já na ótica do rendimento, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos distribuídos pelas empresas, ou seja, a soma dos rendimentos do fator trabalho com os rendimentos de outros fatores produtivos.

⁷⁸ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Um dos grandes debates sobre a questão da desigualdade social no estado do Pará está em torno da questão educacional, quando se considera o desempenho nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede pública estadual. Mesmo que não reflitam a realidade objetiva do processo educacional, pelos instrumentos de análise utilizados, mostraram valores baixos como os de 2013, cujo resultado foi 3.6, sendo a meta 3.8, e podendo esses dados indicarem a falta de seriedade, de continuidade e de um firme projeto político-educacional no estado. Os resultados relativos ao Pará divulgados pelo MEC (INEP, 2016) – em 2005, de 2.8; em 2007, de 2.8; em 2009, de 3.7; em 2011, de 4.0; em 2013, de 3.6 e em 2015, de 4.2 – indicam patamares inferiores aos da Região Norte.

Em 2015, segundo o censo escolar no Pará (INEP, 2015), temos um quadro das matrículas na educação básica, da pré-escola, do ensino fundamental e médio, nas redes estadual, municipal, federal e particular, que totalizaram 2.068.756 (dois milhões, sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis). Deste total, 1.870.408 (um milhão, oitocentos e setenta mil e quatrocentos e oito) foram nas escolas públicas municipais e estaduais. As redes municipais de ensino abarcaram 1.338.419 alunos matriculados, a maioria das matrículas ainda como resultado do processo de municipalização do ensino existente, há 19 anos, no estado; a rede estadual foi responsável por 531.989 matrículas, com concentração no ensino médio, 320.070 matrículas.

Se fizermos uma comparação do total de matrículas feitas no Pará, de 2011 a 2015, veremos uma redução drástica das matrículas na educação básica. Em 2011, foram 5.121.317, uma diminuição de 3.052.561 de matrículas em cinco anos. Essa diminuição pode estar relacionada a vários fatores, e não é possível desconsiderar a evasão escolar que é muito alta no estado, atingindo 106 mil alunos na rede estadual, em 2015, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Censo escolar 2015.

Os dados do censo escolar sobre o Pará (INEP, 2015) indicam que existem nas redes municipais e estaduais de ensino 80.281 professores, que trabalham em 16.055 escolas, sendo 21.814 lotados na rede estadual, em 1.159 escolas, e 59.038 lotados nas redes municipais de ensino, em 14.896 escolas.

A pesquisa feita pelo GESTRADO-Pa, em 2009/2010, ocorreu nos anos finais de mandato da governadora Ana Júlia do PT. O *survey* realizado com 1.353 professores, sendo 70% mulheres e 30% de homens, retrata a realidade das escolas que tem um atendimento no ensino fundamental de maioria de professores do sexo feminino (51%) e no ensino médio a maioria de

professores do sexo masculino (51%). Isso significa que a categoria de professores ainda tem a maioria de sua composição de mulheres, com peso desta docência no ensino fundamental.

As condições de trabalho dos professores, no Pará, são precárias, e segundo a pesquisa, demonstram sérias interferências na saúde docente. “Dos professores entrevistados, quase a metade, 47% dos professores, sofriam de doenças respiratórias, contra 53% que disseram não ter contraído nenhuma doença desse tipo” (MEDEIROS; REIS, 2012, p. 86). Perto de 18% dos professores entrevistados ficaram afastados de suas atividades laborais por licença médica em razão de diferentes doenças. Quando analisados os motivos desse afastamento, a pesquisa identificou que 13% se deveu a problemas de voz; 19%, por doenças musculoesqueléticas; 8%, por depressão, ansiedade e nervosismo; 8% por estresse; e 52% por outros motivos.

São variados os motivos que levam à depressão, e envolvem tanto a dimensão objetiva (baixos salários, ausência ou descumprimento de planos de carreira) quando subjetivas (baixa autoestima, cansaço, ansiedade, nervosismo, etc.) do trabalhador docente. [...] é sabido que a atividade educacional envolve atitudes, sentimentos e afetos, e a sua ausência pode levar à depressão, ansiedade e nervosismo, que têm se acentuado em razão do aumento de responsabilidades imputadas ao professor, ausência de gestão democrática e interdições pedagógicas, políticas e institucionais. (MEDEIROS; REIS, 2012, p. 86)

Ao examinar a questão salarial, a pesquisa do Gestrado-Pa identificou que no estado do Pará, 79% dos entrevistados recebiam até cinco salários mínimos, na época o salário mínimo era de R\$ 510,00 (valor referente a 2009).

Vale ressaltar que o salário-base dos professores da rede estadual de ensino do Pará para 40 horas de trabalho semanal, em fevereiro de 2012, ainda era inferior a R\$ 1.451,00 que é o valor do piso salarial nacional (Lei 11.738/2008) determinado para o pagamento em janeiro de 2012, ou seja, os sujeitos docentes estão recebendo menos do que o estabelecido pelo piso nacional. O governo do Estado do Pará não vem cumprimento o que foi estabelecido pela lei federal, 11.378/08, que regulamenta a aplicação do piso salarial nacional, o que resultaria, neste quadro, em valorização da carreira profissional da educação pública. (SOUZA; LUZ; TAVARES, 2012, p. 100).

A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), aprovada em 2008, pelo governo federal de Lula da Silva (PT), não significou sua plena efetivação no estado, seja pelo governo de Ana Julia (PT), que encerrou seu mandato em 2010, seja pelo sucessor, governador Simão Jatene (PSDB), que iniciou mandato em 2011.

A Lei do Piso salarial do magistério foi criada com o objetivo de valorizar o salário docente em todo país. No estado, significou uma conquista importante para os professores, tornando-se eixo das lutas do Sintepp:

No último período o Sintepp tem se pautado no piso, no plano de carreira e conquistas que foram possíveis nos últimos anos. Esses tem sido o eixo das lutas, ou seja, nada de novo, além de reformas, construção de escolas, mas basicamente, temos nos pautado muito na questão do piso e planos de carreira. (PROFESSOR 06C).

As principais lutas tem sido pelo pagamento do piso, cumprimento do PCCR, manutenção da CH, manutenção do SOME, reforma das escolas, garantir os direitos adquiridos, educação de qualidade. (PROFESSOR 13BF).

Os professores ressaltam a importância da luta em defesa do reajuste do piso salarial nas diversas campanhas salariais da categoria, além de outras pautas que se seguiram, ressaltando o entendimento comum entre a direção do sindicato e a base, sobre a centralidade da luta pela garantia do Piso salarial do magistério. Para ter o pagamento desse direito, e fazer o governo cumprir a Lei, os professores fizeram greve em 2010, 2011, 2013 e 2015 tendo como eixo o reajuste do Piso salarial profissional nacional. Nos itens à frente analisaremos o resultado das greves organizadas pelo Sintepp e teremos a posição mais concreta sobre tais lutas.

A política salarial dos governos estaduais, para a educação pública tem sido fruto de vários embates entre sindicato e governos, na tentativa de sua valorização, mas com os baixos salários aplicados, os professores foram ampliando sua carga horária de trabalho na tentativa de aumentar o salário, o que é mostrado pela pesquisa do Gestrado-Pa, “os dados da pesquisa revelam que cerca de 50% dos professores trabalham em outras instituições de ensino, e 55% destes trabalham em duas ou mais unidades educacionais” (SOUZA; LUZ; TAVARES, 2012, p. 101).

Esse processo desvaloriza o trabalho do professor e compromete sua função docente. Vale ressaltar, neste momento, o conceito de valorização construído pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que em 1994 definiu valorização docente a partir de um tripé:

Remuneração digna, a partir de um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), que garanta a subsistência do professor num único emprego; uma formação inicial de qualidade e formação continuada capazes de conferir competência e autonomia ao ato docente; e uma carreira que fixe o professor ao sistema de ensino, com uma

jornada organicamente composta de aulas e tempo de realimentação pessoal e coletiva do ato docente, e que propicie a identificação do profissional com a proposta pedagógica da escola e o compromisso político com o seu sucesso. (CNTE, 1994).

A partir do conceito de valorização do trabalho docente construído pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pelo SINTEPP, que considera o tripé: Piso salarial, formação e carreira com jornada composta de hora atividade e hora aula, agregando a questão das condições de trabalho que aparecem mencionadas, pelos professores, nas pautas do sindicato, é possível identificar o processo de desvalorização em que se encontra o trabalho docente no Pará.

Se fizemos o levantamento da remuneração do professor partindo da validade da Lei do Piso e se contar com a implementação do PCCR em 2011, a integralidade do piso em 2012 até 2015, nós tivemos um aumento significativo em nossa remuneração. [...] isso foi fruto da Lei do Piso por conta da decisão do Acórdão publicado que diz que o piso é vencimento base. A partir de 2016 quando o governador Jatene anunciou o calote no valor do piso o nosso salário vem sendo congelado e fruto de redução de remuneração com aumento na alíquota do Iasep que subiu de 6 para 9%. Na prática os trabalhadores tiveram redução na remuneração. Se levamos em consideração os dois últimos anos foram adversos porque não tivemos o cumprimento da Lei no Pará mesmo a justiça dando ganho aos trabalhadores. (PROFESSOR 01C).

Desmotivados pelo salário atual e pelas condições dos espaços físicos da escola: salas quentes, salas semiabertas que facilitam a transmissão de barulhos. Com dificuldades de desenvolver o ensino, tanto na sala de aula, como nos espaços pedagógicos destinados à formação do educando. Nas salas de aulas, muitas vezes, trabalhamos só. Falta na escola o profissional do serviço de orientação Pedagógica para acompanhar. Os espaços pedagógicos, muitos com equipamentos reduzidos e outros, sem equipamentos. A violência tem nos deixados inquietos e muitas vezes, inseguros dentro do ambiente escolar. (PROFESSOR 11BF).

Os trabalhadores estão desvalorizados financeiramente e sem as condições adequadas de trabalho para o desenvolvimento de uma educação pública que tenha a qualidade necessária à formação de trabalhadores conscientes de seu processo histórico-social. Mesmo com a conquista da Lei do Piso, os embates no estado demonstraram que os instrumentos jurídicos que deveriam assegurar a valorização salarial não estão sendo respeitados. Um exemplo é o

reduzidor salarial que significou o aumento de 6% para 9% na alíquota da assistência à saúde, feita pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará, em momento de congelamento dos reajustes salariais dos servidores estaduais. Os professores, por exemplo, estão há dois anos sem a atualização do valor do Piso Salarial Nacional, ao mesmo tempo que sofrem redução dos salários com os aumentos de tarifas.

A carreira docente é outro elemento a ser agregado na política de valorização. A regulamentação da carreira dos professores na rede estadual de ensino no estado do Pará foi fruto de lutas entre o movimento docente e os diversos governantes, desde a aprovação da Lei 5.351 do Estatuto do Magistério, em 1986. “Uma Lei que assegurou o mínimo de conquistas na carreira docente, desde as mobilizações que se iniciaram no final da década de 1970 e continuaram em toda década de 1980” (SOUZA; LUZ; TAVARES, 2012, p. 109).

Após 24 anos de existência do Estatuto do magistério dos profissionais da educação no Pará, houve, em 2010, a aprovação de um PCCR para a profissão docente. Um plano que não foi elaborado pela categoria do magistério, mas que incorporou algumas exigências mínimas pautadas pelo movimento docente a partir de uma forte greve da categoria que reivindicou a aprovação de um plano para os profissionais da educação da rede estadual. As exigências pautavam centralmente a questão salarial, a formação continuada, a gestão democrática nas escolas, o enquadramento imediato na carreira e a avaliação de desempenho, além do princípio democrático e político de um PCCR que regulamente a situação de todos os profissionais da educação da rede estadual. (SOUZA; LUZ; TAVARES, 2012, p. 109).

Os trabalhadores conquistaram um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) na rede estadual em 2010, ainda no governo de Ana Júlia Carepa do PT (2007-2010), realizando nova greve, em 2011, para exigir sua implementação pelo seu sucessor. Uma Lei, que até os dias atuais não está consolidada.

O que ficou em evidência é que a duras penas se conseguiu construir um PCCR, mas que no final não chegou ao objetivo que realmente a categoria queria, na questão da jornada. (PROFESSOR 08BF).

Eu considero importante também pelo enfrentamento que a gente tomou, o fato de termos uma legislação que vai obrigar o estado a garantir em 2018 pelo menos um terço de hora atividade, isso é importante porque o professor vai diminuir o número de turmas e ter um tempo maior para planejar e fazer avaliação que pese a lei do piso ser de 2008 o Supremo ainda não definiu sobre a jornada, ainda será votada, no entanto, aqui no Pará já tem uma lei que versa sobre isso, isso pra nós é importante, você ter uma jornada que já

obriga no mínimo um terço, significa que não fecha em um terço, o movimento pode ampliar, pois o nosso objetivo é garantir 50% de nossa jornada em de regência e 50% em planejamento e hora atividade, então já existe uma legislação que aponta pra isso, cabe ao movimento, a luta, e o enfrentamento com o governo avançar nesse patamar. (PROFESSOR 01C).

A Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010, que institui o Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação pública do Pará no seu Artigo 35 estabelece as jornadas de trabalho do professor e prevê “§ 1º As jornadas de trabalho previstas neste artigo compreendem as horas-aula e as horas-atividade” (BRELAZ, 2010, P. 70). Isso significa que o tempo de trabalho do professor seria distribuído em tempo de aulas com aluno e em tempo de planejamento. A Lei prevê ainda, “§ 2º A hora-atividade corresponderá ao percentual de 20% (vinte por cento) da jornada de trabalho, com a majoração desse percentual para 25% (vinte e cinco por cento) até quatro anos da vigência da Lei” (BRELAZ, 2010, P. 70).

A legislação, comemorada acima pelo dirigente do sindicato, PROFESSOR 01C, ainda não contempla a Lei do Piso que estabelece um terço de tempo para o planejamento, mas significou um avanço para a categoria, uma normatização que ainda não vem sendo cumprida integralmente, na medida em que os professores recebem o valor da hora atividade mas não tem o tempo de planejamento em funcionamento, ou seja, a jornada de trabalho do professor extrapola as 200 horas mensais em regência, chegando a 220h, 240 horas ou mais dependendo das necessidades da escola e da secretaria de educação.

Vimos, do mesmo modo, que a política de valorização salarial e condições de trabalho estão vinculadas à formação docente. A ausência de incentivos à formação continuada desqualifica sobremaneira o trabalho. Um professor que cursa um mestrado ou doutorado, por exemplo, é autorizado pelo estado a fazer seu curso, com o salário garantido, mas perde a integralidade desta remuneração, e o mesmo não é contemplado com bolsa de estudo. Além dos percentuais de gratificações de estudo (titularidade), previsto no PCCR, estabelecidos no Artigo 31, 30% para quem apresentar o diploma do doutorado, 20% para o mestrado e 10% para especialização, serem considerados insuficientes.

Quando os governos negam a formação continuada para esse trabalhador, isso reflete também no estímulo para o professor trabalhar, porque hoje o professor para ele sobreviver financeiramente ele precisa ter uma super carga horária, uma super atribuição para poder dar o mínimo de dignidade à sua família porque a grande maioria de nossa categoria são de mulheres e muitas delas são chefes de família que tem a super jornada na escola e tem

sua jornada de trabalho em casa porque tem que cuidar do filho, do marido e ainda tem as que nem marido ou companheiro tem mas tem os pais para cuidar e isso atribula e reflete. (PROFESSOR 03C).

Diante desse quadro, os professores no estado do Pará estão desvalorizados em sua formação, no salário, nos direitos elementares de carreira e suas condições de trabalho refletem o descaso do governo estadual com os processos de valorização do trabalho.

A gente percebe em nossas andanças a categoria é muito penalizada em vários aspectos por falta de incentivo, de estrutura, por não ter valorização profissional porque o professor além de tirar dinheiro do bolso ainda é mal remunerado nas suas questões profissionais para poder garantir o mínimo de qualidade em sua intervenção como docente. É a questão salarial? Vejo que a questão salarial faz parte, mas hoje os professores não tem estímulo à pesquisa e não tem uma estrutura mínima para trabalhar. (PROFESSOR 03C).

Penso que os professores passam por um momento crítico em sua profissão. Os ataques aos direitos adquiridos como a aposentadoria; perda de carga horária; a falta de pagamento do piso salarial e o trabalho em escolas que não oferecem segurança; salas superlotadas, quentes, e sem recursos didáticos que viabilizem uma aula diferenciada. Muitos professores se encontram endividados com o Banco Banpará e a perda de carga horária deixou ele ainda mais desanimado. (PROFESSOR 13BF).

Os depoimentos adquiridos nas entrevistas com os professores demonstram que os impactos da desvalorização sobre o trabalho docente são alarmantes, na medida em que os objetivos da educação pública não são alcançados se não ocorre o alcance das políticas de valorização desse trabalho.

Existe uma sintonia no diagnóstico dessa situação de descaso ao trabalho docente no estado do Pará, entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, que consideraram importante expor suas opiniões sobre o seu trabalho, seja como parte da direção do sindicato ou da base da categoria, falam da ausência de políticas de valorização ao trabalho do professor, mesmo com as Leis normatizando o direito ao salário, carreira, formação e condições de trabalho. Esses dispositivos legais não parecem dar a segurança necessária à sua aplicabilidade. Isto porque há dois anos os professores estão sem reajustes salariais, com a carreira paralisada e as condições de trabalho parecem precárias, comprometendo o bom desenvolvimento do trabalho na escola.

A posição entre os professores é comum de que a responsabilidade pela garantia desse direito legal e social é do Estado, que não hierarquiza o processo de valorização da educação pública. O que tem provocado contrariedades com os governos e suas instituições, na medida em que, não dão a garantia da efetividade da Lei.

E por isso, os professores demonstram desânimo com um processo de responsabilização no interior das unidades de ensino e no processo pedagógico sobre os problemas latentes vivenciados por toda a comunidade escolar, inclusive pelo professor.

5.1.1 A EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO EM EDUCAÇÃO

A história das lutas protagonizadas pelos trabalhadores em educação no estado do Pará, em especial os professores da educação básica, se combina com a história do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP).

Sua história é parecida com as inúmeras organizações sindicais que surgiram no final da década de 1970 e início da década de 1980 como produto da efervescência política que influenciou as lutas e a organizações alternativas aos governos militares. Da mesma forma que sua consolidação, na forma sindicato, ocorreu após a Constituição Federal de 1988.

No final da década de 1970, o Pará era governado pelo militar Alacid Nunes (1978-1983) indicado pelo presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979), e em pleno Regime Militar no Brasil os professores se organizavam em associações de escola, como afirmou, em entrevista, um dos professores coordenadores e fundador do Sintepp, declarando que essas associações tinham a função de fazer coletas para comprar água, café, dentre outros produtos necessários à organização de lanches e confraternizações no interior das escolas. Durante esse processo, um grupo de professores começou a conversar sobre uma organização mais geral dos professores no estado.

Estávamos dando um curso de férias em Castanhal, de formação de professores. O Alacid, governador queria acabar com a fundação Visconde de Souza Franco, hoje Escola Souza Franco e não queria permitir a eleição direta para diretores de escola, em 1976 já defendíamos isso, estávamos eu, a professora Ermelinda Melo Garcia, a professora Venize Nazaré Rodrigues e o professor Orlando Melquíades Oliveira, almoçando em Castanhal e começamos a comentar, nos afastamos, para falar sobre o que o Alacid estava fazendo e ao voltar para Belém começamos a conversar com os professores. Eu estava no A. Meira, Venize e Orlando no Pedroso e Ermelinda no IEP,

éramos professores nessas escolas e, mesmo com medo, começamos a conversar porque ele queria transferir o ensino do segundo grau que estava na FEP (Faculdade de Educação do Pará) que era antecessora da Uepa para a Seduc. E o ensino era melhor na FEP porque a Seduc trabalhava só o 1º grau. Então, éramos contra. (PROFESSOR 04C).

Vimos, no Capítulo 2 (Seção 3) da tese, que as associações foram as células iniciais da organização sindical dos professores no Brasil. No estado do Pará, esse fenômeno se repete, mesmo com suas especificidades, mas preservando semelhanças quanto ao seu caráter mutualista.

As diversas reuniões realizadas eram no sentido de articular uma luta que impedisse a referida medida do governador, ou seja, começara a surgir um patamar de articulação no interior dessas associações que assumiria um caráter político de organização, características de um associativismo político-sindical.

Em assembleia realizada no dia 13 de maio de 1979, no Instituto de Pastoral Regional (IPAR), os professores da rede pública do estado do Pará fundaram a Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA).

Como tinham as associações por escola a partir delas nós fundamos a Associação dos Professores do Pará, acabamos sendo imprudentes porque fundamos uma associação estadual sem consultar outros municípios, depois consultamos Santarém. Iniciamos em 1976, fundamos a APEPA dia 13 de maio de 1979 no IPAR ajudado pelo bispo auxiliar. Foi grande o apoio da igreja católica. Na Apepa, tínhamos brigas internas na composição da direção por causa da importância que tinham as associações que entendiam que escola tal era mais importante que a outra. Conseguimos fechar com a Ermelinda presidente, eu secretário, o Orlando tesoureiro, a Venize vice-presidente, deu para formar a entidade e começamos a trabalhar mesmo na clandestinidade. Quando o estatuto da Apepa foi registrado, ficou no cartório, ficou público. A Ermelinda foi presa e havia muita confusão. Nesse início precisávamos de dinheiro e fizemos um carnê mas era um trabalho árduo para cobrar. Precisávamos de dinheiro para ônibus. Então decidimos que cada mês um diretor bancava com seu salário, como eu e a Filó éramos casados e trabalhávamos, um mês era eu o outro era a Filó, outro a Venize, o outro era a Ermelinda, o Orlando, o Cunha que morava em Icoaraci. Nós entrávamos com o nosso salário inteiro para ajudar e íamos cobrar de casa em casa, de escola em escola, os nossos associados, fazíamos festa, quermesse, era um problema mas chegamos ao Sintepp. (PROFESSOR 04C).

Os tempos eras difíceis, diante do regime militar que imprimia forte repressão aos que exigiam liberdade de expressão e organização, mas a APEPA conseguiu se erguer. Sua primeira diretoria, eleita na assembleia geral no IPAR, foi composta pelos seguintes professores:

Professora Ermelinda Melo Garcia, primeira presidente, Regina Maria Mendes Silva, Hamilton Ramos Corrêa, Orlando Melchiades Oliveira, Venize Nazaré Rodrigues, José Alves Cunha, Ildemar Ferreira da Silva, Jaime da Costa Teixeira, Telmo marinho, Nelly Nassar e Maria Zenaide Martins. (ESPAÇO EDUCACIONAL, 1993, p. 05)

Em 1980, a APEPA mobilizou a categoria para sua primeira grande greve contra o governo de Alacid Nunes. Nessa greve, pela primeira vez as escolas, que ministravam o então ensino de segundo grau paralisaram suas atividades.

Quando fizemos a primeira greve quem fez ainda foi a APEPA em 1980 contra o Alacid para não fechar o Souza Franco para passar para a escola de educação física e não transferir o ensino de segundo grau da FEP para a Seduc. Terminou a greve, fomos vitoriosos, mas no recesso de final de ano de 1981 ele nos traiu e transferiu da Fep para a Seduc. (PROFESSOR 04C).

A greve foi duramente reprimida pelo governo, várias lideranças foram presas e demitidas, o que levou a desestruturação da associação nos anos seguintes. Mas a influência da APEPA fez com que os professores retornassem à organização das associações, que foram se ampliando em 1981 para organizações em bairros, até que em 1983, depois de dois anos de desarticulação da APEPA, os professores começaram a lutar, dessa vez unificados; os professores de Primeiro e Segundo grau formaram uma Comissão Central, um instrumento sindical que realizou vários atos e marchas em defesa da educação e que ajudou a organizar a greve de 1983.

Segundo a Revista Espaço Educacional (1993), a comissão Central passou a negociar com os representantes do governo as pautas do professores e diante de frustradas rodadas de negociação, entraram em greve no dia 1º de outubro de 1983. Uma greve que durou 15 dias e obteve vitórias importantes para a categoria, como: “o Salário mínimo para as professoras primárias; a instalação de Comissão paritária para instituir o Estatuto do Magistério e a Readmissão dos professores demitidos na greve de 1980” (ESPAÇO EDUCACIONAL, 1993, p. 07).

A partir dessa luta, a Comissão Central realizou, nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 1983, o 1º Congresso Estadual dos Professores Públicos do Pará, no ginásio do Colégio Nazaré.

Esse Congresso, que contou com a participação de professores eleitos nas escolas da capital e representantes de associações municipais, como de Abaetetuba e Marabá, discutiu um plano de lutas para o ano de 1984, debateu propostas para o novo Estatuto do Magistério, e as bases para uma organização sindical classista. Também a partir da unificação entre professores de 1º e 2º graus, fundou e elegeu, na tarde do dia 18 de dezembro de 1983, a primeira diretoria da Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará (FEPPEP), cujo primeiro presidente foi o professor Edmilson Brito Rodrigues e filiou a FEPPEP à recém fundada Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Foi um passo monumental na recuperação da história de luta da APEPA, mas também um passo além, pois agora éramos uma Federação realmente estadual e oriunda de uma greve vitoriosa. O caráter classista da FEPPEP se reafirma pela sua origem de filiação à Central Única dos Trabalhadores – CUT nossa principal aliada. (ESPAÇO EDUCACIONAL, 1993, p. 9).

No 2º Congresso Estadual, realizado em 1984, aprovou-se a luta pelos três salários mínimos; eleições diretas para diretor de escola e a comissão paritária para o Estatuto do Magistério. Em maio de 1985, na FEPPEP (Federação Paraense dos Profissionais em Educação Pública do Pará), os servidores de escolas deflagram a greve mais longa da história da educação paraense. Foram três meses de confronto com o Governo Jader Barbalho (1983-1987) que conquistou a efetivação de milhares de contratados, salário mínimo para os servidores de escola e a tão exigida comissão paritária para o Estatuto. Ainda em 1985, ocorreu o 3º Congresso Estadual da FEPPEP, que se transforma em Federação dos Profissionais da Educação Pública do Pará, incorporando os servidores e técnicos numa única entidade.

Depois de um ano de pressão no final de 1986, na antevéspera das eleições para o governo, a categoria paralisou durante 15 dias exigindo melhores salários, mas principalmente a aprovação do novo Estatuto do Magistério Público Estadual. A pressão funcionou e a categoria conquistou seus duradouros ganhos: Piso Salarial, Carreira de 10 referências, Progressão Vertical automática, Pó de giz de 10%, Gratificação sobre toda jornada dentre outros. Foi um ano de estreitamento de laços com os diretores, supervisores e orientadores educacionais. (ESPAÇO EDUCACIONAL, 1993, p. 13-14).

Uma característica interessante desse período foi o forte trabalho de base que estruturou a luta sindical, na década de 1980, influenciado pelo movimento do Novo sindicalismo que defendia um sindicato classista, democrático, combativo e autônomo dos governos.

O Sindicato na década de 80, ainda como Associação, tinha trabalho de Base muito forte nas escolas, em plena ditadura militar. Éramos poucos e nos

tornamos muitos, mas éramos nós que estávamos formando os professores. E quando esses professores chegavam nas escolas, eram pessoas bem conscientes. Havia a participação da base, que foi muito boa para as conquistas e avanços das nossas pautas frente ao governo. Passamos a envolver escolas municipais, ante era somente as escolas do ensino Médio de das escolas centrais em Belém- Paes de Carvalho, Sousa Franco, IEP, conquistamos eleições direta para diretor; salário mínimo para toda a base porque antes somente o ensino Médio que recebia; conta corrente para os professores porque antes quem recebia eram os diretores que pagavam os professores quando bem entendiam. (PROFESSOR 09BNF).

O governo Hélio Gueiros (1987-1991) foi marcado pelo retrocesso na educação. Foram anos de forte repressão, que marcaram a categoria. Mas foram anos de crescimento organizativo em termos de criação de subsedes no interior. Foram três greves anuais, 1987, 1988 e 1990, todas duramente reprimidas. Em 1987, a greve enfrentou forte repressão do governo, e diante do desconto de mais de quatro mil servidores, dois dirigentes da FEPPEP, o presidente, professor Luiz Araújo, e o vice-presidente, professor Carlos Forte, fizeram cinco dias de greve de fome, na tentativa de abrir negociações. Foi uma greve que sensibilizou a sociedade.

No quinto dia de greve, uma comissão de deputados e religiosos convenceu os dirigentes sindicais a saírem da greve de fome, pois estavam muito debilitados. Esses dirigentes suspenderam a greve, contribuíram para mais um vitória da categoria e ganharam um grande prestígio junto aos trabalhadores, pela coragem e disposição, por terem colocado a própria vida a serviço da luta.

Em 1988, houve a autorização, pela Constituição Federal, de organização dos servidores públicos em sindicato; e os professores, junto com os demais funcionários de escola, transformaram a FEPPEP em sindicato, no VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública (FEPPEP), que ocorreu 23 de outubro de 1988. Então, é constituído oficialmente o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), cujo primeiro presidente foi o professor Luiz Araújo, passando a envolver um número maior de municípios. Foi um momento intenso de formação política, reuniões diárias nas escolas, passeatas, paralisações e discussões, diante de uma proposta do governador Hélio Gueiros e depois, em 1992, do governador Jäder Barbalho (1991-1994), em torno do Regime Jurídico Únicos dos Servidores, o RJU. O Sintepp, com a categoria, construiu um projeto alternativo ao RJU do governo, com a ajuda do ex-dirigente do sindicato e deputado estadual Edmilson Rodrigues.

O que está escrito e que nos favorece é fruto de muita luta. Não é uma dádiva de nenhum governo e sim conquista dos trabalhadores. Assim como o Estatuto do Magistério em 1986, o RJU de 1993 representa um marco na trajetória sindical em nosso Estado (ESPAÇO EDUCACIONAL, 1993, p. 24).

O RJU, aprovado, garantiu, em 1994, por meio de emendas parlamentares, a gratificação por tempo de serviço, triênio, entre outras conquistas importantes, assim como a Lei Complementar nº 06/91, que legalizou os Conselhos Escolares e introduziu a lista tríplice para a escolha de diretores de escola, o que, apesar das limitações, foram fruto da luta do Sintepp e dos trabalhadores, desde 1987, pela gestão democrática nas escolas. Políticas públicas que marcam a história de lutas do Sindicato.

Outra marca de nossa luta é a defesa da escola pública de qualidade. No início da década esta luta estava associada aos centros comunitários na campanha “Escola Para Todos” e na revisão imediata do valor pago às monitoras de escolas comunitárias. Lutamos também contra as péssimas condições das escolas para limitar o número de alunos por sala. A questão educacional esteve presente em todos os nossos congressos e na participação ativa na formulação da Constituição Federal (1988), da Constituição Estadual (1989) e das Leis Orgânicas Municipais (1990). Mas esteve presente através de Conferências Paraenses de Educação, onde a partir de 1991, reunimos os educadores da região para refletir sobre seus problemas. Incansáveis, a categoria viu seu poder aquisitivo continuar caindo e viu qualquer ilusão de melhoria com o novo governo Jader se desvanecer. Continuou-se a política de arrocho e inchaço da máquina estatal. Voltamos às ruas, ameaçando greves, perdendo o medo e voltando a acreditar em nossa própria força. É neste quadro, com um sindicato consolidado, com 92 subseções no interior, com sede própria e muita disposição que chegamos ao ano de 1993, completando 10 anos, que são 14 na verdade, escrevendo nas páginas da história muitas linhas de luta e de conquistas. (ESPAÇO EDUCACIONAL, 1993, p. 28/29).

Em 10 anos de funcionamento enquanto sindicato, comemorado em 1993, que de fato são 14 anos se for considerada a organização dos professores desde a APEPA, o Sintepp foi ampliando sua organização de base, sua extensão e influência territorial e política pelos mais diversos municípios do estado, em 1993 já registrava 92 entidades de base.

A história do Sintepp continua intensa. Em 1994, o Sindicato, com os servidores estaduais fizeram uma forte greve, quando da conversão da Unidade de Referência de Valor (URV) para a nova moeda no país, o Real. A adesão dos trabalhadores em educação foi massiva, com ocupação da Secretaria da Fazenda do Estado (SEFA), onde os trabalhadores ficaram presos, sem água, energia e em um lugar fechado; mas a greve obrigou o então governador

Carlos Santos (1994-1995) a assinar o acordo que assegurou a progressão vertical e a conversão que acrescentava ao salário um reajuste acima do valor da URV.

A partir de 1995, quando iniciou com mais força a aplicação do projeto neoliberal no país com presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e o governador Almir Gabriel (1995-2003) no estado, governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), governos que elegeram os servidores públicos como responsáveis pelo fracasso das políticas públicas sociais, inclusive as educacionais, o Sintepp organizou uma nova greve dos trabalhadores contra o congelamento de salários, das progressões horizontais e a não realização de concurso público. Houve o desconto dos dias parados, gerando enorme impacto na vida dos professores.

Em 1996, o então governador Almir Gabriel anunciou acabar com importantes conquistas do RJU, por meio de súmulas, que foram consideradas ilegais pelo Tribunal de Justiça do Estado. Mas retoma com essa política, em 1997, por meio do projeto de emenda à Constituição Estadual e ao RJU, o projeto denominado de Emendão, pelos trabalhadores em educação. O governo foi derrotado pela luta da categoria que deflagrou nova greve. O Emendão previa a mudança do tempo de serviço dos trabalhadores de triênio para quinquênio; mudanças nos horários de trabalho dos funcionários de seis para oito horas; a redução de gratificação de nível superior dos professores de 80% para 50%, dentre outras alterações.

A greve deflagrada, em agosto de 1997, fez o governo recuar. Os governos do PSDB, com Almir Gabriel depois com Jatene, foram de intensos ataques e mobilizações, inclusive na greve de 2002 que durou 64 dias, levando 11 trabalhadores em educação à greve de fome para tentar sensibilizar o governo. A greve conseguiu obter a realização de concurso público para a educação.

Em 1997, assume a prefeitura de Belém, capital do estado, o ex-presidente do Sintepp, professor Edmilson Rodrigues (1997 a 2004). O movimento sindical, em Belém e em nível estadual, vivenciou enormes contradições, na medida em que lideranças dos sindicatos e do Sintepp assumem o governo municipal e que, diante da ineficiência de políticas públicas voltadas para a valorização dos trabalhadores da educação, em Belém, enfrentaram, com o governo, greves dos trabalhadores em educação.

Havia duas vertentes, duas forças, todo mundo era do PT, mas era situação e oposição. A gente percebia muito, nas assembleias, onde ficavam claras as divergências da diretoria. O que percebíamos era que uma parte do sindicato era submissa ao governo, concordava com as políticas do governo, e a outra não, era oposição a isso, e era quem chegava junto à categoria. E, por isso, conseguimos algumas vitórias. [...] Infelizmente, o nosso sindicato falhou nessa parte aí: em vez

de ele estar lutando por nós, não, um grupo estava a favor do governo. Porque sindicato não é para isso, é para defender a categoria. (LUZ, 2008, p. 170)

São exemplos de como a categoria viu as contradições existentes, naquele momento, no interior do Sindicato. A categoria soube pressionar o sindicato a participar das greves, definidas pela sua base. A situação de conflitos no interior do Sindicato foi tão alarmante que favoreceu o fechamento de uma das suas estruturas de base, a subsede Belém, que contribuiu com certo retrocesso na organização e mobilização sindical na rede municipal de ensino em Belém, até os dias atuais.

Em dezembro de 2007, o Sintepp realizou o 18º Congresso Estadual. E diante da incorporação da CUT aos governos federais do PT e a sua conseqüente perda de autonomia, o Congresso decidiu, por ampla maioria, pela desfiliação do Sintepp da CUT.

Assume o governo do estado Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores, em 2008, um governo que despertou enormes expectativas de mudanças nos trabalhadores em educação que vinham de 12 anos de governos intransigentes às negociações. A primeira mulher governadora do estado assumiu o governo, em 2007, com um programa que estabelecia como prioridades políticas públicas para segurança, educação e saúde. Na área da educação, uma avaliação publicada em Informativo institucional relaciona os principais avanços do Governo Popular, em dois anos de mandato.

A categoria registrou diversos ganhos ao longo desta gestão [...] foram realizados concursos públicos para diversas áreas do conhecimento e níveis de escolaridade. [...] outro benefício do governo popular aos servidores da educação foi a ampliação e o aperfeiçoamento do Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado. Iniciado em 2005 com 65 bolsas, o programa hoje concede 143 bolsas de mestrado e doutorado. [...] o governo também editou a portaria 219/2007, que disciplina a lotação dos servidores da Seduc, tanto efetivos quanto temporários. [...] A instalação de uma mesa permanente de negociações entre o Governo do Estado e os servidores da educação foi um dos avanços mais significativos resultantes das negociações entre a categoria e a Seduc. Pelo segundo ano consecutivo os servidores obtiveram reposição salarial acima da inflação do período. Outro benefício é o auxílio-alimentação, cujo Projeto do Governo Popular já foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado. Pelo projeto, profissionais de ensino superior recebem o vale em forma de pecúnia, R\$ 100 para nível superior e R\$ 80 para nível médio. [...] Professores e técnicos da educação também ganharam um estímulo a mais à sua formação intelectual e qualificação. O Crédito-leitura, que destinou no ano passado e neste ano R\$ 3,5 milhão para cerca de 25 mil profissionais da educação, entre professores e técnicos. O valor individual do crédito foi de R\$ 150,00 que puderam ser usados para a aquisição de livros e publicações nos Salões do Livro que aconteceram no interior do Estado e na Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém. (SEDUC, 2008, p. 7).

A avaliação feita pela Seduc, no final de 2008, das ações políticas do governo estadual de Ana Júlia Carepa/PT para a educação é de ganhos, com benefícios importantes para os trabalhadores, com investimentos financeiros e na formação. Concedeu reposição salarial do período; bolsa de estudos para quem desejasse cursar mestrado e doutorado; criação de um vale alimentação de R\$100 e R\$80 reais, e um crédito de R\$150 reais para a compra de livros na Feira do Livro organizada pelo governo, onde as livrarias e editoras de todo o país montam as vendas de seus produtos. E o mais importante para o governo: a instalação de uma mesa permanente de negociação entre governo e os trabalhadores.

Importante ressaltar que as políticas relacionadas acima, no informativo do governo, parecem importantes no sentido de sentir a atenção do estado a algumas questões da categoria, mas a avaliação dos trabalhadores em educação e do Sintepp não foi a mesma que a do governo; não foi de avanços positivos fundamentais aos professores.

Em nosso Estado, a educação vai mal. Podemos comprovar através do resultado alcançado pelas escolas públicas do Estado na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA. Fomos o segundo pior Estado. Isso é consequência da falta de investimento em educação que reflete na constante luta dos trabalhadores em educação por valorização profissional, a qual não está pautada só na questão salarial, mas também nas condições de trabalho, estrutura das escolas (falta de biblioteca, laboratórios de informática sem manutenção), falta de professores, falta de merenda escolar, segurança, etc. (SINTEPP, 2009, p. 8).

Pela avaliação do Sintepp, o governo do estado, com Ana Júlia Carepa/PT, não investiu em educação pública na perspectiva de resolver ou pelos menos amenizar problemas estruturais relacionados acima, no boletim do Sindicato, e que esse processo também contribuiu para o baixo desempenho da educação pública nos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEA).

A decepção com as políticas do governo fez com que a categoria deflagrasse greve, em assembleia realizada no dia 24 de março de 2008, quando, segundo o Boletim Informativo (SINTEPP, 2008), a categoria rejeitou por unanimidade a proposta do governo de reajuste salarial que significaria “reajuste de 0,82% ao salário dos professores com nível superior (AD-4), 0,32% ao salário dos professores com licenciatura curta (AD-3) e o realinhamento ao salário mínimo dos demais profissionais da educação”. (SINTEPP, 2008)

Ao mesmo tempo em que enfatizava a negativa da categoria em relação à política salarial do governo Ana Júlia, o Sintepp denunciava, em seu boletim, que “a governadora insiste

no velho projeto tucano de terceirização e de sucateamento”; “além disso, ainda não enviou, como prometido, sua proposta de PCCR para a apreciação pela ALEPA”.

A greve sofreu inúmeros questionamentos por parte do governo, inclusive no campo jurídico, visto que o governo recorreu à justiça do estado, que determinou a abusividade da greve e aplicação de multa de R\$300 mil reais ao Sindicato. Foi uma greve forte, com a participação de mais de 80 municípios, que obteve o auxílio-alimentação para todos os trabalhadores do estado.

Uma nova greve ocorreu, em 2009, que durou 40 dias e, novamente, a governadora Ana Júlia (PT) entra na justiça com pedido de abusividade da greve sendo rapidamente atendida, aplicando multa de 20 mil reais por dia parado, ao Sindicato.

Em 2008 e 2009 os trabalhadores em educação não fugiram à luta e realizaram duas poderosas greves. No ano passado pudemos sentir na pele o que significa esse “governo de direitos” de Ana Júlia. Temos o “direito” de ser espancados como os sem-terra, como os atingidos por barragem, como os camelôs e etc. Sua polícia, como a dos governos dos tucanos, serve para reprimir e agredir trabalhadores. Em 2009 usou todos os artifícios legais, inclusive solicitando a decretação da ilegalidade da greve, coisa que nem Almir nem Jatene ousaram fazer. Mas os trabalhadores e trabalhadoras em educação, honrando sua heroica tradição, não se intimidaram e enfrentaram toda as violências governistas. Realizamos uma poderosa greve de 40 dias que não trouxe avanços imediatos, consolidou nossa proposta de PCCR e serviu para desmascarar o discurso governista. A categoria, a exemplo da greve de 2008, saiu fortalecida. (SINTEPP, 2009, p. 11).

Em 2010 ocorre a terceira greve no governo Ana Júlia (PT) que enviou proposta de PCCR à Assembleia Legislativa do Estado (ALEPA), que excluía os funcionários de escola do plano, na medida em que contemplava apenas os professores e a essência do projeto, discutido com a categoria, era de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração Unificado. Nesta greve, o Governo Ana Júlia, novamente solicitou à Justiça a ilegalidade da greve.

Os trabalhadores em educação da rede estadual mais uma vez são chamados a lutar por conquistas. Após 5 meses de enrolação o governo do Estado apresentou uma proposta inaceitável de PCCR. Por isso a categoria, em uma assembleia geral histórica (com mais de 2.000 pessoas) decretou greve geral a partir do dia 07/05. O PCCR de Ana Júlia não contempla toda a categoria, pois se restringe ao magistério (excluindo cerca de 14 mil trabalhadores); não beneficia o professor com nível médio na progressão vertical; na progressão horizontal não define o interstício e não assegura a progressão de fato (depende de autorização da SEPOF) e o percentual estabelecido é de apenas 0,5% (no estatuto do magistério o interstício é de 2 em 2 anos e o percentual é de 3,5%). (SINTEPP, 2010, p. 1).

A greve da educação, em 2010, foi um marco importante na história do Sintepp, pois organizou um sentimento de forte unidade entre os trabalhadores em educação (professores, especialistas e funcionários de escola) que construiu uma vitória importante com a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração Unificado.

Após diversas assembleias, manifestações, passeatas, protestos e reuniões com representantes da Assembleia Legislativa e do Poder Executivo, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP, apresentou várias propostas que foram incorporadas no Parlamento e sancionadas, tais como: a inclusão dos cargos de auxiliar educacional e assistente educacional como trabalhadores em educação, concretizando a unificação do Plano; gratificação SOME; gratificação de risco de vida e alta complexidade; gratificação ao professor de nível médio; jornada de trabalho a ser cumprida, prioritariamente, numa única unidade de ensino; efetivação das horas-atividade de 20% sobre a jornada de trabalho, com a majoração deste percentual para 25% até 2014; retirada de critérios subjetivos na avaliação de desempenho; garantia da progressão horizontal no prazo de um ano e pagamento retroativo, em caso de indisponibilidade financeira devidamente comprovada, bem como, instituição da progressão automática; equiparação do cargo de especialista em educação ao do cargo de professor em jornadas de trabalho e vencimentos. (BRELAZ, 2010, p. 7).

A partir da aprovação do PCCR, segue-se a luta em 2011 já no governo de Simão Jatene (2011 até os dias atuais) com uma nova greve para se fazer cumprir a Lei nº 7.442/2010, aprovada no governo anterior, e também a Lei do Piso Salarial, aprovada desde 2008, mas que entrou em vigor, no estado, apenas em 2011, depois da greve. E seguiram-se greves, em 2013 e 2015, exigindo do governador Simão Jatene/PSDB o pagamento do Piso salarial, congelado em 2016 e 2017, a aplicação do PCCR, a revogação de medidas que alteravam o RJU, como a extinção do triênio e gratificações; além das reformas nas escolas e a garantia de funcionamento adequado das unidades de ensino.

A história do SINTEPP se combina com as lutas dos trabalhadores em educação no Pará desde a fundação da APEPA. As conquistas econômicas, sociais e políticas, identificadas, marcam a importância desse instrumento de organização e luta dos professores, principalmente, no que se refere ao fortalecimento da identidade de classe construída nos embates dos trabalhadores e seu sindicato com os diversos governos.

A experiência do SINTEPP na relação com os governos de matizes claramente neoliberais como os do PSDB e os governos considerados progressistas como os do PT não parece ocorrer da mesma forma, ocasionando debates políticos internos e no movimento sindical paraense e nacional que ressaltam o papel do sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores.

O Sintepp enfrentou muitos desafios e viveu situações de enormes conflitos, mas a sua estrutura e organização política transformou o sindicato na maior organização sindical do Pará, pelo tamanho de sua base em professores, de mais de 80 mil e pela dimensão do Estado, que exige uma organização descentralizada.

5.1.2 A ESTRUTURA POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO DO SINTEPP

Os sindicatos que surgiram, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, em especial, os de servidores públicos, como o Sintepp, foram organizados com base em uma concepção política que buscou democratizar as relações no interior das entidades. Eram organizações inspiradas na luta por democracia no país, que combinada à luta por direitos sociais, por salário e trabalho digno, construíram um movimento que unificou a luta sindical e política na década de 1970, no Brasil, o *novo sindicalismo*.

Os efeitos desse fenômeno político sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP) pode possibilitar, a essa pesquisa, identificar os princípios de sua organização e de como configuram suas lutas.

O Sintepp é produto desse momento político do final da década de 1970. Nasceu com os princípios do novo sindicalismo. Uma política que estruturou entidades democráticas, classistas, combativas e independentes de governos e partidos políticos.

Retoma-se o processo de implantação da democracia sindical, que vem a se constituir em um dos elementos básicos da organização sindical. Nessa direção, o novo sindicalismo começa a se referenciar cada vez mais junto às massas trabalhadoras, onde as assembleias, como instâncias soberanas de deliberação, passam a ser utilizadas, ao invés das reuniões fechadas de diretoria, nas quais os trabalhadores não são chamados a decidir. As comissões de fábricas, como representações autônomas dos trabalhadores, são referências organizativas de base, significativas nesses processo, e têm nos sindicatos combativos sua identidade, postos que estes de fato foram construídos na luta a partir do movimento real da classe trabalhadora. (ABRAMIDES 1995, p. 98).

A efervescência política do período, de lutas em defesa dos salários, contra a carestia e por liberdades democráticas, iniciadas a partir das greves dos operários metalúrgicos em São Paulo em 1978, organizadas pelas oposições sindicais de base e pela direção dos sindicatos de metalúrgicos da área do ABC paulista, influenciaram as demais categorias a se organizar e a lutar. Portanto, a combinação entre a situação de crise econômica e política no país e os

princípios de uma organização sindical pela base, com respeito às decisões coletivas eram o caldo que faltava para dar vigor às lutas dos trabalhadores.

As associações no interior das escolas, nos bairros e nos municípios, foram as primeiras organizações de trabalhadores a surgirem, em especial no magistério. Eram associações formadas com características mutualistas e corporativas, que organizavam os professores e suas demandas. Vimos, nos capítulos anteriores, desta tese, que essa era uma característica de organização dos professores, desde o início do século XX no país, portanto, não é algo novo.

Mas é importante localizar que, houve uma retomada desta política, ou seja, segundo Vicentini e Lugli (2011), houve um impulso pela organização das associações representativas do magistério primário no país, na década de 1940, após a queda da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945 e entre as décadas de 1950 e 1960, com a expansão das escolas normais secundárias, o que favoreceu a constituição de várias associações de professores pelos estados brasileiros, “entre os quais se destacam os casos de Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso. Isto favoreceu a fundação, em 1960, da CPPB, entidade representativa do magistério primário em nível nacional” (VICENTINI; LUGLI 2011, p. 176).

E a década de 1970 significou uma nova retomada desse tipo de organização de base, de associações e também de sindicatos, que potencializaram as organizações maiores, mais representativas e com características de massa, ou seja, de ampliação do envolvimento de segmentos maiores das categorias, que poderiam se organizar por ramo de atividade.

No estado do Pará, o surgimento da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA) foi impulsionado pelas associações existentes no interior das escolas e, desde 1976, organizavam formações, debates e reuniões para discutir as questões educacionais nas escolas, como a eleição direta para diretores. Com a ampliação da participação dos diversos segmentos dos trabalhadores em educação nas lutas e sua incorporação à entidade de classe, a APEPA foi também se ampliando e construindo sua identidade política e sindical, em seguida como Federação, e depois como Sindicato.

Interessante observar que a associação de professores, que é uma organização de base, transformou-se em uma Federação em 1983, que, pela Lei sindical getulista, é uma organização sindical de grau superior, mas que depois, em 1988, volta a ser consolidada como organização de grau inferior, ou seja, organização de base, como sindicato. Isto porque havia enorme necessidade de unidade e democracia entre os segmentos de trabalhadores, principalmente em uma mesma categoria. Por isso, os professores organizaram simultaneamente o Sintepp, a

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A estrutura sindical oficial, no Brasil, começou a vigorar, a partir de 1931, quando o presidente Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei nº 19.970, de 19 de março de 1931, que instituiu o monopólio legal de representação sindical outorgado pelo Estado; e essa velha estrutura sindical permanece até os dias atuais, mesmo com as mudanças que foram possíveis conquistar desde a Constituição Federal de 1988 ou de regulamentações feitas posteriormente à organização sindical.

O princípio que norteia a natureza desta estrutura getulista é o sindicato como instrumento de conciliação dos interesses de classe tendo como base o corporativismo. E diversos mecanismos de controle foram instituídos no Decreto presidencial de 1931, como:

Proibição de estrangeiros nos cargos de direção (art. 1º “c”); apresentação do quadro de associados e aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho (art. 2º, §2º); proibição de participação em entidades internacionais (art. 12); a intervenção de fiscais do Ministério em assembleias e nas finanças (ar. 15); multa, destituição de diretoria, suspensão por seis meses ou cassação da carta sindical (ar.16); e obrigação de depósito dos fundos sindicais superiores a determinada quantia no Banco do Brasil, sob o controle do Ministério (art. 19). (BARISON, 2014, p. 46).

Essas regulamentações, em grande medida, permanecem vigorando na legislação brasileira, como na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 513 - São prerrogativas dos Sindicatos:

- a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;
- b) celebrar convenções coletivas de trabalho
- c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;
- d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;
- e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Art. 514. São deveres dos Sindicatos:

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
- b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;
- c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.

d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe. (BRASIL, 1943).

A dependência e o controle do Estado ocorrem, segundo Barison (2014) desde o registro de autorização prévia, concedido pelo Ministério do Trabalho; com a ingerência sobre a vida administrativa e financeira dos sindicatos, na possibilidade de intervenção e do direito de cassação de mandatos de diretoria; na contribuição sindical obrigatória regulamentada pelo Estado; no controle das eleições sindicais, nas limitações dos direitos de sindicalização e proibição de criar central sindical, além das diversas exigências de prestação de serviços, que deveriam ser de responsabilidade do Estado.

Tais normatizações sofreram algumas mudanças, impostas pela luta desencadeada pelos trabalhadores, com o novo sindicalismo, na década de 1980, e aparecem em regulamentações feitas à Constituição Federal, de 1988:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer. (BRASIL, 1988).

A Carta Constitucional faz referência à garantia da livre associação profissional, de proibição de veto à criação das entidades, mas, no essencial, mantém o controle do Estado sobre as entidades, à medida que determina o registro oficial; a unicidade sindical que impõe um sindicato único numa mesma base territorial, o que tira a liberdade dos trabalhadores de auto-organizar-se, ou seja, é uma regulamentação que acaba ferindo a liberdade; também prevê o assistencialismo pelas entidades, quando institui o desconto do imposto sindical anual obrigatório, com destinação controlada, para financiar assistência médica, odontológica, assistência jurídica, colônia de férias, cursos de formação, atividades sociais, etc.

Essa forma de arrecadação compulsória e controlada pelo Estado contribui decisivamente para delinear o perfil de uma prática sindical no interior do sindicalismo oficial que se caracteriza: pelo assistencialismo, desenvolvimento de possantes máquinas burocráticas que favorecem a corrupção e perpetuação dos dirigentes sindicais, quando não pela proliferação de sindicatos de carimbo, ou seja, sindicatos de fachada, sem vida organizativa real, se configurado em grandes bureaux de negociatas com o patronato em detrimento dos interesses dos trabalhadores. (BARISON, 2014, p. 106).

A referência à Constituição Federal de 1988 é importante, porque algumas características da velha estrutura sindical foram reformuladas como, por exemplo, o fim do controle do Estado sobre as eleições sindicais, cai o estatuto padrão único, há o reconhecimento da existência das centrais sindicais (regulamentadas em 2008), a não obrigatoriedade do reconhecimento da existência dos sindicatos pelo Estado; enfim, alguns importantes avanços foram conquistados com o surgimento do novo sindicalismo.

A própria criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que nasce se contrapondo à estrutura sindical oficial, combatendo o atrelamento dos sindicatos ao Estado, defendendo, portanto, a autonomia e independência das entidades de trabalhadores, é um exemplo de como o novo sindicalismo foi impactante no surgimento e ampliação das organizações sindicais no país.

Os princípios norteadores no novo sindicalismo e da CUT foram sistematizados no II Congresso Nacional da CUT (CONCUT), em 1986, sugerindo a implantação da estrutura sindical que interessaria à organização livre dos trabalhadores, tendo como princípio o classismo.

Artigo 1º - LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

O sindicato será soberano em suas decisões e manterá autonomia em relação ao Estado, à classe patronal, aos partidos políticos, aos credos religiosos e às concepções filosóficas.

Artigo 2º - SINDICATO CLASSISTA E DE LUTA

O sindicato se constitui num instrumento de luta para unificação dos trabalhadores desde os seus locais de trabalho até sua instância máxima. A Unidade deve ser garantida pela força política e pelo avanço da consciência da classe trabalhadora na sua luta contra a exploração patronal. Neste sentido, negamos a unicidade sindical que é imposta pela Lei.

Artigo 3º - ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O sindicato será organizado por ramo de atividade econômica (no setor agropecuário, industrial e de serviços), tendo como meta a aglutinação das atividades afins num mesmo sindicato.

Artigo 4º - AÇÃO SINDICAL

O sindicato desenvolverá uma ação sindical de combate sistemático a todas as formas de exploração, tanto na cidade como no campo.

Artigo 5º - ELEIÇÕES SINDICAIS

Todas as eleições serão livres e democráticas, garantindo-se iguais condições para todos os concorrentes. As eleições serão diretas para comissão e sindicato de base.

Artigo 6º - SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

O sindicato e demais instâncias criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta, a solidez de sua organização e o avanço da consciência de classe. Todas as formas impostas pelo Estado ou outras formas de sustentação financeiras que comprometam a autonomia sindical deverão ser abolidas e rejeitadas.

Artigo 7º - DEMOCRACIA

Não há independência sindical real frente aos patrões e ao governo sem exercício da mais ampla democracia sindical. (CUT, 1986).

Esses princípios, delineados nos fóruns da CUT, foram construídos pelos trabalhadores no interior das recentes entidades sindicais e da prática sindical que indicava a ruptura com o modelo da velha estrutura sindical. Combinando formas de organização horizontal e vertical sob os mesmos preceitos, com decisões discutidas e definidas nas instâncias de base, a autossustentação financeira, a organização por ramo de atividade, foram alguns importantes balizadores das organizações sindicais durante esta década de 1980. O Sintepp, quando foi fundado, esteve organizado sob esses princípios.

Estes foram preceitos que configuraram o esforço dos novos sindicalistas que adotaram os princípios cutistas na organização das novas entidades que surgiram e dos sindicatos que foram disputados a partir da organização de oposições sindicais, que lutaram para assumir a direção das entidades dirigidas por pelegos.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) no artigo 1º, parágrafo único, de seu Estatuto, ressalta: “O SINTEPP é uma entidade democrática,

laica, plural, independente em relação aos partidos políticos e ao Estado” e pontua sua finalidade:

Art. 2º - O SINTEPP tem por finalidade defender jurídica e socialmente, no âmbito administrativo e judicial, inclusive por meio de Ação Civil Pública, os interesses e direitos individuais e coletivos dos trabalhadores em educação pública, das redes estadual e municipal de ensino do Estado do Pará, independente do regime jurídico a que estejam submetidos, em todos os seus direitos e lutas, assim como promover a formação política dos trabalhadores em educação e a solidariedade entre todos os trabalhadores (ESTATUTO DO SINTEPP, 2014).

O seu Estatuto estabelece os princípios e finalidades, desde sua fundação jurídica, em 1988 com definição por relações democráticas garantindo sua autonomia e independência na perspectiva de representar os interesses dos trabalhadores organizados em sua base jurídica e política.

A materialização de tais princípios está posto na liberdade de cada representado pela filiação à entidade, com o financiamento de suas ações definida coletivamente pelos trabalhadores de 2% (dois por cento) sobre seu vencimento-base, podendo este ser efetivado através de descontos em consignação ou carnê (art. 4º §3º); pela organização de instâncias de deliberação via assembleias, conselhos de base, plenárias, e congressos (art. 8º). Tem uma organização vertical e horizontal, ou seja, centralizada com a existência de coordenações municipais, regionais e estadual e, ao mesmo tempo, descentralizadas, na medida em que tais instâncias de organização existem numa distribuição territorial por região, com autonomia política e financeira, previstas no Estatuto.

No Sintepp, os congressos estaduais ocorrem a cada dois anos, assim como os congressos regionais e municipais, com a participação de delegados eleitos de forma direta na base territorial. Entre um congresso e outro, o Estatuto prevê a realização de plenárias regionais (art. 18) e estadual (art. 15). A cada três meses, o Estatuto regulamenta as reuniões de um Conselho Estadual de Representantes (CER).

Art. 21 – O Conselho Estadual de Representantes (CER) será realizado a cada três meses e é composto dos seguintes cargos:

I – Coordenadores Estaduais;

II - Coordenadores Gerais Regionais;

III - Representantes das Subsedes, sendo 03 (três) titulares e 03 três suplentes, eleitos diretamente pelos associados no município em assembleia geral organizada para este fim e de acordo com os critérios definidos neste Estatuto.

§1º - A suplência de que trata o inciso anterior somente será exercida mediante a ausência do respectivo titular.

§2º - O mandato dos cargos do CER terá a duração de 03 (três) anos.

§3º - Os representantes das Subsedes poderão ser substituídos a critério e por decisão da respectiva base das Subsedes.

Art. 22 – Ao Conselho Estadual de Representantes (CER), compete deliberar sobre todos os assuntos de interesse da entidade na forma que determina este Estatuto, respeitadas as deliberações dos Congressos Estaduais. (SINTEPP, 2014).

Este Conselho Estadual é uma instância de enorme importância para a democracia do sindicato, na medida em que junta, a cada três meses, representantes de todas as subsedes, ou seja, de cada município onde o Sintepp está organizado. As subsedes estão organizadas territorialmente nos municípios, que se relacionam diretamente com uma organização regional, na base territorial desses municípios, no total de 10 regionais instituídas pelos fóruns da entidade e tais coordenações regionais desenvolvem o trabalho político-sindical diretamente nas subsedes; assim como a direção estadual, que acompanha as atividades diretamente com as regionais e suas subsedes.

A relação entre as coordenações, estadual, regionais e municipais é de permanente troca de informação, formação e solidariedade. Tais coordenações se encontram com os trabalhadores cotidianamente nas atividades que devem ocorrer diretamente nas escolas; e a cada três meses, no Conselho Estadual de Representantes, onde participam também conselheiros eleitos da base da categoria; nas plenárias bianuais e no congresso estadual bianual.

Outra instância de organização importante, prevista no Estatuto do Sintepp, é o conselho municipal de representantes de escola (art. 8º), um fórum constituído pelos trabalhadores, eleitos nas escolas, que passam a compor um conselho municipal do sindicato, sob a coordenação das direções municipais, criado para estabelecer um vínculo permanente entre a direção da entidade e sua base. É um forte instrumento de organização e mobilização de base. Representa uma política permanente de presença do sindicato no interior das escolas.

A coordenação estadual do Sintepp é eleita por eleições universais e diretas, pelos filiados, que podem votar e ser votados, com proporcionalidade direta e qualificada (art. 71) onde participam qualquer membro filiado da categoria, inscrevendo chapas com pelo menos 2/3 de componentes (art. 70), e poderão compor a direção as chapas que alcançarem no mínimo 10% dos votos válidos no pleito (art. 72 §1º). A coordenação estadual é eleita para um mandato de três anos (art. 33). É composta por 51 membros, sendo 38 titulares (distribuídos em 19

cargos) e 13 suplentes (art. 34). Uma composição democrática e proporcional ao número de votos que cada chapa pôde alcançar nas eleições.

A coordenação estadual do Sintep apresenta a seguinte composição:

I Coordenação Geral	02 (dois) cargos
II Coordenação de Secretaria Geral	02 (dois) cargos
III Coordenação de Secretaria de Finanças	02 (dois) cargos
IV Coordenação de Secretaria de Patrimônio	02 (dois) cargos
V Coordenação de Secretaria de Formação	02 (dois) cargos
VI Coordenação de Secretaria de Assuntos Educacionais	02 (dois) cargos
VII Coordenação de Secretaria de Políticas Sociais	02 (dois) cargos
VIII Coordenação de Secretaria de Assuntos Jurídicos	02 (dois) cargos
IX Coord. de Sec. de Assun. Previdenciários e Aposentados...	02 (dois) cargos
X Coordenação de Secretaria de Eventos Culturais e Lazer	02 (dois) cargos
XI Coordenação de Secretaria de Funcionários da Educação ...	02 (dois) cargos
XII Coordenação de Secretaria de Comunicação	02 (dois) cargos
XIII Coord. de Secretaria Relações de Gênero e Sexualidade ...	02 (dois) cargos
XIV Coordenação de Secretaria de Saúde do Trabalhador	02 (dois) cargos
XV Coordenação de Secretaria de Meio Ambiente	02 (dois) cargos
XVI Coord. de Secretaria de Educação e Direitos Humanos	02 (dois) cargos
XVII Coord. de Sec. Educação no Campo e Ribeirinhos	02 (dois) cargos
XVIII Coordenação de Secretaria Etno-racial	02 (dois) cargos
XIX Coordenação Executiva de Belém.....	02 (dois) cargos.

(SINTEPP, 2014, p. 10-11).

Essa coordenação estadual tem uma composição política bem diversificada. Primeiro, pela representação dos trabalhadores das diversas regionais do Sintep, ou seja, não é uma coordenação centralizada e localizada politicamente apenas na capital, apesar de ter a sede geral da entidade no município de Belém, mas existe a representação das regionais, de municípios do interior do estado nesta coordenação, o que ajuda na interação entre cidade e campo; entre o centro político de decisões do Estado e as áreas de efetivação de suas políticas. Obviamente que os dirigentes estaduais que estão na capital concentram maiores atribuições na coordenação, pelo fato de a capital ter maior representação política governamental e ter a maior concentração de escolas estaduais, portanto, maior número de trabalhadores na base.

Segundo, pela participação de diversas organizações políticas e sindicais gerais e locais que estão referenciadas na composição e construção política do sindicato. Uma característica de entidades democráticas que comportam divergências de opiniões e de organização.

Na composição atual da coordenação estadual do Sintepp, existem representantes de quatro centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS) e a INTERSINDICAL. Ressaltando o fato de o Sintepp não ter se filiado a nenhuma central, depois de sua desfiliação da CUT, em 2007.

Também compõem a entidade, inúmeras correntes sindicais e movimentos que atuam no cotidiano da construção das lutas dos trabalhadores em educação, como as correntes sindicais Resistência e Luta, Unidos pra Lutar, Educador na escola e na luta, Corrente sindical classista, Articulação sindical; Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS); Movimento Revolucionário Socialista (MRS); Vem pra Luta e outros coletivos, municipais e regionais, que se alinham pelas suas localidades.

Os partidos políticos são de grande atuação no interior da entidade e estão nas diversas coordenações do sindicato e se vinculam às correntes sindicais. Os mais atuantes são: o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), e diversos agrupamentos políticos que compõem esses partidos políticos e que se manifestam e atuam na organização da entidade.

Interessante analisar esse tipo de organização sindical, como o Sintepp, que é um sindicato de categoria profissional e que agrupa uma diversidade de outras organizações políticas e sindicais em seu interior. Na medida em que tais articulações o fazem assumir características de uma organização de frente única, ou seja, uma entidade de composição plural, diversificada, que estabelece pontos comuns de unidades, para desencadear as mobilizações, as lutas e a política do sindicato, entendendo que é impossível separar a luta sindical da luta política.

O programa que assegura esta unidade para a luta e organização da categoria é discutido permanentemente nas instâncias de deliberação da entidade, como vimos anteriormente. Para garantir que esse programa seja cumprido, torna-se fundamental a realização de assembleias permanentes, que escutem a categoria e as diversas organizações que atuam na entidade; que se encaminhem as deliberações para que se garanta a credibilidade do sindicato junto aos

trabalhadores, esse mecanismo é o que possibilita a garantia do respeito às decisões definidas pelos trabalhadores.

Os conflitos que marcam a existência da entidade, no âmbito da esquerda e na defesa dos interesses dos trabalhadores é elemento imperativo no interior do Sintepp, obviamente que o papel dos partidos políticos ajudam a politizar a luta sindical, contribuem para alinhar a disputa política e romper com o corporativismo e o economicismo.

Outras vezes podem trazer consequências negativas, que comprometam os princípios da entidade, por exemplo, quando um partido, dito de esquerda, com representantes nas direções do Sintepp são eleitos para mandatos políticos em gestões municipais, estaduais, ou mesmo federal, como foi a eleição do presidente Lula da Silva, do PT, à presidência da República brasileira, e não se estabelece uma relação de autonomia de tais governos com a entidade, corre-se um sério risco de estabelecer enormes conflitos entre a direção e a base do sindicato.

São comuns os conflitos que surgem a partir desses processos, com dirigentes defendendo a importância do sindicato em sustentar um governo dito de esquerda e participar dele, ou de dirigentes que defendem manter a autonomia do sindicato, distanciando o Sintepp da organização desse tipo de governo, como vimos nos registros pontuados em capítulos anteriores desta tese.

Do interior do Sintepp é comum surgirem candidaturas de professores e dirigentes do sindicato, eleitos vereadores, deputados, e até prefeitos, como foi o caso do prefeito de Belém, professor Edmilson Rodrigues que foi o primeiro presidente da Federação dos Profissionais da Educação no Pará (FEPPEP); tem sido comum ter dirigentes que assumem cargos de coordenações nas prefeituras e governos, na medida em que a atuação no Sintepp exige enorme grau de envolvimento e conhecimento das políticas públicas educacionais, e a luta pela garantia dessas políticas. O Sintepp torna-se referência nos municípios onde tem atuação e seus dirigentes são, muitas vezes, requisitados pelos diversos prefeitos, em especial os que se referenciam à esquerda na luta de classes do país, para construir tais políticas no interior desses governos.

Até porque esses dirigentes mantêm um processo de forte aproximação e interlocução entre governo e os trabalhadores, pela influência que adquiriram no sindicato. Um processo de lua de mel que só termina quando os ex-sindicalistas, e membros dos governos, ou das estruturas parlamentares, optam em administrar as políticas públicas contrárias aos interesses dos trabalhadores em educação. Por isso, o princípio da autonomia sindical é um debate permanente no interior do Sindicato.

Mas a estrutura política e organizativa do Sintepp permite a convivência de suas diversas expressões e matizes políticas, advindas das organizações dos trabalhadores e da atuação desses trabalhadores nas lutas da categoria.

A regulamentação estatutária para a eleição e composição democrática da coordenação estadual do Sintepp também se aplica às coordenações regionais e municipais, considerando a realidade de cada local e situação política, cuja liberdade de organização de suas coordenações e secretarias fica a critério das respectivas estruturas locais, nos marcos das atribuições definidas pelo Estatuto da entidade, o qual regulamenta as atribuições de cada coordenação relacionada. Também regulamenta a organização do Sindicato pelas regionais.

Vejamos um quadro que mostra a organização do Sintepp em nível estadual, pelas regionais, os municípios que as compõem, o total de filiados por regionais, na base municipal e estadual de ensino e o total de filiados registrados atualmente no sindicato.

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO SINTEPP PELAS REGIONAIS DO PARÁ

Nº	REGIONAIS	NOME E TOTAL DE MUNICIPIOS	FILIAÇÕES			
			Municipais	Estaduais	Total	
1	Baixo Tocantins	Abaetetuba, Acará, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Moju, Tailândia, Tomé-Açu.	09	3.392	518	3.910
2	Marajó	Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Melgaço, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure.	15	3.215	155	3.370
3	Metropolitana	Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara, Santa Izabel.	6	1.247	1.877	3.124
4	Oeste	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão.	20	3.950	931	4.881
5	Sudeste	Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia.	18	6.477	315	6.792
6	Sul	Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia,	15	2.440	178	2.618

		Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara.				
7	Tocantina	Baião, Breu Branco, Cametá, Goianésia do Pará, Limoeiro do Ajuru, Tucuruí, Mocajuba, Novo Repartimento, Oeiras do Pará.	09	2.393	167	2.561

[CONTINUA]

QUADRO 5 – DEMONSTRATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO SINTEPP PELAS REGIONAIS DO PARÁ [CONCLUSÃO]

8	Xingu	Altamira, Anapú, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.	10	2.596	204	2.800
9	Nordeste 1	Aurora do Pará, Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Iritúia, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Paragominas, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta, Ulianópolis, Vigia.	23	3.612	679	4.291
10	Nordeste 2	Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, Tracuateua, Viseu, São João de Pirabas, Nova Timboteua.	19	2.009	554	2.563
TOTAL GERAL			144	31.331	5.578	36.909

FONTE: Estatuto do SINTEPP (art.59); Mapa de votação da eleição estadual do SINTEPP de 2015.

O quadro mostra a dimensão geográfica e política de organização do Sintepp com uma abrangência de filiações presentes em 100% dos municípios do estado. O Sintepp está organizado com estrutura de sindicato (coordenação, finanças, sede, atuação) em 125 municípios e 10 regionais. Cada uma dessas instâncias de organização aparece no organograma da entidade compondo uma descentralização política e organizativa do Sindicato que possibilita atuar nos locais mais distantes, nesse estado continental.

As coordenações dirigentes do Sintepp, coordenação estadual, coordenações regionais e coordenações municipais atuam, portanto, em 125 municípios, atendendo 16.055 escolas, 80.281 professores, além dos funcionários, totalizando aproximadamente 100 mil trabalhadores na base. Com uma base de 36.909 filiados, o Sintepp abrange atualmente um quadro de 37% de filiações sindicais.

Os municípios (chamados de subsedes), as regionais e a estadual possuem autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com o compromisso político obrigatório da realização de prestação de contas públicas e regulares na base do sindicato. A arrecadação financeira da entidade é regulamentada pelo seu Estatuto no artigo 4º §3º com a instituição de 2% do valor do vencimento base de cada filiado, repassados mensalmente ao sindicato.

A distribuição dessa arrecadação é definida pelo Estatuto, no artigo 90:

Art. 90 – Os recursos provenientes da arrecadação das contribuições mensais dos associados serão repassados à Coordenação Estadual, às Regionais e às Subsedes, obedecendo aos seguintes percentuais:

I - Coordenação Estadual – 25% (vinte e cinco por cento);

II - Coordenação Regional – 15% (quinze por cento);

III - Coordenação de Subsedes – 60% (sessenta por cento).

§1º - Do total das contribuições dos associados municipais, a Subsele deverá repassar 25% (vinte e cinco por cento) para a Coordenação Estadual e 15% (quinze por cento) para a Coordenação Regional. (SINTEPP, 2014).

A arrecadação dos filiados estaduais do Sintepp é feita pela coordenação estadual e as filiações municipais e de municipalizados⁷⁹ são feitas pelas coordenações municipais, as subsedes, com exceção de Belém, onde não existe estrutura de subsele⁸⁰, cuja arrecadação é feita pela coordenação estadual. A partir da arrecadação, o Estatuto regulamenta sua distribuição com os percentuais devidos a cada uma de suas estruturas. Da arrecadação estadual para as regionais e subsedes; e da arrecadação municipal das subsedes para as regionais e a estadual.

Existe na estrutura do Sindicato o Conselho Fiscal (art. 91), constituído em cada subsele, regional e na coordenação estadual com a função de analisar a movimentação financeira e emitir os pareceres necessários sobre a organização das finanças do sindicato, feita pelas coordenações de secretaria de finanças, fiscalizando sua aplicação e encaminhando prestação de contas para aprovação nas instâncias do sindicato.

⁷⁹ Os municípios municipalizados são aqueles que assinaram o Termo Cooperativo de Parceria educacional com o Estado viabilizando a municipalização da educação pelos municípios, a necessidade de municipalização do ensino fundamental no Estado do Pará, “para propiciar ao município a gestão gradativa do ensino nas faixas da Educação Infantil e do ensino fundamental e ao Estado, a priorização do desenvolvimento do ensino médio.” (ALVES, 2011, p. 84). Esse convênio existe no Pará desde 1997 e, atualmente, segundo a Seduc-Pa, 107 municípios são municipalizados.

⁸⁰ O art. 8º do Estatuto do Sintepp regulamenta a coordenação de subsele, que é a coordenação estruturada no município. Em Belém essa estrutura deixou de existir e a capital passou a ser organizada pela coordenação Estadual a partir da executiva Belém e coordenações distritais.

**TABELA 6 – DEMONSTRATIVO DE RECEITAS ESTADUAIS DO SINTEPP
ABRIL/MAIO/JUNHO DE 2016**

MESES	RECEITAS	VALORES R\$
ABRIL/2016	1 - Arrecadação Estatutária:	565.505,78
	SEDUC	200.380,04
	IGEPREV	52.881,86
	SEMEC/Belém	24.690,59
	Repasse municipais/municipalizados	287.553,29
	2 – Repasse das subsedes	176.598,58
	3 – Outras receitas	85.667,74
	Rend. Aplicações financeira	5.234,84
	Venda Doblô	28.000,00
	Venda Frantler	44.715,00
	Imposto Sindical	7.367,90
	Fórum das Entidades	350,00
	TOTAL DE RECEITAS ABRIL	827.782,10
MAIO/2016	1 - Arrecadação Estatutária:	650.774,41
	SEDUC	200.543,85
	IGEPREV	52.610,07
	SEMEC/Belém	21.898,54
	Repasse municipais não identificados	375.721,91
	2 - Repasses municipais das subsedes	175.819,51
	3 – Outras receitas	141.378,33
	Rend. Aplicações financeira	5.702,33
	Imposto Sindical	133.076,00
	Forum de Entidades Sindicais	2.550,00
	Outros	50,00
	TOTAL DE RECEITAS DE MAIO	967.972,25
	JUNHO/2016	1 - Arrecadação Estatutária:
SEDUC		198.557,92
IGEPREV		105.019,67
SEMEC/Belém		24.491,50
Repasse municipais não identificados		302.567,91
2 - Repasses municipais das subsedes		218.928,56
3 – Outras receitas		105.354,13
Rend. Aplicações financeira		6.353,38
Regional Nordeste: Lotação de ônibus		7.000,00
Resgate de capitalização		5.147,41
Imposto Sindical		86.853,34
TOTAL DE RECEITAS DE JUNHO		954.919,69
3 MESES		TOTAL GERAL DO TRIMESTRE

FONTE: SINTEPP. Jornal de Prestação de Contas do 2º trimestre de 2016.

Disponível em: http://sintep.org.br/wp-content/uploads/2016/09/presta_contas_julho_final4.jpg .

Acesso em 08/08/2016

O demonstrativo financeiro da entidade, construído pela Secretaria de Finanças, apresenta os dados sobre a arrecadação com peso significativo da contribuição direta dos filiados nas finanças estatutárias, considerando os 25% devidos à coordenação estadual, representando mais da metade da arrecadação do sindicato no trimestre: R\$1.846.917,19.

Registra-se a arrecadação, em outras despesas, de imposto sindical no valor de R\$227.297,24 nos trimestres. Recolhimento do referido Imposto sindical que o Estatuto do Sintep não autoriza, por isso, é preciso considerar que, neste aspecto, a direção da entidade pode estar desconsiderando tal regulamentação estatutária, visto que não há registro desta autorização nos congressuais da entidade.

Explica-se a arrecadação do Sintep como elementar na organização da entidade e atendimento no conjunto de suas estruturas. Uma arrecadação que chega em mais de onze milhões de reais ao ano se considerarmos esses patamares de arrecadação em quatro trimestres. Valores que possibilitariam toda a estrutura necessária à realização de uma prática sindical de forte engajamento na base da categoria, em suas instâncias e atividades.

Não vimos o registro de fundo de greve na prestação de contas da entidade, considerando que o Sintep não realizou greves, em 2016; mas o cronograma permanente da entidade de paralisações, congressos bianuais, congressos regionais e municipais; formações políticas, dentre outros eventos, prevê enormes custos com a manutenção das tarefas sindicais.

No mês de abril, a prestação de contas do trimestre relacionado demonstra um total de despesas na ordem de R\$720.777,38, portanto um superávit de R\$106.905,62. Em maio as despesas foram de R\$857.738,15, um superávit de R\$110.234,10. Em junho as despesas totalizaram R\$746.420,43 e o superávit foi de R\$208.499,26. Isso significa que o Sintep arrecadou R\$2.750.674,04 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quatro centavos) e gastou R\$2.324.935,96 (dois milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), construindo um superávit, ou seja, um excedente de R\$425.638,98 (quatrocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos) durante os três meses analisados.

Em termos financeiros, podemos dizer que o Sintep consegue cumprir suas demandas, estruturando as lutas da entidade e mantendo sua organização burocrática, com funcionários, em diversas áreas; diretores liberados; sede própria; corpo jurídico; eventos permanentes e suas despesas correntes, sem apresentar problemas de ordem financeira.

5.2 O SINDICATO NA VISÃO DOS TRABALHADORES DOCENTES

Diante de enorme aparato organizativo, de vasta experiência política e de uma composição de quadros políticos-sindicais que expressam a combatividade da luta dos trabalhadores em educação no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP), vimos que as lutas desencadeadas pelo sindicato, ao longo dos últimos 14 anos, estiveram no centro da conjuntura política do estado do Pará, pela sua frequência e pela radicalidade.

Torna-se necessário, neste momento, verificar como está a construção da identidade de classe do professor a partir das lutas desencadeadas pelo Sindicato. Como os professores vêm sua entidade sindical; as ações desenvolvidas; a atuação da direção, as características e repercussões de suas lutas; para que identifiquemos o grau de pertencimento e a importância que tem o Sintepp como organização dos trabalhadores em educação no Pará, em especial, os professores.

Para o alcance desses objetivos, foram coletados dados empíricos, por meio de entrevistas semiestruturadas, com professores da rede estadual de ensino em Belém, professores da base do sindicato, filiados e não filiados à entidade, e professores dirigentes, da coordenação estadual do Sintepp.

Durante a realização das entrevistas com os professores envolvidos na pesquisa, foi possível perceber as inquietações sobre alguns aspectos relacionados previamente às conversas, que dizem respeito à ausência de políticas públicas que valorizassem o trabalho do professor e as preocupações sobre o papel do sindicato na conjuntura atual; a atuação do Sintepp e as lutas desenvolvidas pelos professores no estado do Pará.

5.2.1 ESTADO E TRABALHO DOCENTE

Uma primeira questão a ser ressaltada, quando analisamos a complexa relação entre trabalho e capital, na atual fase em que se encontra o sistema capitalista, de crise crônica, permanente e estrutural, é a situação da classe trabalhadora. A classe, que segundo Braverman (1987), é a matéria-prima para a exploração, e a garantia do aumento do valor excedente do capital, é a parte animada do processo produtivo.

Esta classe trabalhadora vive uma existência social e política por si mesma, fora do alcance direto do capital. Protesta e submete-se, rebela-se ou é integrada na

sociedade burguesa, percebe-se como uma classe ou perde de vista sua própria existência, de acordo com as forças que agem sobre ela e os sentimentos, conjunturas e conflitos da vida social e política. Mas a partir de então, em sua existência permanente, é a parte viva do capital, sua estrutura ocupacional, modos de trabalho e distribuição pelas atividades da sociedade que são determinadas pelo processo em curso de acumulação do capital. É captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital. Disto decorre a definição formal de classe trabalhadora como a classe que nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força ao capital em troca de sua subsistência. (BRAVERMAN, 1987, p. 319-320).

No encaixe desta definição, encontra-se o trabalho docente, como parte constitutiva de um trabalho assalariado e proletarizado; como produto de um mundo globalizado, que experimenta formas flexíveis de trabalho e eficiente produtividade para aumentar a competitividade entre as nações e seus mercados.

Tais princípios de flexibilização, eficiência e produtividade foram eixos ordenadores das políticas educacionais do Estado e de governos que assimilaram a necessidade de “enfraquecer material e simbolicamente os professores” (BARRETO; LEHER, 2003, p. 40) que resistiram durante as últimas três décadas às mudanças no trabalho, portanto em suas carreiras; no currículo, na formação e em sua identidade.

Os conflitos são evidentes e os governos produziram um processo de desgaste aos professores, desqualificando o seu trabalho, por meio de mecanismos de regulação e de ausências de políticas de valorização do trabalho docente.

O Pará é um estado exportador de commodities, de produtos primários, e tem uma economia que com certeza daria para desenvolver um bom projeto educacional, infelizmente, aqui no estado não se tem uma política por parte dos governos e, sobretudo, por parte das prefeituras que levem em consideração e hierarquize pela pauta da educação, pela valorização do professor, pela valorização da escola pública. (PROFESSOR 05C).

A opinião do coordenador do Sintepp denota que o Estado é responsável pelas mazelas que ocorrem com o professor e com a escola pública, que mesmo em condições econômicas de fazê-lo, o Estado é ausente de uma política educacional que valorize o professor e a escola. Mas existe também um processo que distribui as responsabilidades sobre os problemas vivenciados na educação pública e que pode contribuir para o enfraquecimento do sentimento de unidade e de classe dos trabalhadores.

Existe uma tentativa muito grande do Estado de nos responsabilizar, eu acho que existe isso, eu não me sinto responsabilizado, mas eu acho que tem muita gente na escola que se sente responsabilizado e as nossas reações daqueles que não se sentem responsabilizados, são reações até de agressividade com os nossos próprios colegas, que tem essa compreensão com o processo educacional, até com os nosso pais, com os nossos alunos, eu acho que nós vivemos um processo que a gente está muito embrutecido na escola, é por causas dessas relações que nós estabelecemos uns como outros, eu acho que a gente estar muito desunido. (PROFESSOR 07BF).

Ao mesmo tempo em que o professor aponta a responsabilidade sobre os problemas da educação pública para o Estado, assume a existência de um processo de responsabilização que parece latente entre os professores. Esse processo tem aumentado, diante dos mecanismos de regulação do trabalho docente, como por exemplo, os resultados das avaliações externas, que tem responsabilizado a escola e seus profissionais, pela ineficácia e improdutividade a partir da aferição dos seus resultados, com consequências, inclusive, sobre os recursos que a escola deveria receber.

Diante da necessidade de responder às exigências determinadas pelas políticas educacionais estabelecidas, o professor vai se adequando, incorporando exigências, aumentando suas funções dentro da escola e, portanto, responsabilizando-se pelo sucesso ou pelo fracasso do aluno diante dos processos meritocráticos exigidos. Ou mesmo diante do aprofundamento de problemas sociais como o desemprego, a violência, o uso de drogas, etc.

Hoje a situação dos professores é de instabilidade mas com uma tendência a retração em que pese a conjuntura ser favorável ao avanço do enfrentamento. Isso é uma contradição que temos percebido. Ataques se avolumando, a retirada de direitos estão apontando para o risco real de serem retirados imediatamente e ao mesmo tempo uma retração da categoria. Eu acredito que o discurso e ação oficial tem conseguido impor uma espécie de fim da história, de impossibilidade. (PROFESSOR 02C).

Segundo o dirigente do sindicato, os professores estariam assimilando o discurso do governo de que não é possível avançar em direitos, o que provoca descrédito na luta organizada. De que maneira os efeitos da responsabilização assumida pelo professor pode retrair suas ações de organização enquanto classe? Será que o sistema do capital tem conseguido neutralizar a ação docente para as lutas políticas e econômicas que subtraem direitos do trabalhador? Será que o neoliberalismo capturou a subjetividade docente convencendo-o da impossibilidade de

mudanças, na medida em que o sistema asseguraria o mínimo necessário para as conquistas individuais?

A categoria está sempre sendo bombardeada e ameaçada em seus direitos. Embora a categoria lute mas ela está lutando para manter direitos, não é para adquirir novos, diante de muitos bombardeios e truculência dos governos com a desvalorização. E isso faz as vezes com que a categoria se curve, recue, deixa de acreditar na força do sindicato para que possamos ampliar direitos. É uma categoria que ainda mostra para a sociedade que ainda tem peso, dá a cara a tapa e mostra para a sociedade que é só com essa luta que podemos ter algumas coisa. (PROFESSOR 08BF).

Essa visão do professor que está na base da categoria e é filiado ao sindicato aponta uma outra perspectiva sobre o ânimo dos professores da rede pública estadual, ressaltando a resistência que existe no interior das escolas, contrariando o discurso da impossibilidade, mesmo diante das contradições existentes.

Vale ressaltar que a implementação das reformas neoliberais no Brasil, em todas as áreas do Estado, desde o início da década de 1990, foi confrontada pela inconformidade do trabalho docente às regras que diminuía seus direitos regulamentados e aumentavam suas funções no processo educativo e político. As iniciativas de luta e mobilização dos professores no país retardaram ou inviabilizaram a aplicação de muitas medidas. Portanto, existe resistência por parte dos professores ao discurso da responsabilização. Principalmente diante da realidade de intensa desvalorização do trabalho docente e da escola pública.

No Pará, a precarização da escola da rede pública, tanto da estadual, quanto municipal, reflete no final na questão no aprendizado do aluno e quando você vai para a escola para trabalhar e chegar lá não tem alimentação, a merenda do aluno, você tem que dá um tempo reduzido de aula, porque não tem estrutura, e o professor mais uma vez é penalizado porque ele faz todo um planejamento para trabalhar um turno inteiro e acaba trabalhando um turno pela metade. (PROFESSOR 03C).

Tanto a infraestrutura, quanto a insegurança na escola, está deixando o professor doente. Porque não está conseguindo falar, é um calor, se eu tenho três turmas para trabalhar em uma sala quente eu não vou conseguir trabalhar, aí eu trabalho segunda e terça, e quarta- feira eu já estou com atestado. (PROFESSOR 10BNF).

O desenvolvimento do trabalho docente torna-se dificultado também pelas condições estruturais nas escolas. Problemas que tem se tornado permanente, dada a falta de garantias em infraestrutura e organização das escolas. No currículo existe inúmeras incertezas por conta das reformulações constantes que tornam as políticas emergências e sem a continuidade necessária a uma consolidação do processo pedagógico. Nas questões de direitos trabalhistas, existem muitas denúncias de não cumprimento de direitos básicos, inclusive legais, como o piso salarial da categoria que não é reajustado desde 2015, mas “*os professores conseguiram que sua carga horária chegasse a 220h, sendo que o governo desejava diminuir para 150h. Plano de saúde, PCCR, concurso público, aumento do piso salarial em 2015. Contudo, os professores têm amargado muitas perdas.*” (PROFESSOR 13BF), demonstra que os conflitos se desenrolam a cada ano na rede estadual.

As garantias que foram possíveis adquirir como a carga horária que virou uma disputa sem precedentes na rede estadual, pela política anual do governo do estado em diminuir a carga horária de trabalho sem uma política de valorização salarial é um reclame permanente, assim como a fragilidade no cumprimento do Plano de Carreira; a não realização de concurso público e a suspensão dos reajustes dos valores do piso salarial em 2016 e 2017. Isso significa que existem condições objetivas para o desenvolvimento de lutas sindicais e políticas na tentativa de assegurar os direitos dos trabalhadores docentes.

5.2.2 SINDICALISMO E EDUCAÇÃO

Na visão dos entrevistados sobre a questão mais geral do sindicalismo no Brasil, existem análises que se entrelaçam na rede das contradições da atuação dos sindicatos, diante das exigências do mundo do capital e de governos referenciados na esquerda brasileira, o que nos obriga a identificar a importância desses instrumentos de organização e luta, identificando uma crise de representatividade que parece enfraquece-los como instrumentos de defesa dos interesses dos trabalhadores.

O movimento sindical ainda é a principal ferramenta dos trabalhadores, é a entidade de classe que representa os trabalhadores de um modo geral com relação a sua organização, em construir pautas, a enfrentar e organizar o movimento para que as categoria possam ter direitos e conquistas. A conjuntura do movimento sindical como um todo eu avalio como adversa, temos aí várias centrais sindicais e elas não conseguem ter uma efetivação de luta, de massa, você tem dificuldade hoje de construir uma única central que

possa estar absorvendo todos os sindicatos de luta e combativo e isso é um problema. Você tem pautas particulares mais motivadas pelas posições político-partidárias que em regra geral, no meu entendimento, tem dificultado a luta sindical, no entanto, a gente percebe que existe ainda vários sindicatos que tem organização, que consegue manter um diálogo permanente com a base, que consegue apresentar pautas, debater com a base minimamente essas pautas e a conjuntura é difícil (PROFESSOR 01C).

É uma entidade que representa a classe trabalhadora, tem papel importantíssimo de estar esclarecendo, conscientizando esta classe da sua situação, ainda muito precária, do trabalho que desenvolve no dia a dia; de mobilização de classe, pros atos, para as greves, com aproximação da base, de transformação, eu acho que é possível, acho que o sindicato tem essa contribuição de tornar a vida das pessoas melhor. (PROFESSOR 07BF).

A importância da organização em sindicatos é refletida tanto pelo professor dirigente, quanto pela base, com os objetivos que a realidade objetiva da classe trabalhadora exige. A preocupação dos professores aponta alguns aspectos sobre os problemas vistos no movimento sindical no Brasil, como o processo acentuado de fragmentação política dos trabalhadores entre as entidades sindicais gerais que tem dificultado a unidade dos trabalhadores para a luta unificada em defesa dos seus direitos. Carentes de uma organização geral que unifique essas lutas, os trabalhadores buscam suas organizações de base, seus sindicatos para continuar se organizando, entendendo a importância dos sindicatos como ferramenta principal de organização dos trabalhadores.

O sindicalismo hoje tem problema de representatividade mas é produto de uma crise política que vive essa confusão da esquerda de 89, 90, pois grande parte da vanguarda lutadora luta mas não tem como estratégia o socialismo, tem como estratégia a democracia, pela radicalização da democracia, ela está muito presa a estrutura da democracia burguesa mas não tem como estratégia a ruptura com essa estrutura, como antes, querendo destruir e construir algo novo e isso leva a crise de representatividade. A estrutura sindical continua engessada, as pressões econômicas são muito forte e o sindicato não consegue fazer uma luta política. Se prende muito na estrutura da luta salarial e econômica. Essa é uma barreira que os sindicatos terão que pensar. Os sindicatos não são capazes de pegar um tema social e fazer a disputa na sociedade. Ele pega o tema econômico. Esse é um problema do Sintepp e da maioria dos sindicatos. (PROFESSOR 05C).

Em nível nacional, temos a influência dessa baixa de compromisso por parte dos trabalhadores, professores e pedagogos, temos um baixo nível de consciência política, de construção e transformação da sociedade. Isso é geral. Temos que trabalhar no Sintepp a formação, urgentemente, porque é nítido que certas disputas internas que existe entre nós, de direção, tem a ver com isso, com essa falta de consciência, de compromisso ideológico de mudança pra melhor e entende-se o melhor, uma sociedade socialista. (PROFESSOR 04C).

Os coordenadores do Sintepp ressaltam a preocupação com a dispersão da classe e a menor representatividade das organizações sindicais. Um diagnóstico importante tem a ver com o aprofundamento de um corporativismo nas lutas econômicas que impedem a visualização de uma disputa política de poder no interior da sociedade capitalista para a construção de uma sociedade diferente dela; isso posto, atribui-se, como preocupação central, a despolitização e a estrutura sindical oficial que, segundo os dirigentes do Sindicato, tem engessado a atuação política das entidades que não conseguem ampliar sua atuação e, portanto, disputar políticas gerais na sociedade.

Concordando com esse tipo de diagnóstico sobre o caráter das ações engendradas pelos sindicatos, existem dois desafios que são importantes ressaltar na visão dos estudiosos sobre sindicalismo:

O desafio, portanto, é olhar para uma sociedade que vá além do capital, mas que tem de dar também respostas imediatas para a barbárie que assola a vida cotidiana do ser social que trabalha. E outras palavras, buscar a imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica de clara conformação anticapitalista. [...] o sindicalismo de esquerda no Brasil encontra-se também frente a um conjunto de desafios de caráter mais organizacional e que dizem respeito à própria sobrevivência dos sindicatos como movimentos sociais de trabalhadores. (ANTUNES, 1999, p. 244).

Quando o autor fala em sindicalismo de esquerda, faz referência, ao nosso ver, às organizações que se identificam com a luta pelos interesses da classe trabalhadora, portanto, contra os interesses do capital, da exploração e da ganância pelo lucro. Para isso, desafia os sindicatos a atuarem numa relação dialética entre as necessidades imediatas e as estratégias de emancipação da classe trabalhadora, sendo a luta sindical uma luta política permanente, que exige um tipo de organização sindical ampla.

Não sei em qual regime, mas o sistema capitalista pra mim é um grande engano de promover o bem estar das pessoas, só faz enfraquecer, ele só traz

mazelas pra mim e nesse sentido acho que ao trabalhar com a classe trabalhadora, porque nós trabalhadores somos esperançosos, tem um momento que a classe se rebela, vai pra luta. Acho que se nós tivermos pessoas mais experientes pra nós, se os líderes sindicais traçarem e proporem estratégias, acho que a classe trabalhadora tem essa força, tem essa gana, essa esperança de promover essa melhoria pra sua vida, pra sua família. (PROFESSOR 07BF).

Além de ter um papel fundamental na organização do profissional é fundamental na formação, na busca de recurso da formação das pessoas, de direitos conquistados e conquista algo para a categoria. Dizer: eu quero um sindicato não atrelado a política, não existe isso, se não existe vai existir, autonomia, isso é fala de quem ainda estar se formando politicamente, o sindicato é sempre atrelado, o problema é quando se atrela aos pensamentos de direita. O problema é que hoje não estamos bem fortalecidos com um pensamento forte de esquerda. O sindicato é um órgão do poder político, com o objetivo de delegar e buscar direitos e falar em nome da categoria. (PROFESSOR 09BNF).

Os professores que se organizam na base do Sintepp demonstram uma importante compreensão sobre a luta política e sua estratégia no movimento sindical, defendendo a importância sobre a autonomia das entidades sindicais em relação aos capitalistas e seus aliados de direita. Ou seja, identificam o Sindicato como um espaço de transformação da sociedade, como um órgão de classe, para ação e disputa do poder político.

Um aspecto é sua perda de autonomia, em relação aos governos e ao Estado, em especial a partir da eleição do presidente Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003. Um processo que analisa as relações do sindicato diante de um governo que apresentou uma simbologia e aproximação política com o movimento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que reforçou essa relação política na manutenção das estruturas já consolidadas do Estado capitalista em vigor.

Com a vitória do PT parece que os sindicatos foram se acomodando como se tivessem recebido um prêmio. É como se eles estivesse dizendo, ganhamos o poder, chegamos e paramos. (PROFESSOR 09BNF).

Não sei se com o governo Lula se teve a ver com isso, porque o governo Lula veio do sindicalismo, e quando chegou ao poder levou talvez a combatividade dos sindicatos pra dentro do governo, do poder. E os caras ficaram lá amarrados, engessados. A gente não conseguiu avançar como deveria porque

eu tinha a esperança de que um sindicalista que chegasse ao poder efetivaria e aumentaria nossas garantias fixadas na CF 88, mas foi ao contrário, vimos um retrocesso. Vimos a CUT recuada. O sindicalismo perdeu a idoneidade moral para a luta. (PROFESSOR 07BF).

Vimos, nos capítulos anteriores, que o movimento sindical brasileiro foi incorporado aos governos do PT, formando uma elite dirigente, uma República sindical com cargos e participação nos fóruns constituídos para controlar a ação organizada dos trabalhadores. Essa dinâmica é vista pelos trabalhadores como um processo de cooptação política dos dirigentes sindicais que se acomodaram na estrutura do Estado, fragilizando a autonomia e o caráter das entidades que construíram um movimento sindical no Brasil de enfrentamento aos governos anteriores. “Chamou a atenção que a trajetória mais lenta de adaptação à ordem do sindicalismo cutista tenha sofrido uma rápida aceleração após a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003” (MATOS, 2009, p. 145).

Entre as várias medidas do governo para ampliar a confiança dos mercados, inscreve-se a continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas por FHC, destinadas a transferir atividades antes dominadas pelo setor público para o controle privado, bem como a remover qualquer tipo de obstáculo à exploração do trabalho pelo capital, num contínuo processo de retirada de direitos da classe trabalhadora (MATOS, 2009, p. 145).

Essa política levou o movimento sindical a divisões internas, separadas pelo grau de vinculação com o governo – de um lado, os que acreditavam que o Estado poderia fazer concessões aos trabalhadores e, portanto, assumiram o gerenciamento dos interesses do capital no país; e de outro lado, outros que desatrelaram as entidades sindicais da CUT e do PT para continuarem a luta contra as reformas e em defesa dos direitos ameaçados. Enormes contradições foram observadas, nessa relação política. No caso do Sintepp, por exemplo, muitos de seus dirigentes optaram por compor o governo federal ou mesmo seguirem atuando no interior da entidade, desta vez assumindo a representação política de defesa dos interesses do governo e do Partido dos Trabalhadores.

As conquistas do primeiro mandato foram instrumentais para a vitória de Lula e seu partido nas eleições de 2006 e criaram as bases mínimas para os avanços que podem e devem ser produzidos no segundo período. Nunca é demais recordar que a comparação, a partir de hoje, será entre o primeiro e o segundo mandatos. Se formos melhores que o governo FHC, em todas as áreas, precisamos ser melhores na consolidação deste novo país – alicerçado por bases sólidas e confiáveis – neste eleitoralmente reconduzido e popularmente aprovado governo petista. (SINTEPP, 2007, p. 67).

Esta é uma posição de um dirigente político do Sintepp, firmada em uma das teses escritas no Caderno de Teses do 18º Congresso Estadual do Sindicato, em 2007, e que reforça a posição de alguns membros da direção da entidade sobre a defesa das diretrizes políticas e programáticas do governo Lula da Silva e do PT.

Outro aspecto muito presente, na opinião dos professores entrevistados, foi a perda de referência das entidades sindicais gerais na base de suas categorias, gerando um afastamento entre a direção e a entidade do seu trabalho de organização e mobilização dos trabalhadores, consolidando um processo de burocratização das direções, que se acomodaram na administração dos negócios das entidades.

O sindicalismo brasileiro está sendo quase destruído pelo burocratismo e dessa lógica da cooptação, senão para compor cargos nos governos gerais, estados e municípios, mas também a cooptação política mesmo de defesa do projeto em vigor e qualquer alteração pode ser um prejuízo ao projeto que se quer implementar e isso foi claro no último período. (PROFESSOR 02C).

As lutas sociais, através dos sindicatos, ainda estão alicerçadas em estruturas passadas. Os sindicatos, dá-me a impressão, esqueceu de trabalhar e fortalecer as suas bases, como se as lutas estivessem arrefecidos diante de um jogo de interesses. Isso tem levado os Sindicatos a perderem forças. (PROFESSOR 13BF).

Eu não tenho uma leitura muito ampla em relação ao sindicato, em relação aos desafios do sindicato hoje, mas eu percebo que ele está muito distante da classe trabalhadora, todas as entidades de modo geral, eu acho que os sindicatos de uma maneira geral se burocratizaram muito, se fecharam no seu ninho, e não levam as informações até importantes para nós, pra quem está nas base, nas escolas. Eu percebo em nossas manifestações que as pessoas não conseguem levar a classe trabalhadora. Que sindicato é esse que não consegue chamar a classe trabalhadora para um ato, para uma assembleia? Eu fico me perguntando, são burocratas? Porque estão muito acomodados diante da situação que está o país. Porque temos todas as razões do mundo pra nos rebelarmos diante da situação. (PROFESSOR 07BF).

Os aspectos vistos pelos professores entrevistados, quando ressaltam o processo de burocratização, de afastamento do sindicato da base, do descrédito das entidades junto aos trabalhadores, demonstram que as inquietações sobre os sindicatos, no atual período de decadência e crise do capitalismo, se aprofundam; que têm se consolidado na história do

sindicalismo no Brasil tais aspectos levantados pelos professores; que há enormes dificuldades das entidades sindicais com o trabalho cotidiano em suas bases, no interior da classe trabalhadora; e que por isso as direções sindicais são de fácil cooptação e incorporação no aparelho do Estado do capital perdendo qualquer autonomia nas relações com os governantes e a credibilidade junto aos trabalhadores.

É possível reafirmar uma concepção que Leon Trotsky desenvolveu em 1929, quando escreveu, 12 anos após a Revolução Russa, em um de seus artigos sobre sindicatos, o papel de uma burocracia sindical, afirmou “ao separar-se do proletariado, ao colocar-se acima deste, a burocracia cai sob a influência das classes pequeno-burguesas e pode assim facilitar o retorno do poder às mãos da burguesia.” (TROTSKY, 1978, p. 46).

A consolidação de burocracias sindicais, no período atual do capital, coloca em risco qualquer processo de vitórias na mobilização dos trabalhadores porque os dirigentes deixam de acreditar nas lutas concretas dos trabalhadores; despolitizando suas bases e amortecendo os processos de mobilização.

5.2.3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (SINTEPP)

Nos capítulos anteriores, analisamos os aspectos organizativos e políticos do Sintepp, desde a sua origem até os dias atuais, vimos o seu estatuto, o seu programa e o formato de sua estrutura. Identificamos sua composição política interna, seu caráter democrático e princípios que o constituíram em um dos maiores e mais combativos sindicatos do estado do Pará.

A história do Sintepp tem sido contada, ao longo de seus 34 anos, pelo cotidiano de suas insistentes lutas; não é a história de uma coordenação estadual, mas de várias coordenações locais, regionais e estaduais que foram constituindo uma teia de representações sindicais e políticas que se entrelaçam nos fatos de sua história, tendo como protagonistas, os trabalhadores em educação, em especial, os professores da rede pública básica do Pará. Ou seja, não é uma história isolada em uma época que já passou, mas sim, um registro feito com os fios que tecem a docência em cada luta construída. E não será diferente agora, pois trata-se apenas de um esforço de análise que contribua com o fortalecimento de suas lutas, sem pretender discutir receitas ou instituir verdades.

O critério da verdade, é a realidade objetiva em que se encontram os trabalhadores docentes no Pará, resta identificar, a importância que o Sintepp conquistou como um espaço de organização e luta dos professores.

5.2.3.1 A visão dos coordenadores sobre o SINTEPP

A visão da coordenação sobre o sindicato que dirige pode contribuir para o entendimento sobre o tipo de organização que o Sintepp é, na medida em que tais professores atuam por dentro de sua estrutura, são protagonistas de suas políticas, são a direção política da entidade, com as contradições típicas de uma direção com uma composição heterogênea de representações político-sindicais.

Um dos primeiros aspectos ressaltados nas falas dos coordenadores foi sobre a dimensão do sindicato, ou seja, seu tamanho e seu caráter de estar localizado no campo de esquerda no sistema capitalista.

Temos que localizar o Sintepp no contexto estadual e nacional, o Sintepp é um sindicato grande, que tem uma grande base social, tem um número grande de filiados, que sofre muita pressão de base porque a educação básica sofre duros ataques do governo e prefeitos. É um sindicato produto do novo sindicalismo e tem em sua direção política desde a fundação a mesma matriz política, talvez não o mesmo grupo, mas a mesma forma de fazer política sindical. Não mudou. Contraditoriamente, ele tem uma estrutura democrática porque ele é produto da contradição interna de disputa política no interior do sindicato, das várias forças que fundaram o sindicato e que ajudaram a construir lutas e greves. O sindicato está localizado no campo das forças de esquerda e sempre esteve, desde a sua fundação. Nunca houve dentro do sindicato o crescimento de uma força de direita que pudesse questionar a legitimidade ou a política do sindicato. (PROFESSOR 05C).

O Sintepp é isso e continua sendo, mais pelo que foi organizado historicamente do que pelo momento conjuntural em si, o sindicato mais atuante, mais forte. Porque isso não saiu do nada, não é de hoje, mais de 130 subsedes, não surgiram do nada, é um trabalho de mais de 30 anos e gosto de fazer um paralelo da história com o que eu vejo, com o que os outros contam de que no momento mais difícil, nos anos 2000, com o avanço do neoliberalismo no Brasil, de consolidação disso, foi o investimento para avançar na organização sindical, foi quando o Sintepp mais cresceu. (PROFESSOR 02C).

A relevância do sindicato para os seus atuais dirigentes é percebida quando se referem à sua importância política para os trabalhadores no estado. Referem-se a um processo de consolidação da entidade em momentos de grandes adversidades advindas do sistema capitalista em si e da postura de outras entidades sindicais que desestimularam os trabalhadores a lutar. Ou seja, localizam o Sintepp como um sindicato classista, de esquerda, forte, democrático e combativo. Ressaltam a importância que a direção do sindicato sofre da base, diante de fortes ataques aos seus direitos e ao processo histórico de sua constituição e consolidação no Estado, como um sindicato estadual.

Essas visões sobre o SINTEPP alinham-se com o programa construído pelo movimento do novo sindicalismo, na década de 1980, ressaltando inclusive seu aspecto mais elementar, a democracia sindical.

O Sintepp é um sindicato que tem algo de muito positivo e importante que é tentar manter a democracia interna funcionando. Isso não é fácil, todo mundo que participa de uma assembleia ou diretamente da direção sabe que é um exercício muito difícil, mas a estrutura do sindicato é voltada para tentar favorecer isso. (PROFESSOR 02C).

Tem essa vanguarda, tem uma pluralidade grande no Sintepp. Onde temos um movimento diferente dos outros sindicatos, é um sindicato onde as coisas não são decididas por dois ou três, mas a categoria decide o que a coordenação tem que fazer. É um sindicato onde a direção não assina um acordo sem antes escutar a categoria. Esse é um diferencial muito grande porque a gente tem observado que em determinados sindicatos é o presidente que decide, é o presidente que determina e a categoria tem que cumprir o que o presidente determinou. Isso é um diferencial do Sintepp para os outros sindicatos. (PROFESSOR 03D).

No referencial mais importante para uma organização sindical de trabalhadores está a questão da democracia sindical. Um conceito polêmico, na medida em que sua existência, ou não, está diretamente relacionada a uma visão de sociedade e o papel do sindicato. O trabalho desenvolvido pelo professor e sociólogo Jorge Ventura de Moraes, em 1996, analisou algumas teorias que discutem essa questão. Uma delas é a de Robert Michels (2001) que estudou o tema da democracia dentro dos sindicatos, e chegou à conclusão de que as organizações de trabalhadores, como partidos e sindicatos, desenvolvem tendências oligárquicas na condução das entidades, o que pode significar forte entrave na condução de uma entidade de trabalhadores.

Outros falam em democracia sindical pela garantia de processos eleitorais como Roderick Martin (1978), que entende que processos formais eleitorais possibilitam a disputa legítima pela direção da entidade e, os aspectos processuais estabelecem um canal de ligação entre lideranças e liderados. E existem os que endossam a tese sobre a importância para a democracia sindical da participação de facções e grupos políticos no interior dos sindicatos de trabalhadores, como Lipset (1956).

Enfim, o estudo de Morais (1996) demonstra que é necessário analisar a democracia no interior das entidades sindicais no Brasil. De nossa parte, as relações estabelecidas no Sintepp demonstram um grau importante de democracia no interior do sindicato.

Os coordenadores estaduais enfatizam a importância da pluralidade interna, dos mecanismos que asseguram a participação da categoria nas instâncias da entidade, desde as assembleias de base até os processos eleitorais para a composição de sua coordenação.

As forças políticas que atuam no interior do Sintepp possibilitam que ocorram as pressões sobre a garantia dos processos democráticos e esse é um elemento fundamental numa gestão colegiada cuja estrutura descentralizada pelas organizações internas de direção e de base possibilitam que o poder de decisão não se concentre nas mãos de um grupo limitado, mesmo que seja um grupo majoritário, ou seja, que detém a maioria das indicações nos cargos de direção e, portanto, na administração de sua estrutura burocrática.

Outro elemento é o papel político que exercem esses grupos políticos para as tarefas da entidade na superação de seu corporativismo latente, diante de uma estrutura sindical verticalizada, como a organização sindical oficial brasileira, que se mantém no modelo constituído desde a década de 1940. Portanto, o sindicato, forjado na concepção alinhada ao novo sindicalismo possui uma concepção ampla pelo envolvimento da luta sindical e política como uma só.

O Sintepp, por exemplo, do ponto de vista político tem muita força, elegeu e elege parlamentares. Foi decisivo na eleição do próprio prefeito de Belém, o Edmilson que foi dirigente do sindicato, então ele tem uma estrutura grande que tem força, tem peso e que muita gente utiliza isso, dentro do próprio movimento também para este fim, de tentar ser um sindicato que ajude num projeto parlamentar, político, ele é isso. (PROFESSOR 05C).

Hoje grande parte de nossos dirigentes sindicais chegaram agora e não conhecem a história do Sintepp e a história de luta dos trabalhadores do Brasil e do mundo e acham que o Sintepp tem que ser igual a um sindicato

assistencialista que tenha que pegar a arrecadação dos filiados e investir em festas, em convênios com farmácias, em convênios com planos de saúde, quando na realidade o Sintepp não é isso. O Sintepp é um sindicato classista, de luta, de enfrentamento. (PROFESSOR 03C).

E o Sintepp se manteve vivo, forte mesmo nessa sociedade neoliberal num país que ataca direitos, que avança com migalhas, muitas meses, mas o Sintepp se mantém vivo, conseguiu dialogar, porque dialoga para além da questão apenas corporativista ou salarial, senão fosse isso talvez tivesse sucumbido também, sobre o currículo, defesa de escola de qualidade, democracia na escola, alimenta o sindicato continuar existindo, e isso é uma fortaleza dele. (PROFESSOR 02C).

Pela visão dos coordenadores, o Sintepp tem papel importante na luta social no estado, tem sido instrumento de organização sindical nas lutas pelas demandas imediatas por salário, carreira e condições de trabalho, mas também atua no campo político, apresentando quadros políticos para as disputas eleitorais burguesas.

A contradição ressaltada está na incompreensão de muitas lideranças sobre o seu papel, no sentido de compreender que o nível de disputa que se dá com os governos e com o Estado nacional, exige um sindicalismo autônomo na relação política com os mesmos, independentemente dos partidos políticos que estejam no poder governamental. Sua ação política está alinhada à esquerda sendo, portanto, classista e de oposição às medidas que desvalorizam o trabalho docente. Por isso, não é um sindicato assistencialista como o sindicalismo de outrora, ou mesmo as organizações associativas mutualistas que deram início à organização docente.

A dificuldade parece evidente quando a disputa pela hegemonia na estrutura do sindicato pode significar apenas a disputa pelo controle do aparato administrativo e financeiro da entidade; também quando, pela falta de clareza política sobre as estratégias da luta de classe no país reduz a ação sindical à luta corporativa, limitada à satisfação dos interesses imediatos da categoria, sem dar seguimento e atenção à disputa ideológica que ocorre no interior do sistema capitalista.

De tal forma, essa dinâmica pode levar a coordenação da entidade, em suas mais diversas frentes, a priorizar as disputas no âmbito da institucionalidade burguesa e seus espaços instituídos como conselhos; parlamento e gestão executiva; comissões tripartites, que singularizam a atuação do sindicato provocando a despolitização do conjunto dos trabalhadores,

o que inevitavelmente pode levar ao descrédito da entidade e, conseqüentemente, ao enfraquecimento da luta dos trabalhadores.

Quando o marxismo analisou o funcionamento da sociedade capitalista, identificou as suas classes constitutivas e expressou em seus diversos escritos as tarefas de cada uma dessas classes, especialmente da classe trabalhadora. As tarefas históricas foram colocadas na concretização prevista por Marx e Engels, em 1848, no *Manifesto do Partido Comunista* (1998), quando do desenvolvimento da sociedade do capital, qual seja, a de sua formação enquanto classe, que derrubaria a dominação burguesa e conquistaria o poder político.

No interior dessa disputa entre as principais classes existe uma luta permanente cujos interesses antagônicos mobilizam para uma ação revolucionária, ou patrocinada pela burguesia, ou em dado momento histórico, dirigida pelos trabalhadores. Uma ação que gera, inevitavelmente, um destacamento, uma minoria ativa, uma vanguarda consciente de suas tarefas; uma direção.

Nesse sentido, uma direção de classe, como a fração mais decidida das organizações de trabalhadores, tem a tarefa de impulsionar para diante o conjunto da classe trabalhadora, porque é consciente das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento.

Isso não significa, segundo Trotsky (1978), nem para o partido, nem para o sindicato incorporar-se ao proletariado, mas sim ganhar a confiança desses trabalhadores, para ajuda-los, a partir de sua localização social, a compreenderem sua tarefa histórica, colocada no âmbito de sua situação objetiva. “Se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos.” (TROTSKY, 1978, p. 20).

Diante de tais definições, está colocada à realidade a importância de uma direção consciente de suas tarefas históricas, pois à frente dos organismos de classe, atuam para os interesses coletivos, acima dos interesses individuais.

O Sintepp é um sindicato que consegue mostrar aqui no estado do Pará a sua organização, consegue atuar, consegue fazer lutas mas a gente tem alguns problemas aqui no Sintepp que eu queria citar. Aqui em Belém, apesar de a gente ter um organismo das distritais, a gente ver pouca atuação dos dirigentes e aí pode ser por falta de liberação, por falta de vontade política de fazer, sei lá, mas tem esse problema. (PROFESSOR 06C).

Não acho que tenha que mudar para ser pensamento único mas temos que aperfeiçoar a democracia, inclusive naquilo que precisamos afunilar como interesse da categoria de fato. Francamente, eu acho que as vezes a disputa pelos rumos do sindicato por mais boa vontade que tenha, acaba prejudicando a disputa real contra o governo e em defesa da categoria. E não é errado disputar o rumo. Mas acho que isso precisa ser melhor tratado. Um dos problemas que ouvimos é de que falta diálogo dentro da direção, como um todo, porque ela é composta por diversas forças e precisamos de aproximação, mais sintonia. (PROFESSOR 02C).

Um outro fator que dificulta muito nossa ação é a falta de consciência de classe da categoria, muito por conta da formação acadêmica, eu lembro que, quando eu era acadêmico, tínhamos um DCE forte, combativo, que reunia e hoje a gente quase não vê isso. (PROFESSOR 03C).

Existem visões distintas, na coordenação do Sintepp, sobre o trabalho sindical, com críticas sobre a atuação dos diretores na base, de acompanhamento dos trabalhos pelos municípios, em especial na capital. Uma das falas relatou que existe uma estrutura distrital em Belém, ou seja, não existe uma subsede, mas coordenações distritais (responsáveis pelos oito distritos administrativos de Belém), responsáveis pela mobilização e acompanhamento da base de Belém. Ao mesmo tempo em que há relatos de ineficiência do trabalho, na capital, com descrédito e ausência de mobilização de base.

A organização de outra forma de funcionamento do sindicato na capital, que não a estrutura de subsedes, como ocorre nos demais municípios, pode revelar a falta de entendimento político e organizativo entre os dirigentes. A direção estadual do Sintepp tem sede e funcionamento em Belém, mesmo assim, o trabalho político é mais débil, segundo relato dos dirigentes.

Relatam-se problemas de diálogo entre os coordenadores, que representam forças políticas distintas e que podem estar fragilizando a atuação sindical, o que parece estar latente, na medida em que o coordenador ressalta preocupações com a democracia da entidade, visto que o discurso de democracia parece não se materializar no funcionamento da coordenação; isso ocorre, principalmente, na distribuição de tarefas que parecem estar concentradas e diante da possibilidade de que as disputas pela direção da entidade estejam enfraquecendo a luta contra o governo.

Outro aspecto evidenciado seria a falta de consciência de classe e despolitização da base, aqui pautado pela formação inicial desse professor, cujos paradigmas, trabalhados nas

universidades, não estariam preocupados com a formação crítica; ao lado disso, que esses novos estudantes não estariam referenciados nos movimentos de esquerda. Aspectos que estariam dificultando o trabalho político do Sindicato que está sendo criticado pelos professores por causa da ausência de trabalho sistemático do Sindicato na base.

Abre-se um leque de discussões em torno dessas considerações, mas torna-se importante ressaltar dois aspectos fundamentais para o entendimento do papel da direção de uma entidade de classe dos trabalhadores. Primeiro, que o processo de despolitização existente na categoria pode estar relacionado à despolitização da direção do Sindicato; ou seja, é uma consequência da pouca atuação política dos dirigentes na base da categoria. Portanto, não caberia uma atribuição desse tipo apenas à confusão de paradigmas construídos na formação inicial no interior das universidades, senão pela formação no cotidiano de seu trabalho, pela carência de informações e acompanhamento; pela pouca autonomia, portanto, dos professores, no interior das escolas, para a resolução imediata de seus problemas político-pedagógicos.

Segundo, que existe, de fato, uma nova vanguarda, que surgiu na realidade brasileira e que não tem referência nas lutas do novo sindicalismo ou nos projetos de esquerda construídos nas décadas de 1970 e 1980. Como os representantes do novo sindicalismo e do PT passaram a governar o país e a administrar a crise imperiosa do capitalismo, provocou rupturas políticas e ideológicas, não apenas com o PT, mas com os projetos de esquerda que o PT representou. Isso não significa que esses novos sujeitos sejam de direita e se expressem mais corajosamente; isso pode significar que não se referenciam numa esquerda que virou direita e, por isso, seus integrantes podem parecer mais céticos, menos organizativos e com pouca clareza política dos conceitos de luta de classes.

É preciso considerar que a conjuntura, desde 2011, no Brasil, sofre os efeitos da superação de um período de enorme acomodação das forças sindicais organizadas no interior da classe trabalhadora, visto que o sindicalismo assumiu postos importantes da elite política do país, com o governo Lula da Silva, o que engessou os processos gerais de luta dos trabalhadores, mas também sofreu os efeitos de um processo global de sublevação que se ampliou enormemente a partir da crise estrutural de 2008. Essa combinação, diante das consequências de políticas que precarizaram o trabalho, o salário e as condições de vida da população, potencializou rebeliões juvenis e populares de massa, em 2013, no país. Tais lutas mostraram características uniformes:

Manifestações com todas as suas particularidades e singularidades, têm algo em comum: as massas populares apropriam-se do espaço público, das ruas, das

praças, exercitando práticas mais plebiscitárias, mais horizontalizadas, além de estampar um descontentamento em relação tanto às formas de representação e de institucionalidade que caracterizam as “democracias” vigentes. [...] alimentou um estado mais ou menos permanente de insatisfação entre os trabalhadores, em especial entre os setores mais jovens, não qualificados, semiquilificados e sub-empregados. Não devemos esquecer que nos últimos 10 anos, 94% dos empregos criados no mercado foral de trabalho brasileiro remunerava até 1,5 salário mínimo (sendo que o salário mínimo é, pela cotação de junho de 2013, de aproximadamente 320 dólares por mês). Se levarmos em consideração que do total desses empregos, pouco mais de 60% foi preenchido por jovens entre 18 e 28 anos de idade, perceberemos que a inquietação social promovida pela percepção dos limites do atual modelo tendeu a se concentrar entre os setores formados por jovens trabalhadores precarizados recebendo pouco mais do que 1,5 salário mínimo. E esse contingente cumpriu um papel chave na deflagração do levante popular de junho de 2013 no Brasil. (BRAGA, 2015, p. 118-119).

Esse processo conjuntural precisa ser analisado nas pesquisas sobre as mobilizações populares, no Brasil, neste início de século. Mas é preciso ressaltar que foi um fenômeno que impactou os setores organizados nas diversas frentes de trabalho e suas organizações sindicais tradicionais.

A importância dos diagnósticos que a coordenação de uma entidade de classe faz sobre sua atuação pode sugerir mudanças na organização da entidade como consequência de uma nova maneira de compreender a luta dos trabalhadores. Pode sugerir uma nova ação sindical, aquela que realmente estreite a relação com a base da categoria representada. Diante de problemas identificados, as mudanças que uma coordenação pode implementar tem relação direta com a construção de uma nova ação sindical.

A direção tem que conhecer a legislação da educação e outras necessárias porque ela precisa responder a categoria, precisa ter conhecimento e precisa ter disposição de passar essa informação seja na escola, em seminários ou qualquer atividade do sindicato, tem que ter disposição de fazer, de viajar, de viajar, o Pará é muito grande, tem que fazer esforço de uma vez por ano passar em todos os municípios, esse é o papel da direção, independente de liberação ou não, se tem problemas pessoais ou não, porque o problema pessoal é o que menos importa para a categoria, que quer ver a direção na rua, na luta, à frente da luta, chamando a luta, organizando, passar segurança para poder convencer mesmo a categoria a lutar. A direção tem que ter esse papel de organizar. (PROFESSOR 06C).

A presença do dirigente sindical fortalece sua relação com os trabalhadores; mas há que ser uma presença qualificada, que informe sobre as demandas, estabelecendo comunicação direta no interior das escolas. Para isso, ressalta-se a importância do esforço diário de atuação.

O dirigente liberado para a atuação sindical é um privilegiado em relação à categoria, pois os professores estão num processo de intensificação do trabalho que os obriga a dedicar mais tempo na escola, trabalhando, com a ressalva que o professor não esgota seu trabalho apenas em sala de aulas, pois leva trabalho para casa e outros espaços de convivência, existindo, portanto, uma extensão de seu tempo de trabalho.

Mas o dirigente com liberação para a atividade sindical tem mais tempo para ler jornais e se informar sobre a situação econômica, política e social do país, de estudar sobre as questões relativas ao trabalho docente e às políticas públicas; tem, com sua liberação, o salário assegurado, sem precisar cumprir os horários determinados pela carga horária; tem a estrutura do sindicato à sua disposição para o trabalho sindical com carros, telefones e funcionários. Por isso, possui maiores possibilidades de ir ao encontro dos professores na base do que o inverso.

Os dirigentes não liberados e convencidos da importância desta tarefa, envolvidos em maiores dificuldades, têm tarefas menores, mas que necessitam de maiores esforços e empenhos nesse processo.

O dirigente tem que estar lá para dirigir o processo e não para tumultuar o processo. Por exemplo, tem algo que sinto falta na atual direção de se aprovar uma metodologia, há falta de organização. A direção precisa pensar nisso para evitar pequenas coisas, o som, cadeiras, água, etc. Ela precisa assumir mais a responsabilidade sobre essas coisas, dirigir, encaminhar a luta, se fazer respeitar, sem ficar fazendo provocação, etc. Precisam se portar como dirigente, que tem uma categoria a responder, encaminhar, se comportar como dirigente, sem aceitar provocações, porque a categoria não gosta, nem a direção gosta disso. (PROFESSOR 06C).

Os processos internos de disputas políticas na entidade precisam ser feitos nas instâncias internas do Sindicato, em especial nas reuniões entre os coordenadores e na base, de forma que identifique as diferenciações entre os sujeitos e organizações como mecanismos de superar debilidades que possam existir. Mas o cuidado com a unidade nas estratégias, com a importância do sindicato e sua referência na luta dos trabalhadores é o que permite a unidade na base. Caso contrário, geram-se fragilidades para fora; ou seja, para dentro há que se garantir ampla democracia para o debate das diferenças, mas, para fora, há que se atuar como um só

corpo, uma só força, diante dos inimigos que atuam para desmoralizar a entidade como os governos e instituições do Estado.

No entanto, é preciso que o sindicato esteja presente na base, mais firme porque a sua coordenação e essa estrutura toda que tem no Sintepp não possibilita uma atuação mais orgânica com a base porque primeiro muitos diretores trabalham, poucos são liberados e os que são liberados não vão dar conta de mobilizar as escolas e por mais que mobilizem, que é a obrigação do dirigente, não vai suprir a necessidade de você ter um representante do sindicato naquela escola ativamente, então, eu acredito que o caminho para fortalecer o Sintepp é fazer o processo de eleger os representantes sindicais por escola. Porque são duas tarefas, a primeira é conseguir fazer o processo de eleição, você convencer as pessoas de que é importante essa pessoas ser um representante sindical da escola para estar acompanhando a luta. E a segunda tarefa é conseguir manter um instrumento de organização pra esses representantes sindicais, um instrumento que passe pela informação, pela formação e pela mobilização permanente. (PROFESSOR 01C).

É um pouco chato o trabalho de base? É, é trabalhoso, você é questionado, mas é necessário, ali está a mola da intervenção política do Sintepp porque a greve pode ser mais ou menos forte a depender desse trabalho. Aí a greve expressa distorcidamente a raiva da categoria e mas também a fragilidade do próprio sindicato que não consegue chegar até a base. Na disputa política da consciência, pelo fato de o sindicato não conseguiu chegar e fazer um política muito economicista, a própria base começa a desenvolver ideias mais à direita do que o próprio sindicato. (PROFESSOR 05C).

As diversas perspectivas apontadas pelos dirigentes convergem para a necessidade de fortalecer a presença do sindicato na base da categoria, um problema histórico do sindicalismo brasileiro. Mas o que chama a atenção é que, diante de uma estrutura descentralizada, democratizada, com coordenações que chegam a quase 130, existentes em cada município e 10 regionais, que pulverizam a atuação do SINTEPP, ainda seja permanente o afastamento dos dirigentes do Sindicato da base.

Outros elementos podem estar influenciando esse processo, além do número pequeno de liberados e da amplitude da estrutura do sindicato. Um elemento a ser analisado é que a direção é parte da categoria, não é um fenômeno à parte, que está acima dos problemas que a maioria enfrenta; ao contrário, está inserida nela, a compõe; por isso, é possível que a jornada de trabalho, a precariedade financeira, a despolitização, afetem a direção da entidade, assim

como um processo de burocratização que obrigue os dirigentes a responderem às questões mais administrativas e financeiras do sindicato do que suas ações políticas.

Ressalte-se que toda a estrutura e a organização do Sindicato estão a serviço de uma política, logo, a institucionalização do Sindicato, a burocracia, a facilidade de operar o contato com a base pelo site ou outros instrumentos virtuais da entidade, ou mesmo a necessidade de atender à pesada estrutura desta, retire os dirigentes do trabalho de base, mesmo tendo a disposição o carro, as diárias, o telefone e um corpo de funcionários que trabalham no Sindicato, acomodando a atuação sindical a essa estrutura.

Um fator interessante nessa discussão é a construção de um espaço de envolvimento da base com a eleição de delegados sindicais de base, ressaltado pelos coordenadores: os Representantes de escola, previstos no Estatuto do Sintepp, cuja ação pode fortalecer o Sindicato pela base. “A eleição de Representantes Sindicais por escola terá como objetivo organizar a base da categoria, proporcionando formação política, ampliar filiação, criar novas lideranças, contribuindo assim, para o fortalecimento da entidade”. (SINTEPP, 2004, p. 3).

O representante sindical é o elo entre a unidade escolar e as instâncias do Sindicato. O conjunto dos Representantes Sindicais compõem o Conselho de Representantes nas subdeses e na Capital formam o conselho Geral (art. 44), junto com as coordenações distritais (art. 44). Ele é composto, no mínimo, por 01 (um) e no máximo 04 (quatro) representantes por escola e nas sedes das secretarias de educação, para um mandato de 3 (três) anos e reunir-se-á ordinariamente a cada três meses (art. 43), com pauta previamente definida pela coordenação da subdesede e no caso de Belém pela CAB. Pode ser eleito representante sindical, o trabalhador em educação filiado e quite com o sindicato, que não tenha outra representação nas diretorias do Sindicato, devidamente lotado na escola ou na secretaria. Quem escolhe são os trabalhadores (as) em educação filiados ou não devidamente lotados na mesma unidade. (SINTEPP, 2004, p. 8).

Essa política é imperativa no processo de organização da entidade, na medida em que, não isente a participação cotidiana dos coordenadores do sindicato no contato direto com os trabalhadores na escola.

5.2.3.2 A visão dos professores de base sobre o SINTEPP

O Sindicato é um órgão de representação dos trabalhadores, que os organiza e constrói instrumentos de defesa dos seus direitos contra as políticas de desvalorização do trabalho docente emanadas do Estado capitalista. Portanto, é um espaço que agrega os trabalhadores para a luta comum e unificada, superando a fragilidade de um sujeito atomizado frente as

demandas do capital. Esse processo possibilita a organização dos professores, contribuindo para a identidade de classe.

Diversos estudos sobre sindicalismo apresentam o debate sobre a identidade de classe dos trabalhadores. Nesse sentido, concordamos com Ferraz (2012) quando ressalta que o termo *classe* não se traduz apenas a uma localização direta dos indivíduos no interior do processo produtivo, mas é o resultado de uma ação política de um conjunto de indivíduos que se unem no plano simbólico e cultural em suas experiências cotidianas na produção, tornando-se classe. E nesse processo, o sindicato se torna decisivo na definição da construção dessa identidade.

Analisemos, portanto, a visão dos professores que estão na base do Sindicato sobre sua entidade e de que maneira sua atuação aproxima os sujeitos dessa experiência política como um elo de unidade entre os trabalhadores, ou se, em alguma medida, fragiliza tal constituição.

Um primeiro elemento é o reconhecimento do Sintepp junto aos trabalhadores docentes, sua importância e força na luta contra as medidas adotadas pelos governos que desregulam o trabalho docente, favorecendo a sua intensificação com a ampliação das horas trabalhadas e suas formas de regulação.

Penso que o Sintepp exerce um papel importante na vida dos profissionais da educação, pois é ele que nos representa juridicamente. Muito de nossas conquistas são frutos de lutas sociais encabeçadas pelo sindicato. Contudo, penso que as divergências partidárias têm atrapalhado as assembleias. Tenho sempre a impressão que a briga pelo poder tem se tornado constante. Uns falam mal dos outros e parece que ninguém se entende. Isso tem enfraquecido o nosso movimento juntamente com outras situações. (PROFESSOR 13BF).

Primeiramente, acho muito importante termos uma entidade representativa. Em segundo lugar, acho que deveria fazer um projeto que tratasse sobre a conscientização política da educação no Brasil, e, também convida-los a se sindicalizarem. Também, a cada seis meses, fazer um seminário para um determinado número de professores, até chegar ao estado todo. (PROFESSOR 11BF).

O Sintepp tem uma história de engajamento junto aos professores, eu vejo que tem uma atuação, mas está perdendo força quando deixa de esclarecer a gente nas escolas. O governo se preocupava mais quando o sindicato chamava uma assembleia, um ato, mas hoje está menos. Pode estar perdendo aquela vigor. (PROFESSOR 12BNF).

Apesar de apresentarem críticas quanto à organização das assembleias e à falta de esclarecimento sobre a política sindical, os professores ressaltam a importância do Sindicato e reconhecem nele uma referência de organização e representatividade, além de compreenderem que as lutas organizadas pelo Sintepp possibilitaram conquistas para os trabalhadores. A proposta feita por uma professora sobre um projeto que auxilie na conscientização política dos trabalhadores e, assim, para que ajude na sua sindicalização, pode demonstrar a percepção de baixa sindicalização de seus pares no local de trabalho.

Chama a atenção a visão da base do Sindicato, aqui representada sobre a postura dos grupos políticos internos, que compõem a direção da entidade no tratamento das divergências que possam existir. Os professores parecem não compreender o nível das disputas internas que afloram nas assembleias. Ou por causa da possível despolitização, característica de indivíduos que não toleram debates políticos e preocupam-se apenas com o economicismo da luta sindical, ou pela falta de habilidade da direção da entidade em encaminhar tais debates.

Minha aproximação com o sindicato é recente, como eu te falei, então, para eu avaliar, eu avalio essa questão dessa última greve, fiquei muito restrita a última, assim até mesmo pela questão do contato. O contato de alguns professores é o que eu vejo, conversando com os mais antigos, alguns não querem ouvir falar do sindicato. Eu quero ouvir, eu quero ouvir para entender e até participar. Eu entendo que ainda falta aproximação, e preparação dos próprios colegas entenderem como funciona o sindicato, eu ainda sinto muito essa falta, há ausência. (PROFESSOR 10BNF).

Então o sindicato ultimamente é visto não como sendo essa entidade de representatividade, mas porque as suas direções fazem muito pelo que acreditam que seja a melhor saída, sem realmente consultar as suas bases. (PROFESSOR 08BF).

Eu percebo que o Sintepp tem que trabalhar essa informação com a base, conscientizar a base do cenário político que estamos vivendo. Tem muito professor que não sabe o que está acontecendo dos ataques do governo do estado. E só vão perceber na hora em que já está consumado a história. Não existe discussão. Uma vez eu cobre de um dirigente do Sintepp e ele disse: não temos fôlego, não temos gente para ir, pra fazer um trabalho de base porque são poucos. Não sei nem quantos fazem parte da diretoria. As vezes são até inacessíveis, quando a gente faz uma pergunta não respondem. Nas assembleias vem com discurso de desagregação, de muita crítica e isso é muito chato porque eu vou para assembleias, eu ia pras assembleias e te confesso que não vou mais. Eu vou pros atos que são chamados as

manifestações eu vou, mas eu percebo assim, muitas brigas, pois tem uma galera que não faz discussão amadurecida e não ajuda numa luta mais efetiva. (PROFESSOR 07BF).

Existe um reforço na fala dos professores que participam das atividades do sindicato sob dois aspectos que podemos considerar: um, sobre o trabalho que precisa ser desenvolvido pela direção do Sindicato de socialização das informações na base; isso ajudaria no processo de entendimento e politização dos professores, potencializaria a velocidade das respostas que o movimento sindical teria; para isso, seria necessário um contato mais sistemático, visto que aparentemente o contato mais direto que existe da direção do Sindicato com a base ocorre por meio das assembleias convocadas pela entidade. Outro elemento é a opinião de que a direção do Sindicato esteja definindo as políticas, na entidade, pelo que elabora e defende, sem consulta qualitativa à categoria.

Pode ser uma reflexão incompleta, mas que nos leva a identificar que as assembleias estejam ocorrendo de maneira formal, ou seja, com uma qualidade restrita à opinião da base da categoria, o que pode ocorrer quando se limita o número de inscrições às lideranças representadas na direção da entidade. Isto pode explicar a insatisfação dos professores quando se referem às divergências de opiniões, “as brigas” e “discurso de desagregação”. Uma situação que nos faz refletir sobre o surgimento de oposições no interior dos sindicatos, que são indivíduos que se alinham com uma posição política diferenciada da direção majoritária e que batalham no interior das instâncias da entidade pelas posições que consideram mais adequadas e necessárias ao desenvolvimento da ação político-sindical.

A existência ou não de uma oposição é afetada diretamente pela fonte de poder de negociação sindical, pois a mesma determina a distribuição de poder entre o grupo executivo e os demais grupos e, indiretamente, por meio da probabilidade de ocorrer a emergência de grupos antiliderança sindical durante greves não apoiadas pelos dirigentes. (MARTIN, 1987, p. 232-233).

Essa oposição exige que as lideranças sindicais oficiais, ou seja, os coordenadores, democratizem suas decisões ou o encaminhamento das decisões votadas e faz uma pressão sobre o aparato coordenado pelos grupos majoritários. Segundo Martin (1978), as atitudes das lideranças podem ser entendidas como uma pressão independente, na medida em que são determinadas pelas crenças políticas individuais, pelas crenças dos filiados, pela racionalização dos requisitos funcionais dos papéis de liderança e pela sensibilidade com relação à cultura política em que se atua.

Como a coordenação do Sintepp é composta por diversos agrupamentos internos, é natural que as divergências apareçam nas assembleias e demais instância de discussão; mas o que os trabalhadores observam e se inquietam é com o nível de discussões e divergências que aparentemente estão despolitizando a compreensão política da categoria sobre os problemas, o que não é salutar, pois a sua importância reside no fato de que tais diversidades de opiniões são fundamentais para a politização dos trabalhadores e para a democracia sindical.

No geral, parece existir linha comum de entendimento entre a direção e a base do Sintepp, aqui representada, sobre a importância da entidade e sua referência de luta. As críticas iniciais parecem considerar aspectos organizativos na atuação do sindicato.

O Sintepp, quando vai na escola, vai levar panfletos, fixa panfletos na sala dos professores. O pessoal da escola chega, boa tarde, boa noite, mas os panfletos estão lá – ninguém pega, ninguém lê, ninguém tem a compreensão do que está sendo discutido em nível municipal, estadual ou federal. (PROFESSOR 07BF).

A gente sempre conversa, sempre pede que o sindicato venha as escolas, traga as informações, que não seja só em momento de campanha, e isso não acontece. Não sei por que, não sei qual a real situação. A gente vê que tem uma desmobilização entre uma campanha salarial e outra. Que só aparecem quando vem trazer um panfleto, quando vem fazer uma chamada para a assembleia, mas antes de construir essa própria assembleia não vem conversar com a base. Não vem conversar com quem está aqui na ponta, no dia a dia, para saber a situação da escola, o que realmente está precisando, o que tem que ser levado, o que se tem discutido, como se tem construído e que muitos não conseguem fazer essa fala na assembleia, mas tem muito a contribuir quando falam aqui no grupo. (PROFESSOR 08BF).

O professor está muito desamparado lá e não conhece sequer a estrutura do seu sindicato. Como ele funciona, o que existe? Uma equipe de formação? Qual a função? Existe um grupo de comunicação? Existe uma logística? O que entra de dinheiro? Isso vai para onde vai? Ninguém sabe. Porque não se faz de forma mais transparente. Os recursos. Existe um processo de desfiliação forte em Belém. (PROFESSOR 07BF).

Avaliação do Sintepp é a avaliação de sua direção. O diagnóstico dos professores que estão na base do Sindicato é de extrema relevância. Apontam para o que consideram o principal problema que o Sindicato apresenta: sua pouca atuação na base, a precariedade da comunicação

do Sindicato nas escolas; a ausência de formação e de diretores. A relevância com que aparece nas falas dos professores essa queixa, impressiona. Todos os professores entrevistados, inclusive os diretores do Sindicato sustentam essa posição percebida hoje pelos professores: a ausência regular dos dirigentes do Sindicato das escolas.

Diante de tantos ataques aos direitos que foram consolidados desde a década de 1980, de políticas que desvalorizam o seu trabalho, dos instrumentos de regulação que comprometem a autonomia docente, da criminalização de suas lutas, os professores se sentem desorientados, pouco esclarecidos sobre os encaminhamentos feitos pelo Sindicato, sobre a pauta das campanhas salariais; um processo que desestimula a participação dos trabalhadores das atividades e que gera muita insatisfação na base, a ponto de ocorrerem desfiliações ou falta de envolvimento nas lutas.

Segundo os professores, o Sintepp deve voltar suas preocupações para um processo de mobilização no interior das escolas, dialogando com a categoria sobre as dificuldades e as possibilidades de um movimento sindical que se fortaleça frente aos ataques dos governos.

A direção precisava fazer um trabalho mais articulado para ter mais subsídios, mais conteúdo de olhares dentro da realidade de cada escola, mapear as escolas, porque eles não têm essa visão das escolas como um todo. Aí é sempre aquela história de a gente precisar realmente de um representante sindical e que esse representante sindical tenha um trabalho efetivo na escola, que tenha reuniões periódicas, que faça esse mapeamento para aí sim fazer com que a direção tomasse realmente pé da situação. Porque não conhece a realidade das escolas. (PROFESSOR 08BF).

Coordenar e articular junto à comunidade escolar o movimento em busca de conscientizar a sociedades dos problemas enfrentados pelos professores, desde a questão salarial como as questões coletivas dos alunos. Agregar os trabalhadores em educação, articulação política contra o governo e defender os direitos dos profissionais da educação. (PROFESSOR 13BF).

Uma ação mais científica no sentido de mapear as unidades de ensino para melhor distribuir tarefas, mobilizando a base para um processo de organização voltado para a politização da mesma; investindo em novas lideranças e dirigentes a partir da organização do Conselho de Representantes por escola que mobilize, informe e discuta as políticas do sindicato, para isso é necessário desenvolver um projeto amplo de formação sindical periódico; de informação interna do sindicato com jornais, revistas, cartilhas, e as redes sociais, priorizando

a presença das lideranças nas escolas, ouvindo, falando, refletindo e fortalecendo a atuação dos professores. Ampliar suas ações para envolver alunos e a comunidade escolar nas mobilizações, visto que a luta pela valorização do trabalho docente representa a luta pela defesa da escola pública.

A principal política de organização do Sintepp no próximo período precisa ser em torno da eleição dos delegados sindicais de base, mas para isso, é necessário possibilitar a conscientização dos trabalhadores sobre o tema. Os novos professores das redes de ensino não são referenciados pela luta inicial do Sintepp, pela história do Sindicato. É uma nova vanguarda que vem sofrendo as pressões permanentes do capital sobre o trabalho que está cada vez mais precarizado.

Não se podem conceber esses desafios como um mero compromisso formal, de campanha eleitoral ou de responsabilidade apenas de um setor dirigente da entidade. Torna-se compromisso político e urgente para que se recupere a credibilidade, a segurança e o respaldo que o Sintepp conquistou em outros tempos.

5.3 AS REPERCUSSÕES DA LUTA SINDICAL SOBRE O TRABALHO DOCENTE

O filósofo alemão Karl Marx (2008) ressaltou em 1871 que a greve é um dos meios que o movimento de emancipação mais frequentemente se utiliza. Um outro dirigente marxista afirmou:

Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provocações. (LENIN, 2008, p. 103).

As lutas que ocorreram no estado do Pará, com o Sintepp à frente, desde a década de 1980 tiveram seu ápice com as greves. Greves de diversos tipos: por tempo indeterminado, de um dia, greve de fome, de ocupação de prédios, acampamentos, fechamento de vias; greves longas, curtas; e que colocaram em pauta as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores em educação no Pará.

Foram mobilizações e greves que exigiram enorme disposição de luta dos trabalhadores em educação em defesa dos salários, da carreira, de eleições diretas para a direção de escolas, por condições de trabalho. Lutas que no geral, exigiam a qualidade da educação na escola

pública. Que enfrentou governos oligárquicos e autoritários; socialdemocratas; neoliberais e progressistas; governos assumidamente de direita e outros ditos de esquerda. Greves que exigiam as pautas locais, vinculados às lutas nacionais, com enormes repercussões na categoria docente.

O Sintepp sempre organizou as lutas dos trabalhadores em educação em torno de suas necessidades mais imediatas, favorecendo processos de negociação com os governos; utilizando os mecanismos jurídicos necessários às exigências de cada luta, mas fundamentalmente, organizou ações diretas de mobilizações em tornos de atos, passeatas e protestos de rua.

De 2003 até 2016, quando o presidente Lula da Silva (2003 a 2011), a presidente Dilma Rousseff (2011 a 2016) e o Partido dos Trabalhadores assumiram o governo federal, passando pelos governos de Edmilson Rodrigues/PT (1997 a 2004) como prefeito de Belém; nos governos estaduais de Almir Gabriel/PSDB (1995 a 2003), Ana Júlia Carepa/PT (2007 a 2010) e Simão Jatene/PSDB (2011 até os dias atuais), foram centenas de mobilizações e dezenas de greves. A última greve estadual da categoria foi em 2015.

As últimas greves estaduais foram muito fortes, contra o governo Ana Júlia e Jatene, foram greves significativas e algumas vitoriosas, não considero que a última greve tenha sido vitoriosa, apesar da força da greve ter significado para aquele momento histórico para os trabalhadores e para a própria cidade e estado. Se torna referência. Um cidadão comum enxerga que os professores fazem luta, protestam, e isso tem certo significado. As greves recentes foram muito fortes, participativas, que arrancou vitórias parciais como a eleição direta para diretor, foi uma conquista de uma greve mas que acabam não se efetivando na prática, foi uma conquista que se diluiu porque o governo consegue sufocar a conquista. (PROFESSOR 05C).

Acho que o principal instrumento de luta do Sintepp ainda é a greve. Quando você faz a mobilização com a classe, claro que não vai todo mundo mas existe um grupo de pessoas que ainda é chamado a se organizar. Uma das principais conquistas nossa foi o PCCR, em 2010. Eu me filiei nessa época e eu percebi uma luta efetiva na garantia do PCCR. Foi um documento importantíssimo que regulamentou muitas conquista nossas. [...] A luta pela garantia da Lei do Piso no estado. Uma Lei de 2008 que discutimos dentro da categoria que ficou entusiasmada e quando o PSDB cumpriu isso aumentando o vencimento base eu vi muita gente animada porque fizemos com que o Jatene pagasse esse direito [...] Em 2015 fizemos uma grande greve, houve desconto, o que nos quebrou, mas garantimos pagamento do piso em 2015. E a coisa

desandou 2016 não se conseguiu mais mobilizar a categoria, o governo arrochou os salários e a categoria ficou amedrontada e esse baque foi pesado. Por não conseguir mobilizar em 2016 ele não pagou o piso. Mas mesmo assim, de 2008 pra cá tivemos importantes conquistas que foi a Lei do Piso que conseguimos efetivar e o PCCR. (PROFESSOR 07BF).

Os professores do estado do Pará consideram a greve um instrumento legítimo de sua luta e fazem uma relação direta entre a conquista de direitos com as greves realizadas nos últimos 10 anos. Afirmam que as conquistas como o Plano de Carreira em 2010, a efetivação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional no estado, em 2011, a regulamentação da gestão democrática; dos conselhos escolares; a manutenção do Sistema Modular de Ensino na rede estadual; a manutenção da Carga Horária de trabalho; a garantia de direitos no Estatuto do Magistério e do Regime Jurídico Único dos servidores que asseguram gratificações e outros direitos; a luta por reformas nas escolas e a defesa da qualidade das escolas públicas, dentre outras conquistas, são traduzidas como resultado das lutas desencadeadas pelos professores e pelo seu sindicato.

As falas dos professores fazem uma relação direta entre as conquistas relacionadas e a ação do Sintepp, entre a realização das greves coordenadas pelo sindicato e a manutenção desses direitos. O que demonstra a importância para os professores da luta organizada e o envolvimento da categoria nas mobilizações.

A opinião de um professor da base da categoria e filiado ao sindicato é emblemática: *“Em 2015, fizemos uma grande greve, houve desconto, o que nos quebrou, mas garantimos pagamento do piso em 2015.”* (PROFESSOR 07BF). O professor admite que o desconto dos dias parados, dos dias da greve, que foram 73 dias de greve e 51 dias letivos na rede, foi um grande ataque do governo aos trabalhadores – *“nos quebrou”*; ao mesmo tempo ressalta que essa greve garantiu o pagamento do piso salarial em 2015.

É preciso ressaltar que, quando o professor afirma que, *“a coisa desandou em 2016 não se conseguiu mais mobilizar a categoria, o governo arrochou os salários e a categoria ficou amedrontada e esse baque foi pesado”* (PROFESSOR 07BF), expressa uma opinião que pode nos levar a duas interpretações. Uma de que diante do desconto dos dias parados, os professores se amedrontaram e não quiseram mais grevar e por isso, o governo conseguiu arrochar os salários. Outra interpretação seria de que, diante dos ataques do governo, com os descontos, o sindicato não tenha mais conseguido mobilizar a categoria, que amedrontada, não tenha a coragem de fazer greve. Com isso, o governo arrochou os salários.

Parecem questões iguais, mas não são, pois a avaliação concreta de uma luta como esta, ou seja, de uma greve forte e radicalizada, como foi a greve de 2015 pode influenciar os momentos seguintes à luta.

O professor de base afirmou que, *“Por não consegui mobilizar em 2016 ele não pagou o piso”*. (PROFESSOR 07BF). É preciso indagar, porque não se conseguiu mobilizar em 2016?

A afirmativa do professor pode ser uma consequência da avaliação e encaminhamentos que foram feitos ao final da greve. A resposta à indagação pode estar relacionada à avaliação dos resultados desta luta, que aparece nas falas dos coordenadores do Sintepp quando emitem opinião sobre a greve de 2015. Parece ter ocorrido uma derrota desta luta, onde o governo saiu vitorioso porque efetuou os descontos dos dias da greve, amedrontando a categoria e com isso impedindo novas greves.

Alguns excertos dos professores dirigentes apontam que: *“o governo consegue sufocar a conquista”*. (PROFESSOR 05C), quando se refere a eleição direta para diretor, por exemplo, ou seja, a categoria conquistou o PCCR, o Piso, etc. mas foram vitórias que o governo sufocou porque não as efetivou, então o governo consegue impor suas dinâmicas à categoria que saiu derrotada de uma greve. Outro afirma: *“a última greve foi uma das lutas mais ricas que tivemos de resistência aos ataques do governo no que pese termos perdido o time na suspensão da greve, em minha avaliação, isso teve resultado negativo”*. (PROFESSOR 06C), com um resultado negativo, com uma derrota, é evidente que é difícil para uma categoria se reerguer, se encorajar a continuar lutando, diante de um governo, considerado forte pela direção do sindicato, que consegue impor suas dinâmicas.

Por outro lado, retomando a fala do professor de base, *“Por não consegui mobilizar, em 2016 ele não pagou o piso”*. (PROFESSOR 07BF), parece evidente que o principal problema é a ausência de mobilização desta categoria que se encontra amedrontada. E este professor, de base, parece acreditar que a ausência de mobilização possibilitou o não reajuste do piso em 2016. É preciso analisar mais a fundo essa realidade, visto que, o diagnóstico de uma situação na luta de classe gera uma política; caso ocorra um diagnóstico equivocado da realidade objetiva e suas relações de conflito, a política será equivocada.

Eu queria falar da última greve porque não saímos com vitórias mas o engajamento da categoria nessa última greve foi maior, ela se sentiu mais responsável pela greve, e isso para mim foi uma vitória enorme, ela se sentiu mais responsável pela construção da greve, pela resistência, por exemplo, aquele ato que hoje repercute sobre o processo judicial em algumas pessoas,

eu acho que aquilo foi um ato de extrema rebeldia, apesar de termos saído penalizados depois, mas manter a ocupação e o povo não arredava o pé, receber oficial de justiça e mandar sair de lá com vaia, sem agressão, e a história de queimar aquele papel que simbolizava o que tínhamos que fazer, eu achei aquilo de uma vitória política linda que, incomodou o executivo, o judiciário, que repercutiu. Apesar de ter vindo faltas, processos... Mas a categoria se sentiu combatendo alguém de muito poder e era o judiciário junto com o estado. (PROFESSOR 6C).

A direção do sindicato considera que a greve possibilitou uma vitória política, diante da unidade da categoria no interior da classe, que decidiu pelos rumos da greve, mesmo com as exigências impostas pelo poder judiciários e o governo, de desocupação do prédio ocupado e da suspensão da greve; que o nível de radicalização a partir dos métodos utilizados durante a greve e sua rebeldia, gerou um protagonismo dos docentes na sociedade e em sua luta que simbolizou uma vitória política, mesmo com a criminalização dos professores que foram processados judicialmente, dos descontos dos dias parados, etc.

Eu avalio que a situação dos professores no Pará hoje é delicada do ponto de vista da necessidade de reorganizar a luta para que possamos retomar o enfrentamento ao governo. Tivemos uma greve em 2015, forte, a maior greve da história do sindicato, a que mais durou e a partir daí tivemos por parte do governo uma punição de descontar os dias parados e isso levou ao refluxo da categoria. A categoria não sente segurança atualmente por causa do desconto sofrido e da decisão do supremo que permite o desconto dos dias parados. Existe essa situação, estamos vivenciando uma conjuntura de retirada de direitos nossos. (PROFESSOR 01C).

A avaliação do dirigente do sindicato confirma a afirmativa de que a partir da greve de 2015 os professores sentem-se derrotados pelo governo, porque o mesmo efetuou os descontos dos dias da greve, que a categoria não sente-se segura em fazer greve com medo de ser novamente punida com os descontos; o que a fez recuar na mobilização em 2016. Que a vanguarda desta categoria, os professores, sujeitos a intensificação do trabalho, não conseguem tempo disponível para as lutas, e desgastadas individual e coletivamente, deu um passo atrás na luta contra o governo, numa conjuntura de retirada de seus direitos.

Ao mesmo tempo, a direção do sindicato avalia que, diante do aprofundamento dos ataques, não há alternativa senão enfrentar a conjuntura, considerada adversa para a organização dos trabalhadores.

O balanço negativo da greve de 2015, a partir da leitura da direção do Sindicato sobre a situação em que se encontra a categoria, pode incorrer em duas situações diante das tarefas do sindicato, uma de não potencialidade das mobilizações por acreditar que os trabalhadores não conseguirão responder aos ataques pelo desgaste sofrido, desgaste inclusive gerado pela quantidade de greves feitas nos últimos 10 anos; e outra pelo enfraquecimento do conjunto da classe que seguirá sofrendo os efeitos dos ataques do governo que parece forte.

Diante dessa realidade, é possível considerar contradições no âmbito da subjetividade dos trabalhadores cujo medo pode afasta-la das lutas do sindicato, mas caberia pontuar que a contradição maior é a consideração que a direção do sindicato faz da realidade, na medida em que torna-se um complicador às mobilizações o movimento de alinhar-se ao nível dessas contradições que aparentemente a base reflita, pois a tarefa central de um sindicato combativo está exatamente na necessidade de animar a classe, de favorecer seu encorajamento às lutas e ao enfrentamento ao governo.

Que diante das adversidades conjunturais, a direção precisa garantir a segurança que seus representados carecem, acreditando fidedignamente na luta de classes e desenvolvendo-a em favor dos trabalhadores, convencendo-se em primeiro grau de que qualquer luta será vitoriosa quando a unidade dos trabalhadores for maior que os seus medos, e em seguida compartilhar esse convencimento com a base. Uma base que reflete a seguinte opinião, “*Por não conseguir mobilizar, em 2016 ele não pagou o piso*”. (PROFESSOR 07BF).

A tarefa de uma direção sindical está em fazer um movimento para a base de valorização das iniciativas que ocorreram depois dessa greve, de fazer uma leitura menos corporativa e mais geral da situação política em que se encontram os trabalhadores retomando o seu protagonismo e seus direitos, visto que a própria direção do Sindicato ressalta que a categoria continuou a desenvolver lutas.

Infelizmente em 2016 começamos quase sem fazer enfrentamento, mesmo assim, tem dois aspectos importantes para o sindicato e menos para a categoria mas o sindicato conseguiu impedir e reagir, uma, foi a luta contra a lógica mercantilista e de privatização da educação, quando entramos na justiça e reagimos contra o desvio de dinheiro, de mais de 200 milhões de reais para um curso de inglês de fachada, e isso foi uma vitória, a categoria não conseguiu mensurar direito e nós não conseguimos trabalhar isso mas foi uma vitória ter conseguido impedir isso, de o governo desviar mais de 200 milhões de reais porque na prática era isso. E a outra grande luta que teve como protagonismo não da categoria mas do sindicato que teve o estímulo

inicial e a fagulha para que acontecesse foi a luta contra a reformulação da matriz curricular que é um debate nacional que está aí e o estado conseguiu se antecipar e conseguimos com menos gente da categoria, por causa do desgaste e refluxo da última greve mas tivemos uma vanguarda que se mantém na luta, que estimulou os estudantes a lutarem, o protagonismo foi dos estudantes, mas o pontapé inicial foi dado pelo sindicato. (PROFESSOR 02D).

O relato acima demonstra que a vanguarda da categoria continuou lutando, mesmo dentro das escolas, buscando a unidade com os alunos, estimulando a luta por dentro das unidades de ensino. Se existe uma crise de organização do trabalho do sindicato na base, como demonstrou a fala dos professores da direção e da base, então, o conjunto da direção do sindicato não percebeu que nas lutas protagonizadas pelos estudantes em 2016 os professores, construíram as bases para o seu encadeamento, uma luta que impediu a reformulação curricular no ensino médio no estado, assim como as lutas contra o fechamento de turmas e turnos nas escolas contaram com a participação dos professores com seus alunos. Os professores podem estar apresentando outras metodologias para a construção das lutas.

Os trabalhadores forjam os processos de lutas, constroem metodologias novas, buscam outros sujeitos, interagem com a organização de seu trabalho. Por isso, podem estar desenvolvendo novos processos de mobilização, de dentro para fora da escola, e não de fora para dentro; do particular para o geral e não do geral para o particular. E a direção do Sindicato pode não estar vendo, ouvindo, ou pode não estar conseguindo acompanhar essa nova dinâmica.

Como os ataques aos direitos não cessaram porque o governo está conseguindo sufocar as conquistas das greves anteriores, os professores começam a refletir, em suas falas, sobre a possibilidade de construção de outros métodos de luta, que não seja a greve. Inicia-se um estímulo urdido pela realidade objetiva dos professores, que necessitam lutar e reanimar suas ações coletivas, de se construir novos mecanismos de enfrentamento ao governo. Isso tudo para evitar os descontos e a perda de salários, tanto pela postura autoritária do governo de descontar, quanto pelas regulamentações legais determinadas pelo Estado para efetuar os descontos diante de uma greve.

Tem um desgaste natural das greves e agora com a obrigatoriedade dos governos em descontar. Eu pergunto para as pessoas nas escolas o que o Tofoli falou? Ele falou que pode ou não descontar? Eu respondo, pode? Não, mas deve descontar. Isso não dá espaços para diálogo ou negociação, é deve. Imagino o governo do estado aqui dizendo: “Nós nem queríamos, mas como

a gente é um governo que cumpre a Lei vamos ter que descontar”. Então, acho que a greve não é um instrumento falido, pelo contrário. Agora, qual é o formato, tempo e intensidade da greve, talvez tenhamos que voltar a discutir com a categoria. A greve começa numa temperatura alta, nem tem como esperar negociações e temos que ir experimentar. (PROFESSOR 02C).

Eu acredito que falta mais, pra gente fortalecer o movimento, que cada trabalhador da educação esteja dialogando por dentro da escola para trazer toda a comunidade porque a educação tem que ser prioridade, se a educação não for prioridade não temos um futuro, é importante dialogar com o conjunto da comunidade escolar para a nossa pauta não seja uma pauta de reivindicação de uma categoria, dos trabalhadores da educação, essa pauta tem que ser ampliada, ela tem que ser uma pauta dos estudantes, uma pauta dos pais, das lideranças comunitárias, eu acho que essa é a principal tarefa hoje não só do Sintepp, mas do movimento como um todo. (PROFESSOR 01C).

A situação em que se encontram os professores, no Pará, diante do congelamento de reajuste salarial há dois anos, do não cumprimento da Lei do Piso Salarial, do não cumprimento da Lei de eleições diretas para direção de escolas, de não investir em melhoria das condições de trabalho, enfim, diante do aprofundamento do descaso com a valorização do trabalho docente e do ensino público, faz com que a direção do sindicato demonstre inquietações importantes sobre os mecanismos de luta e sobre o principal deles que é a greve. Não existe um convencimento desta direção sobre a utilização de outros métodos tão eficazes quanto as greves. Uma eficiência que possibilitou conquistar direitos.

A própria ação de organização de paralisações pontuais, determinadas, diante de uma atividade com governo com as reuniões e audiências, na tentativa de envolver os trabalhadores na mobilização, é uma demonstração de que não se consegue forjar alternativas à greve. Até porque paralisação, mesmo que seja de um dia, é greve, é uma greve por tempo determinado.

Ao mesmo tempo, a direção do sindicato, indica um processo de mobilização, de convencimento, de encorajamento da categoria que exige um trabalho permanente com a base, para que assuma nas escolas o diálogo político com os alunos e a comunidade escolar no sentido de ampliar as pautas dos trabalhadores, para que seja uma pauta também dos estudantes, pais de alunos e demais sujeitos envolvidos na demanda da escola pública.

O Sintepp tem enormes possibilidades de implementar essa política, pois uma ampliação das pautas de reivindicações dos trabalhadores, visto que são pautas de lutas dos professores

estão intimamente relacionadas à luta pela qualidade da educação pública. A valorização salarial, o cumprimento de direitos da carreira, a formação, as condições de trabalho significa, conseqüentemente, valorização da formação dos alunos. Soma-se a esse processo, uma ação concreta de aproximação entre os professores e a estrutura do sindicato, com a eleição de representantes por escola, que mobiliza e compromete trabalhadores e direção sindical na organização qualitativa, pulverizada e na base da categoria, elementos que podem contribuir para o fortalecimento político da luta dos trabalhadores. A coordenação do sindicato necessita acreditar nessa possibilidade.

Os diversos tópicos analisados e capítulos apresentados até aqui tentam desvendar as contradições, apresentadas na conjuntura, para o trabalho docente. Chamo de contradições porque o trabalho dos professores produz efeitos necessários para a manutenção das relações de produção do capital com o reforço ideológico e social que o engendra; da mesma forma, possibilita um efeito contrário a esse, quando existe a opção em favorecer uma formação referenciada na classe trabalhadora a partir de uma visão crítica e reveladora das intenções do capital.

Estudiosos como Demerval Saviani e Newton Duarte (2012), Gaudêncio Frigoto (2010), Vitor Paro (2001), Istvan Mészáros (2008) e muitos outros que olham com lupa a dinâmica da luta de classes que se manifesta no interior da escola pública, pontuam que os profissionais da educação participam dessa disputa dentro da escola e assumem cada vez mais uma postura contra a ordem social vigente. Nesse sentido, o protagonismo dos professores nas lutas organizadas pelas suas entidades de classe faz emergir tais contradições advindas de uma sociedade constituída pelas diferenciações sociais entre classes.

Lutas que exigem a valorização de um trabalho assalariado cada vez mais proletarizado, a partir da necessidade de o sistema do capital regular o trabalho docente, comprometendo sua autonomia e seu compromisso com a emancipação da classe cujo trabalho está subjugado e em processo de subsunção ao capital.

Por isso, as lutas do movimento docente, expressam uma disputa direta entre as classes, uma luta de resistência que gerou regulamentações jurídicas para assegurar valorização salarial e profissional, como as leis que os professores e o Sintepp conquistaram no estado do Pará. Leis como a Lei nº 11.738/2008, do Piso Salarial do magistério, que exigiu lutas para que os professores conquistassem um patamar mínimo salarial; a Lei Estadual nº 7.442/2010, que trata do Plano de Carreira dos trabalhadores em educação no Pará; a Lei nº 7.855/2014, que dispõe sobre as eleições diretas para direção de escola; a Lei nº 7.806/2014, sobre o funcionamento do

Sistema Modular de Ensino; e mais o Regime Jurídico Único, o Estatuto do Magistério, enfim, um conjunto de regulamentações que possibilitam, se aplicadas, valorizar o trabalho docente.

Cada uma dessas expressões jurídicas significaram conquistas advindas de greves e mobilizações do conjunto dos trabalhadores em educação. Conquistas que tornaram os salários consolidados, gratificações específicas e fixas no contracheque; a garantia de licenças, gratificações por tempo de serviço; de titularidade, de escolaridade; enfim, houve a consolidação da identidade docente a partir da conquista do estatuto profissional.

As lutas pela valorização do trabalho docente também ocorreram no aspecto da formação inicial e continuada que favoreceram um crescimento do número de especialistas, mestres e doutores nas redes de ensino no Pará, com 1,2% de doutores e 2,1% de mestres, em 2014, segundo dados da CGEE (2016).

Cada uma dessas lutas que se desenvolveram em âmbito local estiveram em conexão com as lutas nacionais, diante da maior centralização das políticas educacionais pelo governo federal, tanto na implementação de políticas de organização do ensino, quanto às políticas para os direitos do trabalhador docente.

Os programas nacionais para o ensino fundamental e médio, implementados no estado do Pará foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), desde o financiamento via Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o currículo, a formação; a descentralização da merenda, do transporte, piso salarial nacional até os programas pedagógicos e organizativos na escola, foram todos emanadas do governo federal, inclusive sua avaliação, feita por meio dos instrumentos de avaliação externo.

Isso significou desencadear lutas, no estado, pela garantia da qualidade da educação socialmente referenciada com as pautas nacionais. O que ficou mais evidente foi a política salarial.

A repercussão das lutas sindicais que se deram no campo político e também jurídico sobre o trabalho docente refletiu-se também na subjetividade do professor com a ampliação das lutas e greves no estado possibilitando maior identidade e organização de classe; assim como a ampliação organizativa, financeira e política do Sintepp.

A conjuntura de crise estrutural do capital exige que os conflitos entre capital e trabalho sejam acirrados, e no campo educacional, de fato intensificam-se, fazendo com que os calendários de luta se tornem mais regulares, o que vimos ocorrer no Sintepp, exigindo que a

direção do sindicato seja mais atuante na base, informando, formando e mobilizando os trabalhadores em seus locais de trabalho, em contato direto com os professores.

O Sintepp, por sua estrutura burocrática e política, é um sindicato bem estruturado, com forte organização administrativa e financeira. Que mantém, mesmo sob a tutela da estrutura sindical vigente, uma sustentação financeira referenciada na contribuição de seus filiados. Uma filiação voluntária que atinge 37% de sua base que chega a aproximadamente 100 mil trabalhadores em educação e destes, 80.281 professores.

Da mesma forma, o Sintepp possui uma estrutura política que combina uma diversificada organização interna com a presença de grupos políticos, sindicais e partidários, que marcam relações de extrema pluralidade política, exigindo o exercício da democracia sindical. Uma característica de organização advinda dos princípios do novo sindicalismo que emergiu nos finais da década de 1970, no Brasil.

Princípios que subscrevem a necessidade de sindicatos classistas, democráticos, autônomos de governos e combativos. O que possibilita que o Sintepp conviva com diferentes matizes de pensamento, típico de uma organização de frente única como um sindicato. Exercício ensaiado na frequente ampliação organizativa da entidade, presente em 130 municípios do estado do Pará, com estrutura de subsede em 125 dos 144 municípios paraenses. Coordenações municipais com referências nas 10 coordenações regionais, representadas na coordenação estadual do sindicato. Uma estrutura política descentralizada, onde cada município e regional possuem autonomia administrativa e financeira para organizar o sindicato. Ao mesmo tempo é uma organização centralizada pelo conjunto de princípios políticos e programáticos construídos pelos trabalhadores em educação em seus congressos, e pela própria estrutura sindical normatizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de pesquisar sobre o movimento sindical docente, em especial sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP), foi assumido como a realização de mais um dever político dado pela luta de classes no Brasil. Portanto, um desafio de enormes responsabilidades, que exigiu maturidade e clareza sobre as análises da situação dos trabalhadores numa sociedade de conflito entre capital e trabalho.

Devo admitir que não foi uma incumbência fácil, muito menos suficiente, pois exige continuar buscando elementos que compreendam a importância de uma entidade de classe com dimensão política e organizativa tão complexa, e extremamente necessária à luta dos trabalhadores em educação no Estado do Pará.

O objetivo principal da Tese foi alcançado porque identificou a importância do SINTEPP na organização dos professores para o desenvolvimento das lutas necessárias à busca pela valorização do trabalho docente, sendo ressaltado pelos professores entrevistados como sua representação política e jurídica que tem contribuído para a ampliação dos direitos à realização do trabalho dos professores nas unidades de ensino.

O SINTEPP é um sindicato grande e amplo, que representa professores, especialistas, funcionários da merenda, da limpeza, da segurança e da secretaria das escolas, constituindo-se em sindicato de trabalhadores em educação com uma base de representação em torno de cem mil trabalhadores, de acordo com as informações do censo escolar 2016 e o cruzamento de dados registradas no último pleito eleitoral para a coordenação estadual da entidade que ocorreu em 2015.

A situação dos trabalhadores administrativos e operacionais, denominados pela entidade de funcionários de escola, precisa ser abordada com profundidade em outros estudos, visto que são trabalhadores que atuam no interior do SINTEPP e da CNTE, são representados por essas entidades sindicais compondo essa base profissional mas que carecem de análises aprofundadas sobre o seu trabalho, o que pode ser produto de outras pesquisas educacionais.

Esta pesquisa analisou uma parte da categoria de trabalhadores em educação, os professores, exigindo que novas pesquisas busquem identificar as demandas comuns do conjunto dessa categoria de trabalhadores e suas especificidades. Por ora, analisamos a situação dos mais de 80 mil docentes nas redes de ensino públicas, no Pará, representados pelo Sintepp.

Foi observado o trabalho docente e sua organização em sindicato, partindo de uma análise sócio histórica sobre as experiências de organização e luta dos trabalhadores no Brasil e as crises políticas que aproximaram e distanciaram o sindicalismo da estrutura do Estado. Experiências demonstradas com maior propriedade a partir da construção do SINTEPP enquanto organização dos trabalhadores docente no estado do Pará. Sendo um sindicato cuja filiação totaliza 37% do total de sua base. Um número significativo de filiações, diante de um quadro geral de baixa sindicalização visto por estudiosos nas décadas anteriores, como Antunes (1995;1999;2002).

A pesquisa exigiu um repertório teórico-metodológico que abrangeu a discussão sobre a crise econômica, política e social do sistema do capital que aprofunda suas contradições internas. A partir daí a investigação analisou a repercussão das mudanças advindas com a reestruturação política e organizativa do mundo do trabalho e os efeitos do neoliberalismo sobre o trabalho docente. Também o papel do Estado e dos governos referenciados à esquerda e à direita do sistema do capital, que comprovadamente administram tal crise em favor da manutenção da organização societal vigente, foram pontos importantes para a pesquisa, fundamentalmente, a situação do sindicalismo no Brasil, considerando o papel das organizações de classe e como respondem às necessidades do trabalho na atual fase de decadência e crise do capital.

O SINTEPP, objeto desta pesquisa foi identificado como resultado do processo de organização dos professores, construído a partir dos princípios desenvolvidos pelo movimento Novo Sindicalismo, numa conjuntura de início da década de 1980 de efervescência da mobilização e luta dos trabalhadores no país e no estado e que durante três décadas se mantém ativo, representativo e estruturado pela participação dos trabalhadores em educação. Suas pautas e demandas estão em sintonia com as necessidades de sua base de representação, mesmo com as mudanças estruturais que impactam as organizações sindicais como o trabalho precarizado, a jornada de trabalho intensa, a fragmentação e flexibilização do trabalho, a desvalorização salarial, o menor incentivo à formação, os programas educacionais meritocráticos, a competitividade, a produtividade e a avaliação de desempenho. E fundamentalmente, o processo de realinhamento entre o público e privado, cujas políticas tem sucateado o ensino e as escolas públicas.

As lutas do Sintepp encontraram um campo fértil com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, o que exigiu escolhas dos dirigentes do sindicato e da categoria entre o consenso com as ditas reformas gerenciais ou as lutas por carreira, salário, formação e valorização

profissional. A escolha pela defesa da valorização do trabalho docente encontrou desafios de grande magnitude no enfrentamento com governos e com o Estado que fez avançar e retroceder em tais direitos a partir dos diversos mecanismos construídos pelo neoliberalismo e pela luta sindical. O decisivo neste campo de disputas foram e são as lutas construídas com autonomia, ousadia, combatividade e radicalidade de quem não pode ter dúvidas durante as batalhas.

No desenvolvimento dessas lutas, o Sintepp, assim como o conjunto do movimento sindical brasileiro vivenciou momentos de alinhamentos a governos ditos democráticos e populares, e distanciamentos de tais governos, movidos pelas necessidades de obter maiores conquistas. Essa foi uma característica presente na história do sindicalismo no Brasil, desde sua gênese, e a identificamos quando analisamos os períodos históricos de constituição das lutas e organizações sindicais no país, num movimento dialético entre o programa sindical e político que permeia as diversas conjunturas colocadas.

O distanciamento político-programático do SINTEPP com governos e o Estado neoliberal esteve pautado pela necessidade de construir lutas em defesa do salário, carreira, formação e condições de trabalho, elementos essenciais no processo de valorização do trabalho docente. Sendo uma entidade sindical que representa os interesses dos trabalhadores em educação no Pará, portanto, de interesse de classe, buscou participar de mesas de negociação com os diversos governos no sentido de construir políticas públicas de valorização profissional e social da educação.

Ao mesmo tempo, manifestou aproximações político-programáticas com governos ditos democráticos e populares, como os coordenados pelo Partido dos Trabalhadores, por meio da participação de membros da direção da entidade para compor cargos nesses governos; participação em fóruns comuns de elaboração política e debates; e de alinhamento político, mesmo que pontuais, com suas demandas.

Tais experiências, combinadas com o processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo no país, provocou a existência de uma crise de identidade política e organizativa no Sindicalismo brasileiro, que foi aprofundada com a cooptação de quadros sindicais e políticos incorporados ao governo do ex-sindicalista Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, quando estes assumiram a presidência da República do Brasil, desde 2003 até 2016.

O caráter de tais governos, é o de conciliação de classes, que não apresenta incompatibilidade com a estrutura e o regime capitalista neoliberal, mas que provoca confusão

no interior da classe trabalhadora, que o vê como seu governo. Isto porque, foi a vitória eleitoral de um ex-sindicalista na presidência do país; fruto da construção de um programa e organizações sindicais representativas dos interesses e demandas dos trabalhadores, o que provocou perspectivas de mudanças para a classe trabalhadora, a juventude e o povo pobre do país.

Esse fenômeno criou uma República Sindical no país que acomodou dirigentes e organizações sindicais representativas dos trabalhadores à estrutura do Estado, o que interferiu na subjetividade das lideranças sindicais e de suas bases, na medida em que esperava-se que a partir do governo suas demandas fossem atendidas. A opção pelos cargos, patrocínio e prestígio político na administração dos negócios do Estado, enfraqueceu as mobilizações unificadas e independentes, e as lutas concretas dos trabalhadores.

A ocorrência, a partir desse processo, de rupturas no campo político e sindical se refletiu, na necessidade dos trabalhadores, de seguirem reivindicando suas pautas e lutas pela valorização do trabalho, mesmo por fora das organizações centrais do movimento sindical. Inaugurando um novo processo de fragmentação e desarticulação política dos trabalhadores que criaram novas entidades sindicais e políticas, nacionais e locais. Consideramos que este processo é resultado das opções políticas das organizações tradicionais dos trabalhadores, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) que estiveram no comando do Estado e possuem maior representatividade sindical e política na organização dos trabalhadores no Brasil.

Como as rupturas ocorreram no campo sindical com a saída de diversos sindicatos da CUT, como fez o SINTEPP em 2007 e no campo político com a saída de militantes do PT, o impacto sobre a vanguarda de trabalhadores provocou por um lado um ceticismo em relação à própria esquerda e às lutas; por outro, uma reorganização que tenta superar a dispersão e construir lutas independentes.

Diante desse quadro político mais geral, em meio à crise do sindicalismo no Brasil, identificamos um reconhecimento dos professores sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP) como uma entidade, cujas ações, organizaram e construíram lutas pela valorização do trabalho docente no estado do Pará, mas é um reconhecimento que tem relação direta com a história do Sindicato, uma experiência de atuação muito lembrada e reivindicada pelos professores, tanto os mais antigos, quanto os mais novos, ou seja, a história do SINTEPP tem enorme repercussão na subjetividade dos professores.

Atualmente, o SINTEPP, em seu conjunto, ou seja, na estrutura política, com suas direções estadual, regionais e municipais; e também na estrutura jurídica e organizativa sofre muitas críticas, reflexos da crise identificada no sindicalismo brasileiro, em dois aspectos centrais: 1 – quando suas ações foram mediadas pela identidade política com governos coordenados pelo Partido dos Trabalhadores, ou seja, o SINTEPP respondeu em dado momento histórico às lutas dos trabalhadores a partir dessa identidade política local e nacional; 2 – diante de enorme estrutura de funcionamento, os dirigentes do SINTEPP, sugados pelas necessidade de responder à estrutura organizativa, apresentam aspectos de burocratização da atividade sindical, o que tem provocado afastamento dos dirigente do trabalho cotidiano, qualificado e prioritário na base da categoria.

A burocratização de um dirigente sindical ocorre quando o mesmo coloca-se acima dos trabalhadores, certo de que suas opiniões, atuação, ideias, valores e ações são suficientes para responder à toda à exigência que a conjuntura aponta. Ele participa dos fóruns tripartites, dos conselhos, das mesas de negociação com os governos; vai às formações, lê jornal, olha e escreve para o site do sindicato, estuda as ações do governo, a legislação; atende quem frequenta o sindicato; organiza suas demandas internas; reúne os dirigentes; conversa com diversas frentes de relação que um sindicato estabelece; organiza as assembleias, congressos e eleições do sindicato, mas não tem muito tempo, nem paciência, nem coragem, para o principal: o contato direto com os professores nas escolas, as reuniões com os professores, alunos e comunidade e o debate sobre temas polêmicos na escola. Esse dirigente não consegue ouvir os reclames da base, e quando ouve, não consegue responder; não escuta as opiniões dos professores da base nas assembleias ou congressos organizados, porque são suficientes os informes e as opiniões dos dirigentes.

A despolitização dos professores na base do sindicato demonstra a despolitização de sua direção que pauta-se exclusivamente nas precárias informações econômicas e sindicais e não faz a disputa política e ideológica no interior da categoria, ou seja, exime-se do debate político sobre a realidade econômica, social e política geral dos trabalhadores sendo a categoria parte do contexto mais geral de funcionamento sociometabólico do sistema do capital.

Uma das críticas dos professores da base do Sintepp sobre sua direção residiu na falta de informação, formação, comunicação sobre o funcionamento da entidade, sobre suas finanças, sobre seus calendários e sobre suas estratégias de mobilização.

A falta de clareza sobre as estratégias da luta política e organização dos trabalhadores diante dos governos que aplicam os ajustes neoliberais em âmbito local e nacional e o

afastamento da atuação sindical direta e organizada no interior das escolas e demais unidades de ensino, tem gerado as inquietações que motivaram esse trabalho como o descrédito, a despolitização, o afastamento da base, a baixa sindicalização e o esvaziamento das atividades sindicais.

A forte desvalorização do trabalho docente evidenciada com a intensificação do trabalho, baixos salários, carreira pouco atrativa, formação precária e condições de trabalho inadequadas, obrigam os trabalhadores docentes a disputarem sua organização de classe, ou seja, em momentos de fortes ataques econômicos e políticos sobre o trabalho docente, existem recorrentes ações dos trabalhadores, nas instâncias do SINTEPP, que alcançam a coerência, a organização e a luta do sindicato em defesa da valorização do trabalho.

Portanto, o SINTEPP esteve à frente das principais lutas desencadeadas pelos professores no Estado do Pará, lutas que organizaram greves fortes que resultaram na conquista de um arcabouço jurídico e político que possibilitam a valorização do trabalho, nas greves estaduais em 2008 e 2009 exigindo reajustes salariais, carreira e condições de trabalho; na conquista do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), Lei 7.442/2010 na greve de 2010; do Piso Salarial Profissional Nacional, Lei 11.738/2008 na greve de 2011; e pela garantia de direitos que as gestões do governador Simão Jatene (2011 até os dias atuais) buscaram subtrair, em 2013 e 2015, greves que enfrentaram a unidade interna da burguesia estadual e suas instituições que criminalizaram as lutas do SINTEPP com a judicialização de seus dirigentes e suas pautas; com o desconto dos dias parados; multas e interditos proibitórios que tentaram desorganizar pela força judicial a luta dos trabalhadores.

A enumeração das ideias conclusivas, nesta pesquisa, não dão conta da complexidade de cada uma, mas o esforço comum de compreensão da realidade e de como ela se apresenta, se desenvolve e se materializa em ações concretas de organização e luta que demonstram a vitalidade do tipo de organização que os professores ajudaram a construir no SINTEPP. Um sindicato herdeiro da combatividade efervescente do final da década de 1970 que mantém uma estrutura de funcionamento diversificada pelo território paraense, com instâncias democráticas de decisões; cultivando a pluralidade de pensamento e organização, que proporciona a vitalidade em suas ações.

O contato com os dados empíricos que ajudaram a estabelecer a aproximação com a realidade dos professores trouxeram informações, emoções e análises que potencializaram a construção da pesquisa entre entrevistador e entrevistado, uma construção coletiva do

conhecimento sobre o papel do Estado, a situação do trabalho docente, o SINTEPP e as lutas dos trabalhadores.

Em cada uma das ideias levantadas pelas entrevistas, as opiniões, preocupações, satisfações, inquietações e sugestões colocadas, pode-se identificar a vontade dos trabalhadores em fortalecer o SINTEPP no interior das escolas, mesmo com o tempo de trabalho intenso, com desconfianças, com confusões, os trabalhadores sugerem possibilidades de maior fortalecimento da entidade e suas lutas. Por isso, consideramos importante ressaltar alguns elementos, na medida em que não se faz uma investigação sobre uma dada realidade apenas para responder a um problema, mas essa resposta também prescinde de uma contribuição com a transformação da realidade.

Diante do exposto, identificamos algumas ideias que fazem parte da construção do SINTEPP mas que parecem secundarizadas no atual momento de organização do sindicato e que podem contribuir com o fortalecimento de suas ações a partir de que assuma novas configurações.

O SINTEPP, como parte do sindicalismo docente, tem uma característica corporativista, necessária ao desenvolvimento das lutas da categoria, da luta por salário, por carreira, mas que precisa fazer uma articulação com as demandas dos trabalhadores e assim, contribuir com a sua identidade de classe. Uma das questões que pode ajudar é a de que o Sindicato assuma, como ressaltou Rêses (2008) a dimensão da educação como fenômeno mais amplo, olhando para além dos muros da escola. Como afirmou um coordenador do SINTEPP em entrevista *“tem uma parte da categoria, da vanguarda de luta, que consegue olhar para além da árvore e ver a floresta no que está acontecendo mais amplamente”* (PROFESSOR 02C).

As lutas desencadeadas pelos trabalhadores assumem uma dimensão maior que suas necessidades corporativas porque estão vinculadas, pois a desvalorização do trabalho do professor implica na qualidade da formação do aluno; assim como as condições estruturais da escola interferem no processo de ensino aprendizagem. E novamente Reses (2008) nos indica que o sindicato docente deveria requalificar suas ações em torno das proposições de políticas públicas. Isso ajudaria a qualificar sua intervenção política junto à base e anteciparia suas ações antes mesmo das ações dos governos e parlamentares.

Neste sentido, outros atores precisam ser articulados nas lutas do movimento docente, alunos, pais de alunos, comunidade escola, são parte constitutivas, assim como os funcionários de escola nas lutas em defesa da escola pública e que tenha qualidade social referenciada nas

demandas da classe trabalhadora, visto que a escola pública tem sido o espaço de formação da referida classe. O SINTEPP tem muita experiência neste processo, na medida em que é um sindicato do conjunto dos trabalhadores na escola, cabe, portanto, uma ampliação de seus tentáculos.

Mas antes mesmo de alcançar a sociedade com seus tentáculos, carece agarrar e envolver o conjunto dos trabalhadores docentes, que compreendem que o SINTEPP é um sindicato amplo, com uma categoria grande numericamente, que precisa ser acompanhada no local de trabalho, com a realização de atividades dentro das escolas, onde os dirigentes poderiam ter contato com os seus anseios e expectativas. Para isso, ajudaria muito a organização de eleição de Representantes por Escolas, que constituiriam um *conselho de representantes* em cada municípios/subsede, coordenado pelas direções municipais do SINTEPP. Um processo organizativo já assegurado pelo Estatuto da entidade, mas que para ser efetivado necessita de uma jornada de formação, informação, discussão e mobilização na base, em especial, no interior das escolas.

Os elementos ressaltados por esta pesquisa dão visibilidade às necessidades de uma reconfiguração do sindicalismo no Brasil que historicamente tem dificuldades de construir forte trabalho de base, mas soube construir organizações amplas e vigorosas economicamente. Por isso, para minar as articulações do capital, a direção do sindicato “precisa olhar para além da árvore e vê a floresta”. Nela as possibilidades de retomada das lutas unificadas dos trabalhadores no Brasil já estão evidentes, diante das políticas que desmontam os direitos à escola pública. Por isso, o protagonismo do SINTEPP está colocado não pelo peso considerável de sua estrutura mas pelo desejo de mudanças e transformações que inquietam os corações dos trabalhadores no interior das escolas.

Observando a situação da luta de classes no Brasil, acreditamos que a história está sendo generosa com a vanguarda à frente das entidades sindicais e políticas dos trabalhadores, possibilitando com que façam novamente suas escolhas, de fomentar a chama que anima e organiza a indignação para a luta concreta contra o capital, ou seguir perseguindo atalhos que atrasam e enfraquecem a possibilidade de vitória dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C; CABRAL, M. do S. R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988.** São Paulo: Cortez, 1995.
- AGUENA, Paulo. (Org.). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização.** São Paulo: Sundermann, 2007.
- ALMEIDA, Danusa Mendes. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/SINDICATO e o SINDIUTE.** 2015. 381f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos. São Carlos (SP): [S.n.], 2015
- ALVES, Charles Alberto de S. A política de municipalização do ensino Fundamental no Estado do Pará a partir da ótica dos gestores estaduais da educação. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará: Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém (PA): [S.n.], 2011.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho.** 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. **Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política.** Bauru (SP): Giovanni Alves, 2003.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas.** São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANDERSON, Patrícia. **Câmaras Setoriais: histórico e acordos firmados – 1991/1995.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para discussão, 667.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** Campinas (SP): Autores Associados, 2004.
- _____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **Adeus ao trabalho?** São Paulo. Cortez, 1995.
- _____. **O novo sindicalismo no Brasil.** 2.ed. Campinas (SP): Pontes, 1995b.

_____. **O que é sindicalismo**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, 528p. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAUJO, João Batista. Lula presidente: governando para os ricos e poderosos, abre-se um período de confrontos com o PT e o governo. **Jornal Combate Socialista**. Frente à capitulação do PT às políticas neoliberais, é necessário construir um novo partido. Niterói (RJ), 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos:apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BACOCINA, Denize. Meneguelli defende apoio da CUT à reforma da Previdência. São Paulo. **BBC Brasil.Com**. 05 jun. 2003. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/030604_meneguelliir.shtml

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In. SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo (SP): Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BARISON, Thiago. **A estrutura sindical de Estado no Brasil e o controle judiciário após a Constituição de 1988**. 2014. 252f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo: Faculdade de Direito. São Paulo, 2014.

BARRETO, Raquel G.; LEHER, Roberto. Trabalho Docente e as reformas neoliberais. In: Oliveira, Dalila Andrade (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BATISTONE, Maria Rosângela. **Confronto operário**. A oposição sindical metalúrgica nas greves e nas comissões de fábricas de São Paulo (1978-1980). São Paulo: IIEP, 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

BEZERRA, Maria Edinalva. Um outro mundo é possível. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul/dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200023 Acesso em: 24 jan.2017.

BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Año X, n. 26, outubro, 2009.

BOITO JÚNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal e o sindicalismo no Brasil. *In: A construção da “hegemonia” neoliberal. Crítica Marxista*, São Paulo, n.3, 80-105, 1996.

BORGES NETO, João Machado Borges. Governo Lula: uma opção neoliberal. In. PAULA, João Antônio de (Org.) **Adeus ao desenvolvimentismo: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: autêntica, 2005.

_____. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1993.

BRAGA, Ruy. **A pulsão Plebeia: Trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Aprovada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1988.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dez. 2006, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Diário Oficial de União**. Brasília, 17 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm

_____. LEI Nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (Lei do Piso). Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 jul.2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm.

_____. LEI Nº 11.709, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008. Revogada [totalmente] pela Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009. **[Texto para impressão disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11709impressao.htm].**

_____. **LEI Nº 11.648, de 31 de março de 2008**. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União. Brasília (DF), 31 mar. 2008, Ed. extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm .

_____. LEI Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. [Conversão da MPv nº 339, 2006]. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 21 jun.2007; retificação: DOU de 22 jun.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm .

_____. LEI Nº 11.101, **de 9 de fevereiro de 2005**. [Lei de Falências]. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Diário Oficial da União.** Brasília, 09 fev. 2005, Ed. extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm .

_____. LEI Nº 11.079, de **30 de dezembro de 2004**. [Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP)]. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. [Alterada por legislação posterior]. Disponível [texto compilado] em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm .

_____. **LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990**. [Conversão da MPv nº 177/90]. Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 14 maio1990 e 15 maio1990 (retificação). Disponível [texto compilado] em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8036consol.htm .

_____. Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. [Conversão da Medida Provisória nº 59, de 1989]. Diário Oficial da União. Brasília, 29 jun.1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L7783.htm .

BRASIL. DECRETO Nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 14 nov. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm .

_____. DECRETO Nº 4796, de 29 de julho de 2003. Institui o Fórum Nacional do Trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 20 jul. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4796.htm .

_____. DECRETO N.º 5.452, de 1º de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm> . Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. DECRETO nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seção 1, p.21604, 2 dez. 1930 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. DECRETO Nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronaes e operarias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seç. 1, p. 4801, 29 mar.1931 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-norma-pe.html> Acesso em: 22 out. 2016.

_____. DECRETO Nº 24.694, de 12 de julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Seç. 1, p.21.873, 27 out.1934. (Publicação Original)

_____. DECRETO-LEI Nº 1.402, de 05 de agosto de 1939. Regula a associação em sindicato. **Diário Oficial da União**. –Rio de Janeiro, Seç.1, p.16233, 07 jul. 1939. (Publicação Original)

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). PORTARIA MTE nº 188, de 29 de janeiro de 2014. Dispõe sobre as transferências de valores dos recursos da arrecadação da Contribuição Sindical entre as entidades sindicais e a Conta Especial Emprego Salário estabelecidas nos artigos 590 e 591 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. **Diário Oficial da União**. Brasília, n.21, Seç. 1, p.118, 30 jan. 2014. [**Suspenso pela Portaria MTE Nº 376, de 21 mar.2014**].

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Injunção nº 708/DF**. Mandado de injunção impetrado por SINTEM – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA contra ato omissivo do Congresso Nacional, consistente na falta de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, previsto no art. 37, VII, da Constituição de 1988. Brasília, 19 set. 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaAgendaMinistro/anexo/mi708.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL.–MINISTÉRIO DA FAZENDA, SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL. **Relatório Anual 2014**. Brasília, n.12, jan. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO [MTE]. FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO [FNT}. Proposta de Regulamentação da Negociação Coletiva e do Direito de Greve no Serviço Público. Brasília: FNT, 2016. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/fnt/Principais_Pontos_%20da_Regulamentacao.pdf .

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRELAZ, Walmir. **PCCR dos profissionais da educação pública do Pará** – Lei nº 7.442, de 02 de julho de 2010 – COMENTADO. Belém-Pa: SINTEPP, 2010.

BREVE, Nelson. Direção do PT expulsa rebeldes e adverte tendências radicais. **Carta Maior**. Brasília, 14 dez. 2003. Política. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Direcao-do-PT-expulsa-rebeldes-e-adverte-tendencias-radicais/4/733>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Tradução: Ruth Joffily. Rio de Janeiro, F. Alves 1982.

CAMARGO, Arlete; FERREIRA, Diana; LUZ, Iza. **Perfil, condições e formação docente no Pará**. In: MAUÉS, Olgaíses C. *et al.* (Org.). **O trabalho docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2012, p.53-74.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro – Dossiê. **Caderno CRH [online]**, Salvador, v. 28, n. 75, p.493-510, set/dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0493.pdf>.

CATTANI, Antonio David. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Estatuto**. São Paulo, 1983.

_____. 5º Congresso Nacional da CUT (CONCUT). **Resoluções**. São Paulo, 1994.

_____. II Congresso Nacional da CUT (CONCUT). **Resoluções**. São Paulo, 1986.

_____. **Resolução da Executiva sobre a Reforma da Previdência**. São Paulo: CUT, 2003.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Mestres e Doutores 2015: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Nota Técnica. Brasília, 2016.

CHESNAIS, François. Globalização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno Especial.

CHESNAIS, François (Org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, conseqüências**. Tradução e orelha: Paulo Nakatani; Rosa Marques. Prefácio: Luiz Gonzaga Belluzo. São Paulo: Boitempo, 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Estudio Económico de América Latina y el Caribe (2009-2010). Impacto distributivo de las políticas públicas. Santiago (Chile): CEPAL, 2010. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1070/17/Brasil_es.pdf> Acesso em: 22 dez. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO (CNTE). **A CNTE. Organização consolidada**. Brasília (DF): CNTE, 2014. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte> Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Piso e carreira andam juntos para valorizar os profissionais da educação básica pública.** Brasília (DF): CNTE, 2015. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/stories/publicacoes/cartilha_piso_e_carreira_andam_juntos.pdf Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores(as) da Educação Básica.** Brasília: CNTE, 2003. (Série Retratos da Escola, 3). Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2012/pesquisa_retrato_da_escola_3.pdf Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Informe especial sobre o PSPN.** Brasília, out. 1994.

CORCIONE, D.; SOUZA, A. C. Concepções e correntes sindicais no Brasil. *In*: _____. **Curso de Formação de Educadores e Prática Sindical e em 143 Metodologias.** Aracajú, 2007.

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. – ICP, 2013.

COSTA, Sérgio Amad. A questão do imposto sindical. **Rev. Adm. Emp.** Rio de Janeiro, v. 26, n.3, p.81-84, jul./set. 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000300010. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores.** [Texto eletrônico]. Disponível em: https://resistir.info/crise/a_crise_do_capitalismo.html. Publicado em: 05 fev. 2009. Acesso em: 04 out. 2016.

CRUZ, Helvia Leite. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica.** 2008. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DAL ROSSO, Sadi. Fragmentação sindical. **Educar Em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 39-52, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32520> .

DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas.** Brasília (DF): Paralelo 15, 2011.

_____. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, Sadi; LUCIO, Magda de Lima. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. **Universidade e Sociedade.** Brasília-DF, ano XIV, n. 33, p.115-125, jun.2004.

D' ARAÚJO, Maria Celina. **A elite dirigente do governo Lula.** Com participação de Camila Lameirão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 2009. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/D-Araujo-e-Lameirao-A-elite-dirigente-do-governo-Lula.pdf>

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). A importância da organização sindical dos trabalhadores. **Nota Técnica 151**. São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec151ImportanciaSindicatos.pdf> Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Balanço das Greves em 2007. **Estudos e Pesquisas**, n. 41, 2007. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007/estPesq41Greves2007.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Balanço das Greves em 2008. **Estudos e Pesquisas**, n. 45, jul. 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008/estPesq45balancoGreves2008.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Balanço das greves em 2009 e 2010. **Estudos e Pesquisas**, n. 60, abr. 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2010/estPesq60balGreves20092010.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Balanço das greves em 2009 e 2010. **Estudos e Pesquisas**, n. 63, nov. 2012. Disponível em: https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.pdf Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Balanço das Greves em 2012. **Estudos e Pesquisas**, n. 66, maio 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, n. 79, dez. 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf> Acesso em: 20 jan. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** (segundo as observações do autor e fontes autênticas). Tradução: B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas: José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Anti-Duhring**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

_____. **A questão do partido**. Marx, Engels, Lenin, Trotski. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. Um salário justo para uma jornada de trabalho justa. **The Labour Standard**. Londres (ING), Editorial, 7 maio 1881. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_14.pdf Acesso em: 20 dez. 2016.

ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA. MOVIMENTO POR UM NOVO PARTIDO. Manifesto. **Espaço Acadêmico** [Revista Eletrônica], n.33, fev. 2004. Disponível em: https://www.espacoacademico.com.br/033/33mov_social.htm

FERRAZ, Marcos (Org.). **Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba (PR): Appris, 2012

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010

_____. Educação como capital humano: uma “teoria” mantenedora do senso comum. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 10-37, jan./jun. 1984.

FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, v.1, n.1, jan./mar. 1981.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER W. M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

GASPARETTO JUNIOR, Antônio. A Terceira Via. **InfoEscola**, 2011. Disponível em: <http://www.infoescola.com/politica/terceira-via/> Acesso em: 20 set. 2016.

GEMAQUE, Rosana Maria; CARVALHO, Fabrício A.; MENDES Danielle. A configuração da carreira do magistério público do Estado do Pará a partir do Estatuto do Magistério. **Educação em Foco**. Belo Horizonte, Ano 15, n. 19, p. 229-256, jun. 2012.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila A.. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. *In*: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. 3 ed. rev. ampl.. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Collor, a CUT e a pizza**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. **A CUT, ontem e hoje**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.

_____. **CUT: por dentro e por fora**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.

GIANNOTTI, Vito; DOMINGUES, Sérgio. **Dicionário de Polítiquês**. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), 2010.

GIL, Éric. Brasil, um país em greve. **Pragmatismo Político** [website]. 2014. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/06/brasil-um-pais-em-greve.html>

GINDIN, Julián (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimento**. Brasília : Paralelo 15, 2013.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos. (Org.). **Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba: Appris, 2012.

GRILLO, Breno. Para OAB, pedaladas e renúncia fiscal na Copa são motivos de *impeachment*. **Consultor Jurídico** [revista eletrônica], São Paulo, 24 mar. 2016.

Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-mar-24/oab-cita-grampos-lula-pedaladas-pedido-impeachment>

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível**. A esquerda no limiar do século XXI. Tradução: José Colaço Barreiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. O Breve Século XX: 1914-1991. 2.ed. 9.reimp. Tradução: Marcos Santarrita. Revisão técnica: Maria Célia Paoli. Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados / Pará - 2016**. <www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa> Acesso em: fev. 2016.

_____. Pesquisa Mensal de Emprego - Fevereiro 2016. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2016/pme_201602pubCompleta.pdf> Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volumes e valores correntes, julho/setembro de 2016. **Indicadores IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/> Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. **Normas de apresentação tabular**. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação básica**. Brasília: Inep, 2009.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 2016**. Disponível em: <www.ideb.inep.gov.br> Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **Censo Educacional 2015**. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br> Acesso em: 15 fev. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICO APLICADA (IPEA). **Desafios ao Desenvolvimento**. Revista de Informações e debates do IPEA. Ano 13, n. 88, 2016.

JORNAL COMBATE SOCIALISTA. **Frente à capitulação do PT às políticas neoliberais: É necessário construir um novo partido.** Nov.2003.

JUDENSNAIDER, Elena. *Vinte centavos: a luta contra o aumento.* São Paulo: Veneta, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção: Magistério 2º grau. Série: Formação de professor)

LARA, Ricardo. Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital. SANT'ANA, Raquel Santos (Org.). **O Averso do Trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador.** 1 ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2010

LAVA JATO: os políticos investigados. **Carta Capital.** São Paulo, 06 de mar de 2015. Parlatório. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/lava-jato-os-politicos-investigados-1275.html>

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. *In:* MAGALHÃES, João Paulo de Almeida (Org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 369-412.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Sobre as Greves.** *In:* O marxismo e os sindicatos: Marx, Engels, Lenin e Trotsky. AGUENA, Paulo (Org.), São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008

_____. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. *In:* _____. **Obras Escolhidas** (Vol. 1), 3.ed.. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

_____. **Sobre os sindicatos.** São Paulo: LECH, 1979.

_____. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Sobre o Estado. [Conferência na Universidade Sverdlov, 11 Julho 1919]. *In:* _____. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11.htm>>

LIMA, Kátia Regina. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. *In:* NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula.** Reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004, p.23-46.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra. Um outro mundo é possível. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis (SC), v.11, n.2, p. 652-654, jul./dez. 2003.

LIPSET, Seymour M.; TROW, Martin; e COLEMAN, James S. **Union Democracy: The Inside Politics of the International Typographical Union.** Nova York, Free Press. 1956.

LOPES NETO, Sebastião; GIANNOTTI, Vito. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1993.

LUZ, Sílvia Letícia D'Oliveira da. **A valorização do profissional da educação e a carreira docente:** a experiência do governo de frente popular em Belém do Pará. 2008. 246f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belém (PA): [S.n.], 2008.

MAGALHÃES, JOÃO PAULO DE ALMEIDA (ORG.). **OS ANOS LULA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM BALANÇO CRÍTICO 2003-2010.** RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2010.

MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do novo sindicalismo:** democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARQUES, Guilherme. **O novo sindicalismo:** a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores, 1977 a 1995. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

MARTIN, Roderick. **Sociologia do poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. *In:* MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escolhidas.** Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni. *In:* _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** Tradução: de José Carlos Bruni. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro.** São Paulo: Global, 1980.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. (Liv. I, vol. I). 10.ed.. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. DIFEL, 1985.

_____. (1893b). **O capital.** (V. III. Tomo II). Tradução: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **A miséria da Filosofia.** Resposta à filosofia da miséria de Proudhon. Tradução: Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala, 2007. Col. Grandes Obras do Pensamento Universal, 77.

_____. A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados. *In:* AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. As greves e as coligações de operários. *In:* AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Edição comemorativa dos 150 anos. São Paulo: Saraiva, maio 1998.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAUÉS, Olgaíses *et. al.* (Org.). **O trabalho docente na Educação Básica: O Pará em questão**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

MEDEIROS, Luciene; REIS, Maria Isabel. Condições de trabalho e os efeitos sobre a saúde dos docentes. *In*: MAUÉS, Olgaíses C. *et al.* (Org.). **O trabalho docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2012, p.75-91.

MELO, Savana Diniz Gomes. **Trabalho e conflito docente**. Experiências em escolas de educação profissional no Brasil e na Argentina. 2009. 377f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Educação. Belo Horizonte (MG): [S.n.], 2009.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. Tradução: Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A Educação para além do capital**. Trad.: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Educação para além do capital**. Trad.: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital**. Prefácio: Ricardo Antunes. Tradução: Francisco Raul Cornejo São Paulo: Boitempo, 2011.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos. Tradução: José M. Justo. Lisboa: Antígona, 2001.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da Educação: Do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. 2011. 400f. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ: [S.n.], 2011.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização dos professores de Educação Básica Pública**. 2000. 317f. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP: [S.n.], 2000.

MONTAÑO, Carlos. **“Terceiro Setor” e “Questão Social” na reestruturação do capital: o canto da sereia**. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, [S.n.], 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. *Revista de Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MORAIS, Jorge Ventura de. **Trabalhadores, sindicatos e democracia: Um ensaio bibliográfico sobre democracia sindical**. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, p.85-107, 1. sem. 1996.

MORENO, Nahuel. **Os governos de frente popular na história**. São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003. (Série Polêmica).

_____. **Teses para a atualização do Programa de Transição**. São Paulo: CS Editora, 1992.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. A natureza e contradições da crise capitalista. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, N. Esp., p. 71-83, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2697>>.

NASSIF, LOURDES. QUEM TEM DIREITO E COMO OBTER O BENEFÍCIO DO BOLSA FAMÍLIA. **GGN [JORNAL ELETRÔNICO]**. 20 MAIO 2013. *REVISTA*. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://JORNALGGN.COM.BR/BLOG/QUEM-TEM-DIREITO-E-COMO-OBTER-O-BENEFICIO-DO-BOLSA-FAMILIA>.

NERI, Marcelo. Após a crise política e econômica, já antevemos a crise social. **El País** (Jornal eletrônico) Rio de Janeiro, 11 nov 2016. Brasil. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/05/economia/1459884081_486535.html Acesso 22 jan. 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Reforma Universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

NEVES, Lúcia Maria W. **Brasil 2000**: nova divisão de trabalho na educação. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2000.

NOVO, Aguinaldo. Na Era Lula, bancos tiveram lucro recorde de R\$ 199 bilhões. **O Globo [online]**. Rio de Janeiro, 26 fev.2011 (Atualizado: 04 nov. 2011). Economia. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232#ixzz4e44G9epU>

O AJUSTE fiscal de Dilma. **Estadão**. São Paulo, 04 fev. 2015. Infográficos. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>

OLIVA, Aluizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo** : análise do governo Lula (2003-2010). 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): Instituto de Economia. Campinas (SP), 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política Educacional e a re-estruturação do trabalho docente. **Educação & Sociedade**. DOSSIÊ: o trabalho docente no contexto latino-americano: algumas perspectivas de análise. Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007

_____. **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: EFT, 2003.

OPERAÇÃO Lava Jato. **Folha de São Paulo**. São Paulo, [2015?]. Folha Explica. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/> Acesso em: 15 nov. 2016.

ORSO, Paulino José (Org.). **Educação e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PACHECO, Everton Bonato. **As políticas sociais compensatórias**: impactos do programa bolsa família. Universidade Federal de Juiz de Fora (Seminário). Juiz de Fora (MG), dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/graduacaocienciasocias/files/2010/11/As-pol%C3%ADticas-sociais-compensat%C3%B3rias-Impactos-do-Programa-Bolsa-Fam%C3%ADlia-Everton-Bonato-Pacheco.pdf>

PARÁ [Governo do Estado do]. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. **Governo do Estado e Sintepp firmam acordo de compensação financeira**. 15 jan. 2015. Disponível em: <http://www.sead.pa.gov.br/noticia/governo-do-estado-e-sintepp-firmam-acordo-de-compensa%C3%A7%C3%A3o-financeira>.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC). **Portaria N° 009/2005**. Belém (PA), 2005.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC). **Portaria N° 010/2005**. Belém (PA), 2005.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC). **Jornal da Educação**. [Informativo da Secretaria de Educação do Pará]. Belém (PA), Ano 1, n. 12, Nov. 2008.

_____. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA). **Mapa de Exclusão Social do Estado do Pará – 2014**. Belém: Fapespa, 2014.

_____. Anuário do Pará 2016-2017. **Jornal Diário do Pará**, Belém, v.7, n. 7, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: PROJETO MEMÓRIA. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PATU, Gustavo; FERRAZ, Lucas. Maior corte no Orçamento atinge áreas prioritárias. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 mar. 2009. Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3103200902.htm>

PAULA, João Antônio de. **Adeus ao desenvolvimentismo**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Maria Cristina Cardoso. Judicialização de conflitos coletivos na esfera sindical: o caso do Andes-Sindicato Nacional. In: DAL ROSSO, Sadi. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**. Brasília (DF): Paralelo 15, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POLITIZER, Georges. **Princípios fundamentais de filosofia**. In: BESSE, Gui; CAVEING, Maurice (Org.). São Paulo: Hemus, 1954.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. O trabalho como motor do desenvolvimento humano. [S.l.]: PNUD, 2015.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. New York: PNUD, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/notebook/Downloads/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf Acesso em: 22 dez. 2016.

REIS, Luís Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. 2015. 244f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2015.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade profissional do professor**. 2008. 308f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Sociais: Departamento de Sociologia. Brasília (DF): [S.n.], 2008.

RICARD, Jan Frans. Movimento sindical internacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana M. Cancellaria; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte (MG): UFMG: Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

RODRIGUES, Fabiana C. (Org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do Capital**. (vol 2). São Paulo: Outras Expressões, 2013.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William. Para entender os sindicatos nos Brasil. Uma visão clasista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Educação Pública: um modelo ameaçado. In: GENTILLI, Pablo (Org.); Tomaz Tadeu da Silva. **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília – DF: CNTE, 1996.

SADY, João José. **Direito sindical e luta de classes**. São Paulo: Instituto Cultural Roberto Morena, 1985.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Ed. rev. atual. do Novo dicionário de economia. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.

SANTIAGO, Emerson. Mandado de injunção. **Infoescola**. 2017. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/mandado-de-injuncao>>

SAUL, Marcos Vinícios de Almeida. **Classe operária e sindicalismo em novo Hamburgo (1945 - 1964)**. 1982. 172f. Dissertação (Mestrado em História)— Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis (SC): [S.n.], 1982.

SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. (Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA NETO, OTACÍLIO GOMES DA. Brasil, 2013: reflexões e metáforas. In: SOUSA, Cidoval Morais de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Org.). **Jornadas de junho: Repercussão e leituras**. Campina Grande (PB): EDUEPB, 2013.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ (SINTEPP). **Estatuto**. Belém (PA), 2014.

_____. **Jornal de Prestação de Contas do 2º trimestre de 2016**. Disponível em: http://sintepp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/presta_contas_julho_final4.jpg Acesso em: 08 ago. 2016.

SINTEPP. **Mapa de votação da eleição estadual do SINTEPP de 2015**.

SINTEPP. XVIII Congresso Estadual dos Trabalhadores da Educação [Educação com qualidade e valorização profissional]. **Caderno de Resoluções**. Belém-Pa, 2008.

_____. XVIII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP). [Educação com Qualidade e Valorização Profissional – Contra as Reformas Neoliberais]. **Caderno de Teses**. Belém-Pa, 2007.

_____. XIX Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação. **Caderno de Resoluções**, Belém-Pa, 2009.

_____. III Plenária Estadual. **Francisco das Chagas Azevedo Cacau: construindo com participação popular e luta a educação como direito**. Belém (PA), 2005.

SINTEPP. A Educação pede passagem, Governo Ana Júlia: Basta de Enrolação. **Boletim Informativo**. Belém-Pa, 2008

_____. Educação ou Barbárie? **Jornal Informativo**, n. 2, abr/mai/jun. 2004.

_____. **Boletim da Greve**, 2010.

SINTEPP. **Jurídico**, 2013.

_____. **Jurídico**, 2015.

_____. **Jurídico**, 2016.

Disponível em: <<http://juridicosintepp.blogspot.com.br/search?updated-min=2015-01-01T00:00:00-03:00&updated-max=2016-01-01T00:00:00-03:00&max-results=50>>

SINTEPP 10 ANOS (1983-1993): Construindo o sindicalismo classista em defesa da escola pública. **Espaço Educacional**, n.3, p.5, dez.1993.

SOUZA, Amarildo C.; CORCIONE, Domingos. Concepções e correntes sindicais no Brasil. *In*: _____. **Curso de formação de educadores e prática sindical e em 143 metodologias**. Aracajú, 2007. Disponível em: <www.teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/caderno.pdf. Acesso em: 15 nov. 2016

SOUZA, Michele; LUZ, Sílvia Letícia; TAVARES, André. Políticas de valorização dos profissionais da educação básica: carreira e salário. *In*: MAUÉS, Olgaíses [*et al.*].(Org.). **O trabalho docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 93-115.

SOUZA, Nilson. **O Colapso do Neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TROTSKY, Leon. [1923]. **Escritos sobre sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. **Minha vida: ensaio bibliográfico**. 2.ed. Tradução: Livio Xavier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. **A revolução permanente**. Tradução: Herminio Sacchetta. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O imperialismo e a crise da economia mundial**. Tradução: Roberto Barros. São Paulo : Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2002.

UNIDAD INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES (UIT-QI). Teses Políticas Mundiais: Uma proposta para as lutas do século XXI. **Correspondência Internacional**. Edição Especial. Abril, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente – *GESTRADO*. **Pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil**: sinopse do *survey* nacional. Belo Horizonte: UFMG: GESTRADO, 2010. Disponível em: http://www.gestrado.net.br/images/pesquisas/5/SinopseSurveyNacional_TDEBB_Gestrado.pdf Acesso em: 23 jun. 2016.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Josenilton Nunes. **O sindicato como espaço de construção da profissão docente**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

VALOR ECONÔMICO. São Paulo, 29/10/2008

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. *The history of trade unionism*. New York: Augustus M. Kelley, 1973.

WEBSITES

CÂMARA DOS DEPUTADOS (PORTAL). BIBLIOTECA. <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/biblioteca>. Vários, 2016; 2017.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). Acessos: Vários, 2015; 2016; 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). www.dieese.org.br Acesso: jan. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Estados/Pará, 2016. <www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa> Acesso em: fev. 2017.

INSTITUTO LULA. www.institutolula.org/biografia Acesso em: ago. 2016;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). www.portal.inep.gov.br Acessos: vários, fev. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). www.ipea.gov.br. Acessos em: fev. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. <http://www.pt.org.br/> Acessos: Vários, 2016; 2017.

PALÁCIO DO PLANALTO. LEGISLAÇÃO. <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao> Acessos: Vários, 2015, 2016; 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.

APÊNDICE A

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.

APLICAÇÃO DE ENTREVISTA NA PESQUISA DE CAMPO

DADOS DA DOUTORANDA

Nome	SILVIA LETICIA D' OLIVEIRA LUZ	Telefone
Função	Professora	CPF
CURSO	DOUTORADO EM EDUCAÇÃO UFPA/ICED	E-mail

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

<p>TITULO: SINDICALISMO E EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente.</p>	<p>TEMA: O papel do Sintepp como espaço de organização e luta dos professores e a repercussão de suas ações sobre o trabalho docente.</p>
<p>OBJETIVO DA ENTREVISTA: Coletar dados por meio da realização de entrevista, de modo que, essa possa estar subsidiando a elaboração de uma Tese de Doutorado no que tange as suas descrições e análises de resultados.</p> <p>SOLCITAÇÃO: Vimos por meio desse, solicitar aos trabalhadores da educação pública a realização de entrevista. De modo que, as informações feitas possam estar contribuindo como subsidio na elaboração da Tese de Doutorado em Educação. Sob a orientação do Prof^o Dr^a Olgaíses Cabral Maués. Desde já agradecemos a contribuição, nos comprometendo que as informações fornecidas sejam mantidas, guardadas e garantidas seu tratamento técnico, profissional ético e político, bem como, todo o anonimato do trabalhador (a) informante. Resguardando-nos ao tratamento que deverá ser dado aos dados desta Tese.</p>	
<p>Assinatura do (a) Orientador(a) Prof^a Dr^a Olgaíses Cabral Maués</p>	<p>Assinatura do (a) Doutorando (a) Silvia Leticia D' Oliveira Luz.</p>
<p>Loca/ Data:-----Horário de Início e Término de entrevista:-</p>	
<p>ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM PERGUNTAS SEMI- ESTRUTURADAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Em sua opinião qual a situação dos professores no Pará? 2- Qual a sua opinião sobre Sindicato? 3- Qual sua opinião sobre o Sintepp? 4- Quais as principais lutas que o Sintepp realizou? 5- Quais os principais instrumentos de luta do sindicato? 6- Quais as vitórias conquistadas pelos professores nos últimos anos? 7- Qual o papel da direção do Sintepp? 8- Como a direção e o sindicato têm atuado? 9- Como a direção do Sintepp poderia atuar? 	
<p>_____</p> <p>Assinatura do Entrevistado (a)</p>	

ANEXOS

ANEXO A RELAÇÃO DE COORDENADORES GERAIS DO SINTEPP DE 1979 A 2015.

ANEXO B RELAÇÃO DE COORDENADORES DO SINTEPP NOS MANDATOS DE 2004/2005, 2006/2007, 2012/2015, 2015/2018.

ANEXO C PANORAMA FOTOGRÁFICO DA HISTÓRIA SINTEPP.

ANEXO A**RELAÇÃO DOS COORDENADORES GERAIS DO SINTEPP
DE 1979 A 2015**

RELAÇÃO DOS COORDENADORES GERAIS DO SINTEPP DE 1979 A 2015

1979 – Ermelinda Garcia

1983 – Edmilson Rodrigues

1984 – Edmilson Rodrigues

1985 – Haroldo Soares

1988 – Luiz Araújo

1989 – Luiz Araújo

1991 e 1992 – Glória Rocha

1993 e 1994 – Glória Rocha e Eduardo Carvalho

1995 e 1996 - Walmir Freire e Araceli Lemos

1996 a 1999 – Walmir Freire e Araceli Lemos

2000 a 2003 – Eloy Borges e Rosa Olivia

2003 a 2006 – Tânia Suely e Antônio Carlos Barros

2006 a 2009 - Eloy Borges e Conceição Holanda

2009 a 2012 – Conceição Holanda e Williams Silva

2012 a 2015 - Williams Silva e Mateus Ferreira

2015 a 2018 – Alberto Andrade e Mateus Ferreira

Fonte: Arquivo do SINTEPP

ANEXO B

**RELAÇÃO DE COORDENADORES DO SINTEPP NOS MANDATOS DE
2003 a 2005; 2006 a 2008; 2009 a 2012; 2012 a 2015, 2015 a 2018**

COORDENAÇÃO DO SINTEPP**2003 a 2005****COORDENAÇÃO GERAL**

Tânia Suely e Antônio Carlos Barros

SECRETARIA GERAL

Sílvia Leticia da Luz e Nazaré Bessa

TESOURARIA GERAL

Rosa Olivia Barradas e Maria do Socorro Jucá

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Silvana Garcia e Ronaldo Rocha

SEC. DE ASS. EDUCACIONAIS

Glaydson Canelas e Asarias Favacho

SEC. DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ruth Maria e Cosmo Cabral

SEC. DE ASS. JURÍDICOS

Cosmo Cabral e Nerci Rezende

SEC. DE APOSENTADOS

Eliesser Rego e Raimundo Moura

SEC. EVENT. CULTURAIS E LAZER

Ana Maria Carvalho e Raimundo Favacho

SEC. DE FUNCIONÁRIOS:

Eliane Maria e Antônio Neto

SEC. DE COMUNICAÇÃO:

Rosivaldo Furtado e Cleber Rezende

**SEC. DE SAÚDE DO TRABALHADOR E
MEIO AMBIENTE**

Juraci Tavares e Mônica Brito

SEC. DE ED. DE DIR. HUMANOS

Conceição Holanda e Maria José Barbosa

COORD. ADJUNTA DE BELÉM

Maristela Santos e José Matheus

SUPLENTES

Luzia Canuto

Luiz Gonzaga

José Augusto Silva

Maria Edna Barbosa

Zito Augusto

Alda Silva

Nilma Fátima

Genival diniz

José Luiz Seabra

**COORDENAÇÃO DO SINTEPP
2006 a 2008**

COORDENAÇÃO GERAL

Eloy Borges e Conceição Holanda

SECRETARIA GERAL

Ronaldo Rocha e Marcelo Rodrigues

SECRETARIA DE FINANÇAS

Randel Sales e Dionisio de Oliveira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Hamilton Correa e Walmir Bastos

SEC. DE ASS. EDUCACIONAIS

Ana Cativo

SEC. DE POLÍTICAS SOCIAIS

Flávio Leal e Marilene Barbosa

SEC. DE ASS. JURÍDICOS

Cosmo Cabral e Antonia albuquerque

SEC. DE APOSENTADOS

Raimunda Barreto e José Elias

SEC. EVENT. CULTURAIS E LAZER

Rosa Olivia e Antônia Suely

SEC. DE FUNCIONÁRIOS:

José Giovanni e Mauro Moraes

SEC. DE COMUNICAÇÃO:

Cleber Rezende e Nivea Silva

SEC. DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Eudiracir Aquino e gilson dias

SEC. DE MEIO AMBIENTE

Elaine Araújo e Arnaldo dos Santos

SEC. DE ED. DE DIR. HUMANOS

Mônica Brito e Irene Lima

SEC. DE MEIO AMBIENTE

Braúlio Uchôa e Luciene Sales

SEC. EDUCAÇÃO RURAL

Tânia Silva e Mercedes Braga

COORD. DA EXECUTIVA BELÉM

José Matheus e Edilena Paiva

SUPLENTES

Janisley Barsanulfo

Wendell Silva

Ivo Costa

Waldira Caladp

José Ribeiro

Francisco dos Santos

Luiz Fernando

José Kempner

Igor Barbosa

Antônio Ozório

CONSELHO FISCAL

Edivaldo Andrade

Maria da Costa

Zé Rodrigues

Rita de Cássia Rodrigues

Maria Farias

José Milton

COORDENADORES DISTRITAIS

DAMOS: Daniel Tavares | Jose Vilhena

DASAC: Rosa Olivia | Rosangela Freitas

DABEN: Maria José / Haniel V.Costa

DAICO: Edilena Pena/Benedita Amaral

DAOUT: Arnaldo Filho/Rodrigo Wanzeller

DAENT: Aldo Brito | Josyanne Quemel

DAGUA: Mônica Ewerton | Davi da Silva

DABEL: Ivan F. Junior / Denísso C. Lima

**COORDENAÇÃO DO SINTEPP
2009 a 2012**

COORDENAÇÃO GERAL
Conceição Holanda E Williams Silva

SECRETARIA GERAL
Mateu Ferreira e Cleber Rezende

SECRETARIA DE FINANÇAS
Randel Sales e Marcelo Rodrigues

SECRETARIA DE FORMAÇÃO
Izaneide Bentes e Raimunda Barreto

SEC. DE ASS. EDUCACIONAIS
Isabel Sales e Evandro Luiz

SEC. DE POLÍTICAS SOCIAIS
Simone Maciel

SEC. DE ASS. JURÍDICOS
Eli Coelho e Maria Santana

SEC. DE APOSENTADOS
Miltin Gomes e Dalva Ramos

SEC. EVENT. CULTURAIS E LAZER
Aldomiro Menezes e Bruno Baia

SEC. DE FUNCIONÁRIOS:
Manoel Guimarães e Maria Dulce

SEC. DE COMUNICAÇÃO:
Antônio Neto e Fabio Pessoa

SEC. GÊNERO E SEXUALIDADE
Francilene Rocha e Marilene Barbosa
SEC. DE SAÚDE DO TRABALHADOR
Divino Milton e Raimundo Santana

SEC. DE MEIO AMBIENTE
Walmir Bastos e Gorete Costa

SEC. DE ED. DE DIR. HUMANOS
Luzia Canuto e Hamilton Correa

SEC. CAMPO E RIBEIRINHA
Jailton Silva e Bráulio Uchoa

SEC. ETNO-RACIAL
Valdemiro Neto e Edinho Castro

COORD. DA EXECUTIVA BELÉM
Eloy Borges e Ronaldo Rocha

SUPLENTES

Irlene Martes, Félix Urano, Janisley Barsanulfo,
José Nadilson, Normanci Barreto, Rosivan
Silva, Osival Araujo, Dilmo Jesus

CONSELHO FISCAL

José Rodrigues
Sandra Azevedo
Marielson Guimarães

COORDENADORES DISTRITAIS

Aldo Rodrigues, Mauro Borges, edilena Pena,
Eldmi Castro, Iraldo Veiga, Rosa Olivia,
Cosmo Cabral e Elinalva Pantoja

**SINTEPP DE LUTAS E CONQUISTAS
GESTÃO 2012 a 2015:**

COORDENAÇÃO GERAL

Williams Silva e Mateus Ferreira

SECRETARIA GERAL

Beto Andrade e Silvia Leticia

SECRETARIA DE FINANÇAS

Conceição Holanda e Antônio Neto

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO

Iraldo Veiga e Hamilton Corrêa

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Radel Sales e Ronaldo Rocha

SEC. DE A. EDUCACIONAIS

Dulce Matos e Ray Barreto

SEC. DE POLÍTICAS SOCIAIS

Cleber Vieira e Joyce Rebelo

SEC. DE ASS. JURÍDICOS

Ewerton Nazaré e Marcia Suely

SEC. DE APOSENTADOS

Rosinaldo Cunha e Enrica Peniche

SEC. EVENT. CULTURAIS E LAZER

Mauro Borges e Bruno Palheta

SEC. DE FUNCIONÁRIOS:

Alacid da Silva e Wilson Santps

SEC. DE COMUNICAÇÃO:

Eloy Borges e Glaydson Canelas

SEC. DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Cirlene Cabral

SEC. DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Gilberto Borges e Alex Ruffeil

SEC. DE MEIO AMBIENTE

Cristovam Oliveira e Divio Milton
Elaine Araújo e Arnaldo dos Santos
SEC. DE ED. DE DIR. HUMANOS
Mônica Soares e Arléia Gordo

**SEC. DE EDUC. DO CAMPO E
RIBEIRINHA**

Braúlio Uchôa e Luciene Sales

SEC. ÉTNO RACIAL

Aldonir Menezes e Edilma Lima

COORD. DA EXECUTIVA BELÉM

Maurilo Estumano e Aldo Rodrigues

SUPLENTES

Janisley Barsanulfo

Wendell Silva

Ivo Costa

Waldira Caladp

José Ribeiro

Francisco dos Santos

Luiz Fernando

José Kempner

Igor Barbosa

Antônio Ozório

CONSELHO FISCAL

Edivaldo Andrade

Maria da Costa

Zé Rodrigues

Rita de Cássia Rodrigues

Maria Farias

José Milton

COORDENADORES DISTRITAIS

DAMOS: Daniel Tavares | Jose Vilhena

DASAC: Rosa Olivia | Rosangela Freitas

DABEN: Maria José / Haniel V. Costa

DAICO: Edilena Pena/Benedita Amaral

DAOUT: Arnaldo Filho/Rodrigo Wanzeller

DAENT: Aldo Brito | Josyanne Quemel

DAGUA: Mônica Ewerton | Davi da Silva

DABEL: Ivan F. Junior / Denísso C. Lima

GESTÃO: VEM PRA LUTA!**2015 a 2018**

- * COORDENAÇÃO GERAL
Alberto Andrade e Mateus Ferreira
- * COORD. DE SECRETARIA GERAL
Mauro Borges e Antônio Netto
- * COORD. DE SEC. DE FINANÇAS
Maria da Conceição Holanda Oliveira
Marcelo Flavio da Paz Rodrigues
- * COORD. DE SEC. DE PATRIMÔNIO
Mauro Sergio Moraes e Whisney Messias
- * COORD. DE SEC. DE FORMAÇÃO
Silvia Letícia Luz e Márcio Pinto de Jesus
- * COORD. SECRETARIA DE ASSUNTOS
EDUCACIONAIS
Jociléia Pinto e Fredson Roberto Teixeira
- * COORO. SEC. DE POLÍTICAS SOCIAIS
Cirlene Cabral e Gerson Dourão
- * COORD. SEC. DE ASS. JURÍDICOS
Maurilo Estumano e Joyce Rebelo
- * COOR. SEC. DE APOSENTADOS
Hamilton Corrêa e Rosemiro Fiel
- * COORD. SEC. DE EVENTOS
CULTURAIS E LAZER
José Benedito Faro e Alfredo Borges
- * COORD. SEC. DE FUNCIONÁRIOS
José Alacid e Silvanne Nunes
- * COORD. SEC. DE COMUNICAÇÃO
Williams Silva e Abelcio Ribeiro

- * COORDENAÇÃO DE SECRETARIA DE
SAÚDE DO TRABALHADOR
Ronaldo Rocha e Marco Carrera Ferreira

- * COORDENAÇÃO DE SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE
Wilson Clebson Santos e Vinício Nascimento

* COORD. SEC. DE GÊNERO E
SEXUALIDADE
Mônica Brito e Débora Miranda
COORD. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E
DIREITOS HUMANOS
Paulo Pinheiro e Nédyma Lima

* COOR. SEC. DE EDUCAÇÃO DO
CAMPO E RIBEIRINHA
José Maria Ribeiro e Thiago Barbosa

* COORD. SEC. ÉTNO RACIAL
Bruno Baia Palheta

* COORD. DA EXECUTIVA BELÉM
Cleber Rezende e Aldo Rodrigues

SUPLENTES

- * Isaac Rodrigues Dias
- * Paulo Roberto Rodrigues Monte
- * Arléia Jeórga Santos Gordo
- * Arnaldo Gomes dos Santos
- * Cleuma Gonçalves de Matos Martins
- * Aurismar Lopes Queiroz
- * Pedro José de Mesquita neto
- * Lucas Lima Moura
- * Sueny do S. Matos Moura
- * Antonia Ribeiro de Oliveira
- * Vanderley Pereira de Sousa
- * Osmival Souza Araújo
- * Milene Risuenho Lauande

CONSELHO FISCAL (TITULARES)

- * Edilena Pena da Silva
 - * Maria Tereza Borges da Costa
 - * Anderson José Silva Rodrigues
- CONSELHO FISCAL (SUPLENTES)**
- * Maria Dulce Gonçalves de Matos
 - * Randel Sales Monteiro
 - * João Paulo Beltrão da Gam

ANEXO C

PANORAMA FOTOGRÁFICO DA HISTÓRIA SINTEPP.

PANORAMA FOTOGRÁFICO DA HISTÓRIA SINTEPP.



Foto 1 – 1º Congresso da FEPPEP (1983) – Fonte: Arquivo SINTEPP



Foto 2 - 1ª Diretoria da FEPPEP (1983) – Fonte: Arquivo SINTEPP



Foto 3 - 1ª Congresso do SINTEPP (1988) – Fonte: Arquivo SINTEPP



Foto 4 – Greve em 1988: Fonte - Arquivo SINTEPP



Foto 5 – Greve Geral em 1994 - Arquivo SINTEPP



Foto 6 – 16º Congresso Estadual do SINTEPP (2003) - Arquivo SINTEPP

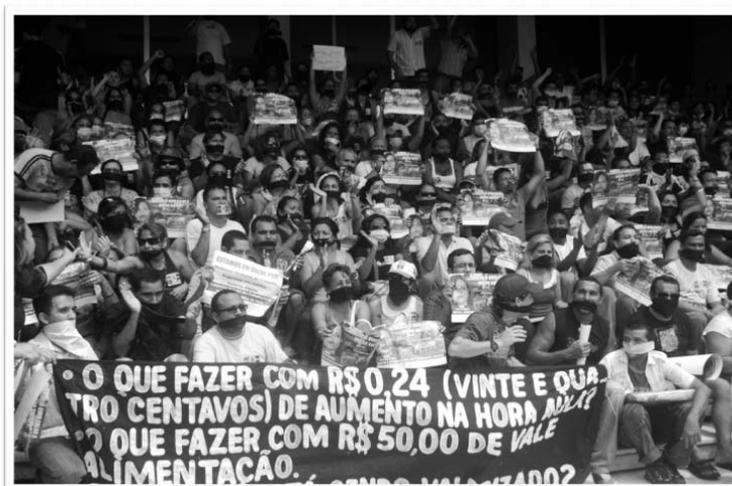


Foto 7 – Greve em 2008 - Arquivo SINTEPP



Foto 8 – Greve em 2008 - Arquivo Pessoal



Foto 9 – Greve em 2008 - Arquivo SINTEPP



Foto 10 – Greve em 2009- Arquivo SINTEPP



Foto 11 – Greve em 2010- Arquivo SINTEPP



Foto 12 – Greve em 2011- Arquivo SINTEPP



Foto 13 – Greve em 2012 - Arquivo Pessoal



Foto 14 – Greve em 2013 - Arquivo SINTEPP



Foto 15 – Greve em 2013 – Assembleia Geral - Arquivo Pessoal



Foto 16 – Greve em 2013 – Bloqueio da BR 316 - Arquivo Pessoal



Foto 17 – Greve em 2015 – Arquivo SINTEPP



Foto 17 – Greve em 2015 – Arquivo Pessoal